



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

FABRÍCIO AMÉRICO RIBEIRO

**ESTRATÉGIA GEOEDUCACIONAL NA COOPERAÇÃO SUL-SUL: UMA ANÁLISE
DOS PROJETOS DAS UNIVERSIDADES DE INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL -
UNILA E UNILAB**

Fortaleza - CE

2016

FABRÍCIO AMÉRICO RIBEIRO

ESTRATÉGIA GEOEDUCACIONAL NA COOPERAÇÃO SUL-SUL: UMA ANÁLISE
DOS PROJETOS DAS UNIVERSIDADES DE INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL -
UNILA E UNILAB

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Ciências da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Geografia.

Orientador: Dr. Christian Dennys Monteiro de Oliveira.

Fortaleza - CE

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- R369e Ribeiro, Fabrício Américo.
ESTRATÉGIA GEOEDUCACIONAL NA COOPERAÇÃO SUL-SUL : uma análise dos
projetos das universidades de integração internacional - UNILA e UNILAB / Fabrício
Américo Ribeiro. – 2016.
238 f. : il. color.
- Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Programa de
Pós-Graduação em Geografia , Fortaleza, 2016.
Orientação: Prof. Dr. Christian Dennys Monteiro de Oliveira .
1. Universidade. 2. Internacionalização. 3. Espaços Simbólicos. 4. Espaço de Poder. 5.
Políticas Educacionais. I. Título.

CDD 910

FABRÍCIO AMÉRICO RIBEIRO

ESTRATÉGIA GEOEDUCACIONAL NA COOPERAÇÃO SUL-SUL: UMA ANÁLISE
DOS PROJETOS DAS UNIVERSIDADES DE INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL -
UNILA E UNILAB

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Ciências da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Geografia.

Defesa em: 30 / 05 / 2016

Banca

Prof. Dr. Christian Dennys Monteiro de Oliveira (Orientador)

Prof^a. Dr^a. Jacqueline Cunha da Serra Freire (UNILAB)

Prof. Dr. Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos Júnior (UECE)

Prof. Dr. José Borzacchiello da Silva (UFC)

Prof. Dr. José Levi Furtado Sampaio (UFC)

A Deus, pela fé que tenho a Ele.

A meus pais, esposa e filhos pelo carinho e apoio para essa conquista da minha vida acadêmica.

Agradecimentos

- Agradeço a Deus pela vitória de mais uma etapa de minha vida, pois, minha fé Nele foi fundamental para essa concretização;
- Ao meu orientador, professor Christian Dennys, pela paciência, atenção e compreensão comigo em todos os momentos, sendo fundamental para a realização dessa pesquisa;
- Aos meus pais, Sílvio e em especial minha mãe Célia, que sempre foi pedra fundamental em todos os sucessos da minha vida, aconselhando-me para ser um homem de bem;
- À minha esposa Joelma, que sempre com carinho incentivou-me nos momentos difíceis, sendo uma grande companheira no meu dia a dia;
- Aos meus filhos Levi e Vivian, que foram incentivos para que essa etapa da minha vida fosse superada;
- À professora Jacqueline Freire, por seu auxílio e pelos conselhos sempre fundamentais para o melhor entendimento da UNILAB, abrindo portas para que etapas da pesquisa se concretizassem, tornando-se uma grande amiga;
- Ao professor Elmo Vasconcelos Júnior, no qual iniciamos essa pesquisa juntos durante o mestrado na UECE;
- À minha amiga Helania, sempre me ajudando para a realização dessa pesquisa e contribuindo para o bom desempenho nas disciplinas do doutorado;
- À minha eterna bolsista Deiviane Fraga pelo apoio técnico e incentivo na realização desse estudo;
- À Francisco Denis e José Damián, que possibilitaram contatos na UNILA e pela acolhida e apoio quando estive em Foz do Iguaçu, e por suas informações valiosas sobre o funcionamento da universidade;
- À professora Andréa Linard, pelo seu auxílio sempre fundamental para o melhor entendimento da UNILAB;
- Aos companheiros do Grupo de Pesquisa Geográfica em Comunicação Patrimonial e Representações Educativas (COMPARE) e o Laboratório de Estudos Geoeducacionais (LEGE) da Universidade Federal do Ceará (UFC);
- À UNILA, em especial a PROGRAD e a PROGEPE pelas informações que contribuíram com informações nesse trabalho;

- À PROGRAD e a PROGEPE da UNILAB por sempre contribuírem com dados muito precisos sobre a instituição;
- À UNILA e a UNILAB pela contribuição institucional, com informações para a realização desse estudo;
- À Direção Geral e amigos do IFCE – Campus Canindé pelo apoio na realização dessa pesquisa;
- À UFC e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia pela atenção para comigo.

“O mundo é formado não apenas pelo que já existe, mas pelo que pode efetivamente existir.”

Milton Santos

RESUMO

Essa pesquisa procura apresentar e analisar o processo de internacionalização e a cooperação internacional do ensino superior no Brasil a partir principalmente do ano de 2010, quando é inaugurada a Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA) na cidade de Foz do Iguaçu-PR, com a proposta de integração regional, através do ensino dos países da América Latina e Caribe e também nesse ano foi fundada a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) possuindo uma proposta integradora, entre as nações que compõem a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), formada por: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste, Guiné Equatorial e Brasil na cidade de Redenção-CE. Com essas universidades o Brasil apresenta ao mundo um projeto de internacionalização, por meio do ensino superior, através de uma proposta de cooperação denominada Sul-Sul, com a promessa de garantir o conhecimento humanístico, científico, tecnológico e a cooperação solidária na zona do Atlântico Sul, que se apresenta como área de interesse político para o Brasil há algum tempo. O principal objetivo dessa pesquisa é compreender as estratégias para a internacionalização do ensino superior em um mundo globalizado, e como o Brasil vem agindo nesse processo. Nesse estudo utilizamos como embasamento metodológico um levantamento descritivo e exploratório sobre a percepção da internacionalização do ensino superior, a partir das universidades de integração internacional no Brasil, e os interesses geopolíticos e econômicos na América Latina e na África. Entrevistamos professores, técnicos administrativos, alunos e pessoas da própria sociedade, para obter uma visão dos atores sociais envolvidos e nos embasamos na literatura de autores estudiosos no assunto. Procuramos entender nesse estudo, como políticas educacionais podem interferir nas relações de poder e nos arranjos locais, possibilitando uma maior atuação regional em um mundo globalizado. Obtivemos como resultados que os desafios são muitos, a nível interno e externo, na própria instituição e nos municípios envolvidos, porém é geograficamente viável e de relevância para as políticas educacionais na zona do Atlântico Sul.

Palavras Chave: Universidade. Internacionalização. Espaços Simbólicos. Espaço de Poder. Políticas Educacionais.

ABSTRACT

This research seeks to portray and analyze the process of internationalization and the international cooperation of higher education in Brazil, since 2010 mainly, when it is inaugurated the Federal University of Latin American Integration (UNILA) in the city Foz do Iguaçu-PR, with regional integration proposal, through the teaching of Latin American countries and the Caribbean, and also that year it was founded the University of International Integration of African Brazilian Lusophone (UNILAB) having an integrative proposal between the nations that make up the Community of Portuguese Language Countries (CPLC), comprising Angola, Cape Verde, Guinea Bissau, Mozambique, Portugal, Sao Tome and Principe, East Timor, Equatorial Guinea and Brazil in the city of Redenção-CE. With these universities Brazil presents to the world, an internationalization project by higher education, through a cooperation project called South, with a promise to ensure the humanistic, scientific and technological knowledge and the partnership in South Atlantic area, which appears as an area of political interest to Brazil for some time. The main aim of this research is to understand the strategies for internationalization of higher education in a globalized world, and to know how Brazil has been acting in this process. In this study we used as methodological basis, a descriptive exploratory survey on the perception of internationalization of higher education, from international universities in Brazil, and geopolitical and economic interests in Latin America and Africa. We interviewed teachers, administrative staff, students and people from the society, to get a sense of social actors involved and we based on literary scholars authors on the subject. We seek to understand in this study, how educational policies may interfere with power relations and local arrangements, allowing greater regional role in a globalized world. We obtained as results that the challenges are many, internally and externally, in the institution and in the municipalities involved, but it is geographically feasible and relevant for educational policies in the South Atlantic zone.

Keywords: University. Internationalization. Symbolic Spaces. Power Space. Educational Policies.

RESUMEN

Esta investigación busca presentar y analizar el proceso de internacionalización y la cooperación internacional de la educación superior en Brasil, se empieza principalmente en 2010, es la fecha cuando se inaugura la Universidad Federal de la Integración Latinoamericana (UNILA) en la ciudad Foz do Iguaçu-PR, con la propuesta de integración regional, a través de la enseñanza de los países de América Latina y el Caribe y también ese mismo año se fundó la Universidad de Integración Internacional africanos de la lengua portuguesa-brasileña (UNILAB) que tiene una propuesta integradora entre las naciones que integran la Comunidad de los países que hablan portugués (CPLP), compuesto por Angola, Cabo Verde, Guinea-Bissau, Mozambique, Portugal, Santo Tomé y Príncipe, Timor Oriental, Guinea Ecuatorial y Brasil en la ciudad de Redenção- CE. Con estas universidades el Brasil presenta al mundo un proyecto de internacionalización, a través de la educación superior, y de un proyecto de cooperación denominado Sur-Sur, con la promesa de garantizar la experiencia humanística, científica, tecnológica y asociación en el área de Atlántico Sur, que aparece como un área de interés político a Brasil hace algún tiempo. El principal objetivo de esta investigación es conocer las estrategias para la internacionalización de la educación superior en un mundo globalizado, y cómo Brasil ha estado actuando en este proceso. En este estudio se utilizó como base metodológica de estudio exploratorio descriptivo sobre la percepción de la internacionalización de la educación superior, de las universidades internacionales en Brasil, y los intereses geopolíticos y económicos en América Latina y África. Hemos entrevistado a profesores, personal administrativo, estudiantes y personas de la sociedad, para tener una idea de los actores sociales involucrados y embasamos en autores estudiosos de la literatura sobre el tema. Buscamos entender en este estudio, como las políticas educativas pueden interferir con las relaciones de poder y las disposiciones locales, lo que permite un mayor papel regional en un mundo globalizado. Obtuvimos como resultados que los retos son muchos, interna y externamente, en la institución y en los municipios involucrados, pero es geográficamente factible y pertinente a las políticas educativas en la zona del Atlántico Sur.

Palabras clave: Universidad. La Internacionalización. Espacios Simbólicos. Espacio de Poder. Las Políticas Educativas

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Nº	Descrição	Pág.
Ilustração 1 –	Mapa de distribuição dos alunos por países do programa Ciência sem Fronteira.....	52
Ilustração 2 –	Mapa de localização do município de Foz do Iguaçu/PR.....	78
Ilustração 3 –	Cataratas do Iguaçu.....	79
Ilustração 4 –	Usina de Itaipu.....	80
Ilustração 5 –	Avenida Brasil em Foz do Iguaçu.....	83
Ilustração 6 –	Passarelas de acesso a Garganta do Diabo – Cataratas do Iguaçu.....	84
Ilustração 7 –	Parque das Aves.....	85
Ilustração 8 –	Mapa de localização do município de Redenção.....	88
Ilustração 9 –	Mapa do município de Redenção.....	89
Ilustração 10 –	Cidade de Redenção.....	90
Ilustração 11 –	Monumento Negra Nua.....	93
Ilustração 12 –	Monumento de comemoração dos 50 anos do fim da escravatura em Redenção.....	99
Ilustração 13 –	Prédio residencial e comercial na Rua Padre Ângelo.....	104
Ilustração 14 –	Obras de ampliação da rodovia CE – 060.....	106
Ilustração 15 –	Sede da UNILAB em São Francisco do Conde – BA.....	118
Ilustração 16 –	Futura sede da UNILA.....	119
Ilustração 17 –	Maquete do futuro Campus da UNILA.....	120
Ilustração 18 –	Blocos de salas de aulas da UNILA no PTI.....	121
Ilustração 19 –	Bloco administrativo da UNILA no PTI.....	121
Ilustração 20 –	Unidade de Ensino UNILA Centro.....	122

Ilustração 21 – Sede Administrativa da UNILAB.....	122
Ilustração 22 – Itaipu Binacional.....	123
Ilustração 23 – Campus da Liberdade.....	124
Ilustração 24 – Unidade dos Palmares – UNILAB.....	125
Ilustração 25 – Bloco Didático II da Unidade dos Palmares – UNILAB.....	125
Ilustração 26 – Instalações em construção do campus das Auroras.....	126
Ilustração 27 – Sala de aula da Unidade dos Palmares – UNILAB.....	127
Ilustração 28 – Maquete do futuro Campus das Auroras.....	127

LISTA DE GRÁFICOS

Nº	Descrição	Pág.
Gráfico 1 –	Viagens Internacionais dos Presidentes Lula e Dilma.....	147
Gráfico 2 –	Países da América Latina visitados pelos Presidentes Lula e Dilma.....	147
Gráfico 3 –	Países Africanos visitados pelos Presidentes Lula e Dilma.....	152
Gráfico 4 –	Acordos Internacionais da UNILA – 2010 a 2015.....	170
Gráfico 5 –	Acordos Internacionais da UNILAB – 2010 a 2015.....	171

LISTA DE TABELAS

Nº	Descrição	Pág.
Tabela 1 –	Número de Estudantes (em milhões), por região, 1980 - 1995 – UNESCO.....	35
Tabela 2 –	Conferências Mundiais.....	44
Tabela 3 –	Bolsistas do programa Ciência sem Fronteiras.....	53
Tabela 4 –	Faculdades e Universidades em Foz do Iguaçu-PR.....	114
Tabela 5 –	Total de discentes por ano de ingresso e nacionalidades da UNILA.....	132
Tabela 6 –	Número de alunos estrangeiros inscritos no processo seletivo de 2016 da UNILA.....	133
Tabela 7 –	Acordos Internacionais Ativos da UNILA.....	167
Tabela 8 –	Acordos Internacionais Vencidos da UNILA.....	168
Tabela 9 –	Acordos Internacionais Ativos da UNILAB.....	169
Tabela 10 –	Acordos Internacionais Vencidos da UNILAB.....	170
Tabela 11 –	Voos entre países da UNILA e da UNILAB.....	176
Tabela 12 –	Universidades Públicas da Argentina.....	186
Tabela 13 –	Universidades Públicas do Uruguai e Paraguai.....	187
Tabela 14 –	Universidades no grupo dos PALOPS.....	188

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC	Agência Brasileira de Cooperação
AIUA	Associação Internacional União das Américas
ALADI	Associação Latino Americana de Integração
ALALC	Associação Latino-Americana de Livre Comércio
AUGM	Associação de Universidades do Grupo de Montevideú
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDS	Conselho de Defesa Sul-Americano
CELAC	Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos
CHEAR	Conselho de Educação Superior para as Repúblicas Americanas
CINDA	Centro de Desenvolvimento Interuniversitário
CLACSO	Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais
CPLP	Comunidade de Países de Língua Portuguesa
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
ECIEL	Programa de Estudos Conjuntos sobre a Integração Econômica da América Latina
ECTS	European Credit Accumulation and Transfer System
EEES	Espaço Europeu de Ensino Superior
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EUA	Estados Unidos da América
FAO	Organização das Nações Unidas para a agricultura e Alimentação
FMI	Fundo Monetário Internacional
G20	Grupo dos 20
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano

IMEA	Instituto MERCOSUL de Estudos Avançados
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégica Econômica do Ceará
MCTI	Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação
MEC	Ministério da Educação
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
NAFTA	Tratado Norte-Americano de Livre Comércio
OEI	Organização dos Estados Ibero-americanos
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
OUI	Organização Interamericana de Universidades
PALOPS	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PEC-G	Programa Estudante – Convênio de Graduação
PISPAL	Programa de Pesquisa Social sobre População na América Latina
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROGEPE	Pró-Reitoria de Gestão e Pessoas
PROMAI	Programa de Mobilidade Acadêmica Internacional
PROMISAES	Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior
PTI	Parque Tecnológico de Itaipu
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RIAL	Programa Conjunto de Estudos das Relações Internacionais da América Latina
RIPES	Rede de Instituições Públicas de Educação Superior
SEM	Setor Educacional do MERCOSUL
SINCRE	Sistema de Cadastramento e Registro de Estrangeiros

SISU	Sistema de Seleção Unificada
UBA	Universidade de Buenos Aires
UDUAL	União de Universidades da América Latina
UE	União Europeia
UEM	Universidade Estatal de Moscou
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UFOPA	Universidade Federal do Oeste do Pará
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UNASUL	União de Nações Sul-americanas
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIAM	Universidade Federal da Integração Amazônica
UNIAMÉRICA	Faculdade União da Américas
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino Americana
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
UNLZ	Universidade Nacional Lomas de Zamora
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USP	Universidade de São Paulo
UVA	Universidade Estadual Vale do Acaraú

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	22
2	GLOBALIZAÇÃO E SABER: UMA ANÁLISE GEOGRÁFICA ENTRE ESPAÇO E PODER A PARTIR DA UNILA E UNILAB.....	32
2.1	O cenário mundial e nacional do ensino superior pós 1990 e início do século XXI.....	32
2.2	Conferências Mundiais sobre Educação Superior – UNESCO 1998 e 2009.....	42
2.3	A influência do processo de Bolonha para a América Latina e para o Brasil.....	48
2.4	A globalização do ensino superior: desafios políticos e econômicos no século XXI.....	57
2.5	Uma abordagem geográfica sobre a dinâmica do poder na educação superior a partir do pensamento de Bourdieu, Foucault, Raffestin e Claval.....	63
2.6	Universidade como Projeção Simbólica do Desenvolvimento Global: novos espaços de ancestralidade, latinidade e lusofonia...	69
3	UNILA E UNILAB NOS PROJETOS INTERNOS DE EXPANSÃO REGIONAL.....	74
3.1	Expansão universitária e demanda social interna: fronteiras Sul e Nordeste.....	74
3.2	Universidade, cidade e regionalidade: os arranjos espaciais de UNILA e UNILAB.....	76
3.3	UNILA e UNILAB: introduzindo as Universidades em seu contexto sócio estrutural e administrativo.....	115
3.4	A Projeção Simbólica da inclusão socioeconômica: questão étnica da ancestralidade indígena e afrodescendente.....	137

4	A INTERNACIONALIZAÇÃO UNIVERSITÁRIA COMO PROJETO DE EXPANSÃO CONTINENTAL: LATINIDADE, LUSOFANIA E ESCALAS DE COOPERAÇÃO.....	144
4.1	A redefinição política e econômica do Brasil com a América Latina e a África.....	144
4.2	Uma investigação sobre o Estado e as políticas educacionais de ensino superior no Brasil a partir de 1990: MERCOSUL e CPLP.....	154
4.3	Dilemas e desafios da Cooperação Internacional brasileira com a América Latina e África: uma agenda em construção a partir da UNILA e UNILAB.....	159
4.4	Projeções Simbólicas das Escalas de Cooperação através da latinidade na UNILA e da lusofonia na UNILAB.....	163
5	UNILA E UNILAB NA LEITURA DE SEUS AGENTES E ATORES SOCIAIS.....	173
5.1	Limites na estratégia da implantação dos projetos UNILA e UNILAB.....	173
5.2	(Re)pensando a Cooperação Internacional do Projeto Sul-Sul.....	178
5.2.1	Os desafios de integração educacional entre o Brasil e países do MERCOSUL e da CPLP.....	183
5.3	Vivências dos Atores Sociais na implantação da UNILA e da UNILAB: entrevistas com discentes, docentes e corpo de funcionários.....	191
5.4	Interpretação das leituras: um quadro projetivo da cooperação em cenários dinâmicos:.....	200
5.4.1	UNILA e UNILAB como restritos experimentos universitários federais...	200
5.4.2	UNILA e UNILAB como modelos de renovação acadêmica.....	203
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS – É GEOGRAFICAMENTE VIÁVEL UM PROJETO REGIONAL E CONTINENTAL DE COOPERAÇÃO SUL-SUL ATRAVÉS DO ENSINO SUPERIOR?.....	208

REFERÊNCIAS.....	217
APÊNDICE.....	233
APÊNDICE A: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	234
APÊNDICE B: Roteiro de Entrevistas – UNILA - Entrevista com Professores.....	235
APÊNDICE C: Roteiro de Entrevistas – UNILAB - Entrevista com Professores	236
APÊNDICE D: Roteiro de Entrevistas – UNILA com Alunos.....	237
APÊNDICE E: Roteiro de Entrevistas – UNILAB com Alunos.....	238

1 INTRODUÇÃO

A realização deste estudo representa mais uma etapa de um projeto de qualificação permanente, hoje integrante na vida de um professor efetivo de uma instituição de ensino superior e ao mesmo tempo, dar continuidade a pesquisa realizada durante o mestrado, que teve como título: **UNILAB: políticas educacionais e as transformações do espaço urbano em Redenção-Ceará-Brasil.**

Durante o mestrado, foram estudados os principais arranjos e práticas espaciais na cidade de Redenção, a partir da presença da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), e como políticas públicas educacionais de nível superior conseguem transformar o espaço urbano.

Agora, em uma pesquisa de doutoramento, prontificamo-nos a realizar um estudo sobre estratégia geoeducacional na cooperação Sul-Sul, por intermédio das universidades de integração Internacional¹: a Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA) e a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). E, por extensão, investigar os interesses geopolíticos do governo brasileiro, em relação à América Latina² e Caribe, continente africano, Ásia (Timor Leste) e a zona do Atlântico Sul em um contexto geoestratégico, compreender se essa proposta de cooperação solidária via educação superior é de fato viável, levando em consideração a tônica de cooperação das universidades estudadas.

O projeto educacional, a partir dessas instituições, é singular no ensino superior no Brasil e dá continuidade a um processo de internacionalização através da educação superior. Sua meta é contribuir para o desenvolvimento e a integração nacional dos Países Latino-Americanos e da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), composta de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique,

¹ O termo **Universidades de Integração Internacional** representa nessa pesquisa a identidade de cada instituição aqui estudada com sua proposta de atuação na Cooperação Sul-Sul. A UNILA representada pela latinidade e a UNILAB através da lusofonia, entre as nações africanas e Timor Leste na Ásia.

² O termo **América Latina** foi criado por Napoleão III, que na década de 1860, realizou uma expedição ultramarina em direção ao México, sendo para muitos estudiosos a área que abrange do México a América do Sul, não existindo unanimidade sobre essa terminologia nos dias atuais.

Portugal³, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste, Guiné Equatorial⁴ e Brasil; por meio do conhecimento humanístico, científico e tecnológico e da cooperação solidária entre as universidades, organismos governamentais e internacionais.

Aprovado no ano de 2013 no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC) e através da orientação do professor Dr. Christian Dennys Monteiro de Oliveira, essa pesquisa teve início, com o objetivo de atender a um doutoramento, com título: **Estratégia Geoeducacional na Cooperação Sul-Sul: uma análise dos projetos das universidades de integração Internacional - UNILA e UNILAB.**

Mesmo com todas as limitações e dificuldades, por estar investigando algo novo que se apresenta na educação brasileira, a pesquisa teve início. Aqui existem singularidades, por tratar-se não apenas de um projeto educacional, e sim, uma proposta de ensino superior, através de uma política educacional com caráter globalizante, com implicações políticas de cooperação internacional, através do Brasil com a América Latina, Caribe e África.

Nesse estudo que se apresenta, utilizamos uma metodologia descritiva, exploratória e comparativa, no qual investigamos as duas universidades, e compreendemos suas particularidades. Dessa maneira entendemos como a geografia política da educação superior no Brasil, com perspectiva internacional, vem envolvendo, através de um projeto, a América Latina, África e Timor Leste na Ásia. Contudo, o procedimento comparativo foi constante nesse estudo para entender as diferenças e semelhanças entre duas instituições e sua importância geopolítica através do ensino superior.

Estudamos também as espacialidades advindas das políticas públicas educacionais, nas cidades de Foz do Iguaçu-PR, Redenção e Acarape-CE, onde se localiza as sedes da UNILA e da UNILAB. Assim pressupõe em primeiro lugar a compreensão de como uma instituição de ensino superior pode se tornar um agente

³ **Portugal** faz parte da CPLP, mas não integra a cooperação Sul-Sul, aonde esse processo vem ocorrendo entre os PALOPS e Timor Leste na Ásia, levando em consideração os países que compõem a UNILAB.

⁴ **Guiné Equatorial** ingressou na CPLP no dia 23 de julho de 2014.

na dinâmica espacial, sendo capaz de construir, reconstruir e influenciar o espaço geográfico e político-econômico de onde se encontra.

O aspecto descritivo tornou-se necessário para apresentar particularidades das universidades, já que sua estrutura física e as pessoas que a compõem são evidenciadas na compreensão de suas estruturas de funcionamento. Sua criação e a conjuntura existente foram também descritas na pesquisa, facilitando o processo analítico de suas particularidades e as comparações cabíveis.

A ideia de espacialização das novas universidades compõe estratégia sistemática de internacionalizar o ensino superior, através de participação brasileira, e procura uma posição estratégica nesse processo, envolvendo a zona do Atlântico Sul em um contexto geopolítico. Nesse contexto, o Brasil utiliza a educação como ferramenta de expansão e de conhecimento, sendo esse modelo político já adotado por nações desenvolvidas, como as do continente europeu, através da Declaração de Bolonha⁵.

A política do Governo Federal de cooperação internacional do ensino superior, implicando em uma internacionalização do ensino, através dessas Universidades, implantada pelo Ministério da Educação (MEC), que teve início em 2008. Vale lembrar que no transcorrer desse trabalho procuramos rerepresentar o processo de internacionalização do ensino superior, comum já há algum tempo nas universidades brasileiras. A novidade aqui é à força da cooperação internacional no projeto Sul-Sul. Neste, o Brasil prioriza uma atuação no campo diplomático com a América Latina, Caribe, África e Timor Leste na Ásia, através do ensino superior.

Dessa forma, abriram-se as portas para essa nova empreitada universitária com um caráter mundial, nos quais a UNILA e a UNILAB representam a abertura de um processo de cooperação internacional através do ensino superior, assumido pelo governo brasileiro, perante seus vizinhos latinos e os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOPS) e Timor Leste na Ásia.

⁵ **Declaração de Bolonha** marcou uma mudança em relação às políticas ligadas ao ensino superior dos países europeus e estabeleceu em comum um Espaço Europeu de Ensino Superior, a partir do comprometimento dos países signatários em promover reformas de seus sistemas de ensino.

Essas universidades foram criadas com o objetivo de se tornarem instituições científicas, culturais, sociais e ambientais de cooperação solidária em perspectiva intercultural, interdisciplinar e críticas. Nasceram no contexto da internacionalização solidária da educação superior e da política de Cooperação Sul-Sul, visando o desenvolvimento regional e o progresso das nações envolvidas.

As cidades aqui pesquisadas já possuem campi em funcionamento, alguns provisórios, das universidades estudadas. A UNILA está funcionando no Parque Tecnológico de Itaipu (PTI) e com sedes espalhadas na cidade de Foz do Iguaçu, no oeste do Estado do Paraná em uma zona de fronteira, e a UNILAB possui o Campus da Liberdade em Redenção-CE, a unidade dos Palmares em Acarape-CE, o Campus das Auroras entre as duas cidades e o Campus dos Malês na cidade de São Francisco do Conde-BA⁶.

UNILA e UNILAB surgiram com base nos princípios de cooperação solidária internacional entre os países da América Latina e Caribe, e os que compõem os PALOPS, com o objetivo de oferecer cursos de nível superior que atendam as necessidades dessas nações, em uma integração que ficou conhecida como Sul-Sul. As propostas de ambas são bem ousadas, tornarem-se universidades de cooperação internacional, e em pouco tempo, oferecer ensino de qualidade em diversas áreas do conhecimento, procurando atender as nações envolvidas no projeto.

Tanto em Foz do Iguaçu (Paraná) quanto em Redenção e Acarape (Ceará), podem surgir polos universitários globalizantes, compatíveis com um mundo cada vez mais fortemente integrado. O que inclui a educação superior como engrenagem indispensável desse processo de integração sem perder os interesses nacionais. Trata-se, em última análise, da construção de um novo sujeito coletivo do desenvolvimento, que poderá exprimir a capacidade de articulação entre as forças dinâmicas de uma determinada região. Como empreendimento social, que produz cultura e transforma a realidade local onde se instala, esse sujeito corresponde aos desafios da implantação do projeto de educação sediado nestas localidades.

⁶ Nessa pesquisa foi evidenciada a atuação da UNILAB principalmente nas cidades de Redenção e Acarape-CE, onde a cidade de São Francisco do Conde na Bahia, não foi investigada.

Mesmo esse projeto possuindo uma amplitude e uma proposta integradora, possui incompletudes, por não possuir processo semelhante nos países envolvidos, sendo nesse momento incorporado apenas pelo governo brasileiro. Por essa razão procuramos investigar o que motiva o Brasil a investir nessa proposta, mesmo sem apoio legal das nações envolvidas no quesito estrutural de funcionamento e recursos financeiros, pois meramente enviar alunos a essas universidades não significa incorporar o projeto educacional aqui estudado.

Contudo procuramos compreender durante a pesquisa as transformações no ensino superior, a partir do final do século XX e início do século XXI, que deram margem a esse projeto educacional internacional, através das universidades aqui estudadas. Ao mesmo tempo tivemos que identificar os símbolos existentes nessas instituições e perceber as políticas internacionais do Brasil com a América Latina, África e Ásia, a partir de um projeto educacional. Procuramos compreender a mundialização do ensino superior e a participação brasileira e apresentar os desafios para o Brasil no projeto Sul-Sul para educação superior, para responder a pergunta principal dessa pesquisa: é geograficamente viável um projeto regional e continental de cooperação Sul-Sul, no qual o Brasil vem procurando liderar?

Durante a pesquisa algumas questões estruturais tiveram que ser resolvidas, em primeiro lugar o desequilíbrio de acesso às informações, pois nos encontramos no estado do Ceará e dessa maneira a proximidade da UNILAB facilitou a pesquisa nessa instituição. Já na UNILA estivemos de forma presencial e mantivemos contatos constantes com pessoas envolvidas no dia a dia da universidade e de forma institucional com a Pró-Reitoria de Graduação de forma constante.

Também na fase descritiva, procuramos entender as universidades a partir dos atores envolvidos, direto e indiretamente, através de entrevista e conversas com professores, técnicos, alunos e pessoas da comunidade, verificando assim suas diversas interpretações desse projeto universitário em Foz do Iguaçu e Redenção. Todavia nossas visitas constantes em Redenção e durante um período em Foz do Iguaçu, foram importantes para observamos e descrevemos a estrutura física e de funcionamento da UNILA e UNILAB e os arranjos espaciais que estão

ocorrendo nesses municípios a partir desses empreendimentos educacionais do governo federal.

A pesquisa exploratória ocorreu em documentos oficiais do governo federal e das universidades estudadas, como a lei de criação de cada instituição e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Também consultamos o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério da Educação (MEC) e o Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (E-SIC).

Na fase comparativa da pesquisa, procuramos apresentar as semelhanças e diferenças entre essas instituições de ensino superior, pois mesmo possuindo a proposta de integração internacional, convivem em contextos socioeconômicos diferentes, em cidades com estruturas desiguais, e em conjunturas regionais diferentes, pois América Latina e África estão distantes de serem iguais, levando em consideração sua história e o tempo presente em seus aspectos políticos e econômicos.

As informações apresentadas nessa pesquisa se referem até o mês de abril de 2016, momento esse que a tese foi encerrada. Dessa maneira, os demais acontecimentos referentes às políticas educacionais no Brasil nesse ano, ficarão para pesquisas futuras. Todavia procuramos contextualizar a política e os interesses econômicos presentes nesses projetos de integração internacional, com implicações regionais na América Latina e África.

Elegemos aqui alguns autores para dar suporte a essa investigação. Entre eles Bourdieu com a obra “O Poder Simbólico” (2004), Foulcaut com o livro “Microfísica do Poder” (2014), Raffestin, “Por uma Geografia do Poder” (1993) e Claval, “Espaço e Poder” (1979), que nos possibilitaram analisar o discurso de poder, presente nesse investimento educacional, que envolve questões geopolíticas, com uma faceta socioeconômica, junto à América Latina e África. Mesmo com grandes diferenças, os dois projetos universitários, possuem semelhanças, quando se fala de política internacional.

Para a exposição do trabalho assim como os seus resultados, a tese está organizada em seis capítulos, sendo o primeiro essa introdução, apresentando os

objetivos e metodologia utilizada na pesquisa realizada. Vale ressaltar que uma das facilidades de informações sobre a UNILAB, além da proximidade, foram nossos estudos sobre essa instituição que tiveram início ainda no mestrado.

O segundo capítulo está intitulado: **Globalização e Saber: uma análise geográfica entre espaço e poder a partir da UNILA e UNILAB**. Nesse momento, foi abordada, a internacionalização do ensino superior, as conferências da UNESCO em relação ao ensino, a influência do Processo de Bolonha para o ensino na América Latina e África, uma abordagem sobre poder, a partir dos autores já citados e a universidade como projeção simbólica do desenvolvimento global, levando em consideração a ancestralidade, latinidade e lusofonia, inerente ao projeto implantado pelo Brasil. Esse capítulo foi construído com base nas referências bibliográficas sobre os assuntos nele presentes.

No terceiro capítulo da tese, teremos uma análise da UNILA e da UNILAB, em relação a sua origem, localização, infraestrutura, componentes curriculares e o universo dos docentes e discentes que as compõem. Um estudo sobre a cidade, a regionalização e os arranjos espaciais nos municípios de Foz do Iguaçu, Redenção e Acarape. Também foram aqui apresentadas, para o melhor entendimento, as projeções simbólicas da inclusão socioeconômica, através da ancestralidade indígena e da afrodescendência, presentes no dia a dia dessas universidades, em um caráter multicultural. No estudo sobre espacialidade utilizamos a visão de Milton Santos, e para o simbolismo espacial em uma visão geográfica, Roberto Lobato Corrêa. As observações das cidades foram feitas in loco, para compreender as transformações ocorridas.

A UNILA e a UNILAB vêm modificando de forma relevante a estrutura urbana das cidades onde se localizam, e traz possibilidades futuras de crescimento, com o surgimento de polos universitários. A proposta é abrigar em seus futuros campi, alunos de vários lugares do Brasil e países parceiros. Ensejamos compreender os elementos estruturadores do espaço urbano e seus agentes produtores, o que se torna muitas das vezes complexa na medida em que eles se sobrepõem, confundem-se e assumem papéis que se alternam no tempo e no espaço, sendo fundamental sua análise empírica nessas cidades, para o melhor entendimento dessa pesquisa.

O quarto capítulo do trabalho apresenta como tema: **a internacionalização universitária como projeto de expansão continental: latinidade, lusofonia e escalas de cooperação**. Nessa proposta, procuramos compreender as relações internacionais entre Brasil, o MERCOSUL e os países da CPLP, através do ensino, e como vêm sendo configuradas agendas internacionais com essa temática. A conjuntura internacional do Estado brasileiro foi aqui aprofundada, para compreender as mudanças na agenda educacional, a partir dos anos 1990. Nesse capítulo, procuramos compreender os dilemas e desafios da cooperação brasileira com a América Latina e a África, e as projeções simbólicas nessa escala de integração internacional.

O quinto capítulo foi intitulado: **UNILA e UNILAB na leitura de seus agentes e atores sociais**. Foi possível investigar as limitações e obstáculos para a plenitude desse projeto educativo, entre as áreas envolvidas. Nessa etapa da pesquisa, procuramos compreender a visão dos atores sociais envolvidos no projeto educacional, para compreender o componente social dessa proposta, que vislumbra atender uma demanda brasileira e de pessoas integrantes da América Latina e dos PALOPS.

No sexto e último capítulo da pesquisa, em forma de considerações finais, abordamos o tema: **é geograficamente viável um projeto regional e continental de cooperação sul-sul através do ensino superior?** Em forma de interrogação, porque procuramos explanar as limitações para essa cooperação, a nível espacial (devido às distâncias de fronteiras do Brasil), econômico, social e de durabilidade, por se tratar de política de governo, podendo não existir continuidade, dependendo da conjuntura futura do país. Procuramos responder algumas perguntas, como: esse projeto possui de fato um caráter internacional de cooperação solidária, e as universidades envolvidas produzem conhecimento global? As pessoas envolvidas acreditam de fato na proposta? As barreiras físicas e socioeconômicas estão sendo vencidas para a proposta vigorar? Existe contrapartida dos demais países envolvidos nessa proposta, ou apenas o Brasil assumiu essa função? Essas e outras perguntas foram respondidas e analisadas no transcorrer desse estudo, sendo o próprio título do capítulo a hipótese dessa pesquisa.

Elegemos a temática aqui exposta, por acreditar nas possibilidades de transformações, através de políticas educacionais que é o pressuposto desse estudo, possuindo como referencial teórico a educação superior e sua influência geopolítica e internacional de cooperação através de um processo de mundialização. Geografia e educação são pontos fundamentais dessa pesquisa. Através de uma abordagem geoes educacional, procuramos compreender o espaço econômico, social e cultural em transformação, a partir do ensino superior, em uma projeção regional e mundial, presente nessa proposta educacional.

Acreditamos que esse trabalho ajudará a compreender melhor o espaço estratégico e geoes educacional na cooperação Sul-Sul das universidades internacionais, suas ideias para a América Latina e Caribe e para a África e Ásia, e se de fato é viável. Esperamos contribuir em um balizamento de ideias e compreensão sobre as políticas educacionais a nível superior e para o sonho brasileiro de liderança no Atlântico Sul e a desejada participação definitiva na Organização das Nações Unidas (ONU) no Conselho de Segurança dessa instituição internacional. Comprovar a interferência dos interesses mundiais nas decisões educacionais para o presente e para o futuro e se esse processo vem promovendo melhorias regionais ou se apresenta como uma ferramenta de poder socioeconômico, por parte do governo brasileiro.

Como procedimento metodológico desse estudo, utilizamos pesquisa bibliográfica em livros, documentos e sites do Governo Federal e das universidades estudadas. Dessa maneira foi possível averiguar a visão de estudiosos da geopolítica e da educação superior, entre eles Dias Sobrinho, que escreve sobre as questões geopolíticas da educação e Leandro Freitas Couto, que aborda discursões sobre a América Latina.

Para entendimento do funcionamento da UNILA e da UNILAB, e percepção do dia a dia das cidades, onde estão localizadas, realizamos visitas nesses locais. Em Foz do Iguaçu estivemos presente no mês de setembro de 2014, e durante uma semana, tivemos oportunidades de conversar com professores, alunos, técnicos administrativos e moradores, sobre suas impressões em relação à nova universidade instalada no município. Nesse período observamos a internacionalização das fronteiras entre Brasil, Argentina e Paraguai em visita a

esses países vizinhos. Observamos também as estruturas econômicas do município e sua ligação com o turismo, através das Cataratas do Iguaçu, e com a Hidrelétrica de Itaipu.

Na cidade de Redenção, estivemos várias vezes para compreender a conjuntura de município pequeno, que vive da agricultura e do comércio e que agora possui uma grande universidade em seu território. A cidade de Redenção é bem diferente de Foz do Iguaçu, pois é uma pequena cidade do interior do Estado do Ceará, não possuindo infraestrutura semelhante da cidade do oeste do estado do Paraná.

Em órgãos competentes, como o Ministério da Educação e o Ministério das Relações Exteriores, realizamos um levantamento documental, que nos possibilitou melhor compreensão da política de internacionalização e cooperação internacional do ensino superior com a América Latina e países africanos e Timor Leste na Ásia.

Durante a montagem do trabalho, em especial no capítulo 3, que trata das universidades e os arranjos espaciais nas cidades que a cediam, procuramos documentar os lugares com fotografias, para que o leitor, tenha condições de perceber o cenário que esse enredo vem ocorrendo, são 28 ilustrações, entre mapas e fotos. Procuramos nessas ilustrações demonstrar também atrações turísticas, pois a cidade de Foz do Iguaçu é um destino nacional de grande procura, praticando um comércio de fronteira com o Paraguai.

E por fim, nas considerações finais, apresentamos a discussão se é geograficamente viável para o Brasil, investir nesse projeto, procurando demonstrar as limitações, prejuízos e benefícios para os países envolvidos em especial o Brasil, que procura liderança no Atlântico Sul e cadeira definitiva no Conselho de Segurança da ONU, agora por outro meio, a educação, através de um balizamento de autores, já aqui citados, como também nossas impressões adquiridas no transcorrer da pesquisa, tendo a Geografia Política⁷, a norteadora dessa conclusão.

⁷ A **Geografia Política** estuda a interação entre a política e o território em uma abordagem socioeconômica, onde Friedrich Ratzel foi idealizador com a obra "Politische Geographie" (Geografia Política, em português) de 1897.

2 GLOBALIZAÇÃO E SABER: UMA ANÁLISE GEOGRÁFICA ENTRE ESPAÇO E PODER A PARTIR DA UNILA E UNILAB

2.1 O cenário mundial e nacional do ensino superior pós 1990 e início do século XXI

Quando se fala de cenário envolvendo a educação, e em especial a educação superior, seja ele em um contexto internacional ou nacional, se faz necessário levantar hipótese, pressuposto e a conjuntura do momento, para compreender os interesses políticos, econômicos e culturais, presentes nesse processo.

O panorama mundial, a partir do final do século XX e início do século XXI, encontram-se significativamente integrado, graças em grande parte aos sistemas de comunicações e transportes, vivemos com um bombardeio de ideias, que circulam com grande velocidade pelas redes sociais, por esse intermédio as informações chegam às pessoas rapidamente, sendo o conhecimento transmitido de forma diversa.

O processo de disseminação e valorização do conhecimento passou a ser prioridade, a partir da segunda metade do século XX, através de uma disputa por poder, entre as grandes potências econômicas, nos diversos campos da pesquisa (militar, industrial, comunicação, transporte). O século passado foi repleto de inventos, que fizeram a humanidade avançar em tecnologia, onde em grande parte, os mesmo surgiram, no âmbito universitário e foram muitas das vezes, direcionados para interesses político-estratégico.

A preocupação com o conhecimento e a pesquisa passou a ocupar uma posição de vanguarda, em algumas nações, através de um caráter desenvolvimentista. Com o advento da Terceira Revolução Industrial, os Estados Unidos e o Japão tornaram-se nações, que se destacam nesse setor, liderando a Revolução Técnica Informacional⁸, a partir dos anos 70. Mas paralelamente a isso,

⁸ A **Revolução Técnico-científico-informacional** teve início na segunda metade do século XX, principalmente a partir da década de 1970, quando houve uma série de descobertas e evoluções no campo tecnológico, vinculadas a uma grande quantidade de tecnologia e informação, ligada à informática, robótica, telecomunicação, química, biotecnologia, engenharia genética, entre muitos outros.

existia uma disputa geopolítica militar, resultando em uma bipolaridade do mundo, entre Estados Unidos das Américas (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), inclusive através de interesses aeroespaciais e de uma corrida armamentista⁹.

O dualismo entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, extremamente apregoado pelos analistas do capitalismo pós Segunda Guerra Mundial, cria uma conjuntura, no qual, investir no ensino passa a ser importante para as nações de maior riqueza econômica. Seja para manter a hegemonia, no caso dos EUA, ou para recuperar uma situação política de destaque perdida, no caso das nações europeias. Todavia no Japão foi para emergir de uma crise, após a guerra em questão, pois o país foi arrasado em sua estrutura física e econômica após o conflito mundial que o mesmo esteve envolvido diretamente.

Mesmo com tantos interesses políticos e econômicos ligados ao ensino superior, e suas possibilidades de expansão, para atender a nova conjuntura pós-Segunda Guerra Mundial, o ensino universitário, conseguiu manter sua autonomia em relação aos demais ramos educacionais. Graças às suas idiossincrasias, e suas relações de poder próprio, mas que não se encontra desassociado do contexto político mundial ou nacional. Para Dias Sobrinho:

A educação em qualquer de seus níveis, mas, de modo especial, a educação superior, está totalmente mergulhada nas contradições da globalização, especialmente no que tem relação com o que constitui o seu fenômeno central: as contradições do mercado global. (DIAS SOBRINHO, 2005, p. 61).

Contudo, essa realidade possibilita averiguar muitas variáveis do contexto que se encontra, mas mesmo assim essa autonomia, do ensino superior, não se apresenta absoluta. O ensino universitário está à disposição dos interesses inseridos em políticas educacionais, que atendem ao contexto mundial em cada momento da história, de acordo com as relações de poder institucionalizado. Um exemplo disso é a formação de blocos econômicos e a visão de aberturas de fronteiras, que determinaram uma nova necessidade de comunicação, exigindo inovações

⁹ Fase que ficou conhecida como a **Velha Ordem Mundial**, onde a disputa ideológica de dois sistemas (capitalismo e socialismo) marcou esse período, aliado a investimentos em armas que fez surgir à chamada **Guerra Fria**, entre as duas grandes potenciais militares da época (EUA e URSS).

tecnológicas constantes, para atender ao progresso material. Por outro lado, de maneira contraditória, é perceptível a unipolaridade militar dos EUA, que canaliza pesquisas, conhecimento e inventos para manter a sua máquina militar, garantido sua hegemonia político-econômica em um mundo que convive em uma disputa econômica entre América, Europa e Ásia.

Dessa maneira convivemos hoje com uma multipolaridade, que apregoa aberturas de fronteiras e livre circulação de ideias, possibilitando assim, trocas de conhecimentos. É nessa situação de dualismo constante, desde o final dos anos 1940, e transformada, a partir dos anos 1990, com o encerramento da bipolaridade militar, entre os EUA e a URSS, que o ensino superior se apresenta em transformação; sendo exigido dele a geração de conhecimento, nessa nova realidade mundial, que se apresenta integrada economicamente, através de uma proposta globalizante. Hoje a própria globalização traz questionamentos, por existir concentração de recursos e de conhecimentos para alguns e pobreza e agravamento da desigualdade sociocultural para outros, sendo a educação, vista como uma salvação para muitas pessoas e governos.

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), no documento, O Ensino Superior no Século XXI – Visão e Ações, estaríamos necessitando de políticas educacionais transformadoras, e que sejam coadjuvantes na nova realidade da mundialização. As instituições de ensino superior enfrentam novos desafios. Em primeiro lugar, a necessidade de atualizar-se e inserir-se a essa nova realidade mundial, de abertura de fronteiras e circulação de ideias, e em segundo lugar, interpretar e propor soluções para as contradições que aparecem para os grupos sociais, instituições e governos, nesse início de século XXI.

Segundo a UNESCO, no documento já citado, à procura pelo ensino superior, cresceu mundialmente, de maneira mais expressiva nos países emergentes, devido ao grande déficit histórico existente. Entre o período de 1980 a 1995, esses números aumentaram de 51 milhões para 82 milhões de alunos matriculados. A tabela 1, da UNESCO, a seguir retrata essa realidade.

Tabela 1 - Número de Estudantes (em milhões), por região, 1980-1995 - UNESCO

Região	1980	1985	1990	1995
Total Mundial	51.160	60.296	68.665	81.745
Regiões mais Desenvolvidas	23.321	25.053	29.050	34.346
América do Norte	13.517	13.887	15.628	16.438
Ásia / Oceania	2.910	2.929	3.512	5.318
Europa	6.895	8.237	9.910	12.589
Países em Transição	11.317	10.882	10.716	10.790
Regiões menos Desenvolvidas	16.523	24.361	28.899	36.610
África Sub-sahariana	563	906	1.365	1.926
Estados Árabes	1.487	2.017	2.449	3.143
América Latina / Caribe	4.930	6.364	7.353	8.121
Ásia Oriental / Oceania	5.266	9.120	10.600	14.333
Ásia do Sul	4.063	5.535	6.456	8.004
Países menos Avançados	664	1.033	1.181	1.712

Fonte: Unesco / CRUB – 1999. pág. 250

Alguns motivos explicam o aumento pela procura do ensino superior, dentre eles; o número crescente de conclusões do ensino secundário, a concorrência e novas exigências do mercado de trabalho, cada vez mais instável e com novas prerrogativas de absorção de mão de obra, levando pessoas adultas a retornarem a sala de aula; a educação à distância, facilitada pelo avanço da informação e a interiorização do ensino superior, atendendo a uma demanda de pessoas, que não vivem nas capitais.

Todavia, com essa grande procura, recaem sobre as universidades novas responsabilidades. Atender a uma demanda crescente, e ofertar ensino de qualidade, para uma sociedade e um mercado consumidor cada vez mais seletivo, haja vista, a concorrência e as novas prerrogativas de um mundo globalizado.

Nos anos 1960 e 1970, o crescimento das nações estava ligado à oferta de energia, por causa da expansão industrial e do consumo, diferente do que acontece, a partir do final dos anos de 1990, quando a educação passou a ser ferramenta essencial para o desenvolvimento; quem não investiu em educação vem reduzindo seu crescimento, segundo Castro (1995, pág. 18) “quem tropeçou na educação, murchou no crescimento”. Sobre esse aspecto, Dias Sobrinho afirma:

Não é pouco o que se espera da educação superior, pois, além das demandas clássicas, além dos compromissos com o aprofundamento dos valores humanísticos, agora surgem às novas exigências ligadas à globalização e às consequências do acelerado desenvolvimento tecnológico e informacional. (DIAS SOBRINHO, 2005, p. 101).

Essas novas exigências esperadas da educação superior no século XXI, citadas por Dias Sobrinho, têm relação direta com as novas demandas de mercado. Profissões estão desaparecendo, cedendo lugar para outras, que exigem muito mais tempo de estudo e conhecimento. O setor terciário vem crescendo, e para muitos países, já se apresenta como o de maior empregabilidade. Os demais setores econômicos passam por uma intensa mecanização, necessitando de mão de obra especializada, exigindo novamente, investimentos em conhecimento, ciência e tecnologia.

A visão das famílias e das próprias pessoas mudou em relação à educação. Se antes poucos tinham acesso, hoje à procura é de fato crescente, pois o curso superior pode garantir melhores salários, em um mercado competitivo, que já exige formação superior para muitos dos seus trabalhadores.

Há uma economia global caótica e obsessivamente voltada para a engrenagem financeira. A dimensão produtivista e empregatícia, tradicional ao desenvolvimento do capitalismo, vem sendo deixada à deriva, alterando as relações clássicas entre o capital e o trabalho em favor das novas tensões entre os que têm trabalho e emprego e os que não os tem. Para analistas sociais das relações internacionais, chegou-se ao limite do suportável no que tange à ampliação da exclusão social e da concentração de renda. (SARAIVA. 2012. p. p. 79 e 80)

Outra tendência do cenário mundial deu-se na formação de blocos econômicos, modelados pela União Europeia (UE), Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), e Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA), entre outros. Estes, em tese, deveriam facilitar a circulação de bens e serviços e dessa maneira ampliar a mobilidade populacional entre os países, sendo necessário assim, adotarem políticas educacionais para atenderem aos envolvidos nessa circulação, criando unicidade para o próprio bloco econômico.

Por outro lado, as facilidades de estudar em outro país é uma realidade crescente. Oportunidades de bolsas, como o programa Ciência sem Fronteiras¹⁰ do governo brasileiro, que teve início em 2011, pela presidenta Dilma Rousseff, através de parcerias entre os Ministérios da Educação (MEC), Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e o setor privado, vêm garantindo estudo fora do Brasil, para estudantes de graduação e pós-graduação, sendo esse um dos efeitos da globalização na política educacional brasileira. Segundo Ney:

O Sistema Educacional, pelo artigo 43 da Lei nº 9.394/96, tem a responsabilidade da formação profissional e do desenvolvimento de pesquisa e estudos em busca de novos conhecimentos. Assim, as Universidades, Instituições de Pesquisa e Escolas Técnicas formam as organizações e as pessoas que irão atuar no desenvolvimento nacional. (NEY, 2008, p. 58).

Esse modelo de envio de estudantes para fora das fronteiras nacionais, já era utilizado por outros países, como o caso do Japão, a partir dos anos de 1960 e já no final do século XX, os governos chineses e indianos oportunizaram a seus jovens estudarem no exterior¹¹. Os países de maior procura são Canadá, os EUA, Alemanha, Inglaterra, França e Austrália, “a internacionalização é a globalização da educação superior, o desenvolvimento do aumento de sistemas educacionais integrados e as relações universitárias além da nação”. (MARGINSON; RHOADES 2002 apud MOROSINI, 2006, p.115).

A nova tendência é que essa modalidade de integração¹² do ensino se torne uma realidade para muitos outros países. O destaque tem sido para nações europeias devido a reformas recentes em seu sistema educacional superior. Como afirma Guy Haug (2009, p. 97) "el proceso de convergencia educativa europea hacia

¹⁰ Entre os objetivos principais desse programa podemos citar a procura de pessoal qualificado para ocupar espaços na sociedade do conhecimento, aumentar a presença de pesquisadores brasileiros no exterior e atrair jovens talentos científicos e investigadores altamente qualificados para trabalhar no Brasil.

¹¹ O Brasil já possuía essa experiência de envio de estudantes ao exterior nos anos de 1980, mas o ciclo atual é bem mais numeroso e atende a uma política de globalização e internacionalização presente no mundo atual.

¹² **Mobilidade de integração** se refere ao deslocamento temporário de estudantes, através de convênios de integração internacional.

objetivos europeos se extendió a todos los niveles y partes de los sistemas educativos", promovendo uma internacionalização mais complexa e completa.

Segundo Azevedo:

(...) a internacionalização não é um fenômeno metafísico de transposição de fronteiras, mas, sim, um complexo processo de integração a um campo acadêmico mundializado em que os diversos atores sociais travam relações com vistas a intercambiar, a cooperar e a compartilhar solidariamente no âmbito de suas ações sociais e espaços de influência no que se relaciona ao conhecimento, à ciência, à técnica, às artes e a cultura. (AZEVEDO, 2008, p. 876).

A internacionalização está estritamente vinculada ao processo de integração, mas essa integração, não deve visar apenas aspectos econômicos, pois uma integração plena deve contemplar as questões políticas, sociais e culturais. Muitos processos de integração utilizam apenas o viés econômico, mas os demais devem também ser contemplados, juntos ou separados, dependendo da conjuntura, sendo essenciais para a coesão de uma estrutura de integração regional ou global.

As lutas pela apropriação dos bens econômicos ou culturais são, inseparavelmente, lutas simbólicas pela apropriação desses sinais distintivos como são os bens ou as práticas classificados e classificadores ou pela conservação ou subversão dos princípios de classificação dessas propriedades distintivas. (BOURDIEU, 2011, p. 233).

Seja na conjuntura global, nacional ou regional, as universidades aparecem como instituições promotoras dessa integração pela força de suas atividades de graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão. Haja vista, que não existe ciência sem integração, principalmente no modelo atual, onde vários lugares e pesquisas estão inter e intraligados, em uma rede de comunicações de ensino tanto de graduação, como de pós-graduação. Dessa maneira Altbach afirma:

las instituciones académicas son internacionales. Están relacionadas más allá de las fronteras por una tradición histórica común. También se conectan a partir de una red de conocimientos internacional, que comunica las investigaciones en todo el mundo (...). La universidad es, más que ninguna otra institución, internacional por naturaleza. Las universidades de más alto nivel y sus académicos y científicos están directamente incluidas dentro de la red internacional. Los que están en la periferia, en cambio, pueden no estar incluidos directamente, pero de todos modos resultan afectados por ellas. En un mundo en el cual las relaciones internacionales en el comercio, la ciencia y la tecnología se consideran fundamentales para la 'competitividad', el papel internacional de la academia es aún más important. (ALTBACH, 2009, p. p. 253 - 254)

A Europa de destaca nessa nova conjuntura do ensino a partir dos anos de 1990, através de acordos, anteriores, como Declaração de Sorbonne¹³ de maio de 1998 e a Declaração de Bolonha de junho de 1999. A preocupação em perder espaço educacional, constantemente para os EUA, nas últimas décadas, fez com que as nações europeias, facilitassem essa mobilidade. Foi criado o Sistema de Crédito Europeu, permitindo o reconhecimento de titulações e períodos de estudos assim como a mobilidade de estudantes entre países do continente. Esse processo de reforma do ensino superior na Europa foi significativo para outros países fora desse continente, servido de modelo em algumas estâncias para outras reformas educacionais do ensino superior, como no caso do Brasil.

No contexto sul-americano, o MERCOSUL, também já apontava desde o início, essa tendência de integração cultural. Em sua criação, já destacava um capítulo específico para a educação, fortalecendo e dinamizando o processo de integração entre os países membros (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai), no qual na prática, essa integração regional não ocorreu como se esperava, mesmo com vinte e três anos de funcionamento do bloco, devido aos obstáculos econômicos e políticos vivenciados por essas nações¹⁴.

A preocupação com a integração educacional inicia-se com a assinatura do Protocolo de Intenções¹⁵, em 13 de dezembro de 1991, na cidade de Brasília pelos ministros da educação dos países integrados ao bloco regional. A UNILA surge com a promessa, ainda que atrasada, de intensificar essa integração latina americana, no qual o Brasil procura assumir de vez a liderança nesse quesito na região.

¹³ **Declaração Sorbonne** instituiu as bases para a criação de um Espaço Europeu de Educação Superior, assinada em 1998, pelos ministros da educação da França, Itália, Alemanha e Inglaterra.

¹⁴ A proposta de criação de uma universidade para o MERCOSUL, não foi aceita por vários países membros, fazendo com que o projeto da UNILA e da UNILAB se torne propostas do Brasil. Ambas são universidades brasileiras que oferecem vagas para países latinos e de língua portuguesa na África e Ásia, em um projeto de cooperação solidária, mas não deixam de ser universidades federais brasileiras, pois a integração não se faz presente nos demais países, pois não possuem nenhuma unidade das distintas universidades em seus territórios.

¹⁵ **Protocolo de Intenções** consistiu em construir um espaço educacional integrado por meio da coordenação de políticas de educação, promovendo a mobilidade, o intercâmbio e a formação de uma identidade regional para os países que compõem o MERCOSUL.

No âmbito nacional, a UNILA é criada, na cidade de Foz do Iguaçu-PR, a partir da Lei 12.189, de 12 janeiro de 2010, através do compromisso do governo brasileiro com os países do MERCOSUL e da própria América Latina e Caribe. Um dos objetivos propostos, para a criação dessa universidade, é formar recursos humanos aptos a contribuir com a integração latino-americana, com o desenvolvimento regional e com o intercâmbio cultural, científico e educacional da América Latina e Caribe.

Em julho de 2010, através da Lei 12.289, é criada a UNILAB, na cidade de Redenção-CE, também com proposta de integração e internacionalização do ensino, com os países da CPLP, principalmente os africanos de língua oficial portuguesa e Timor Leste na Ásia. Em seu artigo 2º está definido o objetivo, o qual será:

Ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária, tendo como missão institucional específica formar recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP, especialmente os países africanos, bem como promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional. (BRASIL, 2010).

Essas universidades com propostas de internacionalização solidária simbolizam os rumos, da política educacional brasileira, nesse início de século XXI, integrando um programa de integração denominado Sul-Sul¹⁶, por parte do governo brasileiro, com grandes interesses na zona do Atlântico Sul. Essa área já foi palco de disputas entre Brasil, Argentina e África do Sul, principalmente entre os anos de 1960 a 1980, em um contexto geopolítico militar e que atualmente, pode ser palco de disputas no caráter do conhecimento, todavia nesse aspecto o Brasil encontra-se na frente.

A proposta de internacionalização do ensino a partir dessas universidades, UNILA para a América Latina e Caribe e UNILAB para os países africanos de língua portuguesa e Timor Leste na Ásia, são iniciativas do governo brasileiro, mas que não possui espelho nos demais países envolvidos. Uma

¹⁶ **Programa Sul-Sul** visa uma parceria e integração entre nações do Atlântico Sul e Ásia no âmbito do conhecimento e do desenvolvimento econômico regional, visando o progresso dessas regiões, através de uma cooperação solidária.

proposta de integração se concretiza, quando ambos os lados se prontificam a assumir a nova jornada, e isso não vem ocorrendo, nessa proposta de ensino, pois até o momento, não se contempla uma UNILA em outros países latinos e uma UNILAB em nenhuma nação africana de língua portuguesa. Dessa forma, será fundamental uma vigorosa relação em redes para se concretizar essa cooperação internacional.

Outro problema da proposta de internacionalização dessas instituições é que uma universidade internacional é aquela que possui um conhecimento global, diferente no momento, das universidades aqui estudadas, que constroem conhecimentos, a partir dos parâmetros de ensino do Brasil. Através desses exemplos aqui apresentados, podemos entender o destaque que a universidade possui, nesse início de século XXI, como promotora do conhecimento, possibilitando crescimento, principalmente para as nações em desenvolvimento. As universidades são instituições multifacetadas em todas as sociedades, elas são sustentadoras de avanços, na nova conjuntura internacional mundializada.

Na verdade, os desafios são muitos, pois a geração do conhecimento se apresenta como uma ferramenta de crescimento e avanço para sociedades atuais, atendendo a algumas questões. De um lado os interesses do governo em suas políticas institucionais, do outro lado, as demandas de mercado, exigindo profissionais qualificados e ao mesmo tempo as cobranças sociais que devem ser atendidas. A situação estar posta, para o cenário do ensino superior, no contexto mundial e nacional, no qual as perspectivas são de crescimento dos investimentos, nesse setor, e que possibilite melhorias sociais e econômicas para a sociedade que dele necessita¹⁷.

¹⁷ Esses investimentos são esperados para atender uma demanda mundial, porém são muitas as vezes barrados pela grande desigualdade socioeconômica entre as nações, panorama de uma estrutura capitalista de concentração de bens e serviços, onde a educação aparece como um desses serviços necessários para garantir a política de bem estar social.

2.2 Conferências Mundiais sobre Educação Superior – UNESCO 1998 e 2009

No limiar desse início de século XXI, novas fronteiras vêm sendo vencidas em relação à educação superior e novas exigências surgem. O próprio mercado de trabalho promove essa cobrança, como já citado nessa pesquisa, sendo a educação de vital importância, não apenas para o avanço sociocultural, mas também para o fortalecimento de conhecimento por parte da mão de obra, que necessita atender aos apelos de um mercado dinâmico e rápido em sua produção.

Através dessa nova realidade, a procura pelo ensino superior cresceu a partir do início do século XXI. Os números de matriculados se multiplicaram mundialmente, através de uma expansão espetacular. É com a ideia de prover soluções e avanços para estes desafios e reformas na educação superior mundial, que a UNESCO convocou a Conferência Mundial sobre a Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação, ocorrida em Paris entre os dias 5 a 9 de outubro de 1998.

Essa conferência se destacou pelo número de participantes e por sua diversidade. Sua construção se deu em anos anteriores, principalmente em 1996, com a Conferência Regional de Havana¹⁸, que já delimitava os interesses da UNESCO, nesse setor, que seria garantir ensino superior em um formato internacional, de qualidade e que garantisse o desenvolvimento das nações.

Essa discussão teve início em fevereiro de 1995, quando a UNESCO, publicou o Documento de “Política para a Mudança e o Desenvolvimento na Educação Superior”. Nesse documento, depois de observar as tendências da educação superior e os desafios futuros pela UNESCO, por questões metodológicas, foram aglutinadas todas as questões, sob três elementos: a pertinência, a qualidade e a cooperação internacional.

O documento da UNESCO afirma que antes de criar o ensino superior desejado, primeiro seria necessário, pensar no modelo de sociedade que deseja construir, para que o ensino esteja de acordo com suas necessidades. Seria

¹⁸ **Conferência de Havana** ocorreu entre os dias 18 a 22 de novembro de 1996, como primeiro de uma série de encontros regionais, preparatórios à Conferência Mundial sobre o Ensino Superior que a UNESCO convocou para setembro de 1998, em Paris.

fundamental construir princípios voltados à paz, respeito aos direitos humanos e a preservação da natureza. Nesse contexto, segundo a UNESCO, seria necessária a participação do Estado, da sociedade e do setor privado, através de investimentos e políticas em longo prazo, para garantir o bom desenvolvimento do ensino superior, através de resultados positivos.

A Conferência da UNESCO de 1998 adotou dois documentos: “Declaração Mundial sobre a Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação”, conhecida como a Declaração de Paris, e o “Marco de Ação Prioritário para a Mudança e o Desenvolvimento da Educação Superior”. Ela também foi dividida em três eixos principais. O primeiro das comissões, que era o resultado de cinco grandes conferências regionais e de algumas reuniões internacionais; as plenárias, onde os delegados, normalmente ministros, que apresentaram a visão de cada país sobre a educação superior e os debates temáticos, sobre os desafios do ensino superior para o século XXI.

A Conferência da Educação Superior da UNESCO é resultado de um período de várias conferências que trataram de temas diversos, onde as principais estão retratadas na tabela 2, a seguir.

Tabela – 2: Conferências Mundiais

CONFERÊNCIAS MUNDIAIS	PAÍS	ANO
Conferência Mundial sobre Educação para Todos	Tailândia	1990
Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento	Brasil	1992
Conferência sobre Liberdade Acadêmica e Autonomia Universitária	Romênia	1992
Conferência Mundial sobre Direitos Humanos	Áustria	1993
27ª Conferência Geral da UNESCO	Paris	1993
44ª Sessões da Conferência Internacional de Educação	Genebra	1994
Convocação Mundial para o Desenvolvimento Social	Suíça	1995
IV Conferência Mundial sobre Mulheres em Beijing	China	1995
45ª Sessões da Conferência Internacional de Educação	Genebra	1996
Congresso Internacional sobre Educação e Informática	Rússia	1996
29ª Conferência Geral da UNESCO	Paris	1997
Congresso Mundial sobre Educação Superior e Desenvolvimento de Recursos Humanos para o Século XXI	Filipinas	1997
V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos	Alemanha	1997
Agenda para o Futuro sob o Tema 2 -“Melhorando as condições e qualidade de aprendizagem”.	Paris	1998

Fonte: UNESCO (Adaptado) 2014

Todos esses encontros criaram fóruns de discussões importantes, demonstrando que o laço comum entre eles é a ênfase de que a educação é um dos pilares ao desenvolvimento, à soberania, à igualdade; elementos indispensáveis ao desenvolvimento sustentável entre as nações para o século XXI. Para Oliveira:

Neste novo século, no qual ingressamos faz alguns anos, nada é mais importante para o futuro de uma sociedade que a qualidade do seu sistema escolar. Vários especialistas de inúmeras áreas da filosofia ou das ciências asseguraram que o ensino é a chave para o desenvolvimento econômico e social sustentável. (OLIVEIRA, 2010, p. 9).

No limiar do século XXI a educação superior deve ser aquela que possa ser acessível a todos, mediante seu mérito; garantir a pesquisa, visando o desenvolvimento mundial; existir de forma permanente, para garantir oportunidades; reforçar a sua função crítica e promover a liberdade acadêmica, possuindo autonomia, para garantir qualidade de serviços à sociedade; fortalecer os laços com

o mercado de trabalho, objetivando a proteção ambiental; reafirmar a importância da internacionalização da educação superior, para garantir um conhecimento global. Segundo Ney:

A Educação Superior deve estruturar-se em fundamentos axiológicos do processo educativo, ou seja, seus valores devem constituir uma cultura de contínua transformação social sempre na busca do desenvolvimento e do progresso da própria sociedade. (NEY, 2008, p. 141).

Graças a essa Conferência da UNESCO, a educação superior passou a ocupar um papel de destaque nas políticas internacionais. Na América Latina, verificamos o aumento no número de vagas e inclusão de diversas pessoas ao ensino superior. Por mais que essa expansão tenha ocorrido em parte pelo setor privado, que foi beneficiado, pelas linhas de créditos abertas, não podemos esquecer que em décadas anteriores, poucos tinham acesso a essa parcela do ensino, mesmo sendo direito de todos.

A oferta do ensino de qualidade permanece em grande parte, a encargo do Estado, que o oferece em suas instituições de ensino ou através das linhas de crédito, para o setor privado. Mas o poder de regulamentação, através da expansão do ensino privado, perfaz uma nova conjuntura para a função desse próprio Estado como órgão regulador do ensino superior, não podendo ao mesmo tempo se afastar de sua função de garantir a internacionalização do conhecimento.

A internacionalização arrisca transformar, permanentemente, o papel do Estado. O modo de regulação das políticas educacionais sobre o plano do financiamento e da produção esteve por muito tempo dependente do Estado sob um modelo hierárquico e burocrático. (AKKARI, 2011, p. 119).

Entre os dias 5 e 8 de julho de 2009, na sede da UNESCO em Paris, ocorreu a 2ª Conferência Mundial de Ensino Superior, que reconheceu a importância dos resultados da Conferência Mundial de Ensino Superior de 1998. Possuiu como tema central “As Novas Dinâmicas do Ensino Superior e Pesquisa para a Mudança e o Desenvolvimento Social”. Ali se reforçou a leitura de que a educação superior é um bem público de responsabilidade dos investidores. Tem como objetivo, garantir conhecimento multifacetado sobre várias questões do mundo atual e gerar conhecimento global, para atingir os desafios da mundialização, em relação à

segurança alimentar, mudanças climáticas, uso da água, geração de energia renovável e criar um diálogo intercultural.

O acesso igual à educação, também foi uma das metas propostas por essa Conferência, não apenas o acesso, mas garantir o sucesso dos ingressos, através da qualidade permanente do ensino superior, que ainda não é igual mundialmente, levando em consideração as disparidades entre as nações. Criar esse acesso à educação, em escala nacional e mundial, passou a ser prioridade de muitos Estados Membros, após essa conferência, vislumbrando nesse processo, a igualdade entre os povos, a paz e o progresso mundial.

A sociedade do conhecimento dos dias atuais necessita de instituições que garantam um sistema educacional diversificado e que abranja tipos diferentes de alunos, através de tipos diferentes de conhecimentos. Expandir o acesso ao ensino é um desafio, e garantir qualidade é uma função importante na educação superior contemporânea.

Para a UNESCO a cooperação internacional na educação superior se baseia na solidariedade e no respeito mútuo entre os povos, para garantir valores humanísticos e um diálogo intercultural. Dessa forma, a educação transfronteiriça cria oportunidades para aqueles que desejam uma experiência educacional em outra nação, fortalecendo seu futuro cabedal intelectual podendo contribuir com o avanço socioeconômico do seu país. Essa visão desenvolvimentista enfrenta problemas econômicos e políticos para se concretizarem, pois o mundo não é feito de plena igualdade de direitos, inclusive no aspecto educacional, que mesmo apresentada como direito de todos, encontra obstáculos para sua plenitude. As diferenças são notórias entre as nações no quesito educação, principalmente em relação à qualidade e investimentos nesse setor da sociedade.

A Conferência de 1998 também concluiu que no campo da pesquisa existem grandes dificuldades, desde os recursos disponíveis a pessoas qualificadas para isso. Apontou que seria necessário firmar parcerias com empresas públicas e privadas para estrutura de funcionamento. As bolsas de estudo devem ser estimuladas para garantir qualidade e integridade na pesquisa no ensino superior. Em relação às universidades, a liberdade acadêmica sempre deve ser algo

fundamental que deve ser protegido no inconstante cenário global que cada vez mais faz parte de seu cotidiano.

Entre os dias 12 e 13 de novembro de 2013, ocorreu a 37ª Conferência Geral da UNESCO. Nessa reunião foram apresentados os relatórios sobre a implementação do Programa Internacional para o Desenvolvimento da Comunicação e a execução do Programa Informação para Todos, reforçando as bases da internacionalização do conhecimento, demonstrando mais uma vez, a constante preocupação dessa instituição e organismo internacional na propagação de conhecimento em escala global, cabendo a esse desafio, as instituições de ensino superior. Esse novo desafio fez surgir novos paradigmas para as universidades e intensificou sua atuação internacional na nova estrutura de globalização presente no mundo contemporâneo.

É baseado nesses princípios de igualdade ao ensino e a internacionalização do conhecimento, que o Brasil utilizou como pressuposto, para a criação de suas universidades de cooperação internacional (UNILA e UNILAB), com a América Latina e Caribe, África e Timor Leste na Ásia (compondo o grupo da CPLP). Por trás dessa ação de Governo, estava em jogo, o controle de áreas estratégicas na América Latina e Caribe e parte de países africanos, em especial os que falam a língua portuguesa, que hoje possuem grandes investimentos com o governo brasileiro, através de obras de estrutura urbana e tornando-se grandes fornecedores de recursos naturais, como minérios e agricultura para o Brasil¹⁹. Esse

¹⁹ Os investimentos do governo e de empresas brasileiras no início do século XXI são significativos na África, entre eles podemos citar a África do Sul, onde atua, a Vale, a empresa de ônibus Marcopolo e a Marfrig, dona da marca Seara. Em Angola, a construtora Odebrecht possui 47 projetos em andamento, que incluem barragens, autoestradas, desenvolvimento diamantífero, linha de transmissão Capanda-Lucala-Viana e o Polo Industrial de Viana, nesse país a presença da Petrobrás é significativa e agressiva na extração de petróleo. Já na Líbia, a Petrobrás adquiriu o direito de extrair petróleo e gás natural e a Odebrecht chegou ao país em 2006 para a construção do Anel Rodoviário de Trípoli, uma obra estimada em 250 milhões de euros, e a construção de dois terminais do Aeroporto Internacional de Trípoli. Em Moçambique o marco foi 2007, quando a Vale conquistou os direitos de exploração das reservas de carvão de Moatize, além da Vale, outra empresa que se destaca na atuação em Moçambique é a Odebrecht, com a construção das instalações da gigantesca mina de Moatize que a Vale vai explorar. Além das obras da mina, infraestrutura de rodovias e a construção da usina de beneficiamento de carvão mineral, a Odebrecht também ficou responsável pela construção da vila que receberá as famílias desapropriadas pela construção. Na área dos investimentos estatais, a Eletrobrás é uma das grandes empresas que atuam em Moçambique, na construção de uma linha de transmissão de alta tensão, ligando a província de Tete a Maputo, também chamada de “espinha dorsal”. A Petrobras, em 2007, assinou acordos com a Empresa Nacional de Hidrocarbonetos – ENH, a estatal moçambicana, na área de pesquisa em biocombustíveis. (Ministério das Relações Exteriores – adaptado – 2015).

pressuposto imperialista, por parte do Brasil, já era percebido no campo econômico, através da supremacia econômica regional. Agora vem emergindo por intermédio da educação, que se tornou a grande ferramenta de poder nesse início de século XXI. Esse contexto expansionista, por parte do Brasil, é percebido pela supremacia econômica regional do país e agora se apresenta através da educação, que se tornou a grande ferramenta de poder nesse início de século XXI.

2.3 A influência do processo de Bolonha para a América Latina e para o Brasil

Uma reforma educativa visa mudanças em uma estrutura estabelecida, geralmente, proposta por políticos, para tentar resolver possíveis problemas na estrutura existente. Isso não significa que serão sempre positivas, pois nem sempre a estrutura vigente necessita de mudanças, mas quando existem, podem possuir pequeno ou grande alcance, no qual em alguns casos, são até radicais. “Não há proposta de reforma que não se justifique como um projeto de superação de determinada situação à qual já não mais se quer que perdue”. (DIAS SOBRINHO, 2005, p. 168).

O continente europeu foi berço de grandes universidades, e no início do século XIX, quando ocorreu a ascensão do conceito de Estado-Nação, iniciaram grandes mudanças em suas instituições de ensino superior. Em quase todo o continente, as universidades passaram a ser controladas pelo Estado e começaram a fornecer profissionais para o setor industrial.

Nesse contexto, sugeriram três modelos universitários durante o século XIX. O Humboldtiano da Alemanha, que considerava a pesquisa como a finalidade principal de uma universidade, onde as instituições de ensino se tornaram centros de pesquisas para o Estado. O modelo Napoleônico da França, que tinha finalidade de formar profissionais públicos e atender ao progresso da nação. E o modelo Anglo-Saxão do Reino Unido, onde as universidades foram consideradas instituições públicas no que diz respeito ao acesso dos estudantes, mas privadas do ponto de vista jurídico. Vale lembrar que durante o século XX, o modelo americano obtém espaço, modelo esse que procura conciliar a formação universitária ao capitalismo e

o mercado de trabalho. Até os anos de 1990, três modelos estavam presentes na Europa, e por mais que tenham funcionado durante muito tempo, se tornaram obsoletos, onde as universidades vivenciavam certo atraso, em relação ao modelo dos EUA, possuindo vagas ociosas, cursos de longa duração, desfocados da realidade americana que prevalecia e atraía alunos de vários lugares do mundo e atendia necessidades do mercado.

Foi nesse contexto, que nas comemorações dos 800 anos da Universidade de Sorbonne, em 25 de maio de 1998, surgiu a proposta de europeização dos sistemas de educação superior do continente, seguindo o modelo de integração da União Europeia. Foi nessa data que ministros da educação da França, Alemanha, Itália e Inglaterra, assinaram a Declaração de Sorbonne, criando um compromisso político que dá início a construção de um espaço europeu para educação superior.

Um ano após sua publicação, a Declaração de Sorbonne evoluiu para um caráter mais efetivo, com a Declaração de Bolonha em 1999, assinada por ministros de vinte e nove países, que se comprometeram em criar um Espaço Europeu de Ensino Superior (EEES) até o ano de 2010, com currículos e diplomas harmonizados. Entre seus objetivos, visava aumentar a atração de estudantes de outros países e continentes, criar uma maior coerência e equivalência na estrutura dos currículos e cursos superiores, o reconhecimento de estudos e títulos e incentivar a mobilidade dos estudantes nas diversas fronteiras da Europa. Sobre essa reforma, Dias Sobrinho, comenta:

Uma premissa fundamental desse programa de reformas consiste em que uma Europa unida e forte depende de uma educação superior que lhe forneça as bases da inovação, da competitividade e da produtividade. Porém, essas propriedades não se manifestam no vácuo, tampouco separadamente. Precisam fazer parte de um conjunto muito bem articulado de produção e socialização de conhecimentos, de interconexão e processamento de informação. (DIAS SOBRINHO, 2005, p. p. 170 e 171).

Ao se forjar um novo espaço de educação na Europa, os modelos antigos foram desaparecendo, dando lugar a um sistema unificado de ensino superior. É bom frisar, que as bases políticas para essas ações estão fundamentadas na constituição da União Europeia, na lógica da globalização e integração entre as nações, uma vez que, uma Europa forte e competitiva passaria necessariamente por

uma convergência do ensino, forte, integrado e moderno. Sobre essa proposta Kühnhardt afirma:

A direção está tomada para um papel global da Europa. A transparência de seu perfil é ainda muito débil; as contradições são evidentes e os conflitos serão inevitáveis. Porém, a Europa se está movendo para uma nova projeção de si mesma e para uma nova presença em assuntos globais. (KÜNHARDT, 2003, p. 53).

A criação do EEES também se agrega a declaração o Conselho Europeu, que afirmava no ano de 2000, que até 2010 a União Europeia deveria transforma-se na economia mais competitiva e dinâmica do mundo, baseada no conhecimento. Atualmente, o Processo de Bolonha possui 45 países.

O European Credit Accumulation and Transfer System (ECTS) ou Sistema Europeu de Transferência e Acumulação de Créditos é um dos principais instrumentos de implementação do processo de Bolonha. Este sistema atribui créditos às unidades curriculares na Europa, nos quais os mesmos são atribuídos em função do número de horas de trabalho que os estudantes devem realizar para as unidades curriculares. Os ciclos de estudos passaram a ser divididos em três, sendo o primeiro correspondente ao grau de licenciado, o segundo corresponde ao grau de mestre e o terceiro ao grau de doutorado. Nesse modelo de 3-2-3 (licenciatura, mestrado e doutorado), o aluno conclui seus estudos acadêmicos em oito anos.

Um dos aspectos esperados por esse conjunto de mudanças foi o crescimento da mobilidade estudantil e docente pelo continente europeu, e a ampliação do poder de atração de alunos de outros continentes e países. Essa preocupação era explicada pela perda do poder de atração do continente, principalmente para os EUA, nas décadas posteriores a Segunda Guerra Mundial. Segundo Bloom:

O ensino superior pode também ajudar os países a atrair os investimentos estrangeiros e a participar mais eficazmente nos negócios internacionais, dadas às exigências técnicas da diplomacia, do comércio internacional e de governança global. (BLOOM, 2003, p. 153).

O processo de consolidação do Espaço Europeu de Ensino Superior influenciou as propostas de ensino de outros lugares do mundo, inclusive da América Latina e Caribe, em especial as universidades brasileiras nos últimos anos, como também influenciou a própria política de governo, para a educação superior da área latina das Américas.

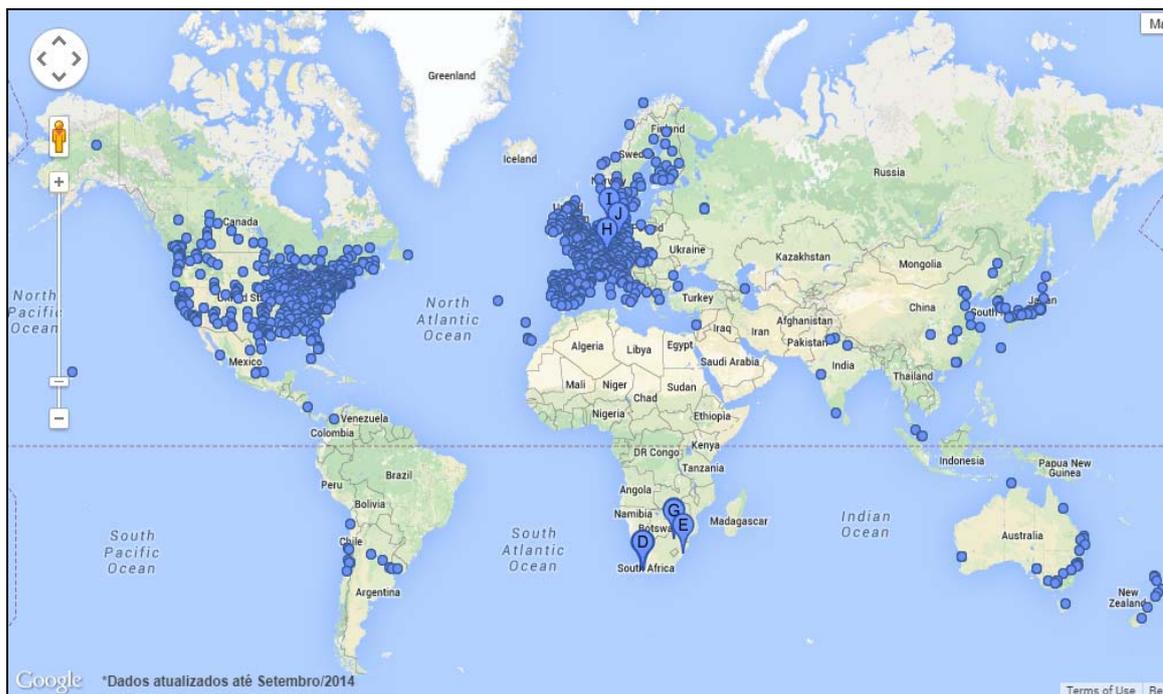
Podemos aqui exemplificar a convergência dos sistemas de educação superior da Europa, com a América Latina e Caribe, fundados a partir do Tratado de Amizade Brasil e Portugal²⁰, das medidas discutidas no MERCOSUL e da criação das universidades com propostas de internacionalização, a UNILA e a UNILAB.

O Decreto nº 3.927/2001 do acordo entre Brasil e Portugal, em seu artigo 33 a 38 dispõem sobre a Cooperação no Domínio do Ensino e da Pesquisa, e nos artigos 37 e 38, prevê a possibilidade de estudantes brasileiros e portugueses, completarem seus estudos em universidades fora do seu país de origem.

A quantidade de bolsas de estudos para programas de graduação e pós-graduação, só vem crescendo no Brasil nos últimos anos. Só no programa Ciência sem Fronteiras dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Ministério da Educação (MEC), por meio de suas respectivas instituições de fomento – CNPq e Capes – e Secretarias de Ensino Superior e de Ensino Tecnológico do MEC, implementou até o ano de 2014, 71.474 bolsas, para diversos países em vários continentes. Na ilustração 1, encontramos o mapa de distribuição por países e continentes desse programa e a tabela 3, demonstra o número de bolsas implantadas e vigentes por países envolvidos nesse programa brasileiro, dessa forma, podemos observar o alcance do mesmo para os estudantes brasileiros.

²⁰ **O Tratado de Amizade entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa**, firmado em 2001 (Decreto nº 3.927, de 19 de setembro de 2001), consiste num documento legal que estabelece tanto a “Cooperação no Domínio do Ensino e da Pesquisa”, como o “Reconhecimento de Graus e Títulos Acadêmicos e de Títulos de Especialização”, obtidos em instituições de ensino superior nos dois países (BRASIL, Decreto nº 3.927/2001).

Ilustração – 1: Mapa de Distribuição dos alunos por países do programa Ciência sem Fronteiras



Fonte: Capes - Ciência sem Fronteiras (2014)²¹

²¹ A proposta de levar jovens a estudarem fora do Brasil não é nova, porém o alcance do Programa Ciências sem Fronteiras surpreendeu em números e países envolvidos.

Tabela – 3: Bolsistas do Programa Ciência sem Fronteiras

BOLSISTAS PELO MUNDO- CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS - 2011 - 2014		
PAÍSES	BOLSAS	
	IMPLEMENTADAS	VIGENTES
África do Sul	13	03
Alemanha	5691	3282
Argentina	06	04
Áustria	97	42
Austrália	5160	3640
Bulgária	01	0
Bélgica	417	150
Canadá	6373	3730
Chile	35	06
China	266	77
Cingapura	06	03
Colômbia	01	01
Coreia do Sul	449	131
Costa Rica	01	0
Cuba	01	0
Dinamarca	155	81
Eslováquia	01	0
Eslovênia	02	02
Espanha	4007	1254
Estados Unidos	20737	14208
Finlândia	182	76
França	6347	2230
Grécia	07	01
Holanda	1672	683
Hungria	1603	1165
Índia	06	01
Irlanda	2182	1141
Israel	06	01
Itália	2596	485
Japão	310	226
Luxemburgo	02	01
Malásia	01	01
México	11	03
Noruega	286	199
Nova Zelândia	195	154
Polônia	02	0
Portugal	3376	571
Reino unido	8897	5408
República Tcheca	13	03
Rússia	05	03
Suíça	119	41
Suécia	234	80
Turquia	01	0
Uruguai	02	01
TOTAL	71474	39088

Fonte: Capes - Ciência sem Fronteiras (Adaptado) 2014

Algo a se destacar com esses números é a grande quantidade de brasileiros para estudar nos EUA e na Europa, e a pequena procura, pela América Latina e África. Isso nos deixa com algumas indagações, em relação à proposta de articulação Sul-Sul, que promove a cooperação entre essas regiões via a UNILA e a UNILAB. Em que medida, as versões brasileiras dessas universidades podem encontrar correspondência institucional e universitária na América Latina, Caribe, continente africano e Ásia? A proposição de Universidades cooperativas encontra respaldos entre os vizinhos do Sul ou apenas expressam uma intencionalidade de expansão por parte do governo brasileiro? Por que o Brasil assumiu a liderança do ensino superior na região latina? Esses questionamentos visam indagar algo mais importante na nossa pesquisa, compreender as políticas educacionais dessa proposta de cooperação solidária Sul-Sul.

Na nossa perspectiva de estudo, encontramos muito mais uma confirmação de uma política de dominação, com caráter imperialista no Atlântico Sul, que já é palco de disputas há algumas décadas, em especial entre o Brasil, Argentina e África do Sul, do que de fato um processo de integração regional como é apregoadado. São notórios os investimentos econômicos do Brasil nessas regiões, já existindo assim um domínio econômico por parte do governo brasileiro na região do Atlântico Sul. Para Penha, existem interesses geopolíticos nessa região e afirma:

A perspectiva dos geopolíticos brasileiros de projetar o Brasil como potência no Atlântico Sul deparou-se com inúmeros óbices de natureza econômica, tecnológica e militar, mas algumas das postulações como a ideia de “fronteira atlântica” vinculada ao “mar territorial”, inicialmente e a África em seguida, bem como a projeção antártica, seriam retomadas como pautas da política exterior brasileira. (PENHA, 2011, p. 98).

Em relação ao MERCOSUL, no que diz respeito à educação superior, existe uma instância denominada Setor Educacional do MERCOSUL (SEM), que defende a ideia de estabelecer um espaço acadêmico regional, que teria a finalidade de propiciar a formação de pessoas e facilitar o reconhecimento da produção regional. Esse espaço seria dividido em três frentes: reconhecimento de títulos entre instituições e países, mobilidade estudantil e cooperação interinstitucional, visando programas conjuntos de ensino e pesquisa das instituições parceiras no MERCOSUL. Nesse contexto, foram assinados alguns protocolos e acordos, por parte dos países do MERCOSUL, dentre eles o Protocolo de Integração

Educacional²² para Prosseguimento de Estudos de Pós-Graduação nas universidades dos países membros do bloco econômico, de 1996, e o Acordo de Admissão de Títulos e Graus Universitários para o Exercício de Atividades Acadêmicas nos Países Membros do MERCOSUL, assinado em 1999.

O Instituto MERCOSUL de Estudos Avançados (IMEA)²³ é uma tentativa de integração, pois a plena internacionalização depende da aceitação por parte da Argentina, Paraguai e Uruguai. O Brasil vem assumindo essa proposta que se materializa com a UNILA e logo após com a UNILAB. Mas vale lembrar que internacionalização do ensino, é algo compartilhado e não deve ser de forma unilateral, haja vista a necessidade de trocas interculturais e de conhecimentos acadêmicos.

Para a concretização da UNILAB, em maio de 2004, os ministros da educação dos países da CPLP assinaram na cidade de Fortaleza, no Estado do Ceará, um acordo que tinha como objetivo, criar num prazo de dez anos, um espaço de educação superior para esses países. Esse documento foi intitulado Declaração de Fortaleza, com propostas semelhantes ao modelo desenvolvido pelo Processo de Bolonha. Dentre elas podemos citar: qualidade das formações oferecidas no âmbito da CPLP, com reconhecimento internacional; mobilidade de docentes, pesquisadores e discentes; a cooperação na estrutura das formações superior e incentivar à participação das instituições da CPLP em programas de outras comunidades de países.

Em abril de 2008, quatro anos após o acordo, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil anunciou que no ano de 2010, seria criada uma universidade para atender os países da CPLP, na cidade de Redenção-CE, denominando-se até então UniCPLP. Com o objetivo de consolidar o idioma e a integração entre os países africanos e o Timor Leste, esse projeto evoluiu para a criação da UNILAB, na mesma cidade, com planos mais amplos de integração entre essas nações de língua

²² Estabelece a necessidade de um acordo sobre o reconhecimento de títulos universitários das Universidades dos Estados Partes do Tratado de Assunção, especificamente no que concerne à sua validade acadêmica, que possibilite o prosseguimento de estudos de pós-graduação em instituições superiores ou universitárias dos países do MERCOSUL. (MERCOSUL/CMC/DEC. N° 8/96).

²³ Criado em 7 de agosto de 2009 pelo Conselho da Universidade Federal do Paraná, sendo sediado posteriormente na UNILA.

portuguesa. A nova universidade teve a tutela inicial da Universidade Federal do Ceará, no seu processo de implantação. Neste sentido, cabe observar que Portugal faz parte da CPLP e é um dos países precursores do Processo de Bolonha. O movimento luso-afro-brasileiro possui direta influência do processo que vem ocorrendo na Europa desde os anos de 1990, sendo possível ampliá-lo agora entre Brasil e África, evidente com as devidas adaptações por se tratar de realidades diferentes.

Outro projeto em implantação no Brasil e com semelhanças ao modelo da UNILAB, e seguindo a estrutura de integração da União Europeia, é a UNILA, localizada na cidade de Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná, criada em 2010, por meio da Lei n. 12.189. A UNILA visa à integração dos países da América Latina, em um projeto bilíngue, entre o português e o espanhol, fortalecendo o papel do Brasil na região, como já citado, aqui nessa pesquisa.

As duas universidades reservam 50%²⁴ de suas vagas para alunos dos PALOPS e da América Latina e Caribe, e seguindo o modelo do EEES, o caráter internacional está presente nesses dois projetos, representando os interesses brasileiros na região do Atlântico Sul, como já mencionado.

Dessa forma, podemos concluir que os fundamentos do Processo de Bolonha, estão presentes na definição de espaços internacionais de educação superiores aqui apresentados, inclusive influenciando o Brasil em seus projetos atuais. O Brasil é um país integrante nessa internacionalização, seja protagonista ou coadjuvante, que teve início nos anos de 1990, procurando garantir sua área de influência no Atlântico Sul. É claro que nesse início de século a educação é vista como instrumento importante nas relações geopolíticas internacionais²⁵, reforçando essa política educacional.

²⁴ Na UNILAB esse percentual foi reduzido em alguns centros de acordo com a Resolução N° 004/2015, de 12 de maio de 2015.

²⁵ Investir em educação superior passa a ser algo importante na nova conjuntura internacional, principalmente no ensino superior, visando integração internacional e cooperação entre os diversos grupos regionais na nova globalização.

2.4 A globalização do ensino superior: desafios políticos e econômicos no século XXI

As últimas décadas do século XX e o início do século XXI têm sido pródigas em referências e discussões, que tentam explicar as transformações que vêm ocorrendo na estrutura política e econômica, através da influência de uma “nova globalização ou mundialização”²⁶.

Existiram outras fases de globalização, onde para muitos historiadores, teve início no período da expansão marítima europeia, principalmente no século XVI, com o advento da ampliação do comércio. Intensificou-se, ainda, com a Revolução Industrial Inglesa no século XVIII, que alcançou níveis de produção e de radiação econômica nunca vistos, a partir do avanço na rede de transporte e de energia, especialmente com as ferrovias e a máquina a vapor, que possibilitaram deslocamento com maior agilidade e o fornecimento energético, essencial para o funcionamento das máquinas.

A Globalização a partir de 1960 se apresenta otimista em relação ao crescimento tecnológico, oriundo da Revolução Técnico-Científica, liderada pelos Estados Unidos e pelo Japão, dando início a Terceira Revolução Industrial. Nessa fase, intensificam-se as comunicações, que alcançam mercados e pessoas à longa distância, com grande rapidez, promovendo uma grande agilidade, de circulação de ideias e de conhecimentos diversos, para vários recantos do planeta²⁷.

Nesse período pós-guerra, as divergências eram claras, através de duas ideologias (capitalismo e socialismo), que se gloriavam pela hegemonia global²⁸. O desmoronamento do imperialismo soviético de base socialista abriu espaço na história para uma nova fase de globalização ou na visão de Milton Santos, uma

²⁶ Consideramos “**Nova Globalização**” a fase atual, a partir da Nova Ordem Mundial, onde encontramos a hegemonia do capitalismo e uma maior integração econômica entre as nações, como também uma maior proximidade entre as mesmas, devido a rapidez das comunicações e da rede de transporte mundial. Na visão de Milton Santos esse contexto apresenta-se como mundialização através da maior integração entre as nações.

²⁷ Os avanços alcançados pela ciência durante o século XX possibilitou essa proximidade de diversos lugares do planeta.

²⁸ Essa fase de disputa pela hegemonia do planeta ficou conhecida como a Velha Ordem Mundial, marcada pela Corrida Armamentista e pela Guerra Fria.

mundialização, que não apregoa apenas a integração econômica entre as nações, mas também a integração sociocultural, pautadas por divergências, polêmicas e controvérsias. Dessa forma, passam a existir, uma frente otimista e pessimista de análise da conjunta global, os efeitos dessa integração possuem um dualismo de pontos positivos e pontos negativos, que atingem as pessoas e os lugares de maneira distinta, de acordo com os aspectos de desenvolvimento e subdesenvolvimento existente em cada nação.

As tensões criadas pela globalização exerceram uma forte pressão e influenciaram o ensino superior, obrigando a surgir mudanças e transformações. Na segunda metade do século passado, o ensino superior conheceu um crescimento sem precedentes, visando atender a uma demanda do Estado e da sociedade. Com o objetivo de qualificar a mão de obra, para atender as novas exigências do mercado global, passava a cobrar das pessoas, mais conhecimento técnico para atender ao avanço tecnológico que se apresentava a partir daquele momento. Dessa forma, Dias Sobrinho afirma:

Não se pode tratar as questões da educação, sem levar em conta a globalização. A atual globalização está produzindo nas sociedades fenômenos cada vez mais complexos. As mudanças efetuadas na educação superior têm a ver com as contradições que constituem essa complexidade. Por isso, frequentemente são exigidos compromissos de posições antagônicas e de difícil compatibilidade. (DIAS SOBRINHO, 2005, p. 36).

A influência da globalização na educação vem priorizando o alargamento dos sistemas de ensino superior, para atender determinadas necessidades de competitividade econômica e satisfação das necessidades sociais. Educação tornou-se, mais ainda, veículo de produção de mão de obra, e seu financiamento e investimento, passou a visar cada vez lucros imediatos. Por essa razão, a ação de grandes empresas aplicando dinheiro nesse setor, onde as instituições estão inclusive presentes em mercados de ações.

Dessa forma, existe, hoje, um clima de forte pressão social, política e econômica sobre as instituições de ensino superior, no que se refere ao financiamento e mercado. Por outro lado, estas pressões têm sido acompanhadas de significativas mudanças no papel do Estado. Segundo Akkari:

A internacionalização arrisca transformar, permanentemente, o papel do Estado. O modo de regulação das políticas educacionais sobre o plano do financiamento e da produção esteve por muito tempo dependente do Estado sob um modelo hierárquico e burocrático. As duas principais mudanças ocorridas nas políticas educacionais nas últimas décadas foram a descentralização e a privatização. (AKKARI, 2011, p. 119).

As instituições de ensino superior públicas continuam na liderança na produção de conhecimento, através da pesquisa e atuando em projetos de extensão, já que no setor privado, essas ações são reduzidas e voltadas para o ensino e produção de mão de obra. Dessa maneira encontramos discordância de ações no próprio setor de ensino superior, quando se analisa o público e o privado, pois no mundo globalizado, a produção de conhecimento, visa atender necessidades socioeconômicas da sociedade. Sobre essa discussão, Gárcia-Guadilla, afirma:

Por exemplo, os conceitos que descreviam dicotomias rígidas como público e privado, gratuito e não gratuito, bem público e mercado, entre outras, perdem valor analítico na medida em que atualmente as fronteiras tendem a borrar-se em contextos de alta complexidade onde os elementos se combinam de maneiras inéditas (GARCÍA-GUADILLA, 2004, p. 124).

A mundialização convive com dualismos e a educação superior enfrenta desafios políticos e econômicos. A fragilidade contínua do Estado-Nação, sendo uma estratégia do poder global. Baseia-se no esvaziamento da força coercitiva dos Estados Nacionais. Quanto mais insignificante forem à ação do Estado, mais fácil será o poder arbitrário das elites globais no controle de políticas educacionais.

Para relacionar a globalização com a educação superior, o professor e sociólogo, Roger Dale (1998), vem propor duas teorias a respeito dessa temática. A primeira, que pode ser considerada como a perspectiva dos institucionalistas do sistema mundial. Afirma que os sistemas educacionais têm como pressuposto uma educação mundial comum e que traz regras que são compartilhadas pelos Estados, estandardizando modelos idênticos reproduzindo um “homomorfismo educacional²⁹”.

A segunda teoria defende que as políticas educacionais são explicadas através da hipótese de uma agenda globalmente estruturante para a educação, onde a economia capitalista centraliza as decisões de acordo com os interesses

²⁹ Essa visão de **Homomorfismo Educacional** procura apresentar a igualdade na proposta educacional, mesmo em lugares diversos, com culturas diferentes a educação possui objetivos e formatos parecidos ou iguais e que se repetem ao longo de sua história.

econômicos, e opera de maneira supranacional e transnacional, determinando as prioridades para o Estado em relação à educação.

As duas ideias, mesmo sendo contrárias, possuem uma convergência quando afirmam que os interesses globais do capitalismo imperam nas decisões adotadas nas políticas educacionais do século XXI, pois a política mundial converge na mesma direção, de apregoar uma internacionalização das propostas educativas, que atendam as demandas do mercado.

Defender os interesses dos mais pobres, não é meta da globalização, sendo visto como uma grande heresia. Os dirigentes que assim agem são vistos como retrógrados e estão fora do jogo internacional das empresas mundiais, que impõem riscos econômicos atinentes à modernidade líquida³⁰. Tais riscos são contrários a tudo que é durável, e visa apenas o lucro imediato.

Ao mesmo tempo, iniciativas como a UNILA e a UNILAB, demonstram como há interesses políticos em projetos educacionais. Universidades que foram justificadas, pelo Governo Federal, como integradoras, onde a UNILA teria a função de garantir integração regional, no âmbito do MERCOSUL, e a UNILAB possibilitar um resgate histórico, com nações africanas, integrando os países dos PALOPS e Timor Leste em um projeto de cooperação denominado Sul-Sul.

Colocar as universidades brasileiras, que têm papel absolutamente central no sistema científico e tecnológico do país, como eixo da articulação global-local pode, portanto, contribuir para a construção de novas formas de pensar e agir sobre o desenvolvimento. Ao mesmo tempo, o exercício teórico-empírico acrescenta contribuições ao campo da teoria social e organizacional e à busca de soluções para problemas complexos e relevantes da sociedade. (GOULART, 2005, p. 77).

Um dos vetores das relações internacionais do Brasil, nos últimos anos, é a educação. Esse setor vem sendo visto, desde o governo Lula, como estratégico. Não apenas para o desenvolvimento do país, mas também para se estabelecer relações diplomáticas, com América Latina, África Portuguesa e Timor Leste na Ásia.

³⁰ **Modernidade líquida** é o conjunto de relações e instituições, além de sua lógica de operações, que se impõe e que dão base para a contemporaneidade. Significa uma época de liquidez, de fluidez, de volatilidade, de incerteza e insegurança que estamos vivendo na atualidade.

Aproveitando-se da internacionalização do ensino superior das últimas décadas, o Brasil procurou criar uma teia de relações na zona do Atlântico Sul, visando garantir seus interesses geopolíticos nessa região. Justificou essa teia pelos princípios de cooperação solidária e integração regional, na qual todos possam sair ganhando, através de acordos de mão dupla. Resta saber se de forma equitativa.

No contexto das relações econômicas com os vizinhos sul-americanos, o Brasil se apresenta como uma potência regional, pela sua dimensão física, que garante diversidades de produtos naturais e pelo potencial econômico e industrial, comparado com os países da região. Há tempos, o jogo de interesses pela hegemonia na América do Sul existe; principalmente entre Brasil e Argentina. Mas com as crises sucessivas do país vizinho e um melhor desempenho econômico brasileiro no início do século XXI, o Brasil passou a ter certa margem de liderança regional. Inclusive nas representações políticas no âmbito do MERCOSUL e das políticas externas, com regiões mais ricas do planeta, refletindo inclusive no campo militar. Dessa forma Penha afirma:

No âmbito sul-americano, por sua vez, as arestas estratégicas têm sido bem aparadas pela chancelaria brasileira a partir de acordos diplomáticos e militares que têm evoluído para uma maior cooperação das forças armadas dos países da região a partir da UNASUL e da criação de um sistema de defesa integrado. (PENHA, 2011, p. 222).

Em relação ao continente africano, as relações econômicas estão dirigidas para a mineração, energia e agricultura, disputando o continente africano, com a influência econômica chinesa, que se encontra muito mais presente na região. O somatório dessas relações, entre África e Brasil, serve para realizarmos uma reflexão: não estaria o nosso país exercendo outro tipo de imperialismo, explorando as nações pobres africanas que querem crescer economicamente a qualquer custo, sendo, aproximação com os países da CPLP um desses meios, e a UNILAB garantindo de fato a influência cultural sobre essa área? Sobre esse questionamento, Penha afirma:

No Atlântico Sul, as premissas da globalização materializam-se de forma agravada acarretando a sua indefinição enquanto região potencialmente integrada, nos marcos dos processos cooperativos. Esta indefinição pode ser avaliada através das variáveis estratégica, econômica e política. (PENHA, 2011, p. 220).

A falta de integração do processo cooperativo, citado por Penha (2011) faz surgir algumas inquietações que demonstram as fragilidades do Projeto Sul-Sul. Não encontramos no momento na América Latina, na África e na Ásia uma contrapartida desse projeto. Dessa forma questionamos: essas universidades são de fato internacionais e integradoras? O ensino e conhecimento são compartilhados? Poderá existir uma integração em redes dessas universidades com os países que fazem parte da cooperação? Esses questionamentos o tempo poderá responder.

Todavia, projetos de cooperação vêm sendo criados, por outros membros do BRICS³¹ (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Na cidade de Shenzhen, na China, uma universidade internacional entre Rússia e China, parceria entre a Universidade Estatal de Moscou (UEM) e a Universidade Tecnológica de Pequim está sendo criada. No primeiro momento, os estudantes chineses irão estudar língua russa e os russos estudarão chinês. Depois, haverá uma divisão por especialidades. Será construída uma universidade a partir do zero, em um terreno de 34 hectares de terra e atuará em treze áreas de conhecimento. Essa não será a primeira vez que a Rússia cria projeto para atrair alunos estrangeiros, pois em 1960 foi criada a Universidade de Amizade dos Povos Patrice Lumumba³², no sul de Moscou, atual Universidade Russa da Amizade dos Povos, que oferecia cursos a baixos custos para jovens do Terceiro Mundo que ainda se encontra em funcionamento.

O exemplo citado demonstra como a política externa na globalização, vem influenciando, para o surgimento de políticas educacionais desse porte já algum tempo, e que o Brasil não ficará sozinho nessa proposta educacional. Proposta essa, que deve ser analisada com cautela, para cumprir de fato o prometido; possibilitar igualdade e cooperação mútua por parte das nações envolvidas nesse projeto internacional e promover progresso para as nações envolvidas, garantindo qualidade no ensino para os estudantes dos países que compõem essa política de ensino superior.

³¹ **BRICS** faz referência a um grupo de países, Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, que juntos formam um grupo político de cooperação. A sigla foi cunhada por Jim O'Neill em um estudo de 2001 intitulado "*Building Better Global Economic BRICs*".

³² Já na proposta de fundação da UNILAB, foram feitas comparações com essa antiga ideia da universidade soviética, como se o Brasil seguisse um modelo antigo e que não obteve sucesso esperado.

2.5 Uma abordagem geográfica sobre a dinâmica do poder na educação superior a partir do pensamento de Bourdieu, Foulcaut, Raffestin e Claval

Os estudos sobre poder possuem uma vasta literatura em diversos campos do saber, pois é um fenômeno cujo conceito tem sido amplamente discutido nos estudos organizacionais, bem como em diversas outras disciplinas das ciências sociais. O poder está presente na ação do Estado, na cultura, na economia, na saúde, na educação, na sociedade e em diversas outras áreas. Aqui apresentamos uma abordagem geográfica sobre o poder em relação à educação superior, especialmente na nova conjuntura internacional que vivemos nesse início de século XXI, utilizando como fundamentos os pensamentos de Bourdieu, Foulcaut, Raffestin e Claval³³.

Nos estudos de Pierre Bourdieu, o poder é simbólico e se destaca na obra *O Poder Simbólico*. Para o autor, esse poder é invisível e só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que estão sujeitos a esse poder ou mesmo daqueles que o exercem, o qual, as classes dominantes são beneficiadas de um capital simbólico, disseminado e reproduzido por meio de instituições e práticas sociais, que lhes possibilita exercer o poder. Segundo Bourdieu:

As diferentes classes e frações de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses, e imporem o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais. (BOURDIEU, 2004, p. 11).

A disputa de classes sociais ou campos dominantes é uma disputa simbólica que mantém a estrutura capitalista, pois envolve sujeitos que exercem poder em todas as circunstâncias, através da cultura e do saber, mantendo uma divisão de classes dominantes e dominadas, que ao mesmo tempo reitera as desigualdades sociais.

Na educação, segundo Bourdieu, essas desigualdades se fazem presentes, pois a escola mantém legados antigos, nela poder econômico se

³³ A escolha desses autores nessa pesquisa visa uma maior contribuição para analisar as relações de poder na educação superior e promover um maior entendimento sobre a geopolítica, presente nas propostas da UNILA e da UNILAB.

transforma em poder cultural. Alguns estudantes superam outros, dessa forma a escola materializa as desigualdades sociais. O poder simbólico se encontra na escola, segundo o autor, e a mesma não possibilita ascensão social, ela reproduz a desigualdade social, essa concepção está presente na visão de Bourdieu quando afirma:

Se considerarmos seriamente as desigualdades socialmente condicionadas diante da escola e da cultura, somos obrigados a concluir que a equidade formal à qual obedece todo o sistema escolar é injusta de fato, e que, em toda sociedade onde se proclama ideais democráticos, ela protege melhor os privilégios do que a transmissão aberta dos privilégios. (BOURDIEU, 1998, p. 53).

Essa visão de poder, aqui apresentada, pode ser observada na educação superior, através da ideia de conhecimento que atende a alguns eleitos que conseguem ingressar no chamado nível superior. O próprio termo “superior” sugere quem ultrapassa os outros em dignidade, posição, mérito, qualidade, dessa forma o ensino universitário que deveria libertar, aprimorar conceito e ser revolucionário, se torna apenas uma repetição de saberes e mantém as desigualdades de classes no capitalismo.

Sobretudo a educação superior está repleta de poder invisível, que segrega as classes, em relação aos “eleitos” que ingressão e os excluídos que desse ensino não fazem parte. Esse ensino promove segregações, que se tornam até sócios espaciais, pois existem os cursos eleitos e não eleitos no desejo da sociedade, aqueles que exercerão poder e os que serão meros coadjuvantes no mercado de trabalho.

Na globalização atual, o poder da educação superior coexiste a uma internacionalização e universalização do conhecimento, onde o poder simbólico pode ser percebido não apenas entre pessoas e instituições, e sim entre nações que privilegiam e investem no ensino superior como algo primordial ao desenvolvimento socioeconômico e outras não, tornando-se nesses outros países um investimento secundário.

Porém, a abordagem sobre poder pode ser compreendida também na visão de outro estudioso do assunto, como Michel Foucault na obra *Microfísica do*

Poder. Esse autor afirma que o poder onisciente, onipotente e onipresente não tem sentido, o que de fato existem são relações de poder. Para o autor existe uma falsa noção de poder, onde nessa visão errônea, uma minoria dominaria, exerceria o poder sobre uma maioria, e o poder seria estático e de privilegio de poucos. Dessa forma, Foucault afirma:

O poder não é onipotente, onisciente, pelo contrário! Se as relações de poder produziram formas de inquérito, análises dos modelos de saber, é precisamente porque o poder não era onisciente, mas que ele era cego, porque ele se encontrava dentro de um impasse. Se a gente assistiu ao desenvolvimento de tantas formas de vigilância, é precisamente porque o poder continuava impotente (FOUCAULT, 2001, p. 629).

A afirmação de que o poder não é onisciente e nem onipotente, segundo Foucault, é justificado pela história do poder, onde retrata que toda a glória atribuída a ele não é mais que quimeras, que escondem a verdadeira história sobre ele, pois de fato o poder sempre foi exercido pelas instituições e pelas pessoas na visão tradicional. Em relação às instituições, essa abordagem de poder está presente nas universidades, pelo seu caráter secular de produzir conhecimento e disseminar ideias, promovendo essas relações de poder, através da cultural e do conhecimento e nos embates diários. Para Foucault:

O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discursos. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir. (FOUCAULT, 2014, p. 45).

Já nas relações de poder, defendida por Foucault, as pessoas exercem esse poder no seu dia a dia, nesse caso, o poder é entendido não apenas como um estado mental, mas sim visto através de práticas sociais, construídas ao longo da história e que disciplina o corpo e a mente das pessoas. Nesse contexto, acredita Foucault que as instituições possuem influência nessas relações de poder, que existe um exagero nas normas ditadas pelas mesmas, para controlar as relações entre os indivíduos. Daí podemos aqui eleger a universidade como uma dessas instituições que exerce poder através do conhecimento, onde as relações assimétricas são constantes.

Na universidade, as técnicas produzidas permitem acumular conhecimento acerca de abordagens diversas, envolvendo os indivíduos e promovendo vigilância contínua. Com práticas disciplinares, largamente disseminadas, que se transformam em práticas discursivas que disciplinam o corpo, as atitudes, as condutas e posturas, regulando a mente dos indivíduos, sendo uma instituição de grande poder e que no seu bojo muito favorece relações de poder social. Por ser uma instituição secular e que enfrentou várias transformações, essas relações de poder se modificaram ao longo de sua história. Mas no contexto atual, muito tem a contribuir para que o poder institucional de fato seja exercido, sendo uma das apostas de várias nações nas relações de poder internacional, no qual o Brasil vem interagindo com essa proposta de internacionalização e cooperação, através da UNILA e da UNILAB e suas atuações na zona do Atlântico Sul.

A abordagem sobre poder, também pode ser compreendida através da visão de outro grande estudioso, Claude Raffestin na obra *Por uma Geografia do Poder*. Sua visão de poder passa pelo “Poder” do Estado e o “poder” das pessoas, apresentando uma Geografia do Poder, contextualizada com o Estado, o território, os recursos naturais, as pessoas, em uma perspectiva da Geografia Política. Segundo o autor, o poder é exercido pelo Estado como instituição. O saber pode se tornar uma ferramenta de dominação do próprio Estado para garantir seu Poder. Segundo Raffestin:

O laço entre o poder e o saber é evidente, mas não há nem informação pura nem energia pura. Trata-se sempre de uma combinação das duas. O espaço-tempo relacional é organizado pela combinação de energia e informação. (RAFFESTIN, 1993, p.54).

O saber gerado na universidade é uma forma de poder, já que a mesma interage com o Estado e a sociedade, e se espera muito dela como promotora de transformações, porém essas mudanças são questionáveis. É difícil afirmar que as instituições de ensino superior promovam mudanças sociais significativas, a partir do momento que exercem poder.

O que podemos afirmar é que essas instituições de ensino muito interagem com o Estado, o modelo de internacionalização do ensino superior e a proposta de cooperação, demonstram isso. A atuação da UNILA na América Latina

e da UNILAB com africanos e Timor Leste é uma materialização do poder exercido pelo Brasil, ou mesmo, uma tentativa de garantir a dominação na zona do Atlântico Sul, utilizando uma nova ferramenta, o ensino. As interações humanas de fato passaram a existir nessas universidades, em um contexto espacial, mas o jogo geopolítico é muito maior e a cooperação apresentada pode ser questionada, quando analisamos quem de fato se beneficia com a chamada cooperação Sul-Sul, e se podemos absorver e entender essa proposta. Para o autor:

Se tivermos esclarecido que toda relação está sempre marcada pelo poder, teremos atingido a ideia inicial. Se, além disso, tivermos mostrado que toda geografia humana, composta por uma infinidade de relações, é em todos os momentos uma geografia política, então estaremos plenamente realizados. (RAFFESTIN, 1993, p. 267).

Uma geografia política não é aquela que analisa apenas fatos geopolíticos, mas também reflete sobre as características políticas frente aos aspectos socioeconômicos no âmbito local, regional, nacional e internacional. É nessa perspectiva que afirmamos que UNILA e UNILAB exercem poder e são representantes de uma proposta de poder do próprio Estado, que tanto apregoa uma política de cooperação no hemisfério sul.

Ainda nessa abordagem sobre poder, podemos refletir sobre as ponderações de Paul Claval, principalmente em sua obra Espaço e Poder. Segundo o autor, “A vida social se inscreve no espaço e no tempo” (CLAVAL, 1979, p. 11). Espaço e tempo estão correlacionados ao poder, já que essa análise se modifica no transcorrer da história, inclusive a maneira de exercer o poder, ocorre de forma temporal. Para Claval, não há solução perfeita num universo imperfeito, os homens continuam a sacrificar a organização da sociedade por considerar a busca de um ideal impossível, e dessa forma utilizam o sistema em um processo de dominação que nem sempre é adequado para toda a sociedade.

É fora de dúvida que o poder tem, portanto, raízes psicológicas individuais e coletivas, mas se ele não tivesse outras justificativas estaria tão limitado em suas manifestações que não mereceria nem mesmo ser estudado. Além disso, colocando em jogo uma variedade de relações de sentido oposto, seus efeitos quase que se anulariam. (CLAVAL, 1979, p. 13)

Nas lutas sociais, o poder é exercido em um caráter psicológico, como afirma o autor, e essas lutas ocorrem em nível de Estado e sociedade e se

materializam nas instituições, dentre elas, as de ensino, através de uma forte carga simbólica e espacial. “Os fatos do poder têm uma dimensão espacial que se relaciona com os elementos por eles incorporados.” (CLAVAL, 1979, p. 21).

Dessa maneira, a relação espacial possui interfaces com o poder, e dominar o espaço é um meio de possuir poder. Aqui retornamos com a ideia de poder das instituições de ensino superior, em destaque, mais uma vez, as propostas da UNILA para a América Latina e da UNILAB em relação à lusofonia. Defendemos o ponto de vista que a área de atuação espacial dessas instituições, visam não apenas um processo de cooperação mútua, e sim, instrumentos de poder em áreas estratégicas para o governo brasileiro. Dominar através do conhecimento é algo existente há muito tempo, e às vezes percebemos que algumas ideias tomam vida própria e passam a nos dominar. Mal sabemos o imenso poder que elas têm sobre nós quando estamos desatentos ou quando pensamos que pensamos. A ideia de cooperação através do ensino é uma delas, e vale refletir sobre esse assunto.

Aqui abordamos a ideia de que a preocupação de cooperação solidária não move de maneira definitiva essa proposta universitária do Brasil no hemisfério sul, há mais por trás dessa afirmativa. O interesse por poder coexiste nessa proposta, onde o Brasil procura se firmar no campo do saber como nação importante e primordial nessa zona do planeta. As relações de poder existem, mas não são meramente relações sociais. Uma geografia pelo poder é clara nessa proposta universitária brasileira e ultrapassa os limites simbólicos, e atinge principalmente o econômico. As nações do sul são mercados potenciais em um mundo de crises e de saturação em trocas comerciais. Garantir parceiros é ganhar mercado, e ao mesmo tempo define hegemonia de poder sobre outras nações, possibilitando dominar suas sociedades através do conhecimento.

Uma verdadeira geografia só pode ser uma geografia do poder ou dos poderes. Para nós, a expressão geografia do poder é bem mais adequada e nós a utilizaremos daqui para a frente. Se dissermos, seguindo Lefebvre, que só existe o poder político, isto significa, levando-se em consideração o que precedeu, que o fato político não está inteiramente refugiado no Estado. Com efeito, se o fato político atinge a sua forma mais acabada no Estado, isto não implica que não caracterize outras comunidades: “Estudando de forma comparativa o poder em todas as coletividades, pode-se descobrir as diferenças entre o poder no Estado e o poder nas outras comunidades”. (RAFFESTIN, 1993, p. 17).

2.6 Universidade como Projeção Simbólico do Desenvolvimento Global: novos espaços de ancestralidade, latinidade e lusofonia

Um dos aspectos presentes nas universidades aqui estudadas é a projeção simbólica incorporada nas mesmas. Na UNILA a latinidade, já que pretende integrar a zona da América Latina e do Caribe e na UNILAB a lusofonia que agrega os PALOPS e Timor Leste, possuindo assim uma proposta de desenvolvimento global e regional ao mesmo tempo, perante esses dois continentes envolvidos.

Nessas instituições, convivem pessoas com traços característicos em comum, fazendo surgir uma simbiose entre esses indivíduos em seu cotidiano. Nas cidades onde as mesmas se encontram, vem se compondo, aspectos simbólicos culturais e linguísticos, representada pela língua espanhola na UNILA e diversos dialetos e a língua portuguesa na UNILAB, haja vista a diversidade dos que lá convivem. Em seu dia a dia, aluno e professor convivem com identidades e identificações de seus lugares de origem, surgindo ao mesmo tempo uma nova aproximação com o local, onde segundo Hannerz:

[...] na medida em que são enredadas nessas diversificadas correntes de cultura presentes em seus *habitats*, as pessoas como seres culturais, provavelmente estão sendo moldadas, e modelam a si mesmas por peculiaridades de sua biografia, gosto e cultivo de talentos. As identidades atribuídas ao grupo não precisam mais ser todo-poderosas. (HANNERZ, 1997, p. 12).

No caso da UNILA a latinidade está presente na própria cidade de Foz do Iguaçu, onde se encontra a universidade, por causa das fronteiras com o Paraguai e a Argentina. É comum encontrarmos pessoas falando espanhol nas ruas, onde carros com placas desses países circulam pela cidade, pessoas de outras nacionalidades e naturalidades são encontradas, dando ao local um caráter internacional e cosmopolita. Segundo Silva:

Uma das informações mais comuns sobre Foz do Iguaçu é que a cidade é uma das mais multiculturais do Brasil. A imprensa local contabiliza a diversidade étnica em mais de 70 grupos distintos. (SILVA, 2014, p. 77).

A UNILA tem como proposta, a integração da América Latina e do Caribe, no qual a ideia inicial seria a integração dos países do MERCOSUL, ficando a zona Andina e da América Central, a encargo da Universidade Federal da Integração

Amazônica (UNIAM)³⁴, porém como a mesma não vingou, a UNILA assumiu a função integradora da América Latina, ampliando suas responsabilidades e sua latinidade.

No seu corpo docente e discente, encontramos professores e alunos de quase toda a América Latina, e essa multiculturalidade está presente, nos corredores e salas da instituição. O espanhol é também língua oficial, tanto que há obrigatoriedade de estudá-lo por quatro semestres e as diversas aulas podem ser ministradas na língua portuguesa ou espanhola. Alunos do Brasil, da Argentina, do Paraguai, do Uruguai, do Peru, do Chile, da Bolívia, da Colômbia, do Equador, da Venezuela, do Haiti e de El Salvador formam o corpo discente da UNILA.

A função integradora de forma continental da UNILA representa os interesses maiores, por parte do governo brasileiro de integração regional. Essa integração é representada no campo econômico, pelo MERCOSUL, e agora vem ocorrendo no campo do conhecimento, através da UNILA. A integração pelo conhecimento, aspecto presente na nova globalização, se materializa com essa proposta universitária em Foz do Iguaçu, onde segundo HARVEY:

[...] não se deve ver a globalização como uma unidade indiferenciada, mas sim como uma padronização geográfica articulada das atividades e das relações capitalistas globais. (HARVEY, 2005, p. 229).

As relações capitalistas globais, apresentada por Harvey, demonstram que a globalização cobra uma nova visão de mundo, e novos aspectos de dominação surgiram. Apegar-se a latinidade através da educação é um desses mecanismos utilizados pelo Brasil no momento atual, procurando o fortalecimento regional, sendo a regionalização outra marca da conjuntura política mundial atual, seguindo o modelo da União Europeia.

Já a UNILAB possui como aspecto representativo a lusofonia, que significa o conjunto de identidades culturais existentes em países, regiões, estados ou cidades falantes da língua portuguesa. Nessa proposta, os países que têm direito

³⁴ Essa universidade teria a função de atuar na integração dos povos da Amazônia, envolvendo os países de fronteira. Nesse local atualmente, funciona a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) que não possui a mesma finalidade.

de usufruir da universidade brasileira, são prioritariamente os que compõem a CPLP³⁵, em especial dos PALOPS e Timor Leste na Ásia.

Como os aspectos culturais estão presentes nessa universidade, isso explica o porquê da cidade de Redenção ser escolhida, pelo caráter abolicionista existente, como primeira cidade do Brasil que libertou seus escravos, sendo esse um símbolo presente no município. O próprio nome Redenção, já possui forte simbolismo. Foi definido em 17 de agosto de 1889 pela Lei Provincial Nº 2.167. Esse nome foi escolhido, porque o município que se chamava inicialmente de Acarape, libertou seus escravos, cinco anos antes do fim da escravatura no Brasil.

Nesse caso de Redenção, estudar as formas simbólicas de um lugar significa desvendar um conjunto de signos e significados, que influenciam diretamente a formação do espaço, podendo o geógrafo estudá-las de uma forma cognitiva, todavia “as relações entre formas simbólicas e espaço são complexas e de mão dupla” (CORRÊA, 2012, p. 137).

As formas simbólicas espaciais estão materializadas em Redenção através de monumentos, prédios e construções diversas, que possuem vários significados. Para Corrêa, essas formas simbólicas são espaciais quando estão vinculadas ao espaço local, pois segundo o autor:

As formas simbólicas tornam-se espaciais quando estão diretamente vinculadas ao espaço, constituindo-se em fixos e fluxos, isto é, localizações e itinerários, que são os atributos primários da espacialidade. Palácios, templos, cemitérios, memoriais, nomes de ruas, shoppings, parques temáticos, montanhas, rios, cidades, bairros, ruas, praças e prédios podem ser vistos como fixos simbólicos. Por outro lado, procissões, paradas, desfiles e marchas são, em geral, fluxos impregnados de significados simbólicos. Lugares e itinerários simbólicos sintetizam os diversos fixos e fluxos simbólicos. (CORRÊA, 2012, p. 137).

Através dessas considerações de Corrêa, é possível afirmar que Redenção é um lugar simbólico, pois a cidade convive com um símbolo ligado a abolição, sendo esse o motivo das representações de símbolos e significados que atraem os visitantes, a partir dessa conjuntura apresentada.

³⁵ Vale ressaltar que Portugal compõe a CPLP, mas não se integra a proposta da UNILAB. O país europeu está vinculado ao processo de integração universitária da Europa. Dessa maneira, a integração da UNILAB está mais voltada para os PALOPS, que representam a lusofonia prevista na integração solidária da universidade.

O poder dos símbolos, como agentes de formação do espaço, em seus aspectos materiais e imaginários, gerando conflitos entre o passado e o presente, estão em destaque em Redenção, pois as pessoas que lá vivem, alimentam esse aspecto histórico em seu imaginário cotidiano, tendo sido ele um dos elementos, para a escolha da cidade³⁶, nesse investimento universitário internacional.

A presença da UNILAB em Redenção poderá transformar os símbolos do passado, criando inclusive novos, em um vetor político educacional, devido às perspectivas de transformações, no qual nesse ponto de vista, Costa afirma:

O caráter simbólico dos lugares revela-se ao ser humano como algo que precede a linguagem e a razão discursiva, apresentando assim determinados aspectos do real, enfatizando as relações entre o simbólico e o lugar. (COSTA, 2003, p. 33).

Compreender a materialização simbólica, presente em Redenção, nas ruas, nas praças, nos prédios e no dia a dia das pessoas é identificar como esses elementos conseguem conjugar uma associação de ideias que possibilitam interpretar os símbolos ali encontrados, e como a cidade foi sendo formada, em sua arquitetura urbana, a partir desses próprios aspectos materiais e imateriais.

Dessa maneira, podemos considerar Redenção, um lugar simbólico na visão de Ribeiro (2012), através das manifestações culturais que estão impregnadas de significados. Retratando a primazia da abolição dos escravos no século XIX e que até hoje é presente na memória coletiva dos habitantes.

Os lugares simbólicos podem ser considerados, conforme argumenta Boyer (1994), lugares retóricos (rhetorical topoi) e lugares vernaculares (vernacular topoi) de uma perspectiva que os distingue segundo práticas simbólicas oficiais e práticas simbólicas populares. (CORRÊA, 2012, p. 139).

Existem espaços repletos de simbolismos que são resultados de fatores econômicos, históricos e sociais, através de um vetor político turístico, sendo os mesmos construídos pelo imaginário das pessoas que ali vivem e das instituições ali presentes, onde segundo Geertz:

³⁶ A escolha da cidade de Redenção além do aspecto simbólico, possui relação com a expansão e interiorização do ensino público Federal no Brasil, a partir do governo do presidente Lula.

Tais centros, que “não têm qualquer relação com geometria e muito pouco com geografia”, são, em essência, locais onde se concentram atividades importantes; consistem em um ponto ou pontos de uma sociedade, onde as ideias dominantes fundem-se com as instituições dominantes para dar lugar a uma arena onde acontecem os eventos que influenciam a vida dos membros desta sociedade de uma maneira fundamental. (GEERTZ, 2009, p. 184).

Essa arena de conflitos, no qual os símbolos se materializam no espaço, pode ser aqui representado pela cidade de Redenção. Nela é presente, forte ligação com a abolição brasileira, pois ostenta o título de primeira cidade que libertou seus escravos em 1883. Sendo esse o aspecto principal do forte simbolismo com a escravidão no município.

Dessa forma, tanto a UNILA como a UNILAB são instituições com um foco simbólico. Assim, possuem projetos diferenciados de outras universidades do país. Os interesses econômicos e sociais, por regiões estratégicas para o Brasil existem, e utilizam para esse fim, a latinidade e a lusofonia para agregar essa nova proposta de universidade internacional no Atlântico Sul. Esses dois símbolos estão presentes nessas universidades e ultrapassam os limites do território brasileiro. A latinidade faz parte da história de quase todos os países do continente americano e a lusofonia é o fator agregador dos países que compõem a CPLP e Timor Leste³⁷.

O caráter simbólico dos lugares revela-se ao ser humano como algo que precede a linguagem e a razão discursiva, apresentando assim determinados aspectos do real, enfatizando as relações entre o simbólico e o lugar. (COSTA, 2003, p. 33).

³⁷ Falamos em fator agregador por ser a língua portuguesa o ponto de ligação dos países da CPLP, porém não podemos afirmar que essas nações africanas envolvidas nesse grupo são de fato iguais, pois nem a língua portuguesa pode ser utilizada como referência, já que a maioria da população não fala o português, sendo diversos os dialetos locais.

3 UNILA E UNILAB NOS PROJETOS INTERNOS DE EXPANSÃO REGIONAL

3.1 Expansão universitária e demanda social interna: fronteiras Sul e Nordeste

Para melhor compreender a história da UNILA e da UNILAB e suas propostas de educação para o Brasil, a América Latina e Caribe e as nações da CPLP, é necessário entender o contexto, onde essas universidades estão inseridas, os interesses geopolíticos contemporâneos, o processo de integração dos países no quesito educação e investigar a **latinidade ameríndia** simbolizada pela UNILA e **lusofonia africana e de Timor Leste** expressa na UNILAB com os países africanos e Timor Leste na Ásia.

A proposta de integração e internacionalização do ensino superior não é nova na América Latina. A cooperação universitária já teve início em 1948, no qual podemos citar como experiências a Confederação das Universidades Centro-Americanas, fundada em 1948, na Costa Rica; União das Universidades Latino-Americanas (UDUAL), fundada em 1949, no México; Conselho de Educação Superior para as Repúblicas Americanas (CHEAR), fundado nos Estados Unidos, em 1958; Programa de Estudos Conjuntos sobre a Integração Econômica da América Latina (ECIEL), fundado no Rio de Janeiro, em 1963; Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO), fundado em 1967, em Buenos Aires; Programa de Pesquisa Social sobre População na América Latina (PISPAL), fundado em 1973, no México; Programa Conjunto de Estudos das Relações Internacionais da América Latina (RIAL), fundado em Buenos Aires, em 1977; Organização Interamericana de Universidades (OUI), fundada no Canadá, em 1979; Centro de Desenvolvimento Interuniversitário (CINDA), fundado em Santiago, Chile, nos anos 1980; Associação das Universidades do Grupo de Montevideu (AUGM), fundada em 1991, em Montevideu³⁸.

Todas essas propostas antecederam a política educacional atual do Brasil em relação à internacionalização. Porém, a expansão universitária brasileira atual se intensificou a partir do governo Lula (2003-2010), com a criação de novas universidades e Institutos Federais, inclusive visando um processo de maior

³⁸ Dados coletados no Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão, 2015. Disponível em: <<http://www.acessoinformacao.gov.br/sistema/site/index.html?ReturnUrl=%2fsistema%2f>>

interiorização e capilaridade social do ensino superior. Os projetos de criação da UNILA e da UNILAB possuem predomínio de objetivos internacionais e com isso, maior abrangência. Traduzem-se em áreas estratégicas e escolha de localidades que, para recebê-las, envolvem teor simbólico e interesses político-econômicos dos referidos lugares.

A UNILA localizada em Foz do Iguaçu foi “apadrinhada” pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e sua localização no extremo oeste do Estado do Paraná, possui explicação em parte devido a Tríplice Fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai, sendo ao mesmo tempo um local deficitário em relação ao ensino público superior. Já a UNILAB localizada em Redenção no Estado do Ceará, e “apadrinhada” pela Universidade Federal do Ceará (UFC), utiliza como explicação, a abolição da escravatura nessa cidade, sendo uma área estratégica de contato com a África, via oceano Atlântico e atende a política de interiorização do ensino superior no Estado. Dessa forma, as fronteiras Cone-Sul e Nordeste-Atlântico Sul, aparecem como áreas importantes em um contexto geopolítico, mas carregadas de simbolismo e de interesses econômicos do Brasil com os países envolvidos.

As políticas educacionais vêm se apresentando cada vez mais integradas no mundo globalizado. Os investimentos em educação, quando são concentrados na educação superior, conseguem promover arranjos e rearranjos globais, nacionais e locais. Esses arranjos podem ser observados nas áreas aqui estudadas, em contextos diferenciados, pois a cidade de Foz do Iguaçu-PR, já era conhecida nacionalmente por ser destino turístico de ponta, enquanto a cidade de Redenção, no Ceará, que abriga a UNILAB, não possui o mesmo destaque e nem estrutura semelhante. Por esse motivo, as transformações em ambas se apresentam de maneira diferenciada.

Nessa parte da pesquisa, procuramos apresentar as duas universidades e o contexto que estão inseridas, as cidades onde se encontram e os motivos de suas escolhas. Visa mostrar o contexto simbólico dessas localidades, além de sua influência no espaço econômico, social e educacional dos que fazem o dia a dia desses municípios, podendo ser observado às transformações urbanas a partir da instalação dessas instituições de ensino superior.

Poderemos analisar a estrutura dessas instituições de ensino, seu funcionamento e como vem ocorrendo o processo de internacionalização do ensino, por parte do governo brasileiro, no projeto de cooperação denominado Sul-Sul, que visa ampliar a influência brasileira no Atlântico Sul, palco de interesses geopolíticos, já algum tempo. Sobre essa situação, Penha comenta:

Num mundo caracterizado por uma crescente “interdependência”, os rumos internos de um país passam cada vez mais pelas definições do sistema internacional. Dependendo da orientação tomada pelos governos nacionais na arena externa, a mesma pode fazer avançar ou retardar o desenvolvimento econômico-social de cada país. (PENHA, 2011, p. 18).

Essa arena externa de decisões, não influencia apenas o contexto comercial entre as nações. Buscamos compreender o universo dessa proposta de integração regional e extra regional através de uma política governamental postulada como “de Estado”. Essa política procura expandir sua área de influência, através da integração universitária. Esse projeto possui limitações, restrições e desafios, mesmo assim, tornou-se uma das importantes metas a partir do governo Lula nesse início de século XXI.

As demandas sociais internas estão de certa forma sendo atendidas nesse projeto. Na UNILA, não encontramos apenas alunos estrangeiros, que de fato no momento são minoria, e sim, alunos de vários lugares do Brasil. Isso foi claramente percebido em visita e conversas nessa universidade. Na UNILAB, não é diferente, os alunos africanos ainda são minoria, os brasileiros predominam, de diversos lugares do Brasil, sendo a maioria ainda do Ceará. Assim, demandas internas de serviço universitário estão se efetivando e atendendo aos habitantes locais dessas cidades e de outros lugares do Brasil, pois além de serem universidades com proposta internacionais, UNILA e UNILAB são universidades brasileiras e atendem demandas do próprio país.

3.2 Universidade, cidade e regionalidade: os arranjos espaciais de UNILA e UNILAB

As cidades de Foz do Iguaçu e Redenção receberam nos últimos anos, um dos maiores investimentos educacionais do Brasil, das últimas décadas, a UNILA e a UNILAB. Universidades com propostas de internacionalização e de cooperação solidária, ligadas a países do hemisfério sul, contribuindo para atender os interesses do Brasil nessas regiões, já interligadas por fatores históricos e econômicos.

Vamos compreender o contexto das duas cidades e suas histórias de formação, para entender os arranjos e rearranjos que vêm ocorrendo, após a instalação das duas universidades, aqui estudadas, que possuem realidades bem distintas, em relação ao desenvolvimento local desses municípios envolvidos.

A cidade de Foz do Iguaçu está localizada no oeste do estado do Paraná, a 643 km da capital, a cidade de Curitiba, na fronteira, entre Brasil, Argentina (cidade de Puerto Iguazú) e Paraguai (Ciudad del Este). Tais fronteiras estão representadas no mapa 1, possuindo uma população de 263.647 habitantes (IBGE, 2014). Sobre essa cidade, Oliveira lembra:

Localizada no extremo oeste do Paraná, Foz do Iguaçu faz fronteira com Ciudad del Este no Paraguai e Puerto Iguazú na Argentina. Das nove tríplices fronteiras brasileiras, a também chamada Fronteira do Iguaçu é a mais “conhecida” no país. (OLIVEIRA, 2012, p. 20).

Ilustração – 2: Mapa de localização do município de Foz do Iguaçu



Fonte: <http://www.google.com/maps> (2014)

No oeste do município de Foz do Iguaçu, localiza-se o rio Paraná, ao sul o rio Iguaçu, ao norte o lago de Itaipu e a sudeste o Parque Nacional do Iguaçu. O clima da cidade é subtropical, possuindo as maiores amplitudes térmicas do estado, 14°C. Os verões podem chegar a 35°C e os invernos, ficam abaixo de zero, com a passagem da Massa Polar Atlântica. A vegetação predominante é a floresta subtropical.

A origem do nome do município vem do guarani e sua grafia significa – ñ (água, rio) e wa'su (grande), portanto rio caudaloso. Devido à confluência dos rios

Paraná e Iguazu, recebe o nome de Foz do Iguazu, a região era habitada pelos índios Avá-Guarani³⁹.

Iguassu, na grafia atual Iguazu, é uma palavra de origem indígena que significa grande quantidade de água. Devido ao nome do rio, toda a região da foz do Rio Iguazu era chamada simplesmente de Iguassu, tanto nos documentos de época quanto pelas pessoas que residiam ou passavam pela região. (SILVA, 2014, p. 20).

Ilustração – 3: Cataratas do Iguazu



Fonte: Acervo do autor (2014)

Cidade conhecida pelas Cataratas do Iguazu, representada na ilustração 3, e pela Usina Hidrelétrica de Itaipu, representada pela ilustração 4, sendo a primeira, considerada uma das 7 Maravilhas da Natureza e Itaipu a maior hidrelétrica do mundo em fornecimento de energia e a segunda maior em tamanho. A usina é considerada pela Sociedade Americana de Engenheiros Civis, uma das 7 Maravilhas do Mundo Moderno.

³⁹ **Avá guaraní** é a denominação adotada por uma cultura indígena assentada, principalmente no leste da Bolívia, oeste do Paraguai, noroeste da Argentina e sul e centro-oeste do Brasil.

Ilustração – 4: Usina de Itaipu



Fonte: Acervo do autor (2014)

Foz do Iguaçu foi fundada, como Vila Iguaçu, em 14 de março de 1914, pela Lei 1.383, sendo o primeiro prefeito, Jorge Schimmelpfeng. O município passou a denominar-se Foz do Iguaçu em 1918.

Mas sua história não se inicia nessa data, e sim, quando Alvar Nuñez Cabeza de Vaca, capitão espanhol guiado por índios guaranis, chegou ao local em 1542. A expedição saiu da costa de Santa Catarina em direção a Assunção, atravessando o Paraná de leste a oeste, chegando ao rio Paraná, descobrindo as cataratas, que foram batizadas de “Cachoeiras de Santa Maria”.

Os dois primeiros habitantes, chegaram em 1881, o brasileiro Martins da Silva e o espanhol Manuel Gonzáles, depois foi à vez dos irmãos Goycochéa, que começaram a explorar a erva-mate. Nesse período a ocupação foi muito irregular, através da expansão da cidade de Guarapuava, com corte de madeira, nas grandes propriedades. Essa atividade não fixava o homem a terra, pois estavam sempre

procurando novas áreas para explorar esse recurso natural. Sobre essa fase da história, Silva comenta:

No que se refere ao período colonial, a região do Iguassu não teve importância no contexto econômico. Ter importância significava ter principalmente ouro, prata ou no mínimo contribuir para esta dinâmica. Inicialmente, as coroas mercantis da Europa certamente não estavam interessadas em erva-mate e madeira, os produtos nativos que mais tarde seriam muito cobiçados. Talvez por esta razão, a região ficou praticamente inexplorada até por volta de 1850. (SILVA, 2014, p. 19).

Em 22 de novembro de 1889, foi fundada a Colônia Militar de Iguazu, pelo Tenente Antônio Batista da Costa Júnior e pelo Sargento José Maria Brito, que tiveram a missão de distribuir terras aos colonos interessados de habitar o local e tomar posse da região, evitando a invasão dos países vizinhos. Recebeu também a missão de construir estradas, criando acesso a região. Dessa maneira, Lima afirma:

Foi então proposto ao Ministério da Guerra, nomear as autoridades que deveriam dirigir os trabalhos no início da referida fundação da Colônia Militar. Estas autoridades foram o Primeiro Tenente Antônio Batista da Costa Júnior, como Vice-Diretor e o Segundo Sargento José Maria de Brito. Como Almojarife da colônia, acumulando ainda os cargos de sargenteante do destacamento e o feitor de turmas, além de agente da Campanha de Vapores La Platense, em cabotagem então, no Alto Paraná, por intermédio dos vapores “Luzeiro”, “São Xavier” e “Felix Esperança”. (LIMA, 2001, p. 22).

Segundo o historiador Romário Martins⁴⁰, em 1888 a população da região de Foz do Iguazu, era formada por 188 paraguaios, 93 brasileiros, 33 argentinos, 05 franceses, 02 uruguaios, 02 orientais e 01 inglês, perfazendo um total de 324 pessoas, além dos índios caingangues⁴¹.

A Colônia Militar passou à condição de distrito do município de Guarapuava, em 09 de abril de 1910. Dois anos depois, o Ministro da Guerra emancipou a Colônia, tornando-a um povoamento civil entregue aos cuidados do governo do Paraná. A 14 de março de 1914, o município de Iguazu foi criado, e em 1918 recebeu de vez o nome de Foz do Iguazu. A partir desse período, foram

⁴⁰ **Romário Martins** foi um ufanista e historiador em busca de registrar a trajetória paranaense. Nascido em 1874, na Rua Mato Grosso (hoje Comendador Araújo), em Curitiba. Criou identidade para um território que mal conhecia seus limites geográficos.

⁴¹ Povo indígena do Brasil, onde sua língua, a língua caingangue, pertence à família linguística jê, a qual, por sua vez, pertence ao tronco linguístico macro-jê.

chegando os novos colonizadores, em sua maioria imigrantes europeus oriundos, da Alemanha e Itália.

A partir de 1930, muitos agricultores do Rio Grande do Sul, começaram a ocupar a região, a agricultura de subsistência cresceu nesse momento. A implantação do sistema viário ampliou a agricultura, pois favoreceu o comércio, com o aumento de produção de grãos com vistas à exportação.

A criação da rodovia BR-277 em 1969 e a construção do Aeroporto Internacional de Foz do Iguaçu favoreceram a integração do município com outras áreas do estado e do país, facilitando a circulação de pessoas e mercadorias, que é beneficiado pelo comércio e o turismo no município.

Em 1939, foi criado o Parque Nacional do Iguaçu, que pertencia ao uruguaio Jesus Val, que foi desapropriado e tornado patrimônio público em 1916, potencializando o turismo local, que até hoje é uma das principais rendas do município, por causa de sua intensa visitação.

Em 1965, foi criada a Ponte Internacional da Amizade, que intensificou o comércio e o “turismo de compras” com a cidade paraguaia de Puerto Presidente Stroessner, atual Ciudad del Este, sendo até hoje uma área de grande transição de brasileiros que procuram o Paraguai para realizar suas compras, movimentando o comércio da região e praticando um turismo de compras nessa área.

Outro ciclo de desenvolvimento teve início em 1974, quando a Usina Hidrelétrica de Itaipu começou a ser construída. Nessa fase, a atração de correntes migratórias marcou a cidade. Chegaram pessoas, principalmente de São Paulo, Minas Gerais e do Rio Grande do Sul. A obra chegou a possuir 40.000 trabalhadores. A cidade que possuía, segundo o IBGE, em 1960, 28.212 habitantes, passou a ter, 136.321 em 1980, um crescimento de 385% no total do município em 20 anos. Sobre esse fato, Oliveira explica:

Em 1970, os pouco mais de 30 mil habitantes de Foz do Iguaçu começam a acompanhar a espantosa transformação iniciada com as obras para construção da Hidrelétrica de Itaipu. Em 1980, a população da cidade era de 136.321 pessoas, registrando um crescimento populacional de 385% em uma década. Foz literalmente transbordou. (OLIVEIRA, 2012, p. 25).

As obras de Itaipu fizeram surgir outra cidade, que recebeu 40 mil trabalhadores. Surgiram vilas que se transformaram em novos bairros para atender essa demanda, como é o caso, da Vila A, Vila B e Vila C, hoje extremamente ocupados pela população do município.

Com o fim da construção de Itaipu, muitos trabalhadores permaneceram na cidade e esses passaram a trabalhar no turismo de compras, no comércio atacadista e outras atividades ligadas ao setor terciário. Dessa maneira, contribuindo com a manutenção de grande contingente populacional no município, diferente do que se imaginava que seria o esvaziamento, com a conclusão da obra.

A cidade vive economicamente do turismo, do comércio na fronteira e do próprio município, sendo a Avenida Brasil o centro comercial de Foz do Iguaçu. Atualmente, enfrenta dificuldades na geração de empregos, pois as ofertas no mercado são reduzidas e o turismo de compras diminuiu na última década, devido à expansão e ofertas de produtos no Brasil e a atividade turística, sozinha, não consegue empregar o elevado número de habitantes. A ilustração 5 representa o centro comercial da cidade de Foz do Iguaçu.

Ilustração – 5: Avenida Brasil em Foz do Iguaçu



Fonte: Acervo do autor (2014)

A natureza bela da cidade se tornou o elemento principal para a atividade turística, como também a possibilidade de comércio da região na própria cidade e na fronteira com o Paraguai. São pessoas de todos os lugares do Brasil e do mundo que visitam a cidade anualmente. Entre as áreas, mais visitadas podemos destacar as Cataratas do Iguaçu, representada na ilustração 6 com suas passarelas de acesso à Garganta do Diabo, o Parque das Aves (ilustração 7), considerados um dos maiores do mundo e a Hidrelétrica de Itaipu, que possui visitação turística a suas instalações.

Ilustração – 6: Passarelas de acesso à Garganta do Diabo – Cataratas do Iguaçu



Fonte: Acervo do autor (2014)

Ilustração – 7: Parque das Aves



Fonte: Acervo do autor (2014)

A cidade de Foz do Iguaçu vive um cosmopolitismo em seu dia a dia, pois é comum, encontrarmos pessoas de todos os lugares com sotaques e idiomas diferentes, principalmente o espanhol, devido à proximidade entre o Paraguai e a Argentina. Dessa forma, Oliveira relata:

O relatório emitido em junho de 2009, pelo SINCRE – Sistema de Cadastramento e Registro de Estrangeiros (Polícia Federal) informou que a cidade acolhia na ocasião, representantes de 74 nacionalidades, totalizando 7.836 estrangeiros residentes em Foz. Ao lado dos paraguaios e argentinos, os libaneses, chineses, coreanos e chilenos compõem os maiores coletivos culturais. (OLIVEIRA, 2012, p. 52).

A diversidade cultural está presente desde a sua colonização, como já mencionado, anteriormente, e essa situação tende a se ampliar, haja vista a grande quantidade de alunos de todo o Brasil e dos países latinos e do Caribe que se encontra residindo na cidade, após a criação da UNILA.

Com a presença da UNILA, se espera transformações na estrutura socioeconômica do município. Evidente, que a universidade, não é a primeira e única instituição de ensino superior de Foz do Iguaçu, mas devido a sua proposta de integração, e pelo volume de alunos esperados, do Brasil e de outros países da América Latina, criam-se expectativas, da cidade tornar-se um polo universitário e com isso, promover o aumento de pessoas necessitando de serviços, gerando assim renda local.

Ao mesmo tempo, pela quantidade de profissionais qualificados e pela dimensão dos cursos ofertados, o município pode tornar-se uma área de atração para grandes investimentos, principalmente no âmbito industrial, e deixar de lado, essa visão centrada apenas no turismo, pois uma universidade cria novas oportunidades para região. Dessa forma, Dias Sobrinho comenta:

Uma das tarefas mais importantes da agenda que hoje se coloca à educação superior é corresponder às necessidades de democratização e responder aos novos desafios trazidos pela globalização, especialmente às mudanças na organização da produção e na natureza do trabalho e às grandes transformações produzidas em todos os setores da vida pela revolução técnico-científica. (DIAS SOBRINHO, 2005, p. 90).

As transformações, apresentadas por Dias Sobrinho são evidentes, pois a competição faz parte do dia a dia das pessoas, e a necessidade de qualificação, faz com que a universidade tenha novas posturas. Entre elas, criar conhecimentos técnico-científicos e atender aos desafios de um mundo cada vez mais globalizado.

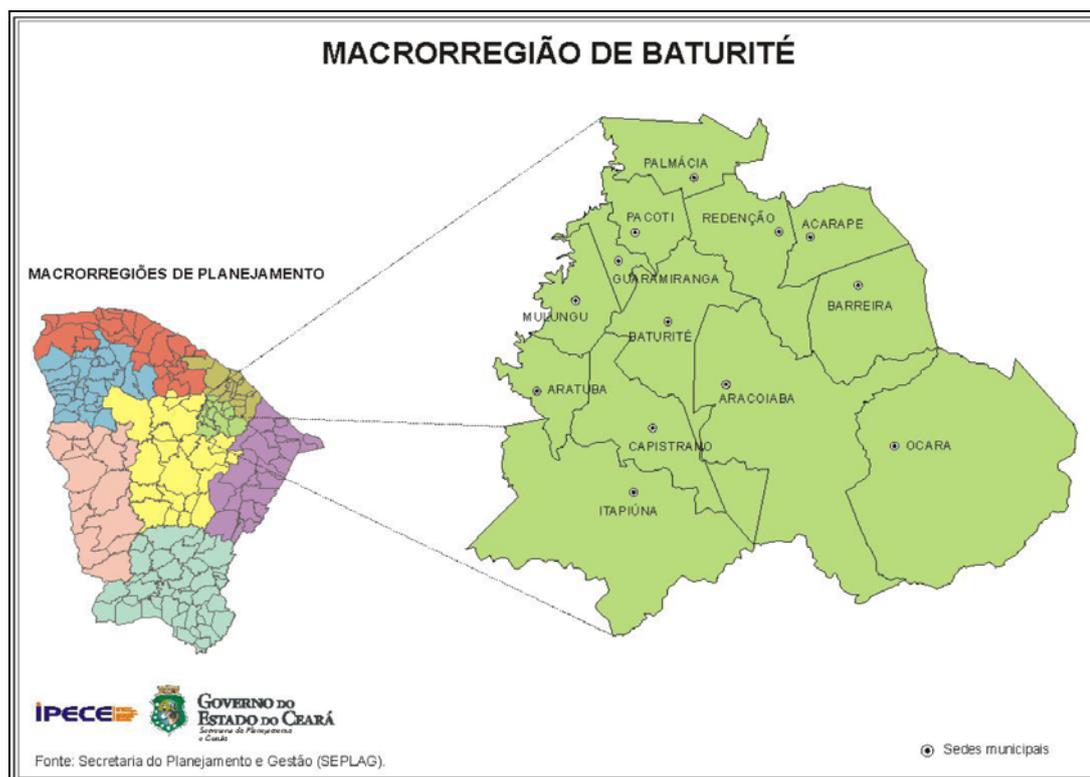
A escolha de Foz do Iguaçu para sediar essa nova universidade com proposta globalizante, possui ligação direta com dois fatores específicos. O primeiro de ordem geográfica: a tríplice fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai, já que a proposta inicial da UNILA seria atender aos países que compõem o MERCOSUL, fortalecendo no ensino a parceria internacional do projeto. O segundo de ordem econômica: a influência financeira da Usina de Itaipu, abrigando provisoriamente um dos campi da UNILA e doando o terreno para a construção do campus definitivo, sendo o próprio local binacional, já que pertence ao Brasil e ao Paraguai.

A cidade de Foz do Iguaçu foi escolhida para a implantação da UNILA por sua localização estratégica na região fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai, bem como por suas características multiculturais, aspectos estes que favorecem o diálogo e a interação regional. Tratava-se, também, de uma região carente de vagas universitárias, especialmente em instituições públicas, justificando a necessidade de ampliação, que estava em consonância com a política do Governo Federal de expansão e interiorização da rede de ensino superior, bem como a ampliação de seu acesso para as classes sociais menos favorecidas. (PDI-UNILA, 2013, p. 14).

Já a cidade de Redenção, sede da UNILAB, possui uma história diferente, ligada a abolição da escravatura, recebendo o título de primeira cidade do Brasil que libertou seus escravos, sendo esse um dos motivos simbólicos que levou a cidade ser escolhida como sede da nova universidade pelo Governo Federal, como também a necessidade de ampliação do ensino superior federal no Estado, que só possuía a UFC, ajudando no processo de interiorização do mesmo.

O município de Redenção está localizado na mesorregião norte do Estado do Ceará e compõe a microrregião do Maciço de Baturité, ilustração 8, a 52 km da cidade de Fortaleza, capital do Estado. Redenção encontra-se encravada entre os vales dos rios Pacoti e Acarape em torno da vertente da Serra do Cruzeiro e a do Pico Alto. A localização é privilegiada por nascer em áreas úmidas e de solos férteis cercadas por canaviais, rios, cascatas, açudes e lagos que facilitam um sistema de irrigações.

Ilustração – 8: Mapa de localização do município de Redenção



Fonte: www.ipece.ce.gov.br (2014)

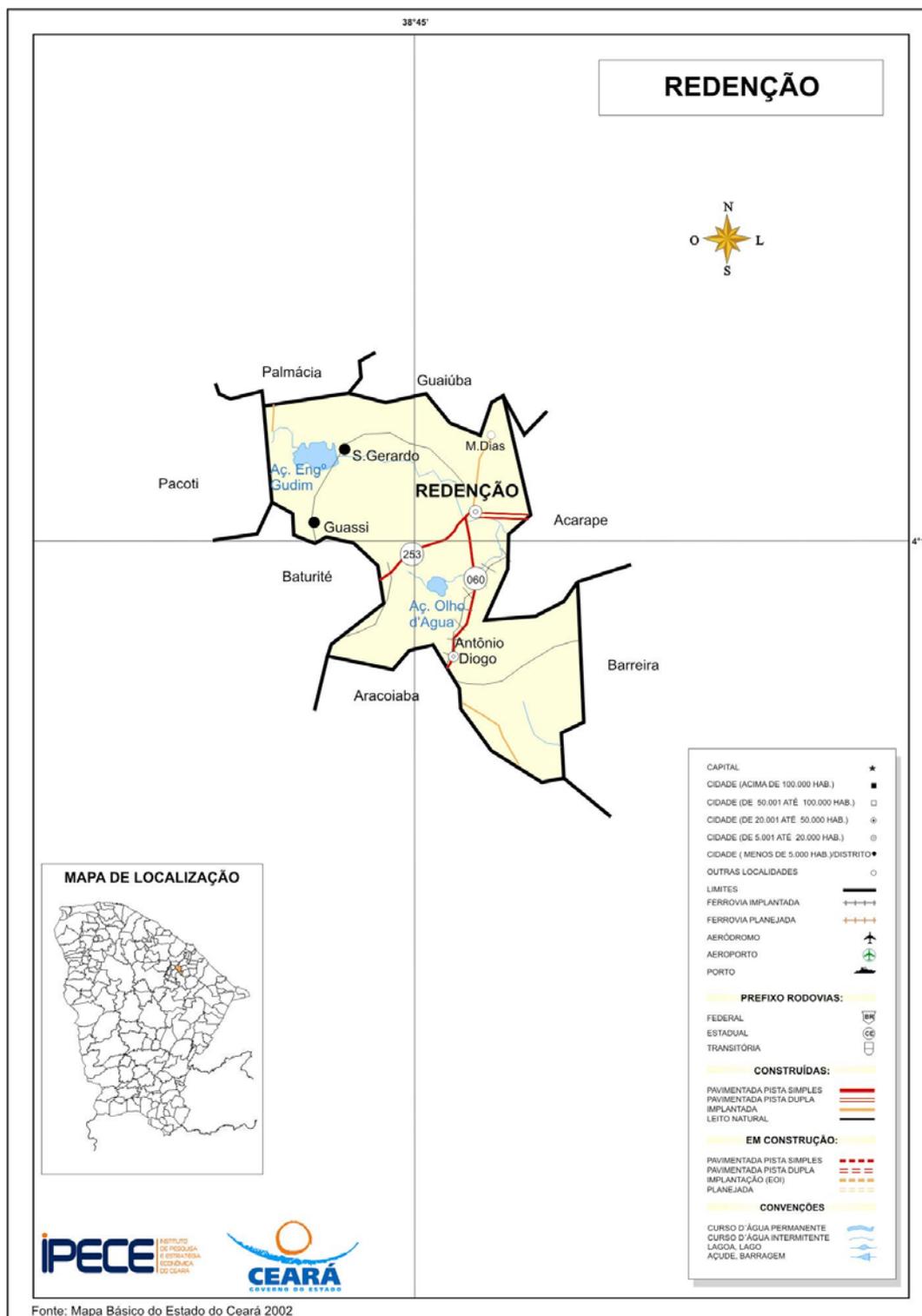
Reforçado a descrição da localização e suas vantagens, temos:

Um lugar que nasceu doce para os seus habitantes com os seus canaviais, rios, vales verdes, cascatas, açudes e lagos de clima agradável. Cheio de paisagens exuberantes. (SILVA, 2004, p. 15).

Silva deixa bem claro às vantagens físicas da região do Maciço de Baturité, em relação à sua posição. Ali de fato encontramos uma paisagem diferenciada de outras localidades do Estado do Ceará, normalmente semiárida.

O acesso ocorre, principalmente pela CE-060, onde a mesma via atravessa as cidades de Redenção e Acarape, que possuem sedes da UNILAB. Seguindo caminho pela mesma rodovia teremos os municípios de Barreira, Aracoiaba, chegando posteriormente à cidade de Baturité. Na ilustração 9, encontramos os mapas que representam Redenção e cidades circunvizinhas.

Ilustração – 9: Mapa do Município de Redenção



Fonte: www.ipece.ce.gov.br (2002)

Os aspectos demográficos, de acordo com o censo do IBGE, apresentam uma população absoluta de 26.415 habitantes (IBGE/2014), distribuída em 204,70 Km² com uma densidade demográfica de 117,09 habitantes por Km², possuindo grande proximidade da cidade de Acarape que já foi distrito de Redenção até 1987. O município está dividido em 6 unidades, a sede e mais 5 distritos: Antônio Diogo, São Geraldo, Guassi, Faísca e Barra Nova.

Ilustração – 10: Cidade de Redenção



Fonte: Acervo do autor (2014)

A população urbana vem crescendo nas últimas décadas, pois o Censo do IBGE de 1991 demonstrava percentuais de 47,10% da população urbana no município, dos dados do Censo do ano de 2000, esses números foram alterados para 51,16% dos residentes e em 2010 já registravam 57,29% do total da população, mas mesmo assim a cidade se enquadra como pequena cidade do interior do Estado.

A colonização do Ceará pode ser considerada tardia em relação aos demais estados nordestinos. As primeiras áreas de fato a serem colonizadas, estavam localizadas no interior, próxima aos rios, através de um processo de interiorização com o gado. O início da ocupação do território cearense, no século XVII, ocorreu de maneira diferente de outras províncias do Brasil, pois se fez do interior para o litoral, direção essa que tornou binômio gado/algodão as economias responsáveis pelo surgimento de vilas; primeiros núcleos urbanos no Estado.

As primeiras vilas e depois cidades nesse contexto foram Aquiraz, Fortaleza, Icó, Aracati, Caucaia, Viçosa do Ceará, Crato, Baturité, Sobral, Granja, Quixeramobim e Guaraciaba do Norte que possuíam o poder político, militar e econômico, promovendo o povoamento do sertão nas áreas próximas aos vales fluviais ligados à atividade pecuarista.

A história da pecuária cearense começa no século XVII com a concessão de sesmarias nos vales dos principais rios. Efetua-se, assim, a interiorização e a apropriação de terras ocupadas até então, pelos indígenas. (SOUZA, 2005, p. 15)

É nesse contexto que poderemos compreender que em Redenção esse processo de povoamento foi diferenciando de outras áreas do Ceará, já que ocorreu através de uma ligação direta com a produção de cana-de-açúcar, que não era uma prática agrícola comum no Estado do Ceará, haja vista, as condições climáticas adversas com o clima semiárido, sendo essa prática comum na Zona-da-Mata nordestina, principalmente nos Estados da Bahia e de Pernambuco.

Os aspectos naturais de Redenção muito favoreciam a atividade canavieira, pois o município está localizado em uma área de depressão e de serras (Maciço de Baturité) com solo argiloso e úmido, possui o clima Tropical Quente Semiárido Brando, segundo dados do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE). Os índices pluviométricos alcançam entre 850 mm e 1000 mm anuais com médias térmicas superiores a 24°C. No tocante a drenagem, o município faz parte da Bacia Hidrográfica Metropolitana, com destaque para os rios Pacoti e Choró. Essas condições naturais que se diferenciavam da maior parte do sertão central, seco e com clima semiárido, foram fundamentais para o cultivo da cana-de-

açúcar na região, sendo a mão de obra negra utilizada para essa atividade no município.

Essas condições naturais que se diferenciavam da maior parte do sertão central, seco e com clima semiárido, foram fundamentais para o cultivo da cana-de-açúcar na região, sendo a mão de obra negra utilizada para essa atividade no município.

Dessa forma, Redenção não possui as características gerais do povoamento do Estado do Ceará, voltado à pecuária e ao algodão. A produção de aguardentes, rapadura e derivados são marcas do município. Porém, essas atividades não significam isolamento econômico do restante do Estado e sim produtos comuns do sertão que atendiam outras demandas.

A região era habitada por Jenipapos, Kanyndé, Potyguara e Choro. O povoado que deu origem à vila foi um distrito policial de Baturité criado em 18 de março de 1842 e depois desmembrado em 28 de dezembro de 1868 pela Lei Nº 1.255, sancionada e promulgada pelo Sr. Francisco Inácio Marcondes, presidente da província com o nome de "Acarape". Segundo MATA, (2011, p. 30), a cidade de Acarape, hoje Redenção foi elevada a categoria de vila nessa data, constituindo-se assim um município livre e independente de Baturité.

Embora ainda hoje exista controvérsia e grande obscuridade em torno da origem do nome Acarape e segundo as interpretações do escritor José de Alencar, Acarape significaria “caminhos das garças” no vocabulário tupi-guarani, etimologicamente falando a palavra provavelmente também tem origem indígena e significa “acara” (peixe) e pé (caminho, canal), caminho dos peixes.

Um pequeno povoado, que viria a se transformar na cidade de Redenção, teve início no sopé da serra, local de vista privilegiada para o vale e para um lago formado pela invasão das águas do rio Pacoti, aterrado, com o passar dos anos, dando lugar à passagem da rodovia CE-060, que liga Fortaleza ao interior do Estado. (SILVA, 2004, p. 26).

O nome Redenção, definitivamente veio em 17 de agosto de 1889, pela Lei Provincial Nº 2.167. Esse nome foi escolhido porque o município que se chamava inicialmente de Acarape, libertou seus escravos, cinco anos antes do fim

da escravatura no Brasil. A frase que se tornou popular entre moradores do pequeno povoado foi: “Nesta terra não há mais escravos” e através dela Redenção se tornou conhecida como a primeira cidade do Brasil a libertar seus escravos. O monumento representado na ilustração 11 a seguir, simboliza esse fato, localizado na entrada da cidade na Av. Liberdade.

Ilustração – 11: Monumento Negra Nua



Fonte: Acervo do autor (2014)

Assim como no Brasil, os indígenas foram os primeiros habitantes da localidade de Redenção. Os sesmeiros considerados os grandes latifundiários e senhores dos engenhos (alambiques) da época, vieram depois e posteriormente se observa a marcante presença de negros oriundos da África que seriam utilizados como mão de obra escrava e barata. Segundo SILVA, (2004, p. 33), Marcelino Gomes e Pantaleão Ferreira de Castro foram os primeiros sesmeiros de Redenção, possuindo terras que se estendiam de Paracupeba a serra do Cantagalo.

Com relação à chegada dos escravos no Brasil de origem africana e que possuíram papel importante em Redenção, reforça Mata:

O tráfico de escravo iniciou-se em 1541. A maioria dos africanos pertencia a dois grupos étnicos: os bantos originários de Angola, Moçambique e Congo que se estabeleceram principalmente no chamado centro sul do Nordeste e os sudaneses provenientes da Guiné, Nigéria e da Costa do Ouro que foram levados para a região da Bahia. (MATA, 2011, p. p. 24 e 25).

No Ceará, o número de escravos sempre foi pequeno, comparado a outras localidades do Brasil e do Nordeste, segundo GIRÃO (1969, p. 48), utilizando dados de João Pandiá Calógeras⁴², que destaca dados estáticos publicados pelo conselheiro Antônio Rodrigues Veloso de Oliveira⁴³, em 1819, destaca que o Ceará possuía 201.710 habitantes, sendo 145.731 livres e 55.439 escravos. Já no Censo de 1851, segundo GIRÃO (1969, p. 49), o número de pessoas livres no Estado já era de 447.276 e de escravos 35.011.

A distribuição da população escrava no Ceará no ano da abolição no Estado era a seguinte, segundo a edição do “O Libertador⁴⁴”:

O Libertador de 1 de janeiro de 1884 registra como sendo de 31.516 a população escrava do Ceará, assim distribuída pelos diversos municípios: Fortaleza –Messejana, 1.273; Aracati-União (Jaguaruana), 1.159; Granja-Palma (Coreaú), 1.240; Acaraú, 440; Aquiraz, 449; Acarape (Redenção), 115; Assaré, 512; Barbalha-Missão Velha, 711; Baturité, 789; Canindé-Pentecoste, 516; Cascavel, 807; Crato, 835; Icó, 731; Ipu, 736; Imperatriz (Itapipoca), 882; Jardim, 446; Jaguaribe-Cachoeira (Solonópole), 608; Limoeiro (do Norte), 608; Lavras, 768; Maranguape-Soure (Caucaia), 847; Maria Pereira (Mombaça), 438; Milagres, 586; Morada Nova, 367; Pedra Branca, 157; Pacatuba, 298; Pereiro, 465; Quixeramobim, 1.924; Quixadá, 298; S. Francisco (Itapajé), 427; S. Bernardo (Russas), 1.972; Santa Quitéria, 820; Santana do Acaraú, 941; São Mateus (Jucás), 499; Saboeiro-Brejo Seco (Brejo Santo), 1.130; São João do Príncipe (Tauá)-Arneirós, 1.956; S. Benedito-Ibiapina, 135; Telha (Iguatu), 251; Trairi, 249; Tamboril, 614; Viçosa (do Ceará), 323; Várzea Alegre, 153. (GIRÃO, 1969, p. 52).

⁴² **João Pandiá Calógeras** (Rio de Janeiro, 19 de junho de 1870 — Petrópolis, 21 de abril de 1934) foi um engenheiro, geólogo e político brasileiro. Foi deputado federal por Minas Gerais, ministro da Agricultura, Comércio e Indústria (1914) e da Fazenda (1916), durante o governo de Venceslau Brás.

⁴³ **Antônio Rodrigues Veloso de Oliveira** foi um estadista, jurista e político brasileiro. Nasceu em São Paulo (SP) depois do ano de 1750 e faleceu no Rio de Janeiro em 11-3-1824. Formou-se em Direito pela Universidade de Coimbra, indo exercer a magistratura na Ilha da Madeira. No Brasil foi Chanceler da Relação do Maranhão em sua instituição; Desembargador do Paço; Deputado da Mesa de Consciência e Ordens; Juiz Conservador da Nação Britânica em todo o distrito da Casa de Suplicação do Brasil; Primeiro Deputado da Junta da Administração da Fazenda, na Capitania do Maranhão; Deputado à Assembleia Constituinte; Comendador da Ordem de Cristo.

⁴⁴ **O Libertador**, jornal que circulava na Província do Ceará a partir de 1881 que destacava assuntos relevantes na época sobre os acontecimentos locais.

Dessa forma, podemos perceber que Redenção não representava o maior número de escravos no Estado do Ceará, mas se tornou a primeira cidade a libertá-los e utilizou essa mão de obra até 1883 para manter sua economia baseada no plantio de cana-de-açúcar, com a associação de um tripé latifundiário (homens livres, mestiços e escravos). Com condições naturais úmidas, a cidade de Redenção foi descobrindo sua principal tendência econômica da época, a produção de rapadura e principalmente produção de “aguardente”.

Segundo registro em SILVA (2004, p. 63), foi com a chegada de um imigrante Italiano da cidade de Tórtara, Miguel Ângelo Russo em 1886 que se tem início a construção dos primeiros alambiques na cidade de Acarape, hoje Redenção. Posteriormente, outras famílias de posse também se dedicaram a produção de cachaça de alambique.

O Sítio Livramento (fabricante da cachaça Douradinha) ainda é um ícone e uma unidade produtora de aguardente. A mesma ainda abriga o museu de canavial. Este sítio foi construído em 1873, sendo o marco histórico deste engenho. Foi nesse local em 25 de março de 1883, que todos os negros cativos foram alforriados, cinco anos antes da decretação da Lei Áurea pela Princesa Isabel. Em seu interior podemos conhecer, atualmente, o Museu Senzala Negro Liberto que se tornou um atrativo turístico da cidade, sendo ele uma propriedade particular do Sítio Livramento localizada na própria CE-060, na entrada da cidade em frente da sede da UNILAB.

Além do Sítio Livramento, guardam recordações do período colonial o Sítio Guassi e a Fazenda Gurguri, onde se encontram guardados mobiliários da época, casas com paredes de meio metro de largura, capela, troncos de amarrar escravos e engenhos de cana-de-açúcar.

A primeira açucareira do estado do Ceará foi a Açucareira Cearense S.A “CESUCAR”, popularmente chamada de Usina Cariri, tendo como o primeiro proprietário o Sr. Gradivan, posteriormente a mesma foi vendida para os irmãos Dr. José Visnevisky e Dr. Jackson Visnevisky, onde logo de imediato construíram uma vila de casas que ficou conhecida como Vila Velha. Posteriormente, por volta de 1945, esse empreendimento passou a pertencer à família Ubirajara Mindêllo que

além do açúcar extraído da cana, se extraía também a cachaça “Cavalo Preto”. Já em 1986, sobre a administração do Dr. Everardo Ferreira Teles, a antiga Usina Cariri se rende a modernidade do Grupo Ypióca e fecha suas portas.

Evidentemente que outros engenhos de pequeno, médio e grande porte prosperaram, pois afinal a cidade hoje de Acarape e Redenção eram conhecidas como a “Terra da Cana”, pois tinham vários alambiques dos quais podemos destacar: a cachaça Pé de Tonel, Falcão do Vale, Flô da Redenção, Triunfo e Bagagueira. Porém, não podemos deixar de citar a cachaça Brunswick produto bastante procurado que deu até música na boca do povo, porém foi a aguardente Chave de Ouro pertencente à família Bomfim que mais se destacou no cenário cearense, sendo a mesma produzida na localidade de Pau Branco, município de Acarape.

Atualmente, a fabricação e o engarrafamento da cachaça são feitos pelo grupo Ypióca que continua plantando cana-de-açúcar e cultivando a cultura da terra da liberdade, contribuindo com a sua parcela econômica e desenvolvimento social, mas a cidade de Redenção não possui mais a cachaça como fonte principal de renda, perdendo o destaque econômico no Estado, possuindo uma economia com base no comércio e na agricultura.

O município sempre teve sua economia dependente do sistema agroindustrial, implantado na sua origem, onde a cana-de-açúcar era fundamental nesse processo, sendo essa a explicação para seu atraso, pois com a decadência dessa economia a cidade não conseguiu mais prosperar.

Na década de 70, o município deu sinais de um certo crescimento econômico com a instalação de agências e postos de bancos, o Bancesa, a Caixa Econômica e o Banco do Brasil, além de lojas de eletrodomésticos, mas, faltou continuidade nas ações político-administrativas que garantisse um desenvolvimento sustentável. (SILVA, 2004, p. 28).

Nessa economia agrária, o açúcar de fato sempre foi hegemônico em Redenção. Para compreender sua importância em 1946, o Ceará possuía duas usinas de açúcar, a Maracajá, localizada na cidade do Crato e a Cariri em Redenção. A usina de Redenção fechou em 1984 sendo seu último proprietário o Dr. José Cirino Murilo Nogueira, sendo uma demonstração da decadência econômica do

município, por esse motivo o refrão ditado pelos redencionistas: “Redenção é a cidade do já teve” (SILVA, 2004, p. 28).

Com a desaceleração da produção de cana-de-açúcar em Redenção, o trabalho escravo perdeu sentido, já que comprar e manter escravos tornou-se caro no Estado, sendo um dos motivos do fim da escravatura no Ceará e em Redenção.

Como ocorre em outros municípios do interior do Estado e continua em Redenção, o costume patriarcal público municipal, onde a prefeitura ocupa a posição de gerar empregos e os demais habitantes exercem atividades no comércio, na agricultura e em atividades diversas com total informalidade de dias atuais.

O status de primeira cidade do Brasil a libertar seus escravos não é suficiente para o desenvolvimento econômico e turístico, mas foi utilizado para a escolha do município como sede da UNILAB a partir de 2010, sendo hoje a universidade a grande esperança, para alguns, de empregos e oportunidades para a população residente.

Vale lembrar que o município não vivenciou situação semelhante de expansão universitária em nenhum momento, não há história educacional e mesmo assim recebeu um dos maiores investimentos federais do Brasil das últimas décadas em relação ao ensino superior, com a promessa de interiorização e progresso para o Maciço de Baturité.

A economia local mantém traços do passado, sendo a agricultura atividade importante, com destaque para os cultivos de cana-de-açúcar, milho, arroz, banana, batata doce, mandioca e feijão. Mas a cidade deixa muito a desejar em infraestrutura e já não possui muitos investimentos econômicos como no passado⁴⁵, sendo dessa maneira a UNILAB, uma esperança de crescimento para o município.

A economia de Redenção depende principalmente do setor terciário⁴⁶ (comércio e serviços) que é responsável por 75,78% do Produto Interno Bruto (PIB)

⁴⁵ Referimo-nos aqui aos investimentos citados, na cana-de-açúcar e o progresso no comércio em especial com aguardentes que prevaleceram na região.

⁴⁶ O setor terciário aqui citado não se encontra dinâmico, pois se limita ao comércio da cidade, diferente de outras cidades de maior porte do estado do Ceará.

municipal (IPECE, 2013), principalmente através de empregos gerados pela prefeitura e pelo comércio informal, com feiras livres que ocorrem nas ruas todos os sábados, sendo uma das fontes de renda para muitos moradores das áreas vizinhas e do próprio município.

Na agricultura, podemos enfatizar culturas de algodão, banana, arroz, milho, feijão, café e cana-de-açúcar. Ainda é importante destacar o cultivo do café, que embora tenha diminuído muito após a crise de 1929 nos Estados Unidos e com outras crises na economia brasileira, vêm crescendo atualmente, utilizando-se a técnica do cultivo sombreado e 100% orgânico.

Redenção possui alguns equipamentos culturais e atrativos turísticos, com forte aspecto simbólico, onde podemos citar aqui o Busto da Princesa, localizado na Praça da Princesa Isabel, no Centro de Redenção; Igreja de Nossa Senhora da Imaculada – Matriz, localizada na Praça da Matriz, no Centro de Redenção; Museu Histórico e Memorial da Liberdade, localizado na Rua José Costa Ribeiro, nº 102; Fazenda Gurguri – Senzala, acesso pela estrada de Barra Nova, via Gurgurí; Açude Acarape do Meio, represa do rio Pacoti, localizada no distrito de Barra Nova, a 18 km da sede; Capela de Santa Rita, inaugurada em 29 de dezembro de 1917; Capela de São Miguel, inaugurada em 21 de março de 1936; Praça da Liberdade – Obelisco, localizada na Praça da Liberdade; Balneário Lages, distante 4 km da sede do município; Monumento A Escrava - Negra Nua, localizada na Avenida da Abolição; Cachoeira de Paracupeba, acesso pela estrada de Barra Nova, a 8 km da sede e Museu Senzala do Negro Libertado, localizado na Avenida da Abolição.

Ilustração – 12: Monumento de comemoração dos 50 anos do fim da escravatura em Redenção



Fonte: Acervo do autor (2014)

Podemos assim perceber que grande parte dos atrativos turísticos da cidade possui ligação novamente com a escravatura e sua abolição, que marca até hoje o município, sendo essa a ligação direta com a UNILAB nessa pequena cidade do Ceará. Atualmente, Redenção tem pouco a oferecer, principalmente em relação à infraestrutura, pois a estagnação econômica marcou o município durante muito tempo.

O comércio distribui-se em alguns atacadistas, varejistas e a feira livre que é tradicional todos os sábados, sendo uma das rendas da população que vende e consome produtos nesse dia da semana. Diversas atividades comerciais são encontradas, mas o próprio comércio não possui mais o destaque de outros momentos do passado.

A cidade não possui estrutura atual para atender a proposta presente e futura da UNILAB, que deseja possuir cinco mil alunos de diversos lugares do Brasil e do mundo, já que a mesma recebe alunos de países que falam a língua

portuguesa, em um investimento que eleva o Brasil como referência educacional para essas nações, tornando-se o centro irradiador de ideias e de opiniões que ultrapassaram as fronteiras do nosso país.

É nesse contexto que envolve aspectos de fronteiras e a abolição da escravatura, que as cidades de Foz do Iguaçu e Redenção foram escolhidas para essa nova empreitada por parte do Governo Federal. Através do ensino superior, vislumbrando possibilidades políticas em um contexto internacional entre a América Latina, África e Ásia, apresentando de vez os interesses políticos do Brasil, pela zona do Atlântico Sul e pelo poder na América Latina, que já foi palco de disputas no passado.

Estudar o espaço é aspecto relevante e fundamental em uma pesquisa geográfica. O olhar do geógrafo deve ser sempre aquele de observar as articulações que nele ocorre, através principalmente da ação do homem, onde arranjos espaciais estão inseridos nesse processo. Um desses arranjos é a educação, presente agora nos municípios estudados, podendo promover transformações significativas no espaço urbano.

Em Foz do Iguaçu e Redenção, essas articulações ocorrem a partir de agentes educacionais, sendo a UNILA e a UNILAB as promotoras parciais ou totais dessas mudanças, através da oferta de ensino superior, com uma proposta globalizante que deixa o Brasil na liderança de uma rede que envolve os países da América Latina e os de língua portuguesa. Segundo Milton Santos, esses arranjos espaciais ocorrem em um contexto onde:

Nas atuais condições, os arranjos espaciais não se dão apenas através de figuras formadas de pontos contínuos e contíguos. Hoje, ao lado dessas manchas, ou por sobre essas manchas, há, também, constelações de pontos descontínuos, mas interligados, que definem um espaço de fluxos reguladores. (SANTOS, 1996, p. 284).

O espaço de fluxos, que Milton Santos se refere e que regula essas formações espaciais, pode ser encontrado nas cidades de Foz do Iguaçu e Redenção, pois a dinâmica espacial foi significativamente reestruturada. Com a nova dinâmica populacional atraindo o fluxo de pessoas de outras regiões e países, redimensionou-se a fluidez urbana de Foz do Iguaçu em sintonia com já ocorria há

algum tempo nessa fronteira nacional, e constituiu-se um desafio de alta complexidade no tecido urbano e no entorno regional de Redenção.

Os fixos continuam, já que as cidades permanecem em seu cotidiano de comércio, turismo, feiras e pequenos serviços prestados, mas os fluxos se intensificaram com os novos serviços prestados e oportunidades que se apresentam para alguns, para atender principalmente a nova demanda de moradores, a partir das universidades em questão.

Os arranjos como afirma Milton Santos, podem ser descontínuos, já que uma nova espacialidade surge nesses locais, fazendo aparecer novos personagens que são protagonistas dessas mudanças, pois estão apostando nas transformações que poderão vir para os municípios, através desses empreendimentos educacionais, em uma escala local, mas influenciada por uma escala global. Nesse contexto, Oliveira, afirma:

As dualidades em termos de escala (local – global), de procedimentos interpretativos (análise – sínteses) e de enfoque científico (natural – social), podem também alcançar a dimensão de unidade dinâmica. (OLIVEIRA, 2010, p. 35).

Em Foz do Iguaçu no Paraná, os arranjos espaciais são diferenciados em relação ao município de Redenção no Ceará, pois as cidades possuem estruturas totalmente diferentes e um contexto econômico e populacional que também as diferenciam. Os fixos e fluxos também são verificados em um contexto paradoxal, entre elas. Por esse motivo, a influência exercida pelas universidades, também se apresenta em contexto análogo e em outro momento não análogo.

O município de Foz do Iguaçu vivenciou sua maior transformação espacial, entre os anos de 1970 e 1980, com a construção da Hidrelétrica de Itaipu. Foi nesse período que a cidade foi invadida por milhares de pessoas de vários lugares do Brasil, com a finalidade de trabalhar nessa obra grandiosa, chegando a empregar 40 mil trabalhadores.

Das vilas construídas, Vila A, B e C, surgiu bairros, que atualmente utilizam a mesma nomenclatura. O comércio cresceu, e a dinâmica populacional foi alterada, através de um crescimento populacional de 385%. De 28.212 habitantes

em 1960 passou para 136.321 em 1980. Atualmente possui 256.088, segundo IBGE (2014).

Em pesquisa de campo no ano de 2014 em Foz do Iguaçu, constatamos como a cidade é formada por pessoas de vários lugares do Brasil. É difícil conversar com alguém que tenha de fato nascido na cidade, é comum o termo, “já moro aqui há alguns anos, mas não nasci no município”. Foz do Iguaçu é uma cidade cosmopolita com 81 etnias registradas pela Receita Federal em 2014, sendo a segunda maior comunidade árabe do Brasil, perdendo apenas para São Paulo.

Os primeiros árabes que chegaram à Tríplice Fronteira em geral vinham por Santos, encontravam-se com patrícios em São Paulo e procuravam um lugar onde fosse possível estabelecer algum tipo de comércio. (SILVA, 2014, p. 111).

Depois desse período de crescimento, com a construção da Hidrelétrica de Itaipu, a cidade passou a viver do comércio, muito por causa do Paraguai e do turismo, com destaque para visitas as Cataratas do Iguaçu. Nada de novo modificava essa rotina, até o ano de 2008.

Foi quando surgiu a proposta do Governo Federal de construir em Foz do Iguaçu uma universidade com um caráter internacional, voltada para a região latina. Suas atividades tiveram início em 16 de agosto de 2010, recebendo inicialmente alunos do Brasil e dos países do MERCOSUL.

A partir de seu funcionamento, novos arranjos espaciais estão despontando na cidade, visando atender ao público universitário; são professores, técnicos e alunos de vários lugares do Brasil e da América Latina, e sua construção tornou-se a grande obra no momento, podendo se tornar grandiosa como a de Itaipu.

Evidente que ainda é cedo, para constatar mudanças significativas e rápidas, como se procedeu com a construção de Itaipu, com seus 40 mil trabalhadores, está longe disso, como de fato não ocorrerá nessa proporção, mas os arranjos educacionais e culturais, já podem ser percebidos na cidade e no dia a dia de parte de seus moradores, pois a procura por moradias começa a crescer em

direção a Avenida Tancredo Neves, que dá acesso a PTI, onde se encontram muitos dos cursos da UNILA.

Já em Redenção, com a UNILAB, essas transformações do espaço ocorreram em um ritmo mais acelerado, pois a pequena cidade do Maciço de Baturité no Ceará, com seus 26.415 habitantes (IBGE, 2014), nunca tinha recebido uma obra de grande porte, como ocorreu em Foz do Iguaçu, quando foi construída a Hidrelétrica de Itaipu.

Redenção já possuiu sua fase de crescimento regional, com destaque na produção de cana-de-açúcar, na fabricação de cachaça e do dinamismo do comércio local. A cidade já teve cinemas, grandes armazéns, usina de açúcar e foi pioneira na rede de transporte, com a empresa de ônibus Redenção, mas hoje é um pequeno município que vive do comércio e da agricultura.

Silva destaca essa importância econômica do município quando afirma:

Em 1929, foi inaugurada a usina de açúcar de Redenção, construída no distrito de Acarape, hoje emancipado, localizava-se próxima à estação ferroviária e ao mesmo tempo perto da rodovia principal, a CE-060, para facilidade de escoamento da produção e de abastecimento da matéria prima. (SILVA, 2004, p. p. 34 e 35).

Durante a segunda metade do século XX, o município enfrentou um processo de decadência e esquecimento. Os cinemas fecharam, os grandes comerciantes se transferiram para a capital e quase todos os engenhos fecharam, sobrevivendo ainda à cachaça douradinha, fabricada no Sítio Livramento.

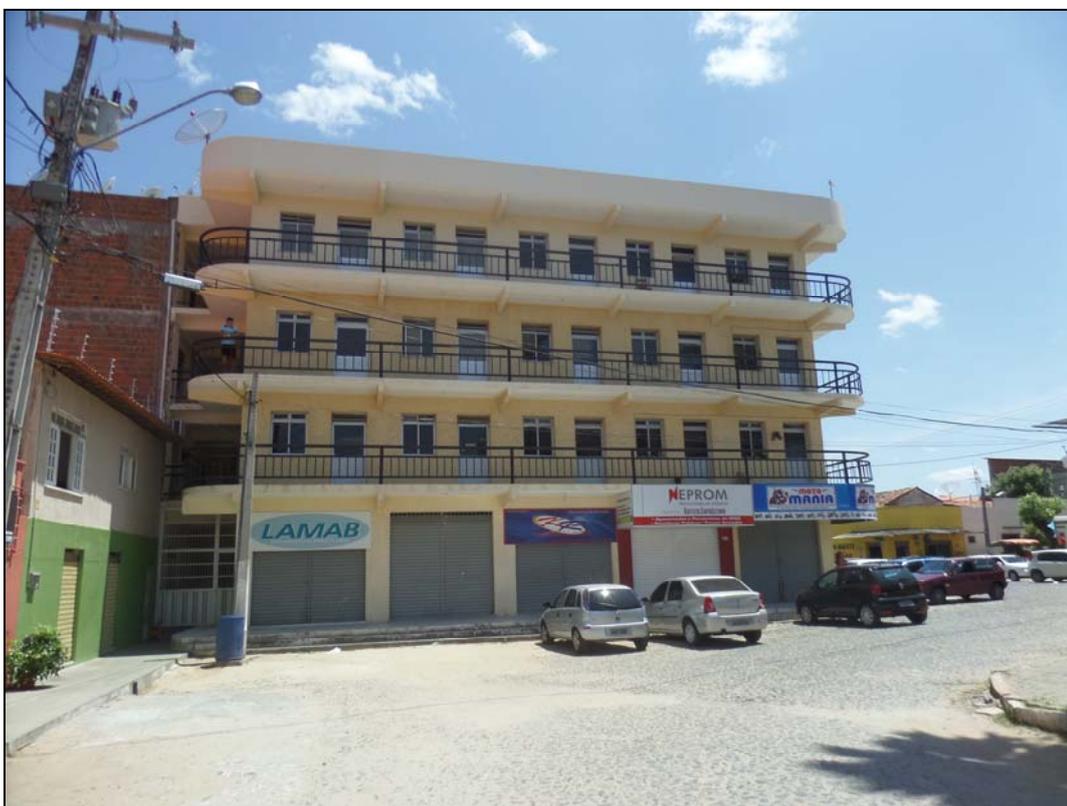
A UNILAB chega possibilitando mudanças para a região, através das atividades diversas que estão se desenvolvendo, para atender a nova demanda que surge. São professores, técnicos e alunos que passam a conviver no dia a dia da cidade, aparecendo à necessidade de comércio variado, serviços e moradias para alugar para essas novas pessoas.

Dessa maneira, a UNILAB provocou mudanças, já que através dela vem ocorrendo um dinamismo no município que não se via há muito tempo, sendo muitas as promessas de investimentos por parte do governo do Estado e da prefeitura, para criar uma infraestrutura que muito pode beneficiar a cidade e seus moradores. A

grande dúvida é se de fato esse processo ocorrerá da maneira esperada por muitos que vivem no município.

No momento, o que se torna mais visível são os investimentos no setor imobiliário, exemplificando essa situação, podemos aqui citar o prédio residencial e comercial localizado na Rua Padre Ângelo, em um ponto central da cidade, onde estão presentes diversos comércios e a agência do Banco do Brasil, esse empreendimento possui apartamentos e lojas comerciais no térreo, todos para alugar, sendo no momento um dos mais importantes edifícios da cidade.

Ilustração – 13: Prédio residencial e comercial na Rua Padre Ângelo



Fonte: Acervo do autor (2014)

Toda essa expansão imobiliária possui seus aspectos negativos, como a elevada especulação no valor dos imóveis, pois se tornaram inacessíveis para um grande número de pessoas. Quem imaginava possuir sua casa própria, ficou quase impossível, e os preços dos aluguéis tornaram-se elevados devido à nova demanda de pessoas que se instalaram na cidade, após a chegada da UNILAB.

A cidade de Redenção é hoje, um grande canteiro de obras, pois quem possui condições financeiras está procurando de alguma forma lucrar com a nova realidade da cidade, que poderá crescer com a expansão da UNILAB, que deverá aumentar o número de alunos, já nos próximos anos, criando assim expectativas de possibilidades de lucros para os moradores do local.

Ainda não se sabe de fato, se esse crescimento esperado realmente vingará, pois quem de fato será o mercado consumidor? Professores e muitos técnicos moram em Fortaleza e se deslocam para a cidade, os alunos não possuem elevado poder de compra e com a construção do campus definitivo, poderá existir residência universitária para muitos, reduzindo assim a procura de imóveis na cidade. O que podemos perceber é um crescimento desordenado na cidade, não ocorrendo planejamento e investimentos por parte dos órgãos públicos, surgindo uma incógnita sobre o crescimento de Redenção.

Em relação ao setor público, os investimentos estão ocorrendo lentamente. O governo do Estado iniciou a ampliação da CE-060 (ilustração 14), até a cidade de Redenção, viabilizando assim o acesso e financiou a maior parte da reforma do prédio, onde funciona a UNILAB e a parte menor da obra, coube à prefeitura, outro acesso se dar pela CE-253, entre Pacajus e Acarape.

Ilustração – 14: Obras de ampliação da CE – 060



Fonte: Acervo do autor (2015)

A prefeitura cedeu durante vinte anos à sede que atualmente funciona o bloco administrativo da UNILAB e um centro de arte desativado, onde está funcionando um dos blocos didáticos da instituição. Ambos foram totalmente reformados para serem utilizados para os fins atuais. Esses investimentos são reduzidos, pois as transformações que poderão ocorrer na sede do município exigirão obras direcionadas na área do saneamento, saúde e educação.

As maiores obras observadas no momento na cidade não têm ligação direta com o poder público e sim com o setor privado, que vem apostando principalmente no setor imobiliário e reformando lojas no comércio, proporcionando um espaço de modernidade para as mesmas, sendo também possível observar investimentos no setor bancário, como a inauguração de uma agência da Caixa Econômica Federal, que vem se juntar ao Banco do Brasil e ao Bradesco.

No setor imobiliário, podemos destacar os prédios comerciais e residenciais na Rua Marechal Deodoro, que vêm se juntar com o prédio na Rua

Padre Ângelo, próximo à agência do Banco do Brasil, sendo eles os maiores prédios no momento na cidade de Redenção.

No setor comercial se destacam pequenas lojas e supermercados que foram reformados e ampliados, como o supermercado Redenção, localizado na Rua Marechal Deodoro e o supermercado Família na Rua Major José Gabriel. Procurando garantir estrutura e ganhar com o aumento de vendas para atender o maior volume de pessoas existentes na cidade, foi inaugurado do supermercado Abolição em frente à UNILAB na Av. Abolição.

Dessa forma, os arranjos espaciais encontrados em Redenção, possuem ligação com a nova realidade da cidade, pois é bem notório que o fluxo de pessoas aumentou, surgindo assim perspectivas de ganhos, sendo comum, além dos investimentos aqui já citados, encontrarmos os pequenos serviços oferecidos. As pessoas ampliando o seu negócio, ou construindo pequenas lojas e quartos para alugar no espaço de sua própria casa, demonstrando assim que a UNILAB já modificou a rotina da cidade.

O capital privado está agindo. A grande dúvida nessa questão serão os investimentos públicos que quando significativos podem modificar a estrutura de um local, sendo fundamentais para a articulação das pessoas que ali residem e esperam oportunidades de melhorias. Sobre essas ideias Silveira comenta da seguinte maneira:

Por sua vez, sugerir que o espaço dos lugares seja também o espaço dos fluxos significa introduzir a ideia de que o local constitui-se como um campo de produção de novos fluxos, isto é, articulações sociais de “dentro para fora” ou de “baixo para cima”. (SILVEIRA, 2010, p. 43).

De fato, o local pode ser visto como um campo de produção de novos fluxos, sendo esse processo concreto em Foz do Iguaçu e Redenção a partir da UNILA e da UNILAB, sendo rapidamente percebido que as dinâmicas das cidades foram modificadas, em seu dia a dia, através de agentes externos que influenciam diretamente os fixos e a espacialidade do local, sendo esse processo mais acelerado em Redenção, pois a cidade de Foz do Iguaçu já convivía com outra dinâmica espacial.

Um novo agente social se vislumbra e possui o poder de não somente criar novos espaços. Um agente que é transformador de consciências e que consegue através de um poder avassalador transformar os fixos e acelerar os fluxos, esse agente é a educação que no momento se apresenta presente em Foz do Iguaçu e Redenção com a UNILA e a UNILAB, dinamizando e articulando novos espaços que nesse momento é visível no espaço urbano, influenciando a dinâmica econômica desses locais.

Dessa forma, os arranjos espaciais são uma realidade, pois o local e o regional se modificam para se adaptar a nova realidade existente, que nesse caso vem sendo influenciado por essas universidades, sendo comum, a partir de investimentos desse porte, percebermos a necessidade de ocorrer adaptações para conviver e aproveitar a nova realidade existente.

Nessa compreensão, a educação aparece como uma ferramenta importante para definir as transformações no espaço geográfico, pois políticas públicas se tornaram uma necessidade mundial em um novo contexto, onde, a educação pode modificar o local, o regional e o global e atender a interesses político-estratégicos.

Nesse caso, o conceito de espaço pode ser estudado e compreendido de acordo com várias concepções e ciências diferentes, mas na Geografia encontra características próprias, haja vista que o espaço é objeto de estudo do geógrafo em uma análise natural, histórica, econômica e social, pois segundo Milton Santos:

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. (SANTOS, 2009, p. 63).

Portanto, o estudo do espaço e seus arranjos possuem conotações diferentes, mas não podemos esquecer a sua ligação direta com o homem, não desassociar um do outro para compreender as transformações ocorridas em uma determinada área, passa a ser fundamental em um estudo geográfico.

Nessa perspectiva é possível compreender as transformações do espaço e o desenvolvimento local a partir de políticas educacionais, observando a

importância do estudo dos mesmos, pois as suas mudanças são resultados da ação do homem, através de empreendimentos e investimentos diversos, sendo a educação um desses meios de promover desenvolvimento urbano local.

Dessa maneira, o espaço que é objeto de estudo da Geografia se apresenta de maneira contextual, como aquele que pode ser modificado a partir de tais investimentos. Esse conceito é bem abrangente podendo apresentar transformações a nível global, regional e local, como afirma Lobato Corrêa:

A expressão espaço geográfico ou simplesmente espaço, por outro lado, aparece como vaga, ora estando associada a uma porção específica da superfície da Terra identificada seja pela natureza, seja por um modo particular como o homem ali imprimiu as suas marcas, seja com referência à simples localização. Adicionalmente a palavra espaço tem seu uso associado indiscriminadamente a diferentes escalas, global, continental, regional, da cidade, do bairro, da rua, da casa e de um cômodo no seu interior. (CORRÊA, 2009, p. 15)

Em *A Natureza do Espaço*, Santos (2008, p. 21) apresenta como definição de espaço a seguinte afirmativa: "conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações". Esta noção, segundo o autor, nos permite reconhecer a produção do espaço e suas rugosidades. Através do contexto de análise utilizada por Santos é possível identificar essa produção do espaço e de seus arranjos, em Foz do Iguaçu e mais ainda em Redenção a partir da UNILA e da UNILAB, que promovem uma nova integração socioespacial, em suas cidades de origem.

A visão de lugar também merece destaque nessa pesquisa, seu conceito tem sofrido diversas interpretações ao longo do tempo e entre os mais variados campos do conhecimento. Na Geografia, pode ser considerado como um dos conceitos-chaves de estudo.

Em Foz do Iguaçu e Redenção, podemos estudar o lugar através de duas vertentes, o lugar fixo que recebe influência dos fluxos, segundo a visão de Santos (1996), nessa análise podemos conceituar o lugar visto "de fora" e o lugar visto "de dentro".

Os fixos representados pelos próprios municípios e suas particularidades, através de uma estrutura de serviços locais, se veem influenciados por um grande fluxo de serviços ligado direto e indiretamente, com a UNILA e a UNILAB, que

simplesmente através de suas presenças, fizeram movimentar pessoas e mobilidade de capital.

O lugar visto “de fora” é observado por todos que acompanham as transformações, através dos novos investimentos, observando toda a dinâmica que ocorre nas cidades e o lugar visto “de dentro” é o dos residentes que já conseguem observar mudanças retratadas nessa pesquisa.

Milton Santos nos presenteia com essas observações de lugar, que implica em sua redefinição de pressupostos da configuração de espaço, através de técnicas presentes no lugar, ou como ele mesmo afirma “densidade técnica”, “a densidade informacional” e a “densidade normativa” onde as pessoas se comunicam entre si e com os outros lugares em um contexto globalizante.

Essa técnica e densidade técnica referida atendem ao ensino superior que foi implantado em Foz do Iguaçu e Redenção, já que as técnicas presentes estão gerando novos espaços e desenvolvimento local. Observamos o surgimento de novos espaços, através do nascimento de lugares antes impensáveis e estruturas não existentes, como prédios, grandes lojas e negócios diversos, convivendo em locais que ainda mantêm traços tradicionais simples de épocas passadas.

Outra mudança desencadeada pela lógica espacial nascente nos municípios pesquisados pode ser observada através da análise da densidade normativa, onde um conjunto de normas, leis e regras de conduta social tendem a se modificar por causa dos novos moradores, que implantam suas culturas e seus modos de vida.

Estas normas de convivência social são lentamente absorvidas, gerando apropriação e produção de novos espaços, através de grupos específicos, modificando o dia a dia da sociedade local, que não convivera mais com uma estrutura urbana anterior, somente e simplesmente por causa da nova realidade implantada na cidade.

Ressaltando que as pessoas, o mundo e a própria vida estão inseridas num contexto onde caos e possibilidades de inovação caminham juntas, ou seja, num cenário paradoxal, que pode ser observado em Foz do Iguaçu e Redenção, a

partir da chegada da UNILA e da UNILAB, já que conviverá lado a lado o progresso do ponto de vista intelectual e a vida diária de cidade pequena do interior com costumes ligados a uma vida rural que poderá se transformar em uma área de possibilidades de crescimento urbano, no caso de Redenção, já que a cidade paranaense possui outra conjectura⁴⁷.

Todavia é intrigante compreender que o território de implantação das universidades estudadas, passa por transformações significativas e se espera resultados, onde ocorrem choques entre o regional e o global, através da cultura diferenciada dos estudantes que ali passam a residir, demonstrando as especializações de cada região, como afirma Milton Santos:

As especializações do território, do ponto de vista da produção material, assim criadas, são a raiz das complementaridades regionais: há uma nova geografia regional que se desenha, na base da nova divisão territorial do trabalho que se impõem. Essas complementaridades fazem com que, em consequência, criem-se necessidades de circulação, que vão tornar-se frenéticas, dentro do território brasileiro, conforme avança o capitalismo; uma especialização territorial que é tanto mais complexa quanto maior o número de produtos e a diversidade da sua produção. (SANTOS, 2005, p. 44).

Essa visão do território, referida por Milton Santos, que consegue adequar a produção material do espaço pela ação do homem, utilizando-se da cultura, já pode ser percebida nessas cidades, através da presença de políticas educacionais, pois são notórias as mudanças materiais e as inquietações do que será dessas cidades futuramente, por causa dos novos moradores e dos investimentos locais.

Reafirmar a relevância das dimensões sociais no território, através do desenvolvimento local, faz-se necessário mencionar alguns pressupostos sobre desenvolvimento. Para a Geografia, desenvolvimento é resultado do trabalho humano, através de seu conhecimento e cultura, sendo possível transformar e desenvolver o espaço que convivemos, utilizando-se de uma estrutura social, organizada em instituições políticas, sociais e militares, onde a educação está inserida. Dessa forma, segundo Fischer:

⁴⁷ A cidade de Foz do Iguaçu possui uma dinâmica urbana diferente de Redenção, por ser um destino turístico internacional e por possui uma estrutura urbana bastante superior da cidade cearense.

O desenvolvimento ocupa o centro de uma constelação semântica incrivelmente poderosa. Não há nenhum outro conceito no pensamento moderno que tenha influência comparável sobre a maneira de pensar o comportamento humano. Ao mesmo tempo, poucas palavras são tão ineficazes, tão frágeis e tão incapazes de dar significado e substância ao pensamento e ao comportamento. (FISCHER, 2002, p. 20).

O desenvolvimento local envolve fatores sociais, culturais e políticos que não se regulam exclusivamente pelo sistema de mercado⁴⁸. O desenvolvimento local é sabidamente marcado pela cultura do contexto em que se situa em um paradoxo de ideias envolvendo a história do próprio homem que age e modifica o meio em que vive, transformando o território através de um crescimento geométrico. Para Milani:

O desenvolvimento local pode ser considerado como o conjunto de atividades culturais, econômicas, políticas e sociais – vistas sob ótica intersetorial e trans-escalar – que participam de um projeto de transformação consciente da realidade local. Neste projeto de transformação social, há significativo grau de interdependência entre os diversos segmentos que compõem a sociedade (âmbitos político, legal, educacional, econômico, ambiental, tecnológico e cultural) e os agentes presentes em diferentes escalas econômicas e políticas (do local ao global). (MILANI, 2005, p.1)

É nesse contexto de interdependência que compõe a sociedade no âmbito educacional que as transformações já ocorridas e as que estão ocorrendo no espaço, no lugar e no território podem ser observadas em Foz do Iguaçu e Redenção, pois o desenvolvimento local é fruto de relações de conflito, competição, cooperação e reciprocidade entre pessoas, interesses e projetos de natureza social, política e cultural que estão presentes nesses municípios com a presença dessas novas universidades.

Conforme o exposto, percebe-se que de fato políticas públicas educacionais são capazes de materializar desenvolvimento urbano local, ocorrendo uma dinâmica de apropriação do espaço que é algo significativo, todavia a produção do mesmo ocorre de maneira inquestionável nessa situação, porque o poder avassalador que uma universidade possui, consegue transformar o espaço urbano e suas peculiaridades.

⁴⁸ Esses aspectos de desenvolvimento local estão inseridos em uma lógica capitalista de produção, onde investimentos desse porte são capazes de transformar o espaço geográfico.

O crescimento que hora se vislumbra, nos municípios estudados, cria possibilidades e perspectivas de crescimento, por causa do poder que a educação superior possui quando chega à determinada localidade.

As propostas da UNILA e da UNILAB são bem ousadas: tornarem-se Universidades Internacionais, e em pouco tempo, oferecer ensino de qualidade em diversas áreas, em cidades do interior do Estado do Paraná e do Ceará.

Essas localidades poderão tornar-se polos universitários globalizantes em um mundo que se encontra cada vez mais integrados, onde a educação se configura como uma peça importante nesse processo. E sobre esse assunto Dias Sobrinho afirma:

A educação em qualquer de seus níveis, mas, de modo especial, a educação superior, está totalmente mergulhada nas contradições da globalização, especialmente no que tem relação com o que constitui o seu fenômeno central: as contradições do mercado global. (DIAS SOBRINHO, 2005, p. 61).

Da UNILA e da UNILAB surgirão profissionais diversos que atenderão ao mercado mundial, e Foz do Iguaçu e Redenção serão os polos de dispersão de toda essa mão de obra. Por essa razão essas cidades podem se tornar polos universitários, contribuindo ainda mais com o crescimento, que no momento se vislumbra nesses municípios, sendo possível modificar costumes, criando um novo modelo de vida para os seus habitantes.

A situação das duas cidades é bem diferente, pois enquanto em Foz do Iguaçu encontramos outras instituições de ensino superior, demonstradas na tabela 4, em Redenção a realidade é outra, pois a UNILAB se apresenta como a grande instituição da cidade. A criação de universidades públicas federais, pode inclusive atrair investimentos públicos e privados que beneficiarão os municípios, transformando seu cotidiano. Evidente que a situação estrutural é bem mais favorável à cidade do sul do país que abriga a UNILA, pois Redenção não se apresenta na mesma situação urbana.

Tabela: 4 - Faculdades e Universidades em Foz do Iguaçu-PR

FACULDADES E UNIVERSIDADES EM FOZ DO IGUAÇU, PR
Associação Dinâmica de Educação e Cultura
Cesufoz
FAA - Faculdade Anglo Americano
Faculdade A Distância Insep
Faculdade A Distância Instituto Superior de Educação do Paraná
Faculdade Anglo-Americano de Foz do Iguaçu
Faculdade de Educação Física de Foz do Iguaçu - Cr 1
Faculdade União das Américas
Faculdades Unificadas de Foz do Iguaçu
Faculdades Unificadas Foz do Iguaçu-Unifoz
FMU - Polo Foz do Iguaçu
Fundação Educacional de Foz do Iguaçu
Instituto Federal do Parana - Campus Foz do Iguaçu
SESAT - Sociedade de Ensino Superior e Assessoria Técnica
União Dinâmica de Faculdades Cataratas-Udc
Unifoz Núcleo Hotelaria
Unioeste Foz
Unioeste-Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Ws Assessoria de Ensino

Fonte: Apontador (adaptado) 2016

O poder de irradiação de uma universidade, por causa dos serviços prestados, vai além do seu local de instalação, principalmente a UNILA e a UNILAB que poderão ajudar no desenvolvimento das nações da América Latina e da África. Estudantes aqui formados levarão conceitos e um modelo de sociedade aqui adquirido. Por essa razão, a proposta de universidades internacionais não deixa de possuir um contexto político, onde o Brasil assume a liderança das questões políticas da região, entre as nações latinas e de língua portuguesa e aumenta suas relações com mundo que se encontra cada vez mais globalizadas.

Nesse contexto, os investimentos em políticas educacionais se mostram eficazes, através da ação e transformação do espaço local, sendo um polo universitário a demonstração dessa situação. Todavia, aqui estamos levantando possibilidades, já que de fato, ainda é cedo para afirmarmos que a UNILA e a UNILAB poderão se tornar de fato, polos irradiadores de ideias e de pessoas esclarecidas.

3.3 UNILA e UNILAB: introduzindo as Universidades em seu contexto sócio estrutural e administrativo

A criação da UNILA vem atender a uma proposta de integração da América Latina, que se concretizou no campo econômico com a criação do MERCOSUL, em 1991, através do Tratado de Assunção, entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai.

A integração latino-americana é uma proposta antiga, que vem desde os anos de 1960, quando foi criada a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), que em 1980, tornou-se Associação Latino Americana de Integração (ALADI), composta por Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru, Uruguai, Colômbia, Equador, Bolívia, Panamá, Venezuela e Cuba. No ano de 1991, tivemos a criação do MERCOSUL, que reacendeu essa visão de integração da americana composta por nações subdesenvolvidas. A proposta do MERCOSUL, não era manter uma integração apenas econômica, mas também abranger aspectos culturais e educacionais, através de troca de conhecimentos e aproximando o sistema educacional dos países membros.

A UNILA dá um passo importante nesse processo, através de sua proposta de contribuir para a integração solidária e uma sociedade justa na América Latina e no Caribe, gerando e irradiando conhecimento com uma indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão, buscando soluções acadêmicas, científicas e tecnológicas para os problemas da América Latina e Caribe.

O projeto de Lei nº 2878/2008, para criação da UNILA, afirma:

1. Formar recursos humanos com competência para contribuir com o desenvolvimento e integração cultural e econômica latino-americana, fomentando o intercâmbio científico e tecnológico entre as universidades e institutos de pesquisa da região;
2. Caracterizar sua atuação pela ênfase no intercâmbio acadêmico e na cooperação solidária com os países do MERCOSUL e com os demais países da América Latina;
3. Oferecer cursos e desenvolver programas de pesquisas em áreas de interesse mútuo dos países latino-americanos com ênfase nos recursos naturais, estudos sociais e linguísticos, relações internacionais e áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento e integração regional;

4. Contribuir para a consolidação e aprofundamento da democracia e a formação de estudantes comprometidos, em suas áreas profissionais, com a integração como objetivo estratégico da região em sua inserção na sociedade do conhecimento. (Projeto de Lei nº 2878/2008).

Dessa forma, o Projeto de Lei 2878/2008 já assegurava as funções principais da nova universidade de solidariedade do Brasil com países do continente americano. Em 12 de janeiro de 2010, a Lei nº 12.189, cria de vez a UNILA, que passa a ter a função de garantir ensino e pesquisa de qualidade, gerando profissionais capacitados para o Brasil e os países da América Latina, em um projeto pioneiro de integração, via educação na América Latina. Em seu Art. 2º, afirma:

A UNILA terá como objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária, tendo como missão institucional específica formar recursos humanos aptos a contribuir com a integração latino-americana, com o desenvolvimento regional e com o intercâmbio cultural, científico e educacional da América Latina, especialmente no Mercado Comum do Sul - MERCOSUL. (BRASIL, 2010).

A cidade de Foz do Iguaçu foi a cidade escolhida para sediar a nova universidade federal, inaugurando a criação das universidades de cooperação internacional no Brasil, surgindo posteriormente a UNILAB. Juntas, compõem o projeto de integração denominado Sul-Sul, possuindo como base, no caso da UNILA, a latinidade dos países do continente americano. Sobre esse projeto, Corazza, afirma:

À medida que este projeto possa ser implementado de acordo com o que vem sendo concebido, a universidade poderá representar um poderoso e mais qualificado instrumento de integração latino-americana, em especial porque se volta completamente para a promoção da integração dos povos latino-americanos – objetivo a ser perseguido não por meio de instrumentos comerciais ou políticos, mas por meio da educação, da cultura, da ciência e das artes” (CORAZZA, 2010, p. 79)

Já a UNILAB, nasce baseada nos princípios de cooperação solidária entre os países que formam a CPLP, principalmente entre o Brasil e os países africanos dessa comunidade e Timor Leste na Ásia, com o objetivo de oferecer cursos de nível superior que atendam as necessidades dessas nações.

O projeto de lei para sua criação foi enviado para o Congresso Nacional em 20 de agosto de 2008. A comissão de implantação da UNILAB foi empossada

pelo Ministro da Educação, da época, Fernando Haddad em 14 de Outubro de 2008, presidida pelo Professor Paulo Speller, primeiro reitor pro-tempore da instituição.

A criação da nova unidade de ensino superior foi proposta no Projeto de Lei 3891/2008, do Poder Executivo e aprovado em 13 de março de 2009 pela Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados. Sua criação se deu em 20 de julho de 2010 pela Lei 12.289, sancionada pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva.

Na data em que se celebra o "Dia da África", 25 de maio, a primeira cidade brasileira a promover a abolição dos escravos deu início, simbolicamente, às aulas de cinco cursos oferecidos a alunos do Brasil, de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Timor Leste, onde dos 180 alunos que participaram da aula, 39 eram estrangeiros.

A Lei 12.289 em seus artigos 1º e 2º afirma:

Art. 1º Fica criada a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB, com natureza jurídica de autarquia, vinculada ao Ministério da Educação, com sede e foro na cidade de Redenção, Estado do Ceará.

Art. 2º A Unilab terá como objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária, tendo como missão institucional específica formar recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP, especialmente os países africanos, bem como promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional.

§ 1º A Unilab caracterizará sua atuação pela cooperação internacional, pelo intercâmbio acadêmico e solidário com países membros da CPLP, especialmente os países africanos, pela composição de corpo docente e discente proveniente do Brasil e de outros países, bem como pelo estabelecimento e execução de convênios temporários ou permanentes com outras instituições da CPLP.

§ 2º Os cursos da Unilab serão ministrados preferencialmente em áreas de interesse mútuo do Brasil e dos demais países membros da CPLP, especialmente dos países africanos, com ênfase em temas envolvendo formação de professores, desenvolvimento agrário, gestão, saúde pública e demais áreas consideradas estratégicas. (Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010).

Dessa forma, ficam assegurados os deveres e funções da UNILAB como universidade internacional, integrando o ensino, a pesquisa e a extensão entre o Brasil e os países que compõem a CPLP, possuindo o objetivo de fornecer

profissionais qualificados para o Maciço de Baturité, para o Estado do Ceará, para o Brasil e para os países que compõem essa integração educacional.

A UNILAB possui também um campus na cidade de São Francisco do Conde, no Recôncavo Baiano, no Estado da Bahia, o Campus dos Malês (ilustração 15). Cidade fundada em 1698 e que possui uma rica arquitetura colonial, com traços da escravatura do Brasil, sendo a cidade rica em sobrados, igrejas e engenhos construídos durante a administração portuguesa no país. É considerado o município de maior população negra declarada no Censo de 2010 do IBGE, sendo esse o motivo principal da escolha da cidade e ao mesmo tempo resolver o impasse da disputa entre os Estados da Bahia e do Ceará para sediar a UNILAB.

Ilustração – 15: Sede da UNILAB em São Francisco do Conde - BA



Fonte: <http://www.unilab.edu.br/onde-estamos/> (2014)

A UNILA funciona na cidade de Foz do Iguaçu distribuída em cinco unidades, enquanto seu campus principal se encontra em fase de construção (ilustração 16). Projeto grandioso, sendo considerada a segunda maior obra

construída no município, ficando atrás apenas da Hidrelétrica de Itaipu. Planejada pelo arquiteto Oscar Niemeyer, o campus ocupará uma área de 45,7 hectares.

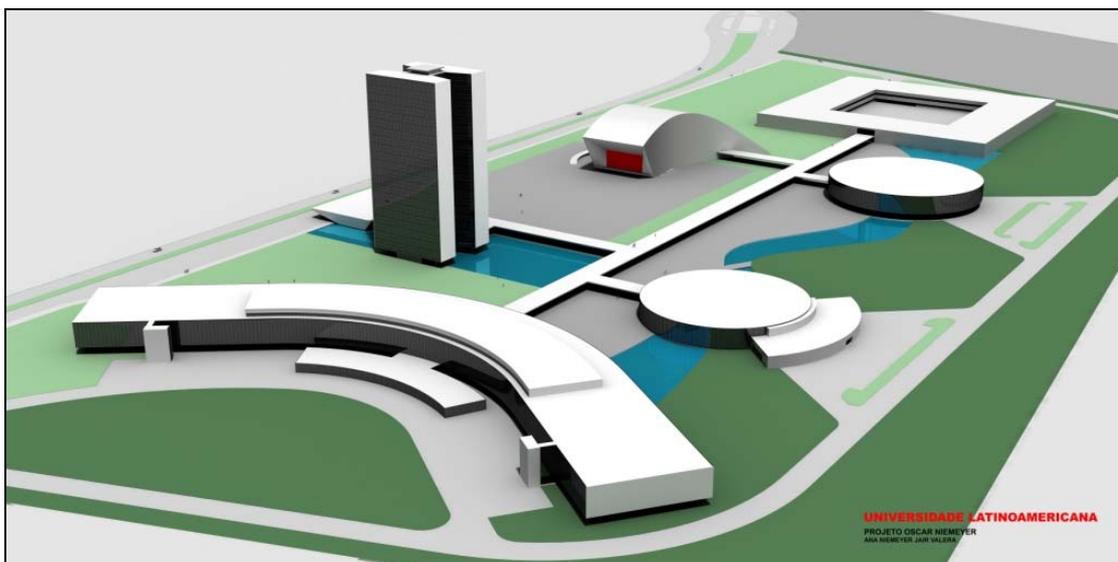
Ilustração – 16: Futura sede da UNILA



Fonte: Acervo do autor (2014)

O prédio de salas de aulas será uma edificação de três pavimentos mais cobertura, o restaurante será uma edificação cilíndrica com 70m de diâmetro, possuindo dois pavimentos. O edifício central será um prédio de 23 andares mais cobertura, com altura de 111,35m, ainda será construída uma biblioteca que terá 13 mil metros quadrados distribuídos em três níveis. No térreo, ela ainda abrigará a sede definitiva do Instituto MERCOSUL de Estudos Avançados (IMEA). A obra ainda contará com um teatro, laboratórios, recepção, passarela de acesso aos prédios e galeria de utilidades.

Ilustração – 17: Maquete do futuro campus da UNILA



Fonte: <http://unila.edu.br/conteudo/obra-novo-campus-0> (2014)

Das unidades atuais em funcionamento da UNILA, podemos citar a localizada no Parque Tecnológico de Itaipu (PTI), representada pelas ilustrações 18 e 19, na Avenida Tancredo Neves, nº 6731 - Bloco 4; a Unidade Rio Almada, onde funciona a Reitoria, o Instituto MERCOSUL de Estudos Avançados (IMEA-UNILA) e parte da estrutura administrativa, e uma Moradia Estudantil, localizada na Avenida Tancredo Neves, nº 3838. A Unidade de Ensino UNILA Centro (ilustração 20), localizada na Alameda Rui Ferreira, nº 164-B, funciona parte dos cursos, que não conseguiam continuar no PTI, por questões de espaços. A Unidade Administrativa Vila “A”, localizada na Avenida Silvio Américo Sasdelli, nº 1842 é uma sede administrativa (ilustração 21). As obras estiveram paradas e estão atrasadas em seu cronograma.

Ilustração – 18: Blocos de salas de aulas da UNILA no PTI



Fonte: Acervo do autor (2014)

Ilustração – 19: Bloco Administrativo da UNILA no PTI



Fonte: Acervo do autor (2014)

Ilustração – 20: Unidade de Ensino UNILA Centro



Fonte: Acervo do autor (2014)

Ilustração – 21: Sede Administrativa da UNILA



Fonte: Acervo do autor (2014)

A quinta e mais nova sede da UNILA surgiu de uma parceria entre essa universidade e a Associação Internacional União das Américas (AIUA), entidade que administra a Faculdade União da Américas (Uniamérica). O acordo prevê o uso compartilhado dos espaços estruturais da Uniamérica pela UNILA até o ano de 2019, onde funciona o curso de medicina.

A UNILA possui uma estrutura diferenciada no PTI, pois ocupa um espaço da Itaipu Binacional. Os alunos são identificados por crachás e quando adentram o parque, se deslocam aos blocos de salas de aula, por um ônibus da própria Itaipu. Existem três restaurantes, uma central de cópias, lanchonete, biblioteca e salas de estudo. Na ilustração 22 a seguir, visualizamos a entrada da Itaipu Binacional, onde se encontra o PTI, que sedia uma das unidades da UNILA.

Ilustração – 22: Itaipu Binacional



Fonte: Acervo do autor (2014)

Já a UNILAB está localizada em Redenção na Avenida da Abolição, nº 3 – Centro, na continuação da CE-060 na entrada da cidade. Funciona no prédio do antigo colégio Patronato que era até então a sede da Prefeitura. O mesmo foi cedido para UNILAB em um prazo de vinte anos, abrigando atualmente de forma provisória o Campus da Liberdade (ilustração 23).

Ilustração – 23: Campus da Liberdade



Fonte: Acervo do autor (2014)

Na cidade de Acarape funciona o Campus dos Palmares (ilustração 24), no local da antiga fábrica Yamacom que foi cedida pela Prefeitura, daquele município para abrigar os laboratórios e novas salas de aula da universidade. Dessa forma, a cidade de Acarape está passando, por transformações semelhantes das registradas em Redenção, pois além de abrigar de forma definitiva um novo campus da UNILAB, será beneficiada por possuir em sua área a maior parte do Campus das Auroras.

Ilustração – 24: Unidade dos Palmares – UNILAB



Fonte: Acervo do autor (2014)

Ilustração – 25: Bloco Didático II da Unidade dos Palmares - UNILAB



Fonte: Acervo do autor (2015)

O campus central que se chamará Auroras encontra-se em processo de construção na base da Serra do Cruzeiro (ilustração 26), num terreno de 133 hectares entre Redenção e Acarape. Sua construção será dividida em duas etapas. A primeira compreende a construção das vias de acesso, infraestrutura geral, blocos didáticos, residências universitárias e para professores visitantes, restaurante universitário e biblioteca.

Ilustração – 26: Instalações em construção do Campus das Auroras



Fonte: Acervo do autor (2015)

Na segunda etapa, o projeto prevê a construção de outras unidades didáticas e de residências, outro restaurante universitário, laboratórios, bloco administrativo, reitoria e teatro, onde terá capacidade para receber 5.000 estudantes e 1.000 funcionários, entre professores e servidores técnico-administrativos.

O primeiro prédio a ser construído durante a etapa inicial da obra está sendo a unidade acadêmica. A edificação terá 16.000m² e comporta 40 salas de aula, 33 laboratórios, 120 gabinetes de professor, 10 salas de coordenação de

curso e duas secretarias. O projeto prevê três pavimentos com capacidade para 2.500 alunos. Nas ilustrações 27 e 28, podemos observar sala de aula da Unidade dos Palmares e como ficará o futuro Campus das Auroras da UNILAB.

Ilustração – 27: Sala de aula da Unidade dos Palmares - UNILAB



Fonte: Acervo do autor (2016)

Ilustração – 28: Maquete do futuro Campus das Auroras



Fonte: www.unilab.edu.br (2014)

Mesmo o Campus da Liberdade não sendo definitivo, pois falta principalmente à estrutura de laboratórios, o mesmo passou por uma grande reforma para iniciar as atividades acadêmicas, onde o prédio principal foi estruturado para tornar-se o bloco administrativo e foi construído um bloco didático que abriga as dez salas de aulas, cantina, ambulatório, banheiros e um anfiteatro.

O prédio principal que era a sede da prefeitura foi totalmente reformado, passando a ser utilizado como bloco administrativo, possuindo um pátio central, biblioteca, dois laboratórios de informática, a Reitoria, a Vice-Reitoria, a Pró-Reitoria de Administração, a Pró-Reitoria de Graduação e a Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão. Funciona também nesse prédio a Procuradoria Federal, Coordenação de Assuntos Estudantis, Coordenação de Educação Aberta e a Distância, Coordenação de Cursos, Sala de Reuniões, Sala de Professores, Assessoria de Comunicação, Coordenação de Gestão de Pessoas, almoxarifado, auditório, refeitório, banheiros e cantina.

Dessa forma, a UNILAB já possui uma estrutura mínima para suas atividades didáticas em Redenção e Acarape, evidente que é necessário que o Campus das Auroras fique pronto o mais breve possível, para atender as diversas demandas dos cursos que já se encontram em funcionamento na instituição.

A UNILAB possui recursos próprios da União para seu funcionamento e gastos com obras, através de licitação, a Lei 12.289 em seu Art. 6º afirma:

Art. 6º Os recursos financeiros da UNILAB serão provenientes de:

- I - dotações consignadas no orçamento da União;
 - II - auxílios e subvenções que lhe venham a ser concedidos por quaisquer entidades públicas ou particulares;
 - III - remuneração por serviços prestados a entidades públicas ou particulares;
 - IV - convênios, acordos e contratos celebrados com entidades ou organismos nacionais ou internacionais; e
 - V - outras receitas eventuais.
- Parágrafo único. A implantação da Unilab fica sujeita à existência de dotação específica no orçamento da União.
(Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010).

Porém, a proposta principal da UNILA é garantir ensino, pesquisa e extensão para alunos brasileiros e dos países da América Latina e Caribe,

contribuindo para a integração solidária, a partir da construção e socialização de conhecimentos, possibilitando uma sociedade justa no contexto latino-americano.

A ideia de uma universidade para a América Latina surgiu ainda na década de 1960, em uma reunião realizada pela União de Universidades da América Latina (UDUAL)⁴⁹, mas apenas em 2006, durante o Fórum de Educação Superior do MERCOSUL, foi que surgiu um compromisso de elaborar um projeto para viabilizar o Espaço Regional de Educação Superior do MERCOSUL, possuindo o objetivo de promover a cooperação acadêmica solidária entre os países membros. O Brasil levantou a proposta da criação de uma universidade no modelo de multicampi, denominada Universidade do MERCOSUL, mas não conseguiu apoio de todos os países do bloco.

O governo brasileiro insistiu na proposta e procurou outros meios para viabilizá-la. Foi criado o Instituto MERCOSUL de Estudos Avançados (IMEA), que teve aceitação do grupo de países, cuja função seria a cooperação interuniversitária em nível de pós-graduação. Posteriormente, em 2008, em Projeto de Lei é proposto à criação da UNILA, com função integradora para a América Latina e Caribe que começa a funcionar em 2010.

A UNILA e a UNILAB surgiram com propostas educacionais de caráter internacional, para atender as exigências de um mundo globalizado. Um mundo que se tornou mais complexo, ampliando as dificuldades de entendê-lo. Nesse mundo, os processos políticos, econômicos, sociais, culturais e educacionais, não se apresentam de forma igualitária, gerando distorções e crises.

A UNILA pretende desenvolver suas atividades em redes, principalmente com a Associação de Universidades do Grupo de Montevideú (AUGM)⁵⁰, que conta com 9 universidades do Brasil, 8 da Argentina, 2 do Paraguai, 1 do Uruguai, 1 do Chile e 1 da Bolívia. São princípios da UNILA: a interdisciplinaridade, a interculturalidade, o bilinguismo e o multilinguismo e a integração solidária.

⁴⁹ **União de Universidades da América Latina** foi criada em 22 de setembro de 1949 durante o I Congresso Universitário Latino-Americano, realizado na Guatemala.

⁵⁰ A **Associação de Universidades do Grupo de Montevideú** foi criada em 9 de agosto de 1991, com objetivos de fortalecimento e a consolidação de atividades mútuas entre as universidades, visando melhores recursos para a sociedade.

Na interdisciplinaridade, adota um eixo comum de três ciclos que passa por ciclos comuns de estudos divididos em Estudo Compreensivo sobre a América Latina e Caribe, Epistemologia e Metodologia e Línguas Portuguesa e Espanhola. A UNILA funciona com os cursos de Antropologia – Diversidade Cultural Latino-Americana; Arquitetura e Urbanismo; Ciência Política e Sociologia – Sociedade, Estado e Política na América Latina; Ciências Biológicas – Ecologia e Biodiversidade; Ciências da Natureza – Biologia, Física e Química; Ciências Econômicas – Economia, Integração e Desenvolvimento; Cinema e Audiovisual; Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar; Engenharia Civil de Infraestrutura; Engenharia de Energias Renováveis; Geografia – Território e Sociedade na América Latina; História - América Latina; Letras – Artes e Mediação Cultural; Medicina; Música; Relações Internacionais e Integração e Saúde Coletiva.

No aspecto intercultural, as relações entre os estudantes de diversos países com costumes e culturas diferentes cria uma troca de informações cotidianas que se expressa na língua, pois além do português e do espanhol, convivem as línguas autóctones⁵¹, alóctones⁵² e de fronteira.

Já a UNILAB como instituição internacional, possui em sua grade de cursos os conteúdos necessários à formação profissional de alunos brasileiros e estrangeiros, mas diferente de outras instituições de ensino superior utiliza um sistema trimestral, com 65 dias letivos para cada período, com intervalos de quinze dias para o início do novo trimestre⁵³.

Alguns cursos como o de Enfermagem e Agronomia possuem quinze trimestres com uma duração de cinco anos e outros como o de Administração Pública possui doze trimestres e duração de quatro anos.

A grade curricular possui também como objeto de estudo a lusofonia, pois a disciplina *Sociedade, História e Cultura nos Espaços Lusófonos*, apresenta-se

⁵¹ **Autóctones** naturais do país em que habita e proveniente das raças que ali sempre habitaram; aborígine, indígena.

⁵² **Alóctone** é um termo composto originário do grego que significa aquilo que não tem suas origens no lugar onde existe.

⁵³ Esse regime trimestral será modificado para regime semestral, pois essa mudança já foi aprovada pelo Conselho Universitário da UNILAB.

como obrigatória em todos os cursos da universidade, evidente que esta estrutura visa atender a proposta de integração com os povos de origem africana.

A UNILAB possui cursos de graduação em Administração Pública; Agronomia; Bacharelado em Humanidades; Ciências da Natureza e Matemática; Enfermagem; Engenharia de Energias; Letras – Língua Portuguesa e na modalidade à distância Administração Pública.

Em pós-graduação possui especialização presencial em Gestão Governamental e Histórias e Culturas Afro-brasileira, Indígena e Africana. Na modalidade à distância encontramos os cursos de Gestão Pública; Gestão Pública Municipal e Gestão em Saúde. Possui também Mestrado Acadêmico em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis.

As duas universidades possuem semelhanças e diferenças em suas propostas de ensino. A UNILA visa ao caráter latino em suas relações de ensino e a UNILAB o aspecto lusófono. Mas as duas instituições possuem em seus projetos a semelhança da internacionalização do ensino superior, através do comando brasileiro, em um imperialismo educacional, já que as propostas são do Brasil, não existindo instituições semelhantes nos demais países envolvidos nessa empreitada educacional.

O quadro de docente da UNILA é formado por professores efetivos, visitantes, substitutos e em exercício provisório, possuindo em março de 2016 o total de 343 docentes, entre doutores, mestres e especialistas. Desse total, 329 são efetivos, 8 são visitantes, 4 são substitutos e 2 são docente em exercício provisório. No quadro geral, entre brasileiros e estrangeiros, 280 são brasileiros natos, 59 são estrangeiros e 4 são brasileiros naturalizados, dados da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEPE/UNILA, 2016).

Essa estrutura de divisão dos docentes, já demonstra a proposta de internacionalização presente na UNILA, que não visa apenas ao multiculturalismo por partes dos discentes, mas também dos docentes, criando uma perspectiva de universidade multicultural, que nesse momento representa muito os interesses do governo brasileiro na região latina.

Por parte de discentes, podemos encontrar alunos de todos os lugares do Brasil e da América Latina. No total são 2.531 alunos, sendo 1.318 brasileiros, 313 do Paraguai, 50 do Uruguai, 65 do Equador, 65 da Colômbia, 53 do Peru, 80 da Bolívia, 57 da Argentina, 17 da Venezuela, 34 do Chile, 9 de El Salvador, 67 do Haiti e 1 da França (PROGRAD/UNILA, 2016).

Tabela – 5: Total de discentes por ano de ingresso e nacionalidades da UNILA

TOTAL DE DISCENTES POR ANO DE INGRESSO E NACIONALIDADES DA UNILA								
Nacionalidades/Ano de Ingresso	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Argentinos	6	6	9	0	16	20	0	57
Bolivianos	0	12	23	0	12	33	0	80
Brasileiros	32	75	123	3	316	769	400	1318
Chilenos	0	1	2	0	0	31	0	34
Colombianos	0	0	25	0	24	16	0	65
Equatorianos	0	0	39	0	10	16	0	65
Franceses	0	0	0	0	1	0	0	1
Haitianos	0	0	0	0	0	67	0	67
Paraguaios	18	38	53	0	87	117	2	313
Peruanos	0	7	39	0	1	6	0	53
Salvadorenses	0	0	4	0	0	5	0	9
Uruguaios	2	11	13	0	17	7	0	50
Venezuelanos	0	0	16	0	0	1	0	17
Total	58	150	346	3	484	1088	402	2531

Fonte: PROGRAD/UNILA – 2016

Na pós-graduação são 30 alunos na especialização em Educação Médica e 23 alunos no mestrado Interdisciplinar em Estudos Latino-Americano, sendo 10 alunos regulares e 13 alunos especiais. Existe também o mestrado em Integração Contemporânea da América Latina, com 15 alunos regulares e 22 alunos especiais, informações essas de matrículas até o semestre de 2014.2.

No processo seletivo de 2016 da UNILA tivemos 1791 inscritos de diversos países, sendo algumas nacionalidades novidades entre os diversos alunos que já estudam na universidade. Entre os novos países podemos citar inscrições da Costa Rica, de Cuba, da Guatemala, de Honduras, do México, do Panamá e da República Dominicana. Na tabela 6 a seguir, podemos observar o número de candidatos inscritos de acordo com a nacionalidade.

Tabela – 6: Número de alunos estrangeiros inscritos no processo seletivo de 2016 da UNILA

SELEÇÃO DE ESTRANGEIROS NA UNILA 2016	
PAÍSES DE ORIGEM	
Países	Quantidade de Estrangeiros Inscritos
Argentina	50
Bolívia	69
Brasil	8
Chile	34
Colômbia	842
Costa Rica	22
Cuba	4
El Salvador	45
Equador	36
Guatemala	6
Honduras	2
México	3
Panamá	6
Paraguai	517
Peru	105
República Dominicana	16
Uruguai	6
Venezuela	20
Total	1791

Fonte: UNILA – 2016

Esses alunos residem em Unidade Residência Estudantil na Avenida Tancredo Neves, Nº 3221 – B, bairro Porto Belo. Aqueles que lá não residem, possuem ajuda de moradia no valor de R\$ 300,00. Além da ajuda para moradia, os alunos recebem ajuda para alimentação no valor de R\$ 300,00 e, mais R\$ 40,00 para auxiliar no transporte até a universidade (valores esses referentes a 2014.2).

Um dos grandes problemas enfrentados pelos alunos estrangeiros é o preconceito e a dificuldade linguística. Por mais que a proposta seja de uma universidade bilíngue, por esse motivo a obrigatoriedade de quatro semestres, com disciplina de língua portuguesa e espanhola, os alunos estrangeiros são muito mais

pressionados a aprender o português, do que os brasileiros aprenderem o espanhol⁵⁴.

Já na UNILAB, o corpo docente é composto de professores titulares e adjuntos, sendo efetivos e visitantes, submetidos ao regime de dedicação exclusiva. O quadro em 2014, no início dessa pesquisa, era composto por 85 professores, sendo 74 brasileiros e 11 estrangeiros, sendo 2 de Angola, 2 de Guiné Bissau, 1 do Peru, 1 do Cabo Verde, 1 do Congo, 1 de Costa Rica, 1 de Gabão, 1 de Moçambique e 1 de Portugal. Em 2016 já se soma no total 207 professores, segundo dados da PROGEPE/UNILAB.

Por causa da proximidade da cidade de Fortaleza é comum ocorrer mobilidade pendular dos professores entre Redenção e a capital, já que quase todos não residem no município, por causa das dificuldades de infraestrutura e serviços prestados, surgindo assim uma mobilidade do trabalho que passou a ser comum na nova dinâmica espacial do mundo globalizado. Dessa maneira Becker afirma:

Conforme essa visão, a mobilidade do trabalho reúne duas dimensões: a espacial (horizontal) e a social (vertical). Como mobilidade espacial ou migração, pode ser considerada a capacidade da força de trabalho de conquistar vastas extensões, o espaço geoeconômico, isto é, o espaço através do qual o trabalho se expande para formar o mercado de trabalho. (BECKER, 1997, p. p. 334 – 335).

O espaço é objeto de estudo da Geografia, por esse motivo deve ser estudado como fonte principal de análise e é nele que as mobilidades ocorrem através das necessidades do capital em um fluxo migratório, centrífugo ou centrípeto, observado aqui em Redenção, segundo Becker:

A migração torna-se, assim, um importante mecanismo na produção da força de trabalho, já que vincula áreas de diferentes escalas espaciais (regional, nacional, internacional) objetivando a expansão do mercado de trabalho. (BECKER, 1997, p. 342).

⁵⁴ A falta de um campus da UNILA em alguns dos países vizinhos reflete essa situação, pois os estrangeiros estão em uma universidade fora do seu país e em parte isso contribui para essa situação de obrigação de apreender a língua do outro. Muitas das vezes essa aprendizagem ocorre no dia a dia do convívio dos alunos.

A mobilidade do corpo docente não é apresentada apenas no sentido pendular, pois como já foi citado, existem professores de outros países trabalhando na UNILAB, criando assim um processo migratório internacional, onde a educação se tornou o elemento principal dessa atração, segundo Salim:

A migração, fenômeno complexo essencialmente social e com determinações múltiplas, apresenta interações peculiares com as heterogeneidades de uma formação histórico-social concreta. Assim, diante da pluralidade das relações sociais ou dos diversos contextos sociais onde se verificam processos de mudanças, a migração tende a assumir feições próprias, diferenciadas e com implicações distintas para os indivíduos ou grupos sociais que a compõem e a caracterizam. (SALIM, 1992, p. 119).

Os discentes que integram a universidade também possuem várias origens, a maioria é do próprio Maciço de Baturité, outros de municípios diversos do Estado do Ceará e de outras regiões do Brasil.

O acesso de alunos brasileiros ocorre pelo Sistema de Seleção Unificada (SISU), utilizando a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Na primeira seleção, os alunos de escolas públicas tiveram direito a um bônus de 10% em sua nota, apenas a primeira seleção bonificou os alunos do Maciço de Baturité. No total são 3.589 estudantes brasileiros na UNILAB em março de 2016 (PROGRAD/UNILAB, 2016).

Já os alunos estrangeiros totalizam 716, em março de 2016, distribuídos da seguinte maneira: 48 de Angola, 76 de Cabo Verde, 438 de Guiné-Bissau, 20 de Moçambique, 64 de São Tomé e Príncipe e 70 do Timor Leste. Dessa forma, a UNILAB totaliza entre alunos da graduação, pós-graduação, presencial e a distância, até março de 2016, 4.305 estudantes.

A primeira seleção nesses países ocorreu através de inscrição na embaixada brasileira no país de origem, os documentos foram enviados para o Palácio do Itamarati e depois para UNILAB, que através do histórico de notas, comparando-as com o curso de interesse do aluno fizeram a seleção aqui no Brasil. Atualmente, a seleção é feita através de aplicação de prova por funcionários da UNILAB nos próprios países africanos.

Esses alunos residem em Redenção e Acarape, dividindo apartamentos alugados e se alimentam, durante a semana no refeitório da UNILAB, possuindo direito a almoço e jantar pelo valor de R\$ 1,10. Alguns recebem bolsa de auxílio moradia no valor de R\$ 380,00 e auxílio alimentação com valor de R\$ 150,00, dependendo de sua situação de vulnerabilidade socioeconômica (dados de 2014.2). Outros recebem bolsa do país de origem, como é o caso dos alunos de Angola⁵⁵. Para ser escrito na seleção é necessário comprovar um responsável financeiro em seu país de origem. O futuro campus em construção deverá possuir residência universitária, procurando atender, em parte, o problema de moradia, principalmente para os alunos estrangeiros.

A proposta da UNILAB é de abrigar futuramente 5 mil alunos em uma proporção de 50% para brasileiros e 50% para estrangeiros⁵⁶, tornando-se assim um grande polo universitário do Estado do Ceará. Evidente que o quadro atual apresentado ainda se encontra bastante distante dessa proposta, já que falta infraestrutura para que a mesma se concretize.

As universidades aqui apresentadas são semelhantes e ao mesmo tempo diferentes. Semelhantes no processo de multiculturalidade, principalmente no aspecto linguístico e diferente no processo de internacionalização. A UNILA possui certa proximidade de países latinos em suas fronteiras. Já a UNILAB, possui como fronteira o oceano Atlântico, distanciando assim essa proximidade sociocultural das pessoas envolvidas, ao mesmo tempo a conjuntura latina de integração se apresenta mais presente, por causa do MERCOSUL, enquanto que a integração com os africanos vem ocorrendo nos últimos anos em relação aos investimentos econômicos nesse continente por parte do governo brasileiro.

⁵⁵ Em entrevistas foi afirmado que apenas a primeira turma de Angola recebe essas bolsas.

⁵⁶ Em 2014 essa cota chegou a ser reduzida para 40% de estrangeiros segundo resolução nº 004/2015, de 12 de maio de 2015 da UNILAB.

3.4 A Projeção Simbólica da inclusão socioeconômica: questão étnica da ancestralidade indígena e afrodescendente

UNILA e UNILAB são universidades repletas de aspectos étnicos, culturais, multiculturais e simbólicos que envolvem os sujeitos que as compõem. Na UNILA, a ancestralidade indígena é uma marca dos povos da América Latina. Já na UNILAB é a afrodescendência que se destaca, sendo o corpo dissente formado em parte por africanos do grupo dos países que compõem os PALOPS e asiáticos do Timor Leste.

Esses aspectos socioculturais perfazem os símbolos presentes nas universidades aqui estudadas e a epistemologia no ensino superior não ocidentocêntrica, presentes em seus princípios, sendo necessário compreender sua influência em projetos de universidades com propostas de cooperação internacional. Essas duas instituições de ensino superior não podem ser compreendidas apenas na espacialidade, sendo necessário entender as pessoas, suas origens e seus costumes. Por essa razão a obrigatoriedade de estudar o espanhol e o português na UNILA e a história da América Latina, presente em sua grade curricular. O mesmo ocorre na UNILAB, onde o estudo da África faz parte da aprendizagem dos alunos que lá estudam. Esses elos entre a cultura, saber e os aspectos simbólicos estão presentes nesses projetos universitários globais que o Brasil assumiu na nessa década.

A diversidade cultural constitui uma enorme riqueza das sociedades presentes nessas universidades. Porém o capitalismo que é um sistema que faz surgir uma sociedade profundamente hierarquizada, considera a diversidade como uma ameaça à ordem cultural dominante e hegemônica e, por isso, toma-a como fator de exclusão social e econômico, fazendo surgir barreiras perante as novas culturas que não sejam aquelas voltadas as ideias dos dominantes nesse sistema.

UNILA e UNILAB são universidades que propõem integração em seus projetos, não uma integração meramente econômica, proposta já defendida pelos Blocos Econômicos Regionais e sim integração multicultural e educacional, visando cooperação solidária e um forte processo de regionalização através do conhecimento, por esse motivo são fortes os símbolos presentes nessas instituições.

Podemos averiguar essa preocupação com a integração regional no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UNILA, pois nele está assegurada sua missão, que possui fortes laços com a latinidade da região e seu processo de cooperação solidária, afirmando em seus objetivos institucionais que a UNILA deve:

I – Contribuir para o avanço da integração solidária latino-americana e caribenha desenvolvendo processos de construção de conhecimentos que atendam às demandas sociais, culturais, políticas, econômicas, ambientais, científicas e tecnológicas;

II – Constituir a UNILA em instituição diferenciada de ensino superior, no sentido de viabilizar condições de participação de latino-americanos e caribenhos para a formação acadêmica visando à integração dos países da América Latina e Caribe.

III – Formular e desenvolver políticas universitárias e programas de cooperação visando à formação acadêmico-científica de profissionais éticos, com espírito crítico e interdisciplinar nos diferentes campos do saber.

IV – Promover, mediante a participação da comunidade, diálogos entre saberes que proporcionem condições dignas de vida com justiça social na América Latina e Caribe.

V – Desenvolver programas para a formação continuada dos membros da comunidade universitária que viabilizem a construção de conhecimentos políticos, pedagógicos e de gestão visando a missão da UNILA.

(PDI-UNILA, 2013, p. 08).

A integração solidária latino-americana e caribenha faz parte de forma veemente da proposta da UNILA que pretende em seus princípios a interdisciplinaridade, a interculturalidade, o bilinguismo e o multilinguismo, a integração solidária e a gestão democrática. Os desafios para concretizar esses princípios, já estavam presentes no desenho acadêmico e institucional da universidade já sendo um desafio para a Comissão de Implantação, pois:

O principal desafio da Comissão foi o de subsidiar a criação de uma universidade pública brasileira, vinculada ao Sistema Federal de Educação Superior, que assegurasse sua vocação inovadora: contribuir para a integração da América Latina e do Caribe, a partir do conhecimento compartilhado e da cooperação solidária com os governos, suas instituições educacionais e as universidades latino-americanas. (PDI-UNILA, 2013, p. 10).

A UNILA é uma universidade brasileira com proposta de cooperação solidária de maneira internacional, já que a ideia inicial da criação de uma Universidade do MERCOSUL não se consolidou, contribuindo assim, para outro desafio, seguir o Sistema Federal de Educação Superior do Brasil, mas manter seu caráter de integração internacional com a América Latina e o Caribe e sobrepôr à

lógica do conhecimento, permeado pelo eurocentrismo, presente nos países dessa região.

A questão étnica da ancestralidade indígena faz parte do contexto da UNILA que procura valorizar a construção da integridade regional, através da intercultura, procurando respeitar as diversidades existentes dos povos latino-americanos e caribenhos que formam o quadro discente da instituição.

Nessa visão cultural e simbólica temos que compreender o próprio termo “América Latina”, que foi criado na França de Napoleão III na década de 1860, quando se aventurou em uma missão ultramarina em direção ao México. A aventura francesa tinha o discurso de separar a América do Norte do restante das Américas e criar uma nova identidade cultural para a região. Nesse momento era difícil forjar essa latinidade, já que o contexto era de conflitos territoriais, onde o México sofria influência dos Estados Unidos, perdendo inclusive territórios para o país vizinho, enquanto Brasil e Argentina disputavam o domínio da região do Prata, não existindo um processo de identidade de fato consolidado entre o México, a América Central e a América do Sul em torno de uma latinidade, onde para Couto:

[...] o Brasil, por conta de sua relação especial com os Estados Unidos, pretendia ser o elo entre os países hispânicos e a nova potência do norte das Américas, enquanto a Argentina rivalizava por uma maior influência sobre os países da região, tentando se projetar como uma liderança regional. (COUTO, 2009, p. 27).

Uma integração da América Latina já começa com conceitos equivocados, pois mesmo com as afinidades culturais e linguísticas, por causa da colonização e da ancestralidade indígena, um projeto aglutinador não será fácil de ser implantado, pois não há obstáculos de interlocução entre os países da região e a América Anglo-Saxônica e os países europeus, não sendo necessária uma intervenção internacional do Brasil para representar os interesses regionais desse grupo. O próprio aspecto simbólico construído em volta da latinidade possui incoerências, pois a América espanhola foi diferente da América portuguesa na modelagem dos países que compõem a região que mais se distanciaram do que se aproximaram historicamente falando.

O MERCOSUL foi uma tentativa de aproximação econômica que teve sucesso em alguns aspectos, mas não conseguiu eliminar as desigualdades socioculturais, principalmente da América do Sul, por causa de interesses diferentes nessa proposta de Bloco Econômico Regional. As diversidades étnicas são visíveis nos povos da América Latina, através da presença do colonizador europeu, da vinda de africanos, de imigrantes asiáticos e da composição dos povos indígenas que perfazem a ancestralidade local. Dessa maneira a cooperação e integração regional da América Latina, através do MERCOSUL, não vêm alcançando a integração cultural desejada, tornando a UNILA uma esperança de integração nesse quesito.

Para a política exterior do Brasil, o MERCOSUL constitui um projeto político que na crise do neoliberalismo e a permanência de assimetrias tornaram mais flexível. Segmentos organizados da sociedade brasileira pretendem utilizá-lo em benefício de seus negócios, enquanto a diplomacia o percebe como instrumento de reforço do poder de barganha internacional. (CERVO, 2014, p. 550).

Já na UNILAB é a afrodescendência que se faz presente, através da cooperação entre os PALOPS, pois é a África o ponto principal de interlocução internacional dessa universidade e a cidade de Redenção. Esse fato é materializando através de sua escolha para sediar-la, já que é repleta de simbolismos ligados a abolição da escravatura brasileira e possibilitando a interiorização e expansão do ensino superior no Brasil para áreas carentes desse serviço, fora das capitais, atendendo assim a proposta do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). No PDI da UNILAB já encontramos isso em seus princípios quando afirma:

A exposição de motivos para a criação da UNILAB é, assim, arquitetada enquanto agente propulsor das atividades de cooperação internacional com os países da África, em especial os PALOPS, proporcionando mecanismo de criação, expansão e divulgação de oportunidades de mobilidade acadêmica entre Brasil e os demais países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP e da África. (PDI-UNILAB, 2013, p. 13).

Essa proposta expressa em seu PDI, já deixa clara a ligação entre UNILAB e CPLP, todavia com a África essa proximidade se faz mais veemente e se materializa na estrutura acadêmica da universidade. O estudo da cultura africana faz parte de sua grade curricular e a lembrança da afrodescendência se encontra nos símbolos presentes na cidade, que foi escolhida para receber essa nova instituição

de ensino superior, por viver com a representação da abolição da escravatura no Brasil. Ainda em seu PDI encontramos:

A Unilab tem por objetivo promover, por meio de ensino, pesquisa e extensão de excelência e em diálogo com uma perspectiva intercultural, interdisciplinar e crítica, avanços na produção e disseminação do conhecimento, formando cidadãos aptos a contribuir para o desenvolvimento econômico e social e para a integração entre Brasil e membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e outros países africanos. (PDI-UNILAB, 2013, p. p. 21 e 22).

Juntar países africanos e o Timor-Leste com municípios do interior do Ceará não é tarefa fácil, pois os desafios, conquistas, conflitos, incompletudes e superações estão presentes no cotidiano dessa instituição. Se a universidade, por si só, já é campo de múltiplos olhares e conflitos de ideias, imagine uma cooperação que ainda procura resgatar a cultura africana e promover uma internacionalização e interiorização ao mesmo tempo, em uma pequena cidade no Nordeste do Brasil, com suas complexidades e singularidades.

Porém existe uma discussão se de fato a afrodescendência pode ser considerada no estado do Ceará, já que a produção de cana-de-açúcar não foi atividade principal na economia do Estado. Mas associar esse produto exclusivamente à escravidão negra no Brasil se torna um erro, pois diversas outras atividades ocorreram utilizando mão-de-obra negra, como o cacau, o algodão, a pesca e a mineração. Apenas na estreita faixa de terra de massapé da Zona da Mata Nordestina que o trabalho escravo esteve mais ligado a cana-de-açúcar. Em Redenção, a produção de cana-de-açúcar foi aproveitada para a produção de rapadura e aguardente que foi ponto forte na economia do município durante certo período de sua história.

A questão da africanidade e da afrodescendência ganhou volume de discussão no país, principalmente em 2003, através da Lei 10.639 da Presidência da República que torna obrigatório no ensino fundamental e médio, o estudo da história e da cultura afro-brasileira. Porém essa abordagem de análise é bem mais antiga no Brasil, como afirma Penha:

Além desses aspectos genéticos de contribuição mútua, que também incluem a demografia e a cultura, os estudos africanos fazem parte de uma tradição no Brasil, particularmente a partir de fins do século XIX quando se iniciaram as pesquisas sociais no país. Dentre as mais destacadas obras a respeito da importância do elemento negro na formação social brasileira, podem ser citados os trabalhos de: Sílvio Romero, Capistrano de Abreu, Arthur Ramos, Nina Rodrigues, Gilberto Freyre, Florestan Fernandes, entre outros. (PENHA, 2011, p. p. 16 e 17).

Estudar o continente africano não se resume a revisões referentes à história de seus povos e seus descendentes espalhados pelo mundo, mas, sobretudo exige uma revisão de toda a história do Brasil e a presença desse grupo em nosso país. Ao contrário do que afirma(va) as ideologias raciais, os africanos contribuíram para o desenvolvimento da economia brasileira, desenvolvendo inclusive técnicas e conhecimentos essenciais para aperfeiçoarmos da nossas forças produtivas.

Todavia essa discussão sobre etnia, africanidade e afrodescendência faz parte da UNILAB, pois o governo federal afirma que o projeto Sul-Sul que dá sustentação para essa proposta de cooperação solidária, promove um resgate histórico com esses povos, sobretudo em relação à escravidão ocorrida no Brasil. Resgatar dívida social e histórica é algo perigoso de se defender, pois abre margens para um debate mais amplo de quem realmente sofreu e sofre marginalização social no país, e seria necessário ampliar os grupos envolvidos.

A universidade busca construir uma ponte histórica e cultural entre o Brasil e os países de língua portuguesa, especialmente os da África, compartilhando soluções inovadoras para processos históricos similares. E, ainda deseja auxiliar no fortalecimento de uma rede internacional que, com respeito à soberania dos países parceiros, permitirá a realização de ações e intervenções de apoio técnico, acadêmico, científico, cultural e humanitário. (DIÓGENES e AGUIAR, 2013, p. 7).

Essa visão de cooperação solidária através da educação ainda está no início na América do Sul e nos países da CPLP, e distorções são evidentes no projeto UNILA e UNILAB, pois a discussão sobre latinidade e afrodescendência está longe de ser encerrada e é algo presente na própria história dos alunos que fazem parte dessas universidades. A possibilidade de gerar conhecimento para estrangeiros, principalmente oriundos de países carentes do ensino superior, em especial os africanos, é algo louvável nessas instituições, por mais que interesses

econômicos, políticos e incoerências perfaçam a estrutura dessa proposta do governo federal de internacionalização do ensino superior no século XXI.

Porém não podemos partir do pressuposto que apenas ações como essas são suficientes, pois um resgate social envolve outros atores sociais, e uma universidade de proposta integradora não pode se restringir a ações meramente culturais e receber em seu seio alunos estrangeiros. Internacionalização requer mais, e políticas educacionais eficazes passam por um planejamento mútuo e não unilateral. Os envolvidos devem possuir vez e voz, participando ativamente das decisões e contribuindo para o sucesso do projeto e não se tornar coadjuvantes. UNILA e UNILAB devem vencer as amarras tradicionais que ainda estão bem presentes em sua conjuntura de ensino, deixando de lado sua abordagem metodológica tecnicista e mecanicista, que ainda são encontradas em seu funcionamento diário.

4 A INTERNACIONALIZAÇÃO UNIVERSITÁRIA COMO PROJETO DE EXPANSÃO CONTINENTAL: LATINIDADE, LUSOFANIA E ESCALAS DE COOPERAÇÃO

Nesse capítulo, procuramos abordar o processo de internacionalização do ensino superior no Brasil a partir das universidades estudadas UNILA e UNILAB. É com elas, que o processo de cooperação Sul-Sul através da educação começa a ter novos rumos. Demonstramos nessa parte da pesquisa a redefinição política e econômica do Brasil com a América Latina e o Caribe e com o continente africano, principalmente a partir do final do século XX e início do século XXI. Através do MERCOSUL essa integração vem ocorrendo com os vizinhos da América Latina, e com a África vem ocorrendo a partir dos investimentos econômicos no continente. Fizemos uma investigação da ação do Estado e a política educacional de ensino superior, a partir dos anos de 1990 para América Latina e África.

Todavia problemas foram verificados, pois a integração latina está vinculada ao MERCOSUL que sempre priorizou os países platinos, dificultando assim as relações do projeto com os países andinos, América Central e México. Pelo lado Africano, a lusofonia é ainda mais rarefeita, pois não encontra eco na grande maioria de países Afro, não Lusófonos se limitando ao grupo dos PALOPS, denotando falhas antigas que estão presentes na estrutura educacional superior no Brasil.

4.1 A redefinição política e econômica do Brasil com a América Latina e a África

A política externa brasileira demonstra iniciativas à procura de uma integração regional e hemisférica, através das relações Sul-Sul, sem deixar de lado as relações Norte-Sul, presentes na Nova Ordem Mundial que teve início no final do século XX. São muitas as iniciativas regionais, entre elas o MERCOSUL, a UNASUL⁵⁷ (União de Nações Sul-americanas) e a CELAC⁵⁸ (Comunidade dos

⁵⁷ **UNASUL** é uma organização intergovernamental composta pelos doze estados da América do Sul. Foi fundada em 2010 dentro dos ideais de integração sul-americana multissetorial, integrando as duas uniões aduaneiras regionais o MERCOSUL e a Comunidade Andina de Nações.

Estados Latino-americanos e Caribenhos). Em todas elas a presença do Brasil é contundente, retratando assim uma postura de interesse de liderança nessas regiões, como também ampliar sua área de atuação em direção à América Latina e África, mantendo boas relações com as nações desenvolvidas do hemisfério Norte.

A redefinição política e econômica do Brasil com a América Latina e a África se consolidou a partir dos anos de 1990, em especial entre os governos de Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva, e procura manter certa continuidade no governo de Dilma Rousseff. Nesse período, o mundo já não convivía mais com a bipolaridade Leste/Oeste e uma nova Ordem Mundial se configurava através de uma multipolaridade, com ênfase em aspectos macroeconômicos. Esse processo de internacionalização do Brasil ocorreu através de uma ampliação da agenda externa do país, tanto econômica como política, e com uma atuação mais desinibida com países desses continentes, através do que ficou conhecido como Cooperação Sul-Sul.

A crescente projeção externa do Brasil nesse período foi resultado de sua estabilidade econômica a partir dos anos de 1990 e a continuidade desse ajuste econômico nos governo posterior, que promoveu uma maior proximidade econômica com países do hemisfério sul, mas não deixando de lado os acordos com os EUA e a Europa⁵⁹, tornando-se o Brasil um emergente e com grandes possibilidades de receber investimentos estrangeiros, se destacando como grande exportador de commodities⁶⁰ e assumindo de vez a posição de país em crescimento na América do Sul. O processo de regionalização ajudaria nessas pretensões, pois fortaleceria o mercado consumidor na região e o Brasil se tornaria uma peça importante nessa conjuntura, por esse motivo, investir no MERCOSUL era um negócio importante, seguindo nos anos de 1990 o modelo de sucesso da União Europeia.

⁵⁸ **CELAC** é um organismo internacional criado em 2010 na seção da Cúpula da Unidade da América Latina e Caribe na cidade de Playa del Carmen, Quintana Roo, México.

⁵⁹ A política econômica do Brasil com os países do hemisfério sul, através da Cooperação Sul-Sul, não eliminou as relações econômicas com os países do Norte, já que para alcançar seus objetivos de potência regional o Brasil necessitava manter sua política externa de Cooperação Norte-Sul.

⁶⁰ **Commodities** significam produtos em estado bruto em forma de matérias-primas ou com pequeno grau de industrialização, produzidos em grandes quantidades e por diferentes produtores.

No campo político, nesse mesmo período o Brasil procurou parcerias com países emergentes e priorizou a cooperação solidária com países do Sul, procurando consolidar o processo de liderança e representatividade perante essas nações. Foi através desses acordos que surge o grupo dos BRICS, formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul e o Grupo dos 20, composto pelas maiores economias do mundo, mais a União Europeia, (Brasil, África do Sul, Argentina, México, Canadá, Estados Unidos das Américas, China, Japão, Coreia do Sul, Índia, Indonésia, Arábia Saudita, Turquia, Alemanha, França, Itália, Rússia, Reino Unido e Austrália)⁶¹.

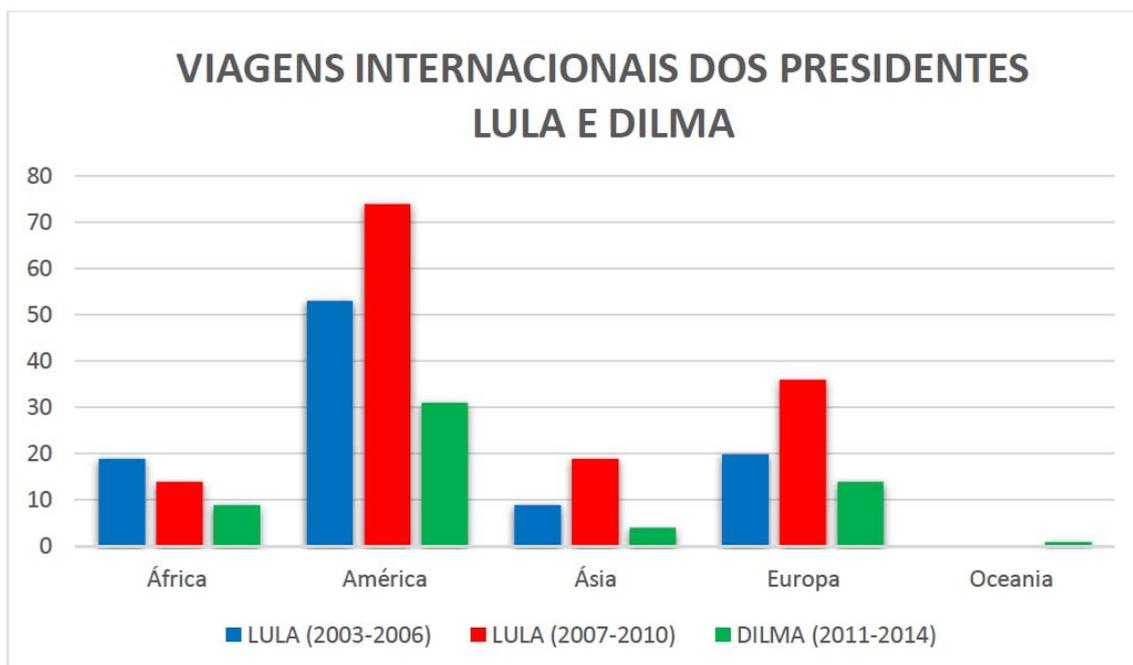
O fato de ter se transformado em um país importante no mundo globalizado contemporâneo, não fez com que o Brasil tenha se descuidado da América do Sul, onde possui um grande peso, tanto em espaço geográfico, populacional, em recursos naturais, industrialização, em tecnologia e aspectos econômicos. Nos governos Fernando Henrique e Lula da Silva, os próprios presidentes se encarregaram de assumir essa presença diplomática, com destaque no governo de Lula, que muito viajou na América e intensificou as visitas as nações africanas para concretizar parcerias internacionais. No atual governo de Dilma Rousseff, essa presença presidencial diminuiu, já que coube bem mais ao Itamaraty manter a agenda internacional de Cooperação Sul-Sul.

A administração de Lula da Silva não se afastou do princípio historicamente assentado para a diplomacia de que a política externa é um instrumento para o desenvolvimento econômico e para a consequente preservação e ampliação da autonomia do país. Há mudanças de ideias e mesmo de estratégias para lidar com os problemas e objetivos que estão colocados pela história, pela posição e pelo destino, mas não essencialmente diferentes dos existentes há muito para o Brasil. (VIGEVANI e CEPALUNI, 2007, p. 322).

Nos gráficos 1 a seguir, podemos observar a intensidade de viagens internacionais para os diversos continentes nos mandatos de Lula da Silva, comparando seus governos com o da presidente Dilma Rousseff percebemos uma redução de viagens e no gráfico 2 as visitas desses presidentes aos países da América Latina.

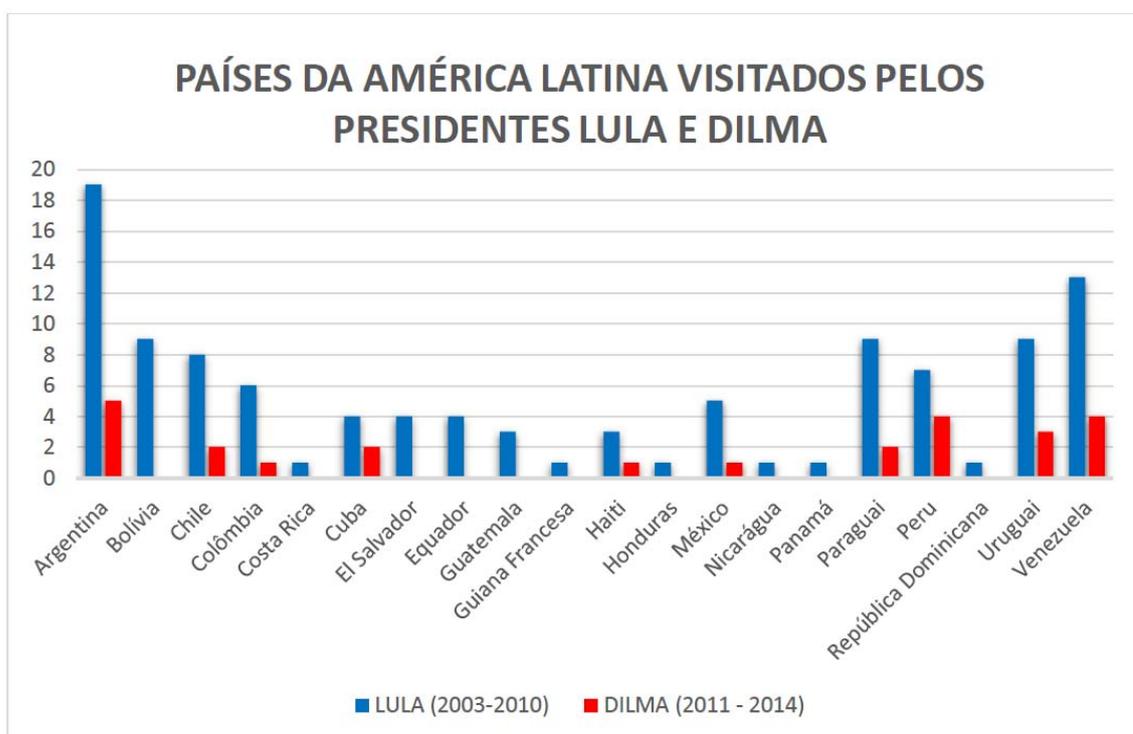
⁶¹ Os países aqui indicados foram escolhidos para demonstrar a participação internacional por parte do Brasil e a tendência de agrupamentos de nações para discussões geopolíticas no século XXI.

Gráfico – 1: Viagens Internacionais dos Presidentes Lula e Dilma



Fonte: Ministério de Relações Exteriores – 2015

Gráfico – 2: Países da América Latina visitados pelos Presidentes Lula e Dilma



Fonte: Ministério de Relações Exteriores – 2015

A integração regional foi uma das metas do Itamaraty no governo Lula, sendo outras a busca de um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas e as negociações comerciais multilaterais da Organização Mundial do Comércio na Rodada de Doha. Dessa maneira, as viagens foram intensas a essas nações da América e da África, onde o principal objetivo da política externa desse governo era garantir ao Brasil o status de potência, ou seja, ter o poder de influenciar o curso das questões globais e capacidade de impor agenda. Em seu discurso de posse, o ex-presidente afirmou: “a grande prioridade da política externa durante o meu Governo será a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida, com base em ideais democráticos e de justiça social” (BRASIL, 2003).

Porém esses interesses internacionais de fato já eram discutidos no início dos anos de 1990, com a criação do MERCOSUL⁶², durante o governo de Collor de Melo, posteriormente no governo de Itamar Franco e intensificando-se no mandato de Fernando Henrique, que passou ele mesmo a representar os interesses internacionais perante o Itamaraty.

Fernando Henrique souber defender uma articulação entre o plano externo e o interno principalmente quando se tratava de questões econômicas e adequação à nova ordem econômica internacional, materializando esse processo, através das privatizações que promoveram a vinda do capital externo para o Brasil, mas ao mesmo tempo, expõe o país as turbulências do mercado financeiro internacional.

Como país mais poderoso da América do Sul, o Brasil teria a desempenhar na região papel similar ao que França e Alemanha tiveram na integração europeia como “motor” político-econômico-estratégico do processo. Iniciado em sua fase atual nos anos 1990, este papel teria chegado ao seu amadurecimento no século XXI, beneficiando-se da recuperação e estabilidade política e econômica do país, que permitiu maior atenção aos seus vizinhos. (PECEQUILO e CARMO, 2015, p. p. 5 e 6).

Esse processo de internacionalização do Brasil no século XXI, com interesses de liderança, possui três grandes prioridades: o regionalismo visando a América do Sul, o projeto Sul-Sul global priorizando os polos emergentes e as

⁶² O MERCOSUL aproximou as economias sul-americanas, inclusive aquelas que possuíam rivalidades históricas na região, como Brasil e Argentina.

negociações com o centro do capitalismo, através da OMC. Dessa maneira, o país olha para o local (América do Sul), sem deixar de lado seus interesses globais com potências emergentes (África e Ásia) e os grandes centros financeiros internacionais (EUA e Europa). Essa atuação de mundialização se tornou prioridade nos últimos governos do Brasil, a partir das transformações ocorridas na transição das Ordens Mundiais.

O grande problema para sua atuação como agente regional e representativo da América do Sul é a desconfiança dos países vizinhos, principalmente em relação à falta de preparo do Brasil para atuar em questões de conflitos geopolíticos. Sua ação para diminuir o crescente distanciamento entre o Norte e o Sul é irrisória, não consegue uma agenda positiva nas diferentes crises regionais, necessita enfrentar o crescimento de países emergentes extras regionais, como China e Índia, e desenvolver estratégias opostas em relação à dominação dos EUA no continente e ainda enfrentar um início de uma recessão que pode modificar seu rumo econômico nos próximos anos.

Porém é necessário observa que vivemos avanços e recuos nessa proposta de atuação na América Latina, mas infelizmente os projetos de integração regional enfrentam nos últimos anos retrocessos, pois muito mais se esperava do Brasil perante o MERCOSUL, deixando muito a desejar, pois tem sido negligente na estratégia de integração, e a espera da pró-atividade do Brasil tem provocando frustrações no bloco regional. Diante das evidentes dificuldades de integração econômica via MERCOSUL, o país vem se apegando a novos projetos como a UNASUL.

A UNASUL com finalidades comerciais, culturais, políticas e sociais, é formada por doze países da América do Sul (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela), possuindo dois países observadores, México e Panamá. Essa proposta surgiu em 2004 na reunião de Chefes de Estado e de Governo dos países sul-americanos no Peru, onde foi criada a Comunidade Sul-Americana de Nações, que em 2007 passou a se chamar União de Nações Sul-Americanas. No dia 23 de maio de 2008, em Brasília, foi assinado um documento formalizando a criação da UNASUL, composta de oito Conselhos que são: Defesa; Desenvolvimento Social; Saúde,

Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Inovação; Problema Mundial das Drogas; Infraestrutura e Planejamento; Energia; Economia e Finanças. O Tratado entrou em vigor no dia 11 de março de 2010, através da aprovação de dez países (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Equador, Guiana, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela), já que estava previsto que bastaria a aprovação legislativa de nove países para começar a funcionar.

Los días 25 y 26 de marzo de 2014 se realizó en Caracas, Venezuela, la Primera Reunión de la Comisión de Cancilleres de UNASUR, conformada con base en la Resolución 02/2014, adoptada en Santiago, Chile, con el objetivo de acompañar, apoyar y asesorar un diálogo político amplio y constructivo en el país. (BRASIL - MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2014).

Mesmo sendo uma organização muito centrada em aspectos políticos, a UNASUL possui um de seus focos na questão energética, que interessa ao governo brasileiro em sua estratégia de desenvolvimento, devido ao incentivo dado às construtoras nacionais e em especial à Petrobras que explora mercados sul-americanos. Todavia, a agenda política da UNASUL contempla também questões da cooperação regional para a Defesa que é de interesse do Brasil, com a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS). Porém a grande crítica ao Brasil é sua oscilação na UNASUL, pois o país não atua como membro da organização nos foros internacionais, já que prioriza seu peso individual, colaborando para a ideia de que seus interesses internacionais não possam ser reprimidos por acordos regionais.

Outra discussão que pode ser aqui levantada, em relação a áreas estratégicas e arranjos regionais, são os interesses históricos do Brasil no continente africano, por sua ligação sociocultural com países desse continente. Essa aproximação vivenciou avanços e recuos, principalmente pela interação do Brasil com Portugal e África do Sul, que naturalmente não são nações bem aceitas pelos demais países do continente, devido ao passado colonizador de Portugal e a dominação branca na África do Sul pelo colonizador inglês.

Porém o Brasil já algum tempo procura essa reaproximação com a África, principalmente a partir dos anos de 1960, já na política dos governos militares, através da proposta desenvolvimentista desse período, no qual essas parcerias se intensificaram a partir de 1974, quando o colonialismo português é rompido através

da Revolução dos Cravos⁶³. A partir desse momento, o Brasil olha para África com mais desenvoltura, visando aos recursos do continente em especial o petróleo e a possibilidade de exportar seus produtos industrializados, principalmente para Nigéria, Argélia, Gabão, Senegal e países recém-independentes de língua portuguesa com destaque para Angola.

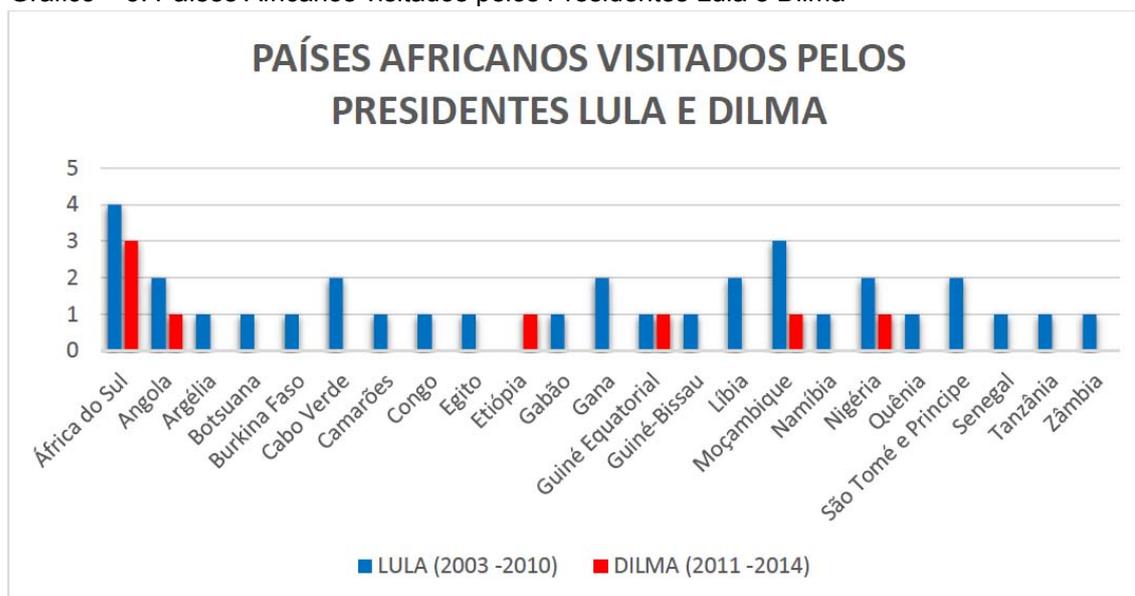
Nos anos de 1990 esse interesse ficou de certa forma em segundo plano, devido à prioridade de acordos com os EUA e a Europa, só ressurgindo no governo de Lula da Silva. Os países africanos foram de certa forma esquecidos no governo de Fernando Henrique, pois em sua política externa, priorizou a proximidade com o Norte rico do planeta. Já no governo Lula, pautado na cooperação Sul-Sul com proposta solidária e de potência regional, procurou se aproximar dessa região, principalmente dos países da CPLP, onde possui elos econômicos e educacionais, como foram apresentadas no capítulo 3 desse trabalho. No primeiro mandato de Dilma Rousseff, essas visitas foram reduzidas, repetindo o que tinha ocorrido na América Latina.

Tradicionalmente, quando se menciona o tema das relações internacionais da América do Sul e o Oriente Médio, a maioria das análises tende a focar na política externa brasileira e suas interações bilaterais com estas regiões. Esta realidade deriva da prevalência do Brasil como ator nestes espaços, em comparação aos demais países sul-americanos, resultante do nascimento e expansão das políticas africanas e para o Oriente Médio nas décadas de 1960 e 1970. Isso não significa que outras nações sul-americanas não possuam intercâmbio com estas regiões, mas sim que a ação brasileira manteve-se de forma mais sistemática em setores como cooperação econômica, tecnológica e energética, trocas comerciais e laços históricos, sociais e culturais. (PECEQUILO e CARMO, 2015, p. 219).

No gráfico 3 a seguir, podemos observar os países africanos visitados por Lula da Silva e Dilma Rousseff, na manutenção da cooperação Sul-Sul com os países desse continente.

⁶³ Revolução de 25 de abril de 1974 que derrubou o regime salazarista em Portugal, de forma a estabelecer as liberdades democráticas promovendo transformações sociais nesse país, influenciando o processo de descolonização de países africanos.

Gráfico – 3: Países Africanos visitados pelos Presidentes Lula e Dilma



Fonte: Ministério de Relações Exteriores – 2015

Dessa forma, o Brasil deixou claro que o continente africano seria prioridade nas relações exteriores perante o Itamaraty e que a zona do Atlântico Sul, tornar-se-ia mais uma vez uma área de interesses geopolíticos do governo brasileiro na procura de manter o domínio geopolítico no hemisfério sul como potência emergente⁶⁴ principalmente no governo de Lula da Silva. Entretanto, o continente africano tornou-se área de disputa entre os países emergentes nas últimas décadas, com destaque para os investimentos da China e Índia na região. O Brasil vem mantendo suas exportações e importações para a África, através de produtos primários, assegurando assim, os laços socioeconômicos com essas nações.

Outros investimentos brasileiros também podem ser destacados na África e estão relacionados aos segmentos de energia, minérios e construção civil, que acabam dominando o mercado, por falta de empresas concorrentes nesses países, já que não possuem políticas de incentivo nessas áreas. Por sua vez, podemos usar como exemplo Moçambique que vem recebendo grandes investimentos no

⁶⁴ A política de cooperação com as nações africanas e países de língua portuguesa, que se estendendo a Ásia (Timor Leste), que vem sendo apresentada nessa pesquisa, estende-se ao campo educacional, através da criação da UNILAB, que é fundada com a justificativa, por parte do governo do brasileiro, para atender a política solidária com os países da CPLP.

agronegócio para produzir soja, milho e cana-de-açúcar, sendo facilitadas essas lavouras pela semelhança das savanas africanas com o cerrado brasileiro.

Porém são dos PALOPS que o Brasil aproximou-se para garantir a política educacional de nível superior através da UNILAB, pois os países africanos que falam o português são os “escolhidos” para fornecer alunos ao Brasil, utilizando como parâmetro a lusofonia e segundo o governo garantir o resgate histórico com essas nações africanas. Todavia a escolha possui incoerências, já que os interesses do governo brasileiro não se resumem a essas nações. Existem limitações para expansão do projeto como se pensava no primeiro momento de sua idealização.

Todos esses investimentos aqui apresentados na América Latina e África cabem alguns questionamentos, principalmente na política solidária no hemisfério sul, por parte do governo brasileiro. A preocupação é de fato garantir bem estar social e igualdade de condições aos povos do hemisfério Sul; ou ao contrário exercer um novo arranjo político “colonialista” junto a essas nações? Essa odisséia do governo brasileiro não vem modificando na prática a estrutura de desigualdade regional perante essas nações. Porém vale destacar que, de fato, existe uma aproximação com essas regiões de colonização ibérica em detrimento de potências regionais como a Nigéria, visando atender exclusivamente uma política educacional destacada pelo governo brasileiro, que poderia possuir maiores benefícios se alcançasse outras nações do continente.

A África portuguesa compartilha de uma história muito próxima do Brasil, principalmente em seus aspectos culturais, com grandes perdas humanas e naturais. Dessa maneira uma política de cooperação deve garantir uma estratégia de erradicação da pobreza e melhorias sociais para essas regiões. O crescimento econômico deve ser apenas uma das facetas para alcançar objetivos maiores de desenvolvimento socioeconômico e maior igualdade social, onde a educação é uma dessas ferramentas de acesso a transformações sociais.

Porém essa redefinição política e econômica entre a América Latina e África, passa agora por uma proposta de cooperação através da educação superior, com base na latinidade e na lusofonia. Latinidade por intermédio da ideia de uma universidade bilíngue e voltada a regionalização com base no MERCOSUL,

promovendo trocas culturais e uma dinamização política entre os atores envolvidos. A lusofonia devido à escolha de integração com a África de colonização portuguesa, por causa das limitações do Brasil de implementar uma universidade para outras nações do continente africano, demonstrando sua fragilidade e dificuldades de expansão continental através da educação, pela falta de apoio regional, e por não existir bloco econômico entre essas nações que sustente essa iniciativa.

4.2 Uma investigação sobre o Estado e as políticas educacionais de ensino superior no Brasil a partir de 1990: MERCOSUL e CPLP

Podemos considerar que a partir dos anos de 1990, o Brasil tenha enfrentado um momento importante para as políticas educacionais de ensino superior. Foi nesse período que vivenciamos o fim da bipolaridade entre os EUA e a URSS, ocorrendo uma aceleração dos processos de globalização e de cooperação internacional, com assinatura de tratados e declarações internacionais, junto a ONU e a UNESCO. Porém esses tratados e declarações, não se limitaram a acordos econômicos e sim visaram o desenvolvimento social, com incentivo a cultura e o saber, tornando-se esperança em melhoria de vida da população. O acesso ao conhecimento, à dignidade de vida, a sustentabilidade, tornaram-se prioridades nesse processo no início do século XXI, e as nações passaram a manter investimentos nessas áreas ou demonstraram interesses comuns em crescimento mútuo, onde o bem-estar social tornou-se prioridade nesse processo internacional. Para Lima e Contel:

A produção e a difusão de informações, portanto, é essencial para Estados-nações, assim como para grandes atores privados: empresas, corporações transnacionais. Disso decorre seu caráter estratégico, ou geopolítico. (LIMA e CONTEL, 2011, p. 95).

É nesse contexto que as políticas educacionais de ensino superior entre Brasil, países do MERCOSUL e da CPLP foram se concretizando, demonstrado que a procura pelo conhecimento na nova globalização, se configurou como uma realidade e necessidade para conquistar o bem-estar social de seus povos.

A educação superior vem passando por diversas mudanças no campo político e econômico, alcançando escala planetária, com destaque para as mudanças ocorridas na Europa, através do Processo de Bolonha. Os investimentos na educação superior passaram a ser prioridade na construção de políticas capazes de promover desenvolvimento econômico e social. No entanto, a massificação da educação superior em nível de países desenvolvidos e subdesenvolvidos é diferente, pois carrega um forte peso de internacionalização e da desigualdade social entre essas nações. Porém os intercâmbios acadêmicos promovem trocas de conhecimentos entre alunos de diversas culturas e traços econômicos diferenciados. É nesse contexto que podemos destacar as políticas educacionais de nível superior entre Brasil, MERCOSUL e países da CPLP.

A criação de blocos econômicos, durante o século XX, visou à internacionalização econômica e parcerias regionais. O que, com o tempo, proporcionou o fortalecimento no foco de internacionalização da educação superior. O MERCOSUL é um desses blocos que vem presenciando um acelerado crescimento nessa área, com destaque para os países platinos, que a priori, juntos ao Brasil deram início a esse bloco regional. O crescimento do fluxo de estudantes, professores e cientistas se tornou intenso entre os países membros, com destaque do processo de comunicação bilíngue (português-espanhol), visando o desenvolvimento cultural da região.

Algumas instituições se destacam nesse processo, entre elas UNILA e UNILAB, aqui estudadas. Podemos também citar a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), localizada na cidade de Chapecó, Santa Catarina, a Universidade Nacional Lomas de Zamora (UNLZ), localizada no município de Lomas de Zamora, província de Buenos Aires e Universidade de Buenos Aires (UBA), localizada na capital da Argentina, todas com forte propósito de uma política educacional internacionalizante. Sobre o intuito dessas instituições com propostas internacionais, Lima e Contel afirmam:

As universidades estrangeiras, por sua vez, desejam ampliar e diversificar os recursos financeiros capazes de contribuir para o autofinanciamento de atividades de ensino e, sobretudo, de pesquisa. Para tanto, impõem-se o desafio de prospectar mercados potenciais com a intenção de diversificar e ampliar a comercialização de “produtos educacionais”. É oportuno destacar que os estabelecimentos estrangeiros procuram parceiros confiáveis para oficializar os programas de ensino no País e alcançar legitimidade jurídica, uma vez que não existe legislação que confira autonomia jurídica para que ofereçam cursos e emitam diplomas oficialmente reconhecidos no País. (LIMA e CONTEL, 2011, p. 484).

Dessa forma, segundo os autores, existem desafios para as instituições que possuem essa proposta global como meta. Vale lembrar que o intercâmbio e internacionalização são objetivos básicos de todas as universidades no século XXI, mas algumas como UNILA e UNILAB, fazem parte da sua estrutura de funcionamento, mesmo continuando como instituições brasileiras, seguindo as normas que regem o ensino superior, ditadas pelo MEC.

Todavia, a partir do início desse século, a educação superior passou a ser vista como um “produto” do comércio internacional; um tipo de serviço altamente qualificado, fazendo parte de acordos da OMC, sendo um dos motivos da sua expansão em caráter intra e extracontinental.

A abordagem de educação como serviço tem impacto também na discussão sobre soberania nacional e autonomia dos Estados para definirem a política educacional mais adequada. A capacidade do setor público de elaborar políticas públicas de educação é, portanto, inseparável da liberdade que cada país tem de elaborar um projeto de desenvolvimento humano, social e econômico, ou seja, da soberania nacional. (HADDAD, 2008, p. 97).

Manter acordos educacionais a nível global não é algo novo, mas essencial no momento atual, pois as iniciativas nessa área refletem nas economias de cada nação e além de existir uma divisão internacional do trabalho, hoje se fala da divisão internacional do trabalho acadêmico, onde cada país que investe na educação superior se especializa em setores de atuação educacional, para conquistar espaço nessa nova fase da globalização.

O MERCOSUL já na sua criação teve essa preocupação, destacando um capítulo para educação. Essa integração educacional tem início através do Protocolo de Intenções, assinado pelos ministros da educação do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, se destacando a criação do Instituto MERCOSUL, que promoveu grandes avanços nesse setor. A integração educacional nesse bloco econômico enfrenta

também percalços em seu caminho, para concretizar de fato uma internacionalização da educação superior, mesmo assim vem ocorrendo intercâmbios de acadêmicos dos países membros. Evidente que essa integração deve respeitar as particularidades de cada povo em relação a seus costumes e culturas.

Para exemplificar a situação do MERCOSUL, podemos aqui enfatizar o processo de expansão universitária no Brasil e na Argentina, dois países de destaque na América Latina. O Brasil desde 2007, com o Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007 institui o REUNI que promoveu expansão e estrutura de funcionamento de universidades no país, visando também áreas de municípios do interior com novos campi ou a criação de novas universidades, possibilitando grandes investimentos no setor educacional no país.

Além do REUNI, podemos citar o programa Ciência Sem Fronteiras, que já foi abordado nessa pesquisa e o Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (Promisaes), que visa garantir auxílio a estudantes estrangeiros de países que possuem cooperação com o Brasil, principalmente os africanos, que estejam matriculados em Universidades Federais e façam parte do Programa Estudante – Convênio de Graduação (PEC-G), passando a receber apoio financeiro de seiscentos e vinte e dois reais para se manter no curso de graduação no país.

Já na Argentina, o processo de internacionalização do ensino regido pelo Ministério da Educação, criou o Programa de Internacinalización de la Educación Superior Y Cooperación Internacional, visando criar oportunidades de intercâmbios acadêmicos a nível nacional e internacional. Podemos destacar também o Programa de Mobilidade Acadêmica Internacional (PROMAI), procurando estimular a movimentação internacional de docentes e pesquisadores para instituições externas e vice-versa.

Perante esse quadro latino, a UNILA aparece como uma materialização desse processo de integração. Por mais que seja uma universidade brasileira (100% financiada pela União) apresenta em sua proposta receber alunos da América Latina, promovendo um imenso intercâmbio estudantil com objetivos de internacionalização na fronteira sul do país.

Todavia, podemos destacar também as parceiras educacionais entre os países da CPLP, formada por países africanos e o Timor Leste na Ásia, como parceiro desse processo. Nesse quadro, a UNILAB se apresenta como a principal universidade de integração com esse grupo. A África tornou-se um continente cobiçado por diversas nações emergentes; em especial a China, a Índia e o Brasil, devido a inúmeras possibilidades econômicas em alguns países. O que fez com que as relações socioeconômicas bi e multilaterais, nesse início de século, tenham crescido nesse continente. Para Saraiva o principal motivo seria:

(...) o continente africano assiste uma transição positiva para um novo patamar de inserção internacional no início do novo século. Em três linhas se pode observar a elevação do status da África no nascer do século XXI: a) no avanço gradual dos processos de democratização dos regimes políticos e a contenção dos conflitos armados; b) no crescimento econômico associado a performances macroeconômicas satisfatórias e alicerçadas na responsabilidade fiscal e preocupação social; c) na elevação da autoconfiança das elites por meio de novas formas de renascimentos culturais e políticos. (SARAIVA, 2012, p. 51).

Os países africanos enfrentam um processo de superação de um passado de colonização e pobreza crônica, onde a cooperações internacionais pode auxiliar nesse processo. Essas cooperações aparecem de diversas modalidades, com destaque para aquelas voltadas a economia e a educação. Partido da suposição que a internacionalização do ensino superior do Brasil venha priorizando a cooperação com os PALOPS e a CPLP, pode-se concluir também que a política de desenvolvimento das nações africanas tem o Brasil como um dos principais parceiros internacionais.

Em maio de 2013 foi assinado o documento Educação como ponte estratégica Brasil-África⁶⁵: Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe, pelo Ministério da Educação. Esse documento é resultado de uma reunião interministerial, com a participação dos ministros da educação desses países, como também representantes da Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI), da CPLP, da UNESCO, da Organização das Nações Unidas para a agricultura e

⁶⁵ Documento que propõe eixos estruturantes para a construção de um programa de cooperação educacional nas bases da cooperação educacional existente entre o Brasil e países africanos de língua portuguesa.

Alimentação (FAO) e do Programa Mundial de Alimentos, com o objetivo de colocar a educação como pauta de parceria e centralidade dos países envolvidos.

O pressuposto aqui, é que o Brasil vem de forma ativa investindo desde 1990 em políticas educacionais de nível superior externa, seja de forma regional; através do MERCOSUL, ou extra regional, no Atlântico Sul, com nações africanas, se estendendo ao Timor Leste. Dessa maneira, reafirmamos que a globalização e a geopolítica não centralizam suas atenções apenas em aspectos militares, como ocorria na Velha Ordem Mundial, e econômica, como apresentada na Nova Ordem Mundial. A pauta educacional se encontra presente nos acordos internacionais e no processo de cooperação entre as nações cada vez mais viva, sendo uma nova realidade da conjuntura internacional do século XXI⁶⁶.

4.3 Dilemas e desafios da Cooperação Internacional brasileira com a América Latina e África: uma agenda em construção a partir da UNILA e UNILAB

A proposta de cooperação através da integração e internacionalização do ensino superior com os países parceiros na América Latina e África se encontra presente na missão da UNILA e da UNILAB, criando assim uma nova agenda educacional para o Brasil e as regiões envolvidas no início do século XXI. No Estatuto da UNILA encontramos:

Art.4º A UNILA tem por missão contribuir para a integração solidária e a construção de sociedades na América Latina e Caribe mais justas, com equidade econômica e social, por meio do conhecimento compartilhado e da geração, transmissão, difusão e aplicação de conhecimentos produzidos pelo ensino, a pesquisa e a extensão, de forma indissociada, integrados na formação de cidadãos para o exercício acadêmico e profissional e empenhados na busca de soluções democráticas aos problemas latino-americanos. (ESTATUTO DA UNILA, 2010, p. 2).

É possível perceber claramente no artigo 4º do Estatuto da UNILA a preocupação de difusão do conhecimento na América Latina, com objetivo de integrar os cidadãos no exercício profissional, garantindo democratização e acesso a

⁶⁶ Investimentos em educação possibilitam desenvolvimento em pesquisa, importante para a conjuntura da revolução técnica científica e para o setor industrial.

melhor qualidade de vida na região, em uma conjuntura globalizante, integradora e de cooperação.

Sobretudo no Estatuto da UNILAB a ideia não é diferente, onde os países de língua portuguesa são prioridade em relação aos investimentos na educação superior, através de uma proposta de redução das desigualdades sociais na Cooperação Sul-Sul. No artigo 3º do Estatuto da UNILAB, encontramos:

Art. 3º. A Unilab tem como missão produzir e disseminar o saber universal, de modo a contribuir para o desenvolvimento social, cultural e econômico do Brasil e dos países de língua portuguesa, por meio da formação de cidadãos com sólido conhecimento filosófico, científico, cultural e técnico, compromissada com a superação das desigualdades sociais. (ESTATUTO DA UNILAB, 2012, p. 2).

Comparando os dois Estatutos, já é notória a promessa de cooperação e a preocupação com as questões socioeconômicas que envolvem as regiões parceiras desses projetos. As mesmas possuem de fato, graves problemas ao longo de sua história e que devem ser sim, levados em consideração, para cumprir a promessa de bem-estar social para os povos envolvidos e possibilitar conhecimento, científico, cultural e técnico para qualificar e reduzir as desigualdades sociais das áreas envolvidas.

Porém, como já exposto no tópico anterior desse trabalho, o Brasil possui grandes interesses geopolíticos na América Latina e África e os investimentos para tais fins já existem há algum tempo. A grande novidade na última década foi à tentativa de integração cultural, através de uma agenda educacional, utilizando para esse objetivo os investimentos na educação superior, onde se destacam nesse caso as duas universidades de integração internacional, aqui estudadas.

A política externa brasileira ao longo do século XX destacou-se pela busca de autonomia e desenvolvimento do país com alterações de fases, onde de agroexportador, tornou-se uma nação industrializada, e sempre visou à zona do Atlântico Sul como área de influência. “As relações do Brasil com a África foram historicamente tão estreitas, que sublinhar a sua importância para a formação destes dois conjuntos geográficos pode parecer um truísmo.” (PENHA, 2011, p. 13).

A proposta de integração e resgate histórico através da educação se pautam na ideia de dominar e regionalizar pelo conhecimento, principalmente quando esse conhecimento é construído pelo Brasil⁶⁷. Nesse caso um dos primeiros dilemas dessa cooperação já aparece aqui, pois uma estrutura de cooperação se faz por ambas as partes. No dicionário Aurélio, encontramos que cooperação significa “operar simultaneamente ou coletivamente” e exatamente isso, não encontramos hoje na concepção da UNILA e UNILAB com os países envolvidos.

As iniciativas e conjecturas do projeto partem do Brasil, inclusive o aporte financeiro, de manutenção de alunos estrangeiros em solos brasileiros⁶⁸. É nesse ponto que aparece outro dos dilemas, pois ofertar ensino em escala nacional e internacional significa possuir estrutura adequada de recebimento dos envolvidos, sendo esse um dos mais graves dilemas entre os enfrentados na UNILAB.

Investimentos em educação se destacam na ordem econômica mundial atual, principalmente no início do século XXI, com ênfase inclusive do Banco Mundial com as nações em desenvolvimento⁶⁹, através de aporte financeiro e assessoria no planejamento para esses fins.

O Banco Mundial está fortemente comprometido em sustentar o apoio à educação. Entretanto, embora financie na atualidade aproximadamente uma quarta parte da ajuda para a educação, seus esforços representam somente cerca de 0,5% do total das despesas com educação nos países em desenvolvimento. Por isso, a contribuição mais importante do Banco Mundial deve ser seu trabalho de assessorar, concebido para ajudar os governos a desenvolver políticas educacionais adequadas às especificidades de seus países. O financiamento do Banco, em geral, será delineado com vistas a influir sobre as mudanças nas despesas e nas políticas das autoridades nacionais (BANCO MUNDIAL, 1995, apud, HADDAD, 2008, p. 11).

⁶⁷ O resgate histórico nas regiões aqui estudadas apregoa a aproximação da zona latina, distante por questões da colonização da região entre Espanha e Portugal e a escravidão com as nações africanas que sustentou a economia brasileira por muito tempo, devido ao tráfico negreiro que gerou mão de obra para a agricultura do país.

⁶⁸ No caso da UNILAB, apenas a primeira turma de Angola recebe bolsa de auxílio de agência de fomento de seu país de origem.

⁶⁹ Os investimentos do Banco Mundial preveem aporte financeiro para o setor educacional, onde esses investimentos visam consolidação do conhecimento, algo fundamental na conjuntura da nova globalização.

É nesse contexto de internacionalização a partir da educação, pressuposto da nova globalização, que o Brasil se vê envolvido, principalmente a partir do governo de Luís Inácio Lula da Silva, quando priorizou a zona do Atlântico Sul, para investimentos e área de influência, sendo a educação superior uma delas.

Porém vale salientar que o conceito de desenvolvimento no modelo atual, não se baseia somente na concepção de renda, assumindo uma abordagem, mas holística, onde indicadores sociais, como o bem-estar e a qualidade de vida, passaram a ter relevância para analisar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de uma nação, sendo a educação um desses indicadores importantes para possibilitar qualidade de vida e acesso à renda.

A educação, obviamente, pela sua importância sofre os efeitos da globalização. O Sistema Educacional, pelo artigo 43 da Lei nº 9.394/96, tem a responsabilidade da formação profissional e do desenvolvimento de pesquisa e estudos em busca de novos conhecimentos. Assim, as Universidades, Institutos de Pesquisa e Escolas Técnicas formam as organizações e as pessoas que irão atuar no desenvolvimento nacional. (NEY, 2008, p. 58).

Todavia a proposta de cooperação, através das universidades aqui estudadas, com o desejo de integração internacional, se apresenta como uma agenda de fato em construção, pois são apenas cinco anos de implantação dessas instituições, sendo uma perspectiva ousada e difícil, nos aspectos legais. UNILA e UNILAB são universidades federais brasileiras com missão internacional, onde apenas nesse quesito se diferenciam das demais universidades federais do país. Por questões legais, devem seguir as diretrizes do MEC, no aspecto estrutural, modalidade de cursos, reconhecimento dos mesmos e emissão de diploma. Não encontramos aqui uma estrutura semelhante à realidade europeia, em relação à integração, originário do Processo de Bolonha e sim, às universidades brasileiras que recebem alunos de outras nacionalidades. Nada de mais relevante, além disso.

Dessa maneira, uma nova agenda está em construção e em andamento com a América Latina e África, através de uma visão expansionista, econômica, social e cultural, não deixando de ser desafiadora. O grande dilema no momento é seu sucesso e manutenção, pois o capitalismo em suas oscilações e crises econômicas já promoveu diversas reviravoltas em projetos anteriores do Brasil.

Porém uma universidade por si, já se apresenta como inovação e faz surgir novas práticas locais.

Porém a combinação de fatores pode contribuir com a continuidade do projeto das universidades em questão, mas vale ressaltar que a proximidade das nações no Atlântico Sul, nunca se deu de forma tão concomitante, pois historicamente o Brasil organizava suas agendas priorizando as nações do Norte e não priorizava as relações Sul-Sul, como presenciamos no momento atual. Para Lima e Contel esse processo de internacionalização se configura:

Essa internacionalização em processo tem repercussões diretas na possibilidade, ou não, da proposição de políticas autônomas, soberanas, em países periféricos. O reforço da posição de poder de alguns territórios na atual divisão internacional do trabalho, no que diz respeito à produção de conhecimento e de informação parece, portanto, ser uma das principais preocupações das elites políticas das nações hegemônicas. (LIMA e CONTEL, 2011, p. 91).

Como afirmam os autores, investimento educacional a nível internacional perfaz a interesses maiores no jogo geopolítico nesse início de século XXI. Por esse motivo encontramos aqui, na proposta dessas universidades de integração, algo o mais do que políticas educacionais e sim uma conjuntura de poder, a partir de uma nova ferramenta de dominação, o conhecimento na era da nova globalização⁷⁰.

4.4 Projeções Simbólicas das Escalas de Cooperação através da latinidade na UNILA e da lusofonia na UNILAB

A cooperação a nível internacional vem aumentando em quantidade nas últimas décadas, principalmente a partir da consolidação dos Blocos Econômicos Regionais, sendo algo marcante da nova estrutura de globalização que vivenciamos, tanto no plano bilateral ou multilateral. O Brasil faz parte dessa conjuntura como um membro ativo desses tipos de acordos, onde desde os anos de 1970, participa da Cooperação Sul-Sul, não deixando de lado as relações Norte-Sul.

⁷⁰ Na nova globalização a ocupação de espaços não se dá por força militar e sim através da economia e do conhecimento, onde modelos são estabelecidos, partido dos dominantes em relação aos dominados.

A Cooperação Sul-Sul cria uma linha horizontal de relações, onde América Latina e África se tornaram áreas prioritárias em aspectos econômicos e sociais. A Cooperação Técnica Internacional⁷¹ aparece nesses requisitos com disseminação de conhecimento, visando fortalecer as instituições que envolvem os países participantes, onde o Brasil ostenta excelência internacionalmente, reconhecida na zona do Atlântico Sul e nesse caso, a cooperação horizontal⁷² tornou um instrumento importante para sua política externa. Para Pino essas relações internacionais são consideradas:

Uma das principais tendências das relações internacionais contemporâneas é a ascensão econômica e política de certos atores estatais e transnacionais do “Sul global”, expressão cunhada no final da Guerra Fria para fazer referência aos países e às sociedades em desenvolvimento do hemisfério Sul, bem como a outros localizados no hemisfério Norte, que possuem indicadores de desenvolvimento médios e baixos. Estes países são na maioria jovens nações africanas e asiáticas, mas também Estados latino-americanos independentes há mais de dois séculos. No total, uns 150 Estados soberanos. (PINO, 2014, p. 57).

Essa cooperação do “Sul Global” segundo Pino, se apresenta universalista, por possui uma consonância com as zonas de maior interesse na Cooperação Sul-Sul para o Brasil e vem priorizando áreas geograficamente de atuação prioritárias nesse início de século XXI. Dessa forma, de maneira preponderante se apresenta a América Latina e o Caribe e o continente africano, principalmente os países de língua portuguesa, e o Timor Leste na Ásia, em seu escopo de interesses internacionais. O Itamaraty e o Ministério das Relações Exteriores possuem funções ativas na escolha dessas áreas, que perfazem o caráter instrumental da política brasileira com as zonas parceiras, onde os resultados políticos e econômicos poder-se-iam contabilizar aspectos positivos para o Brasil em longo prazo, em um processo de liderança regional.

Um grave problema na cooperação a nível horizontal no Atlântico Sul, é a imagem de igualdade e equilíbrio que se transmite nesses acordos. As nações

⁷¹ Há seis décadas o Brasil vem promovendo esse tipo de cooperação com a proposta de “parceria para o desenvolvimento”, sendo o Ministério das Relações Exteriores o responsável por esse processo.

⁷² Cooperação que agrupa países com semelhanças socioeconômicas e que se encontram em fase de desenvolvimento. O Brasil vem intensificando esse tipo de cooperação nas últimas décadas na zona do Atlântico Sul, que se tornou uma área de interesses geopolíticos para o governo brasileiro.

subdesenvolvidas são bem diferentes e não possuem igualdade nos aspectos econômicos e culturais e muito menos a população tem acesso a esses aspectos de forma equilibrada, dessa forma América Latina é bem diferente entre si. Contudo a visão de África é muito generalista, até mesmo quando se restringe aos países voltados a lusofonia, onde a língua portuguesa seria o ponto de ligação entre eles, para essa cooperação internacional. Sobre as diferenças no processo de cooperação Pino afirma:

Hoje nos encontramos diante de um panorama de mudanças e ajustes na agenda do desenvolvimento. Os problemas que os países em desenvolvimento enfrentam continuam sendo complexos, e a cooperação internacional está longe de ser realmente eficaz. Promover uma agenda com um enfoque integral torna-se primordial. (PINO, 2013, p. 13).

Vivenciamos uma geografia do “crescimento”⁷³, onde as relações são diversas, num caráter Norte-Norte, Norte-Sul, Sul-Sul, e no seu arcabouço, onde ainda percebemos as relações de cooperações entre as nações emergentes, que possuem muito mais semelhanças entre si, do que o mero assistencialismo, com países economicamente de menor desenvolvimento, através de uma política imperialista dentro da Cooperação Sul-Sul.

Porém em 1987 no Brasil, o Itamaraty assume as responsabilidades na área de cooperação internacional, através da criação da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), por meio do Decreto Nº 94.973, vinculada atualmente ao Ministério das Relações Exteriores. Possuindo as funções de coordenar, negociar, aprovar, executar, acompanhar e avaliar os programas e projetos ativos, visando o desenvolvimento nas diversas áreas do conhecimento, como também no campo da capacitação e disseminação de informações.

A política de cooperação do Brasil prioriza as nações com as quais têm ligações linguísticas, culturais e históricas em seu arcabouço e uma assimetria social e econômica. É nesses quesitos que destacamos o aspecto simbólico da consolidação do projeto da UNILA e da UNILAB, em uma agenda de cooperação

⁷³ Crescimento no sentido de evolução, avanços, mudanças que estão presentes nessas relações internacionais.

técnica voltada para educação superior, onde o Brasil procura balizar essas relações Sul-Sul em nível de uma “diplomacia solidária”⁷⁴, com nações em desenvolvimento.

A UNILA possui como parceiros os países da América Latina e do Caribe e no âmbito da latinidade promove sua cooperação com instituições educacionais de nível superior, institutos de pesquisa e secretárias de educação. Essa cooperação visa à troca de informações, acordos técnicos, intercâmbio universitário e a mobilidade acadêmica dos seus docentes. Nas tabelas 7 e 8 a seguir, podemos averiguar acordos em vigência e vencidos da UNILA nos últimos anos.

⁷⁴ Essa diplomacia solidária pode ser questionada no sentido se há solidariedade de fato nesse processo, através de um jogo internacional cada vez mais presente entre as nações.

Tabela – 7: Acordos Internacionais Ativos da UNILA

ACORDOS INTERNACIONAIS UNILA – ATIVOS		
INSTITUIÇÕES	DATA DE ASSINATURA	VIGÊNCIA
ARGENTINA		
Universidad Nacional de Rosário	26/09/2012	5 anos
Universidad Nacional de Misiones	29/10/2013	5 anos
Universidad Nacional de Santiago del Estero	18/11/2013	5 anos
BOLÍVIA		
Universidad Mauor de San Andres	25/07/2013	5 anos
CHILE		
Universidad de Santiago de Chile	29/11/2013	5 anos
COLÔMBIA		
Universidad Nacional de Colombia (UNC)	25/04/2012	5 anos
Colombiano de Crédito Educativo y Estudios Técnicos em El Exterior Mariano Ospina Pérez	30/03/2013	5 anos
Universidad Distrital Francisco José de Caldas	25/11/2013	5 anos
CUBA		
Universidad de la Habana	12/07/2012	5 anos
EQUADOR		
Universidad Andina Simón Bolívar (UASB)	21/07/2011	5 anos
Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO/ Equador)	18/10/2011	5 anos
Acordo de Cooperação com a Organização Latino-Americana de Energia (OLADE)	03/03/2011	Indeterminado
ESPAÑHA		
Universitat Politècnica de Valencia (UPV)	01/12/2011	5 anos
Universidad de Granada (UGR)	30/11/2011	5 anos
Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Tecnologia	26/05/2011	Indeterminado
Centro de Investigaciones Energéticas, Medioambientales y Tecnológicas	15/03/2013	5 anos
MÉXICO		
Universidad de Guadalajara (UDEG)	01/07/2011	5 anos
Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO/ México)	25/01/2013	5 anos
PARAGUAI		
Fundação Parque Tecnológico de Itaipu – Paraguay	29/01/2014	10 anos
PERU		
Universidad Ricardo Palma	12/09/2011	5 anos
Instituto de Estudios Peruanos	13/09/2012	5 anos
Pontificia Universidad Católica del Perú	16/04/2013	5 anos
PORTUGAL		
Universidade do Minho	02/12/2011	5 anos
Universidade de Coimbra	02/12/2011	5 anos
URUGUAI		
Univesidad del Trabajo del Uruguay	01/10/2013	5 anos
Universidad de la República	24/06/2010	Indeterminado

Fonte: Diário da União (Adaptado) 2015

Tabela – 8: Acordos Internacionais Vencidos da UNILA

ACORDOS INTERNACIONAIS UNILA - VENCIDOS		
INSTITUIÇÕES	DATA DE ASSINATURA	VIGÊNCIA
ARGENTINA		
Universidad Nacional de La Plata (UNLP)	25/09/2012	3 anos
Universidad Nacional de Quilmes (UNQ)	26/09/2012	3 anos
Universidad de Buenos Aires	25/09/2012	3 anos
Editorial Universitária de Buenos Aires (Eudeba)	26/09/2012	3 anos
Universidad Nacional de Cuyo	26/09/2012	3 anos
Ministério de Cultura, Educación, Ciencia y Tecnología de la Provincia de Misiones	26/10/2012	2 anos
CHILE		
Comisión Económica para América Latina y El Caribe de las Naciones Unidas (CEPAL)	18/04/2011	5 anos
EQUADOR		
Instituto Ecuatoriano de Crédito Educativo y Becas	08/11/2011	4 anos
ESPANHA		
Universidad de Alcalá	23/02/2012	1 ano
Universidad Complutense de Madrid (UCM)	26/05/2011	4 anos
Universidade de Vigo (UVigo)	05/12/2011	4 anos
MÉXICO		
Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM)	27/02/2010	5 anos
PANAMÁ		
Universidad Tecnológica de Panamá (UTP)	02/09/2010	5 anos
PARAGUAI		
Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO / Paraguai)	07/02/2011	5 anos
Instituto Social do Mercosul (ISM)	07/02/2011	2 anos
PERU		
Universidad Nacional Mayor de San Marcos	15/03/2011	5 anos
Ministério de Educación de Perú	15/03/2011	3 anos
URUGUAI		
Acordo de Cooperação com a Secretaria Geral da Asociación Latinoamericana de Integración (ALADI)	25/06/2010	5 anos
Administración Nacional de Educación Pública (ANEP)	18/08/2010	5 anos

Fonte: Diário da União (Adaptado) 2015

Na UNILAB também é possível observar acordos no âmbito internacional, onde segundo o Núcleo de Acordos de Cooperação Institucionais, vinculado a Pró-Reitoria de Relações Institucionais, se estende até a China, com a participação dos países parceiros da África e Ásia. Nas tabelas 9 e 10 a seguir, encontramos alguns desses acordos institucionais dessa universidade ativos e vencidos.

Tabela – 9: Acordos Internacionais Ativos da UNILAB

ACORDOS INTERNACIONAIS UNILAB	DATA DE ASSINATURA
ANGOLA	
Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda	20/04/2012
Universidade 11 de Novembro	25/11/2013
Universidade Agostinho Neto	19/04/2012
Universidade Kimpa Vita	23/05/2014
CABO VERDE	
Instituto Internacional de Língua Portuguesa	26/01/2012
Instituto Universitário de Educação	30/11/2013
Ministério do Ensino Superior, Ciência e Inovação de Cabo Verde	19/06/2012
Universidade de Cabo Verde	19/06/2012
CHINA	
Instituto Politécnico de Macau	25/03/2013
GUINÉ-BISSAU	
Ministério da Educação Nacional, Cultura, Ciência, Juventude e dos Desportos da Guiné-Bissau	31/03/2011
MOÇAMBIQUE	
Instituto Superior de Ciências de Saúde	16/03/2011
Universidade de Lúrio	06/03/2014
Universidade Politécnica	28/08/2015
PORTUGAL	
Instituto Politécnico de Coimbra	31/10/2013
Instituto Universitário de Lisboa	18/09/2012
Universidade de Aveiro	19/09/2012
Universidade de Coimbra	01/07/2010
Universidade de Évora	20/09/2012
Universidade de Lisboa	19/06/2012
SÃO TOMÉ & PRÍNCIPE	
Instituto Superior Politécnico de São Tomé e Príncipe	30/06/2011
Ministério da Educação, Cultura e Formação de São Tomé e Príncipe	30/06/2011
TIMOR-LESTE	
Ministério da Educação da República Democrática de Timor-Leste	03/03/2011
Universidade Nacional de Timor Lorosae (Timor-Leste)	27/01/2011

Fonte: Núcleo de Acordos de Cooperação Institucionais da UNILAB – 2016

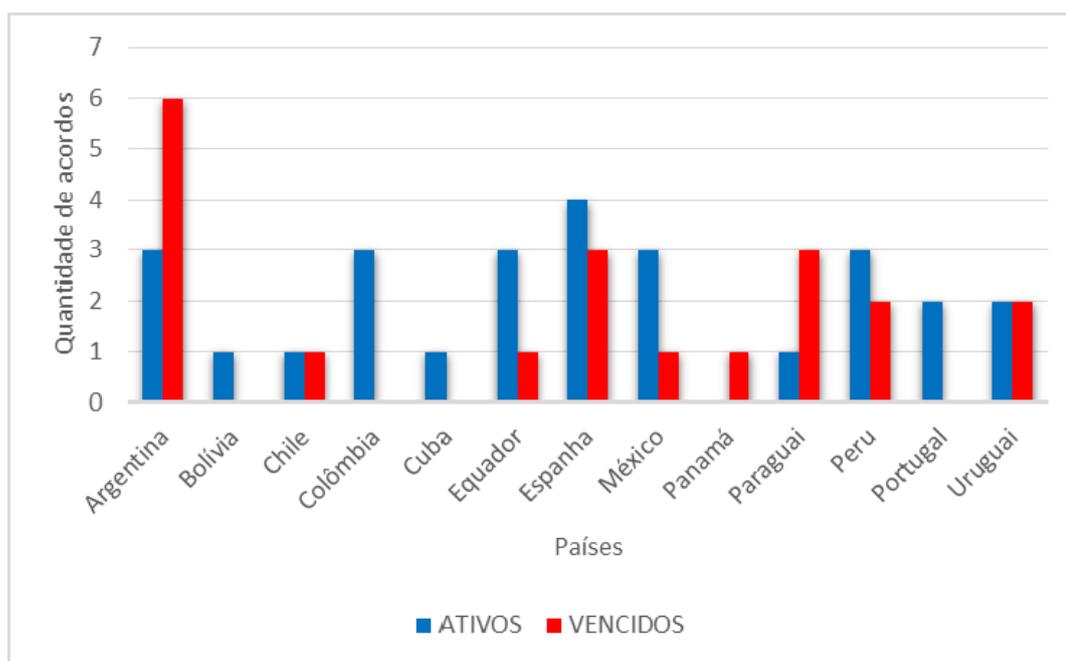
Tabela – 10: Acordos Internacionais Vencidos da UNILAB

ACORDOS INTERNACIONAIS DA UNILAB - VENCIDOS	DATA DE ASSINATURA
CHINA	
Universidade de Macau	07/11/2012
MOÇAMBIQUE	
Universidade Eduardo Mondlane	30/11/2010
Universidade Pedagógica	12/11/2010
Universidade Zambeze	11/11/2010

Fonte: Núcleo de Acordos de Cooperação Institucionais da UNILAB – 2016

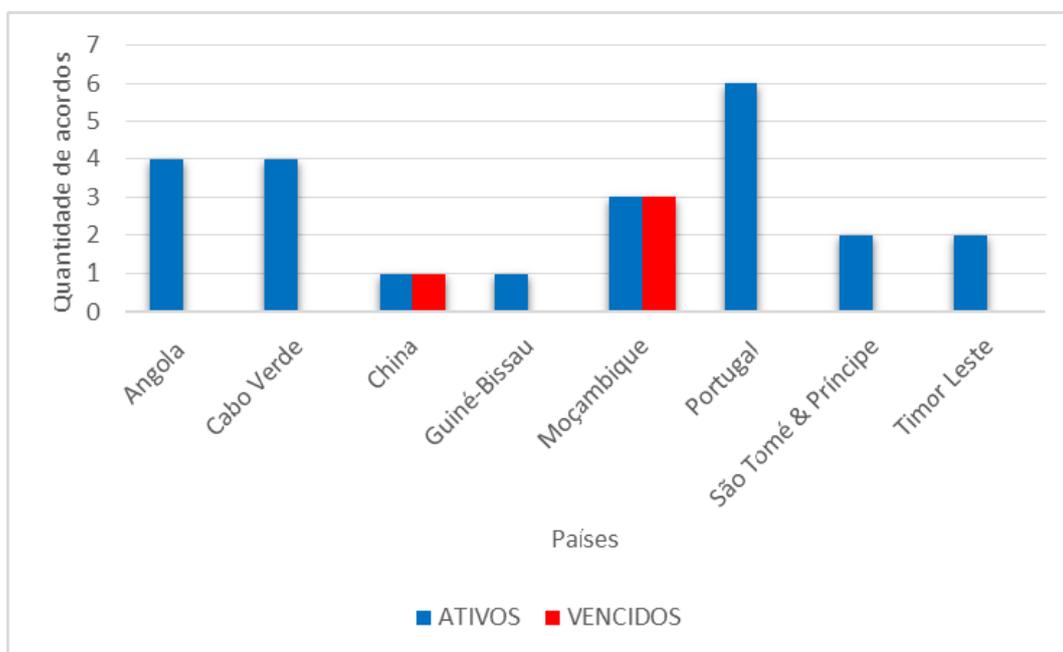
Com essas informações podemos afirmar que UNILA e UNILAB procuram promover sua expansão através da proposta de Cooperação Solidária, com países do hemisfério sul. Mas a função de internacionalização dessas universidades vai além de simples acordos. A internacionalização através de uma cooperação requer cumplicidade das instituições envolvidas e seus governos. Nos gráficos 4 e 5 a seguir, podemos observar a distribuição desses acordos, a partir da quantidade por países, em cada área de interesse das universidades em questão.

Gráfico – 4: Acordos Internacionais da UNILA – 2010 a 2015



Fonte: Diário da União – 2015

Gráfico – 5: Acordos Internacionais da UNILAB – 2010 a 2015



Fonte: Núcleo de Acordos de Cooperação Institucionais da UNILAB – 2015

Dessa maneira a simbologia se encontra presente⁷⁵, a partir da prioridade pela América Latina e África, porém vale ressaltar que não apenas esse aspecto explica essas áreas de influência, pois em um mundo globalizado e com interesses econômicos por parte do governo brasileiro, a cooperação solidária, não se sustenta apenas pela solidariedade, já que nessas nações envolvidas, há muito, mas, principalmente recursos naturais, mercados econômicos em potencial que possibilitam a expansão e dominação por parte do Brasil.

Quanto ao Atlântico Sul em particular, dado os antecedentes históricos de intensos fluxos comerciais de natureza colonial e as características de seu espaço geográfico e náutico, amplamente favoráveis ao intercâmbio, fica a indagação sobre o porquê ele não haver se constituído ainda, numa bacia econômica, uma vez que a mesma seria de interesse para o desenvolvimento de todos os países da região. Uma verificação histórica, portanto, se impõe, assim como um exame mais detalhado das estruturas de poder referidas à definição de políticas externas no âmbito regional sul-atlântico. (PENHA, 2011, p. 14).

⁷⁵ A simbologia aqui referida significa a representatividade desses grupos regionais, através da latinidade e da lusofonia, pois os interesses geopolíticos e econômicos são bastante presentes para explicar esse jogo de interesses nessas regiões.

A zona do Atlântico Sul se tornou dessa maneira uma área promissora para investimentos no campo econômico, visando ao domínio regional. Dessa maneira, a cooperação Sul-Sul não se limita a simples simbologia. Por trás dessa integração, existem os interesses do Brasil como potência regional que luta há tempos para manter seus domínios.

Nessa luta de manter hegemonia regional, a educação aparece como uma das ferramentas atuais de dominação, não através do simples jogo geopolítico militar e sim através da manipulação do saber de acordo como o modelo estatal das universidades públicas do Brasil.

Da mesma forma que a geoeconomia não substitui a geopolítica os aspectos simbólicos da latinidade e da lusofonia não substitui o jogo de interesse econômico que move a economia mundial nesse início de século XXI. Nessa conjuntura, o Brasil faz parte e possui suas metas e prioridades, principalmente na última década, onde podemos afirmar que a América Latina e África estão nesse contexto de interesses internacionais das relações externas do Brasil⁷⁶.

⁷⁶ Nesse contexto internacional as políticas educacionais são ferramentas de dominação e meio encontrando para colocar em prática essa dominação regional.

5 UNILA E UNILAB NA LEITURA DE SEUS AGENTES E ATORES SOCIAIS

5.1 Limites na estratégia da implantação dos projetos UNILA e UNILAB

A palavra estratégia no sentido geopolítico é bem utilizada atualmente, sendo vinculada ao processo de pensar no futuro, planejar, organizar metas. Dessa forma, se baseando nesse conceito, toda estratégia tem o objetivo de alcançar algo, seja por parte de uma instituição ou do próprio Estado. Normalmente essa ideia está ligada a três palavras: *visão*, *missão*, *objetivo*. Já para um bom planejamento estratégico, obter sucesso pressupõem seguir três hierarquias: *análise da estratégia*, *formulação da estratégia*, *implementação da estratégia*. Através dessas metas podemos planejar visando ao futuro, inclusive organizando políticas de ação, em que uma delas é a própria educação superior, aqui estudada.

Nesse momento da pesquisa procuramos apresentar as estratégias do governo brasileiro para implantação e planejamento futuro dessas universidades com propostas internacionais. Universidades com propostas diferentes em relação às demais existentes no país, pois em sua missão, apregoa a cooperação solidária, a integração e a internacionalização, com países do hemisfério sul. Os limites para sua implantação são diversos, sendo necessário entender além de sua missão, seus objetivos nessa visão solidária, com América Latina e Caribe e países africanos e o Timor Leste na Ásia.

Como já apresentado nesse trabalho, essas universidades em questão possuem semelhanças em relação a seus objetivos e missão, com uma conjectura internacional, ou melhor, dizendo pró-internacional, pois na prática demonstram falas nesse processo, sendo a situação da UNILAB até mais delicada, por não partir de um acordo econômico alargado, como o caso da UNILA com o MERCOSUL. Porém é daí que aparece um dos seus limites. Como promover cooperação solidária com países muitos diferentes entre si, e ao mesmo tempo diferentes também do Brasil em seus aspectos culturais, econômicos, históricos e geográficos?

Se estudarmos a América Latina e o Caribe, vamos verificar que essa região é um caldeirão de economias diferentes que de fato marca a formação de um bloco econômico que em parte tentar seguir os passos de uma integração. Mesmo com a semelhança linguística de uma maioria pela língua espanhola, influência da

colonização, que predominou em grande parte desse grupo de países, não existe unidade ou semelhança econômica entre as nações envolvidas nesse “conjunto regional⁷⁷”.

A América do Sul é um continente fortemente heterogêneo. As desigualdades entre os países se expressam em diversos setores e com várias facetas. Muito além das características geográficas e populacionais, a situação econômica e social dos doze países revela condições dispare de desenvolvimento e de capacidade de inserção no cenário internacional ou mesmo regional. (COUTO, 2009, p. 87).

O continente africano não é diferente. O terno África⁷⁸ também é muito geral. Possuindo 54 países, esse continente é marcado por uma história de colonização, por parte de diversos países europeus. O atraso econômico de diversas nações é outra marca da região, que inicia seu processo de independência após duas guerras mundiais, envolvendo nações europeias, que não conseguiram manter seu domínio econômico e militar na região. O processo de aproximação dos territórios africanos se deu através da Conferência dos Povos da África⁷⁹, realizada na cidade de Acra, capital de Gana⁸⁰. Outras nações como, Argélia, Angola, Guiné-Bissau e Moçambique só alcançaram sua independência, após guerras que duraram anos, sendo diferente a história dessas nações nesse momento de libertação da opressão dos colonizadores.

⁷⁷ Essa visão de conjunto regional, através da expressão América Latina, criada pelos franceses, atendia aos interesses imperialistas e não representava uma realidade, pois cada grupo vivenciou sua aculturação através da colonização espanhola e portuguesa de forma própria, devido à diversidade dos habitantes do continente.

⁷⁸ O nome África é de origem latina, uma vez que os romanos designavam a região norte do continente como Africorum terra (Terra dos Afri) (Afer singular, Afri plural). Essa era a província de África com capital na (mais tarde derrotada, pilhada e destruída) cidade de Cartago (atual Tunísia). Mas a origem do termo Afer é mais incerta: pode provir da palavra fenícia afar (pó), uma vez que foram os Fenícios que fundaram a cidade de Cartago (que viria a ser a Arqui-inimiga de Roma). Os Romanos desdenhosamente chamavam os seus inimigos cartagenenses de Punii (Fenícios) e por isso se chamou Guerras Púnicas às 3 guerras entre Roma e Cartago que culminariam na destruição desta última; ou ser o nome da tribo berbére Afri, uma tribo nómada que vivia na região de Cartago; ou ainda da palavra latina aprica (solarengo). Fonte: Dicionário Etimológico Digital.

⁷⁹ A **Conferência dos Povos Africanos** ocorreu em 1958 e se repetiu em 1960 e 1961, com o objetivo de discutir a união das nações africanas perante o colonizador. Compareceram delegados de 28 países africanos, sendo um momento importante, pois permitiu o intercâmbio entre vários líderes políticos e intelectuais do continente.

⁸⁰ **Gana** foi o primeiro país africano a conseguir independência do Reino Unido em 1957. Esse processo é fruto da intervenção dos antigos combatentes regressados da Índia e da Birmânia, que reivindicaram a independência que ocorria na Ásia naquele momento.

O movimento de descolonização dos países africanos se inicia após a Segunda Guerra Mundial, quando os impérios coloniais europeus foram obrigados a fazerem concessões e a se reestruturarem no contexto de emergência da nova ordem internacional bipolar. Com o enfraquecimento do poder de controle dos países europeus, as lideranças regionais africanas se organizaram, exigindo o fim do colonialismo e a independência. As posições ideológicas dos líderes africanos variavam segundo o quadro bipolar, tendo como pano de fundo o interesse ocidental em consolidar o seu papel de influência no continente, em contraste com o apoio da URSS e da China aos movimentos de libertação nacional dos povos africanos. (PENHA, 2011, p. p. 81 e 82).

Dessa forma, o processo de independência dos países latinos e africanos, obedeceu a uma lógica de conflitos, enfraquecimento econômico, dependência estrangeira e desigualdade social. Isso reflete nessas nações até os dias atuais. Essa conjuntura cria semelhanças e diferenças, pois o grau de subdesenvolvimento é diferenciado entre essas nações, inclusive entre elas e o Brasil, que se encontra a frente desse processo solidário através da educação superior.

São essas nações as áreas de atuação da UNILA e da UNILAB. Universidades federais brasileiras, que possuem alunos desse conjunto de países do hemisfério sul, vizinhos na América do Sul ou separados pelo Oceano Atlântico no caso dos africanos, e o Timor Leste na Ásia. Por serem diferentes entre si, podemos facilmente apontar limites estratégicos nesse momento para a implantação das universidades em questão e suas relações com esses países na América do Sul e África que também são diferenciadas, por causa das características próprias de cada um deles.

Um primeiro limite estratégico seria a própria situação socioeconômica aqui já mencionada, e nesse quesito a diferença entre os países envolvidos é notória. Um processo de cooperação não pode depender apenas de um dos lados no caso o Brasil, pois é o mesmo que vem disponibilizando recursos para esse investimento, desde infraestrutura na construção física das universidades e para os recursos de assistência ao aluno. Não encontramos UNILA e UNILAB além das fronteiras do Brasil, sendo exclusivamente universidades brasileiras, seguindo leis e diretrizes do Brasil via MEC. Dessa maneira, a coparticipação dos demais países basicamente não existe, nesse quesito infraestrutura e recursos.

Outro aspecto que deve ser levado em conta é a distância territorial. Para a UNILA que se encontra em área de tríplice fronteira, no primeiro momento, não era para ser problema, porém as cidades próximas, Ciudad del Este, no Paraguai, e Puerto Iguazú, na Argentina, não são as principais a enviarem alunos para a universidade. Lá encontramos alunos de diversos países, e pela dimensão territorial do Brasil, existe certa distância entre essas nações, mesmo se localizando no mesmo continente. O deslocamento por meio rodoviário entre Foz do Iguaçu e os países platinos ocorre por rodovias federais onde as principais são: Foz do Iguaçu e Cidade del Este (BR-277); Foz do Iguaçu e Puerto Iguazú (BR-277) e Foz do Iguaçu e Uruguai (BR-158, BR-287, BR-290 e BR-392).

Já UNILAB, essa situação é mais complicada, pois é necessário atravessar o Oceano Atlântico para que os alunos africanos cheguem ao Brasil, possuindo assim de fato uma gigantesca fronteira entre as nações envolvidas. Na tabela 11 a seguir é possível verificarmos os voos para alguns países envolvidos com essas universidades, como os países platinos da América do Sul e o grupo da CPLP.

Tabela – 11: Voos entre países da UNILA e da UNILAB

VOOS ENTRE BRASIL E PAÍSES PLATINOS	
Cidades - Países	Companhia Aérea
Foz do Iguaçu - Brasil / Assunção - Paraguai	TAM
Foz do Iguaçu - Brasil / Buenos Aires - Argentina	GOL, TAM, LAN, Aerolíneas Argentinas e Qatar Airways
Foz do Iguaçu - Brasil / Montevideu - Uruguai	TAM e Aerolíneas Argentinas
VOOS ENTRE BRASIL E PAÍSES DA CPLP	
Cidades - Países	Companhia Aérea
Fortaleza - Brasil / Bissau - Guiné-Bissau	TAM e TACV
Fortaleza - Brasil / Díli - Timor-Leste	Não possui voo
Fortaleza - Brasil / Luanda - Angola	TAAG e Airfrance
Fortaleza - Brasil / Maputo - Moçambique	LAN e South African
Fortaleza - Brasil / Praia - Cabo Verde	TAP e TACV

Fonte: Decolar – 2016

Todavia não podemos esquecer um fator complicado nesses projetos geoeeducacionais que seria o aspecto financeiro. A dificuldade de renda por parte dos discentes para viver no Brasil. Em Foz do Iguaçu, onde se localiza a UNILA, os

custos são elevados, por ser uma cidade turística e de grande visitação. Já em Redenção, onde encontramos a UNILAB, falta infraestrutura. Uma cidade pequena de pouco mais de 25 mil habitantes, que falta moradia, saúde, serviços para professores e alunos. Por mais que esses jovens recebam auxílio por parte do governo brasileiro, é bem distante o valor recebido em relação ao valor gasto para atender os gastos mensais.

Podemos aqui também apresentar como limitação ao projeto UNILA e UNILAB, o aspecto legal do processo educacional. A proposta era de universidades com caráter internacional entre a América Latina e o Caribe e África, mas como falar de internacionalização se essas universidades se encontram no Brasil, com recurso do governo brasileiro, seguindo normas e diretrizes do Brasil? Os currículos foram elaborados seguindo diretrizes do MEC, os diplomas são emitidos pelo governo brasileiro e não permitem dupla diplomação. Os alunos estrangeiros devem passar por reconhecimento de seus diplomas em seus países de origem para serem reconhecidos. Onde se encontra a cooperação solidária? Cooperação que parte exclusivamente do Brasil?

A grande questão aqui é, UNILA e UNILAB são de fato universidades com caráter internacional? Receber alunos estrangeiros não garante isso, pois diversas universidades brasileiras possuem acordos internacionais com esse fim. Sua missão é de cooperação internacional? Mas voltamos a questionar, que cooperação é essa com um aspecto unipolar, sem interação, sem cumplicidade. Infelizmente o que concluímos, depois de entrevistas, estudos em relação a seus estatutos e leituras sobre a temática da internacionalização do ensino superior, é que as propostas das duas universidades, aqui estudadas, estão bem longe de se concretizarem, e as barreiras são muitas e extremamente limitantes para a plenitude dos projetos. O que percebemos são profissionais desmotivados em relação à ideologia inicial, alunos sem esperanças em relação ao projeto e muitas das vezes decepcionados, pois não vislumbram o prometido, principalmente os motivos que os fizeram vir ao Brasil. Dessa maneira, a estratégia no sentido de planejamento futuro deve ser repensada para que o prometido se torne de fato real e que os aspectos de cooperação solidária com nuance internacional se materialize para o bom funcionamento da UNILA e da UNILAB.

Para seguir nesse caminho de internacionalizar vislumbramos duas estratégias: ou essas universidades se transformam de vez em Instituições Federais de Ensino Superior Brasileira e abrem intercâmbio com os países envolvidos em nível de graduação e pós-graduação, ou exijam das demais nações uma efetividade na cooperação, através de ações, com suporte financeiro e a abertura de campi em seus territórios das referidas universidades, pois não compreendemos uma cooperação que ocorre apenas de mão única.

5.2 (Re)pensando a Cooperação Internacional do Projeto Sul-Sul

O termo cooperação significa uma ação conjunta para uma finalidade, que possui um objetivo em comum. Para existir cooperação é necessário utilizar métodos mais ou menos consensuais para os envolvidos, para que isso ocorra é fundamental existir colaboração mútua entre os envolvidos. Cooperações podem ser entre pessoas, empresas, grupos sociais e governos no âmbito regional, nacional e internacional. É nessa visão entre governos e nações que vamos discutir nesse momento da pesquisa.

A proposta de cooperação de forma internacional entre nações se intensificou a partir do final da Segunda Guerra Mundial, onde os Estados Unidos e a União Soviética iniciaram um processo de formação de blocos, pautados no capitalismo ou no socialismo. No primeiro momento essa cooperação visava à reconstrução estrutural e econômica das nações envolvidas no conflito. Logo depois essa cooperação se estendeu para África, Ásia e América Latina, formando assim as zonas de influências dessas duas potências, junto às nações denominadas subdesenvolvidas⁸¹, essa divisão fez surgir à estrutura de uma ordem mundial, pautada em uma disputa militar e ideológica que se estendeu por algumas décadas.

A partir desse momento as relações de cooperação se apresentaram no sentido Norte-Sul, onde as nações ricas passaram a influenciar politicamente e economicamente os países do Sul. Esse processo de cooperação já era

⁸¹ Os termos desenvolvimento e subdesenvolvimento foram amplamente utilizados para denominar a situação dos países capitalistas após a Segunda Guerra Mundial. Porém para uma divisão mais global, envolvendo capitalistas e socialistas, as expressões mais utilizadas foram primeiro, segundo e terceiro mundo, que procuravam apresentar a conjuntura política e econômica das nações.

questionado, por não apresentar muitas das vezes cumplicidade dos envolvidos e sim uma tomada de decisões que interessava aos mais fortes político e economicamente. Vale lembrar que nesse período, o mundo enfrentava ainda uma tensão gerada pela disputa armamentista por parte dos Estados Unidos e da União Soviética. Então será que existia de fato cooperação Norte-Sul ou domínio do Norte sobre o Sul?

No início dos anos de 1990 essa conjuntura mundial passa por grandes transformações. A União Soviética chega ao fim e o socialismo conhecido até esse momento, começa a se desmoronar⁸². É nesse momento que uma Nova Ordem Mundial começa a se apresentar, através da hegemonia econômica e não militar⁸³, e nações que eram apresentadas como subdesenvolvidas começam a se destacar no cenário internacional. Esses países compõem o chamado “Sul Global”, como já abordamos nessa pesquisa.

O termo “Sul global” é designação simbólica para denominar uma ampla gama de nações em desenvolvimento, diversificadas em suas histórias, origens e tradições, com múltiplos enfoques no que se refere ao poder, à cultura ou à identidade. O rótulo tem substituído e atualizado progressivamente a qualificação de “terceiro mundo”, na qual foram catalogados muitos países em desenvolvimento ao conquistar sua independência e inaugurar uma ordem internacional pós-colonial. O “Sul global” foi também interpretado como “espaço de resistência híbrido”, menos dependente do “Norte global”. Inclui agentes públicos e privados que ocupam “uma posição estrutural de periferia ou semiperiferia no sistema mundo moderno”. Este espaço se encontraria em processo de articulação, e seu denominador comum estaria representado pela vontade de construir uma “globalização contra-hegemônica” (Grovgui, Cairo e Bringel, 2010, p. 43, apud, PINO, 2014, p. 57).

Alguns países desse grupo do sul passaram a possuir grande destaque no contexto internacional, onde podemos enfatizar a China e a Índia, como locomotivas de produção para o mercado mundial, África do Sul, como país de crescimento industrial na África e o Brasil, que através de uma política de

⁸² O enfraquecimento do governo da União Soviética levou a uma série de eventos que terminaram por causar a dissolução da União Soviética, um processo gradual que ocorreu entre 19 de janeiro de 1990 a 31 de dezembro de 1991.

⁸³ O poder militar ainda se apresenta importante na Nova Ordem Mundial e os Estados Unidos se destacam como grande potência nesse quesito, porém com a nova globalização e a hegemonia do capitalismo, as nações de maior importância internacional são aquelas de maior potencial de crescimento econômico frente ao mercado mundial.

estabilidade a partir do Plano Real⁸⁴, se tornou a maior economia da América Latina. As relações Norte-Sul, com aspectos imperialistas e de economia liberal, abre espaço para cooperações solidárias a nível Sul-Sul e de contexto regional. Mas aqui questionamos; mesmo sendo países parecidos historicamente em alguns casos e semelhantes socioeconomicamente, essa cooperação vem ocorrendo? E é de fato solidária? Mesmo assim vem persistindo e se tornou política oficial do governo brasileiro, mesmo mantendo o diálogo com os países do Norte, as relações Sul-Sul estão cada vez mais presentes na política internacional do Brasil⁸⁵.

De fato, o governo brasileiro vem mantendo – ao longo das décadas – o discurso de que sua cooperação Sul-Sul difere da tradicional Norte-Sul, por ser realizada mediante demanda oficial, não impor condicionalidades e efetuar-se com recursos próprios do Estado, sobretudo a partir da experiência de servidores públicos e demais profissionais vinculados ao governo, sem o envolvimento do setor privado. O discurso da cooperação Sul-Sul tem, de fato, persistido e – em anos recentes – ganhado crescente espaço em declarações finais de fóruns globais de discussão e reflexão sobre a ajuda internacional. (LIMA, CAMPOS, NEVES, 2014, p. 211).

Como afirmamos cooperação significa trabalho conjunto de participação de todos os envolvidos e sendo solidária, ainda possui outro aspecto, que seria auxiliar, apoiar, ser solidário com o de maior necessidade. Mas ser solidário não significa assumir a posição de decisões e está à frente de forma hegemônica nas parcerias regionais. O que vislumbramos são interesses e investimentos do governo brasileiro nos vizinhos da América Latina e África, principalmente no que tange recursos naturais e exportação de produtos industriais. O próprio investimento em educação superior se apresenta com um desses investimentos, mas com hegemonia do Brasil, pois não encontramos uma estrutura de multicampi dessas universidades com os países envolvidos, funcionando apenas em território brasileiro, com recursos brasileiros, seguindo legislação brasileira e possibilitando colocar em prática interesses do país.

⁸⁴ O Plano Real foi uma medida econômica colocada em prática em 27 de fevereiro de 1994, com o objetivo de controlar a hiperinflação e estabilizar a economia do país, sendo criada uma nova moeda. Isso não significa um salto ao desenvolvimento, porém o Brasil se tornou uma economia mais estável e procurada por grandes grupos empresariais e garantiu um crescimento industrial e econômico que o colocou em um degrau importante de decisões na América Latina e no contexto internacional.

⁸⁵ Ainda insistimos que a política de cooperação através da educação superior na qual UNILA e UNILAB faz parte, pode passar por transformações e essas universidades se tornarem instituições federais de ensino superior como outras existentes no país, deixando de lado seu caráter internacional.

Dessa maneira, qual a função da Cooperação Internacional no Projeto Sul-Sul? Defendemos a ideia de que essa cooperação visa muito mais que solidariedade e vem se pautando em um jogo geopolítico. Brasil, Argentina, África do Sul, disputam a zona do Atlântico Sul já algumas décadas e o Brasil a partir do início do século XXI passou a ter vantagens nessa disputa, já que crises na Argentina e transição política na África do Sul deixaram o Brasil na frente nesse jogo internacional e hemisférico, colocando o país em uma posição de uma reinserção competitiva na economia internacional⁸⁶. Ao mesmo tempo apareceram novos atores nesse cenário internacional, como China e Índia⁸⁷, com volumosos investimentos, principalmente no continente africano, despertando uma necessidade brasileira de firmar sua área de atuação.

No caso do Brasil, embora o país tenha atuado historicamente em marcos de arenas multilaterais de cunho terceiro-mundista, é a partir de 1993, com a ascensão de Itamar Franco, que o país buscará um novo tipo de cooperação sul-sul, nos marcos de uma nova ordem internacional marcada por ações mais isoladas da dimensão Norte-Sul ou pela volatilidade das alianças organizadas na defesa de temas específicos. (SARAIVA, 2007, p. 42).

Em termos de produção, passamos a vivenciar a transnacionalização⁸⁸, que distanciou ainda mais as nações desenvolvidas das não desenvolvidas, surgindo um verdadeiro abismo, na qual mesmo mantendo o quadro de subdesenvolvimento, alguns países passaram a ocupar posição de destaque nas relações de produção industrial internacional em um caráter tecnológico, nesse quesito econômico o Brasil aparece como uma delas, garantindo uma política global com intenção de buscar áreas de atuação.

A defesa da democracia como roteiro para as novas formas de inserção e adequação internacionais sugeridas para os países emergentes também teve impacto no caso da política externa brasileira. A aceitação da universalidade do valor da democracia ocidental colocou-se como mecanismo de adesão à ideia básica do Ocidente de defesa do regime democrático e atuou como canal para novos espaços de atuação. (SARAIVA, 2007, p. 44).

⁸⁶ A partir de 2016 o Brasil passa por uma crise política e econômica que poderá afetar essa sua atuação internacional.

⁸⁷ A crise econômica internacional também atinge esses países, aonde a China não vem conseguindo manter seus números de crescimentos dos últimos anos.

⁸⁸ A **transnacionalização** promove a ultrapassagem das fronteiras, fazendo com que novos mercados sejam alcançados, fortalecendo a economia nacional e regional no âmbito internacional.

No âmbito da globalização, o regionalismo teve fundamental importância no fortalecimento de áreas específicas, enaltecendo a economia neoliberal visando à competição na esfera local e global, que só cresceu nesse início de século, fazendo que parcerias surjam e outras se fortaleçam, contudo na América do Sul podemos destacar a função do MERCOSUL como ferramenta para essa regionalização. Na América do Sul, o Brasil procura uma liderança pregando soberania compartilhada⁸⁹ e de uma autonomia pela participação⁹⁰, onde todos da região devem defender a globalização. Por esse motivo, o discurso de cooperação solidária com os países da região, sem deixar de lado a ideia de que o Brasil merece um lugar de destaque no cenário internacional.

O atual contexto político fortemente influenciado pela economia globalizada que, em nome da articulação provoca ações nas diferentes áreas das políticas públicas e sociais, tem, na formação de blocos econômicos uma das principais estratégias para que as nações possam vencer desafios, superar seus problemas e desenvolver-se plenamente. O Mercado Comum do Sul – MERCOSUL, é criado em 1991 com o propósito de fomentar o desenvolvimento econômico e a integração entre os países que integram este bloco. (OLIVEIRA, 2011, p. 224).

Dessa maneira, defendemos a posição de que a Cooperação Sul-Sul possui uma forte carga ideológica de poder regional. A visão de soberania compartilhada torna-se vazia em um jogo de interesse e se torna soberania regional, defendendo práticas capitalistas de exploração já conhecida há muito tempo e que se repetem no hemisfério sul, onde duas políticas governamentais têm sido mais destacadas no jogo legislativo, a política econômica e a política externa, mas por razões diferentes.

A política econômica na produção visa mercado interno, mas, sobretudo o mercado internacional. Esse processo começa com os vizinhos hemisféricos, ultrapassando o Oceano Atlântico. Já a política externa, são as teias de poder, que envolvem atores, órgãos, países diferentes, no qual o Brasil deseja se firmar como potência regional, e para isso, dominar pelo conhecimento é fundamental. Nesse

⁸⁹ A **soberania compartilhada** pressupõe uma divisão de autoridade entre os grupos envolvidos, no caso da América do Sul entre os países envolvidos na política regional.

⁹⁰ A **autonomia pela participação** é uma forma de governar conjuntamente, através de divisão de poder e de decisões dos países do grupo regional sul-americano.

caso, a universidade torna-se fundamental na materialização desse tipo de poder⁹¹. Por essa razão (re)pensamos a Cooperação Sul-Sul, por possuir falhas e apresentar interesse de um único país que deseja se tornar potência regional, contudo a visão de cooperação solidária torna-se distante do dia a dia dessas nações envolvidas em uma globalização com caráter de regionalização.

Dessa maneira, os desafios são grandes para uma cooperação entre Brasil, América do Sul e África, mesmo com algumas décadas de acordos e parcerias, pois o jogo de poder e dominação se faz presente, sendo uma visão pequena acreditar que a cooperação se dá apenas de forma solidária entre esses países do hemisfério sul, pois aspectos econômicos e políticos internacionais não podem ser esquecidos nesse novo panorama mundial.

5.2.1 Os desafios de integração educacional entre o Brasil e países do MERCOSUL e da CPLP

Um processo de integração não é tarefa fácil, pois envolve sujeitos com características e interesses diferentes, principalmente quando tem a ousadia de assumir um caráter internacional e ainda utilizar a educação para esse fim. Os conceitos e as maneiras de encarar investimentos em políticas educacionais sofrem grandes variações de acordo com cada país, já que possuem culturas e ideias diferentes⁹².

Realizar um estudo comparativo e integrando é ter consciência dos aspectos dinâmicos que envolvem a educação no sentido mais amplo da ideia. Porém graças a globalização, a educação superior vem se tornando universal e

⁹¹ Dominar pela economia e pela política externa tem sido prioridade do Brasil já há algum tempo, mas se tornou obsessão no início do século XXI, onde os investimentos de exploração dos países vizinhos continentais e africanos só cresceram. Na política externa, participar de ações geopolíticas também passou a ser importante, participar do G-20, do MERCOSUL, dos BRICS e coordenar ação militar no Haiti, tornando-se ações importantes para o governo brasileiro.

⁹² A ideia de educação formal, aquela adquirida em uma instituição de ensino, seja ela secundária ou superior tem muito dos costumes de um povo e ao mesmo tempo é resultado de um processo político de decisões que representa os interesses de grupos, pois educação não deixa de ser uma mercadoria em uma economia neoliberal.

mesmo com as diferenças existentes de acordo com cada grupo, ela assumiu uma posição importante nos interesses geopolíticos contemporâneos.

Mas, atualmente, as fronteiras nacionais se diluíram por efeito de uma cultura global e pela multiplicidade dos níveis de filiação e de pertencimento. Hoje, a educação é um fenômeno mundial, assim como a ciência, a tecnologia e tantos outros fenômenos que são, por natureza, transnacionais. Por isso, a educação e a estrutura como ela está organizada são características que se baseiam no nível da cultura, da política e do sistema econômico mundial, e não apenas no plano nacional. Assim, ganha mais sentido e uma maior abrangência o estudo comparado em educação. (CARMO, ZAIDAN FILHO, MIYACHI, 2014, p. 84).

Essa importância dada à educação vem se materializando em fóruns internacionais, que remetem o surgimento de documentos importantes, como ocorreu nas Conferências da UNESCO de 1998 e 2009 e mais recentemente no Fórum Mundial de Educação, que ocorreu 2015 na cidade de Incheon, na Coreia do Sul. Representantes de mais de 100 países estiveram presentes, entre os dias 19 e 22 de maio, com o objetivo de realizar um balanço das metas de educação, relativas ao período de 2000 a 2015, e debateram novas metas para o período de 2016 a 2030. Desse encontro foi lançado a Declaração de Incheon, marco importante na educação mundial, que apresentou cinco prioridades, sendo elas: direito à educação, equidade na educação, educação inclusiva, educação de qualidade e educação ao longo da vida.

Fórum como esse promove um debate positivo a nível mundial. Mas porque mesmo assim, é difícil um processo de integração através da educação, principalmente a educação superior? Principalmente quando essa integração procura aproximar o Brasil, perante o MERCOSUL e países da CPLP? No Plano de Ação do Setor Educacional do MERCOSUL de 2011 a 2015, prever como missão para a educação na América do Sul:

Ser um espaço regional onde se prevê e garante uma educação com equidade e qualidade, caracterizada pelo conhecimento recíproco, a interculturalidade, o respeito à diversidade e à cooperação solidária, com valores compartilhados que contribuem para a melhoria e democratização dos sistemas educacionais da região e oferecer condições favoráveis para a paz, por meio do desenvolvimento social, econômico e humano sustentável. (Plano de Ação Educacional do MERCOSUL, 2011 – 2015, p. 10).

O MERCOSUL Educacional⁹³ possui como foco os arranjos produtivos no âmbito da América do Sul, com diretrizes atinentes a integração regional, sendo averiguados os componentes políticos para que isso se concretize. Porém medidas educacionais necessitam de vontade política, atinentes a implantações didáticas, perscruta-se de que forma a educação vem sendo instrumentalizada como uma estratégia de inserção internacional do Brasil na região e a UNILA, sendo utilizada para esse fim.

Os objetivos gerais do MERCOSUL Educacional consistem em construir um espaço educacional integrado por meio da coordenação de políticas de educação, promovendo a mobilidade, o intercâmbio e a formação de uma identidade regional (MERCOSUL Social e Participativo, 2007, p. 35, apud, BESHARA, 2008, p. 3).

Uma das dificuldades de integração regional através da educação na América do Sul são questões diplomáticas entre os países. Desde a criação do bloco regional, o MERCOSUL, há uma promessa de facilitar esse acesso à educação por parte de cada país, porém na prática existem empecilhos, desde o reconhecimento de diplomas, a dificuldade linguística, já que o maior deles, o Brasil, fala o português e a prioridade dada a questões econômicas em relação às culturais dentro do bloco regional.

Porém não podemos negar que o MERCOSUL cria um elo entre os países sul-americanos, que pode de certa forma ser favorecido ao longo do projeto UNILA, pois essa integração regional vem sendo muito esperada. Nos países platinos em relação a universidades públicas, Uruguai e Paraguai se encontram em desvantagens numéricas. Todavia Argentina é bem mais numerosa essas instituições como demonstra nas tabelas 12 e 13 a seguir.

⁹³ O **MERCOSUL Educacional** foi criado oito meses após a criação do MERCOSUL em 1991, por intermédio do Protocolo de Intenções, assinado pelos Ministros da Educação dos países do bloco. Afirma que uma integração não pode ser simplesmente política e econômica, e sim deve passar também pelos aspectos culturais, educacionais e sociais. O MERCOSUL Educacional nunca teve grande prestígio, e muitos países nem valorizam esse aspecto no bloco regional. O Brasil vem medido esforços para garantir sua influência na América do Sul através dessa ferramenta que é a educação, procurando concretizar de vez sua posição de liderança regional.

Tabela – 12: Universidades Públicas da Argentina

UNIVERSIDADES PÚBLICAS DA ARGENTINA
Facultad Latinoamericana de Cs. Sociales
Universidad Autónoma de Entre Rios
Universidad de Buenos Aires (UBA)
Universidad de Segurança Marítima
Universidad Nac. Do Noroeste de Buenos Aires
Universidad Nacional Chilecito
Universidad Nacional de A Matanza
Universidad Nacional de A Pampa
Universidad Nacional de A Plata
Universidad Nacional de A Rioka
Universidad Nacional de Catamarca
Universidad Nacional de Córdoba
Universidad Nacional de Cuyo
Universidad Nacional de Entre Rios
Universidad Nacional de Gral. San Martins
Universidad Nacional de Jujuy
Universidad Nacional de la Patagonia Autral
Universidad Nacional de la Patagonia San Juan Bosco
Universidad Nacional de Lanús
Universidad Nacional de Lomas de Zamora (UNLZ)
Universidad Nacional de Luján (UNLU)
Universidad Nacional de Mar Del Plata
Universidad Nacional de Misiones
Universidad Nacional de Quilmes
Universidad Nacional de Río Cuarto
Universidad Nacional de Rosario
Universidad Nacional de Salta
Universidad Nacional de San Juan
Universidad Nacional de San Luis
Universidad Nacional de Santiago do Estero
Universidad Nacional de Tres de Fevereiro
Universidad Nacional de Tucumán
Universidad Nacional de Villa Maria
Universidad Nacional del Centro da Prov. Buenos Aires
Universidad Nacional del Comahue
Universidad Nacional del Gral. Sarmiento
Universidad Nacional del Litoral
Universidad Nacional del Nordeste
Universidad Nacional del Rio Negro
Universidad Nacional del Sul
Universidad Provincial del Ponto
Universidad Provincial del Sudoeste
Universidad Tecnológica Nacional (UTN)

Fonte: Adaptado – 2016⁹⁴

⁹⁴ http://www.altillo.com/pt/universidades/universidades_arg.asp

Tabela – 13: Universidades Públicas do Uruguai e Paraguai

UNIVERSIDADES PÚBLICAS DO URUGUAI E PARAGUAI
URUGUAI
Universidad De La República Uruguay
PARAGUAI
Universidad Nacional de Assunción
Universidad Nacional de Concepción
Universidad Nacional de Itapúa
Universidad Nacional de Pilar
Universidad Nacional de Villarrica
Universidad Nacional Del Este

Fonte: Adaptado - 2016⁹⁵

Já a integração através da educação com os países africanos da CPLP, e em especial os PALOPS, vem se concretizando a partir de ações da UNILAB. Projeto como a Rede de Instituições Públicas de Educação Superior (RIPES)⁹⁶, cria a possibilidade de integração de redes de ensino entre Brasil e África que visa a mobilidade de professores e alunos entre as instituições envolvidas. As universidades africanas possuem suas particularidades e muitas são de investimentos estrangeiros que atuam no continente, por esse motivo é difícil organizá-las no caráter de instituições públicas como fizemos logo acima com as universidades de países da América do Sul, pois nessas nações africanas, as instituições privadas são maioria. Na tabela 14 a seguir, temos exemplos de algumas universidades de alguns países que compõem os PALOPS, mas lembramos de que existem também os Institutos de Ensino Técnico e Superior nessas nações, que juntas compõem a oferta de ensino nesse conjunto regional⁹⁷. Porém mesmo com esse quantitativo, a oferta é pequena em relação a demanda e a renda da população, faz com que uma minoria tenha acesso a universidades particulares nesse contexto.

⁹⁵ <http://universidades-iberoamericanas.universia.net/uruguay>
http://www.althillo.com/pt/universidades/universidades_uruguay.asp
http://www.althillo.com/universidades/universidades_paraguay.asp

⁹⁶ O **Projeto RIPES** foi apresentado e aprovado na XXV Reunião Ordinária de Pontos Focais de Cooperação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, realizada nos dias 13 e 14 de julho de 2012, no Centro de Conferências Joaquim Chissano, em Maputo (Moçambique). A RIPES foi idealizada pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira - Unilab e visa constituir, na perspectiva da Cooperação Sul-Sul, uma rede de instituições públicas de educação superior para a cooperação na CPLP, capaz de promover o intercâmbio de conhecimento, a mobilidade acadêmica com qualidade e a formação de cidadãos que contribuam para o desenvolvimento dos países membros. (www.ripes.unilab.edu.br/index.php/projeto-ripes/)

⁹⁷ O conjunto regional dos PALOPS possui como elo a língua portuguesa, mas isso não expressa a diversidade existente entre esses países e as diferenças na oferta de ensino entre essas nações.

Tabela – 14: Universidades no grupo dos PALOPS

LISTA DE UNIVERSIDADES DE PAÍSES AFRICANOS
ANGOLA
Universidade 11 de Novembro
Universidade Agostinho Neto
Universidade Católica de Angola
Universidade de Belas
Universidade Gregório Semedo
Universidade Independente de Angola
Universidade Jean Piaget de Angola de Luanda
Universidade José Eduardo dos Santos
Universidade Katyavala Bwila
Universidade Kimpa Vita
Universidade Lueji A'Konde
Universidade Lusíada de Angola
Universidade Mandume Ya Ndemufayo
Universidade Metodista de Angola
Universidade Metropolitana de Angola
Universidade Óscar Ribas
CABO VERDE
Universidade de Cabo Verde
Universidade de Santiago
Universidade do Mindelo
Universidade Intercontinental de Cabo Verde
Universidade Jean Piaget
Universidade Lusófona Baltasar Lopes da Silva de Cabo Verde
Universidades Lusófona de Humanidades e Tecnologias
GUINÉ-BISSAU
Universidade Almícar Cabral
Universidade Católica de África
Universidade Colinas de Boé
Universidade Jean Piaget da Guiné-Bissau
Universidade Lusófona da Guiné
MOÇAMBIQUE
Universidade Adventista de Moçambique
Universidade Católica de Moçambique (UCM)
Universidade do Índico
Universidade Eduardo Mondlane
Universidade Jean-Piaget de Moçambique
Universidade Lúrio (UniLúrio)
Universidade Mussa Bin Bique (UMB)
Universidade Nachingwea (UNA)
Universidade Pedagógica (UP)
Universidade Politécnica de Moçambique
Universidade São Tomás de Moçambique
Universidade Zambeze

Fontes: Adaptado - 2016⁹⁸

⁹⁸ <http://escola.mmo.co.mz/universidades/>; <http://www.angolaformativa.com/pt/centros/ISPCabinda/>; <http://www.jovemtudo.cv/oportunidades/escolas-universidades-cabo-verde>

Estudar no Brasil, segundo os próprios estudantes, aparece como uma oportunidade de aperfeiçoamento de conhecimento e mão de obra, e renova as esperanças de maiores oportunidades ao retornar a seu país de origem. Esse depoimento é constante por parte dos alunos africanos da UNILAB, mas que não deixam também de transparecer certa decepção de quando chegam à cidade de Redenção, bem diferente da visão de Brasil absorvida e representada pelos meios de comunicação no continente africano.

As nações africanas enfrentam nas últimas décadas um avanço em seu processo de integração internacional, ocorrendo grandes investimentos estrangeiros no continente que favorecem essa expansão de acordos e recebimento de investimentos além de suas fronteiras em um processo que nunca se viu, desde a independência do continente. Sobre esse assunto Saraiva, apud de Silva, afirma:

(...) o continente africano assiste uma transição positiva para um novo patamar de inserção internacional no início do novo século. Em três linhas se pode observar a elevação do status da África no nascer do século XXI: a) no avanço gradual dos processos de democratização dos regimes políticos e a contenção dos conflitos armados; b) no crescimento econômico associado a performances macroeconômicas satisfatórias e alicerçadas na responsabilidade fiscal e preocupação social; c) na elevação da autoconfiança das elites por meio de novas formas de renascimentos culturais e políticos. (SARAIVA, 2012, p.51, apud, SILVA, 2014, p. p. 4 e 5)

Mesmo com todas essas melhorias, graves problemas socioeconômicos estão presentes em nações desse continente. Todavia com realidades diferentes, por causa da diversidade e características próprias de cada país. Porém, os investimentos brasileiros nos PALOPS têm muito de interesse econômico em jogo, através de empresários do setor educacional e empresas que afirmam levar cooperação técnica, mas que de fato muito utilizam os recursos naturais dessas nações. A África se tornou uma área de atração internacional, onde vários países disputam espaços nesse continente, principalmente em seu potencial natural que envolve recursos naturais e sua agricultura. Ao mesmo tempo é uma região competitiva, se levarmos em consideração os custos, principalmente em relação à disponibilidade de mão de obra.

Além disso, são frágeis as tentativas de integração continental, pois nessa zona além do Atlântico Sul, não encontramos um processo de integração regional

como o MERCOSUL que desde o início discute a intervenção educacional para o bloco. Os BRICS que teriam essa função, não conseguem e nem preveem integração nesse modelo, já que a aproximação entre os países membros, ainda se encontra incipiente para uma proposta transcontinental⁹⁹. Investir no continente africano em um projeto educacional, não pode se alicerçar na promessa de pagar uma dívida histórica, devido a uma eterna dívida escravagista, porque mesmo que exista, não é exclusivamente brasileira e as demandas atuais da África não são atualmente essas para sua projeção global.

Outra questão que voltamos a abordar é a falta de contrapartida das nações envolvidas nos projetos educacionais aqui pesquisados, que não deixa de ser um desafio e problema para a integração, pois vislumbramos cooperação quando existe mão dupla nesse processo. Até o momento, não encontramos UNILA e UNILAB nos países do conjunto regional do Atlântico Sul e muito menos um compromisso de uma construção confederativa que possa unir e de fato aproximar as nações envolvidas via conhecimento.

Promover integração por meio da educação superior é um desafio constante, pois não é possível uniformizar um padrão de ensino. Educação é resultado de normas estabelecidas, porém carregadas de cultura e de hábitos de cada grupo, principalmente quando essa proposta de integração tem uma conotação internacional, através de grupos com histórias diferentes, em caráter regional, continental e transcontinental.

Através da globalização, a difusão do conhecimento se fez de uma forma extraordinária, principalmente graças aos avanços tecnológicos e das comunicações que encurtaram distância do saber, que hoje vai além dos livros e chega para as pessoas de forma imediata. Todavia, nem todos os lugares possuem acesso ilimitado a essa nova modalidade tecnológica que favorece o conhecimento, sendo de fato um fator limitante para essa integração continental e extracontinental.

Porém os desafios para o sucesso da UNILA e UNILAB são muitos, todavia não impossíveis de serem executados. Oportunizar educação superior em

⁹⁹ Os BRICS não possuem estrutura de Bloco Econômico e a parceria se dá no contexto econômico, onde as diferenças e interesses regionais são diferentes para cada país.

caráter global é uma tendência mundial, como já explicado nessa pesquisa, e para a zona do Atlântico Sul, se torna importante para as economias e atores sociais envolvidos. Mesmo com todos os problemas apresentados, investir em educação superior é algo fundamental no século atual, onde as distâncias são menores, devido às comunicações, e garantir interação cultural tem sido presente nas diversas sociedades, sejam elas nações desenvolvidas ou subdesenvolvidas na conjuntura do capitalismo mundial.

5.3 Vivências dos Atores Sociais na implantação da UNILA e da UNILAB: entrevistas com discentes, docentes e corpo de funcionários.

Esse momento da pesquisa se apresenta como um dos mais significantes, pois procuraremos apresentar a vivência dos atores sociais que compõem a história da UNILA e da UNILAB, resultado de conversas informais e entrevistas concedidas, depois de visitar as duas instituições, e através de contatos diretos com docentes, discentes e técnicos administrativos das instituições estudadas.

Acreditamos que a melhor forma de entender esses projetos universitários, com propostas internacionais, é compreendendo os atores sociais que lá estão convivendo com os conflitos do dia a dia e contribuindo com sua construção, pois o que se apresenta nas leis não perfaz o que de fato são essas universidades e a diversidade de pessoas que lá estão em seu cotidiano, com culturas e identidades diferentes de acordo com sua vivência de mundo.

O método da entrevista direta e estruturada foi a mais utilizada, mas em alguns momentos, devido à distância da UNILA em relação a nossa localização, as redes sociais foram usadas para conversas em particular. Dessa forma, procuramos contatos com o maior número de professores, técnicos administrativos e alunos, para uma melhor compreensão dos fatos e entrelinhas dessa fase de implantação das universidades, e como se encontra a UNILA e a UNILAB no contexto atual. Esses contatos já tiveram início na UNILAB a partir de 2013, continuando em 2014 e se intensificando em 2015, onde a partir do mês de setembro se tornou quase semanal, participando inclusive de eventos nessa instituição. Na UNILA, estivemos

presentes no mês de setembro de 2014, para conhecê-la e conversar com os envolvidos na universidade e habitantes da cidade de Foz de Iguaçu, sendo essa fase muito proveitosa para nossa compreensão da pesquisa.

No primeiro momento, a aproximação com a UNILAB foi mais fácil e bem receptivo, sendo possível conversar com diversos seguimentos da universidade. A impressão que se passa, são de grupos diferentes formados, com sentimentos próprios sobre a instituição. Há algumas pessoas que acreditam no projeto, porém cansadas pelos desencontros existentes, a partir de conflitos políticos e de interesses pessoais. Outras que estão desacreditadas da possibilidade de internacionalização proposta e algumas que não acreditam no projeto e que nunca o entenderam e entraram na universidade por concurso, mas não incorporaram a proposta e desejam que a UNILAB se torne uma universidade como outra qualquer, com caráter extremamente nacional. Em entrevista um professor da UNILAB afirmou:

Na prática não vejo cooperação internacional na UNILAB, além de alunos estrangeiros estudando aqui. No Brasil existe a tradição de criar cursos, juntá-los e formar uma universidade. A proposta desse projeto não era essa, porém na prática aconteceu isso. Cooperação não é criar cursos, sem saber em que o outro deseja cooperar, a UNILAB se preocupou em criar cursos e esquece a cooperação. Fazer uma universidade internacional, não é trazer todo mundo para cá e sim trabalhar em rede e nesse caso no modelo atual não favorece isso, a universidade não está preparada para essa cooperação internacional. A cooperação do Brasil com esses países africanos é neocolonial, através de seus investimentos econômicos, mas a universidade não pode agir assim. Trabalhar cultura no sentido de levar conhecimento, é uma visão pré Paulo Freire que não se usa atualmente. Aqui na universidade não ocorreu uma discussão sobre o que deve ser internacionalização e cooperação e corre o risco de se tornar uma universidade federal como outra qualquer. (Professor da UNILAB, 2015).

Percebesse a preocupação com a situação do projeto da universidade¹⁰⁰, que a priori deveria garantir a internacionalização e a integração, mas que segundo entrevistados não vem cumprindo esse papel. Foi comum encontrar depoimentos que de fato a integração é frágil ou mesmo não ocorre. Segundo uma professora da UNILAB, “não vejo integração na universidade, só consigo vê-la em sala de aula devido a alguns alunos e existem aqueles profissionais que nunca a desejaram (2015)”. Segundo a mesma, “estou na universidade há três anos e a medidas

¹⁰⁰ Algo em comum nas entrevistas é a vontade de muitos que o projeto da UNILAB possa dar certo e que haja uma superação dos entraves políticos e econômicos para que isso ocorra.

tomadas são para dar fim ao processo de integração que é a missão da UNILAB (2015)”.

Outro aspecto dessa integração é de como se propõem a fazê-la. A lusofonia¹⁰¹ se tornou o carro chefe nesse processo, porém vale refletir. A proposta inicial de integração, através do conhecimento de forma contemporânea, surgiu no governo Lula, quando o mesmo estreitou laços diplomáticos com a África. A ideia era de integração com esse continente e a proximidade dos grupos africanos, já existentes no Brasil, mas logo se percebeu que não seria possível, devido à abrangência da proposta e se limitou aos países dos PALOPS que compõem também a CPLP¹⁰². Porém, será possível uma integração da UNILAB com essas nações africanas, tendo como base a lusofonia, sem a participação de Portugal e presença física da UNILAB nesses países? Lembrando que maior parte deles não falam na totalidade o português e sim dialetos locais. Como integrar dessa maneira com tantas diferenças socioculturais em jogo. Será que a lusofonia é o melhor meio para essa aproximação?¹⁰³

Vale ressaltar que a abolição da escravatura também está expressa na escolha da cidade de Redenção para sediar a UNILAB¹⁰⁴, utilizando como justificativa uma dívida social do Brasil com África, mas de fato deveria esse motivo ser relevante? Essas questões foram apresentadas em depoimentos com os docentes da universidade, que ressaltam a falta de coerência nessas ideias, pois não vêm ocorrendo na cidade uma discussão sobre a figura do africano na comunidade de Redenção e a explicação que se utiliza, como sendo o primeiro município a abolir a escravidão no Brasil, é outra história contada com falhas e interpretações próprias.

¹⁰¹ O termo **lusofonia** pode, de fato, usar-se tomando como base o neologismo já registado **lusófono**. Claro que luso está por português, e não propriamente por lusitano, e fono é um sufixo de origem grega com o sentido de voz, som, idioma. Lusófono deve ter-se inventado por analogia com o francês francophone, que data de 1949, segundo o Petit Robert. Fonte: Ciberdúvidas da Língua Portuguesa.

¹⁰² A **CPLP** foi criada em 17 de Julho de 1996 por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. No ano de 2002, após conquistar independência, Timor-Leste passa a fazer parte como país integrante.

¹⁰³ As perguntas aqui apresentadas têm como finalidade criar uma reflexão sobre as ideias apresentadas nessas duas propostas de integração universitárias, onde o Brasil se encontra a frente.

¹⁰⁴ Como já apresentado nessa pesquisa à escolha de Redenção, levou em consideração o título de primeira cidade do Brasil a libertar seus escravos.

A UNILAB é uma grande máquina de propaganda para o governo, pois na prática são minorias os números de negros presentes na universidade e a imagem de cidade que aboliu a escravidão não pode ser base para esse investimento, que disputou espaço com a Bahia, ganhando o Ceará. Porém como prometido, foi construído um campus em São Francisco do Conde-BA para resolver esse empasse. Com essa política foram enviados investimentos para o nordeste e ajudou na interiorização do ensino superior nesses Estados. O número de alunos é outra questão, deveria ser 50% africanos e isso não vem ocorrendo, as vagas para estrangeiros serão reduzidas inclusive na próxima seleção. Outro problema é o acompanhamento desses alunos estrangeiros, por seus países de origem. Tem cidadãos aqui e as embaixadas não sabem como eles estão que processo de integração é esse? E cadê a responsabilidade política? Outra questão são os grupos na universidade batendo cabeça, aqueles que tentam manter a missão institucional e aqueles que chegaram e estão preocupados com seus empregos e desejam até que a UNILAB se transforme em uma universidade como outra qualquer. Fazer uma universidade internacional não é fácil e para muitos ficar na zona de conforto é, mas tranquilo. Amigo com amigo decide nessa universidade. (Professor da UNILAB, 2015).

Descobrimos nessas entrevistas que os cursos iniciais da UNILAB foram pensados depois de visitas aos países envolvidos e comparada as necessidades formativas dos mesmos, com as do Brasil e região do Maciço de Baturité. Dessa forma, foram pensadas cinco grandes áreas de atuação que foram as seguintes: alimentação, saúde, a formação de professores, a geração de energias e gestão pública. Porém a formação dos cursos, dentro dessas áreas, teve que seguir as normatizações legais do Brasil, segundo o MEC, pois a universidade é brasileira, dificultando assim, uma diferenciação das demais instituições de ensino superior. Em questões estruturais a UNILAB se torna uma universidade como outra qualquer do país.

Todavia foi retratado que sua diferença passa por questões multiculturais, pois mesmo as pessoas falando a mesma língua, ela se apresenta em uma conjuntura cultural diferente e o professor convive com essa realidade no dia a dia na sala de aula. Segundo relato de um professor da UNILAB:

O processo didático das aulas na UNILAB é diferente do que ocorre em outra universidade. Porém com o passar do tempo foram ocorrendo modificações e esse diferencial vem desaparecendo e a UNILAB está assumindo aspectos iguais de outras universidades também em seu aspecto didático. (Professor da UNILAB, 2015).

No processo de formação do discente, não se pode fugir muito do convencional, pois as normas estabelecidas pelo MEC devem ser seguidas,

voltando para aquele modelo de repassar conhecimento, dificultando a troca de saberes com os atores envolvidos, tornando a instituição distante de sua missão institucional que visa internacionalização e tornando a UNILAB mais convencional do que inovadora, não existindo especificidades próprias para a mesma em muita das vezes.

Em relação à integração dos atores que compõem a universidade, existem ações que procuram promover essa proposta¹⁰⁵, principalmente em atividades multiculturais desenvolvidas pela pró reitoria de extensão, pró reitoria de graduação e a pró reitoria de relações institucionais, procurando o envolvimento das culturas dos envolvidos na instituição. Todavia na prática não se conseguiu isso, pois os alunos se aproximam de acordo com suas nacionalidades e segundo relatos, convivem nos mesmos espaços separados entre si. Segundo uma técnica administrativa, “é comum ver os alunos se comunicando em seus dialetos locais e grupos separados na universidade (2015).” Na visão de outro técnico da UNILAB, a instituição não vive África, a não serem, alunos estrangeiros aqui, “não encontramos as cores de África na instituição, até isso não está presente no dia a dia da universidade (2015)”.

Outra questão observada nas entrevistas é sobre o marco legal da validação dos diplomas dos alunos estrangeiros. Não existe a dupla diplomacia e os diplomas não são válidos automaticamente nos países africanos, sendo necessário o reconhecimento dos mesmos. Em entrevista, foi informado que esse nível de parceria entre ministérios da educação dos países envolvidos na cooperação não ocorreu ainda, sendo estranho, pois deveria no mínimo, ter sido um dos acordos iniciais na parceria, sendo duvidosa uma cooperação, onde quesitos formais, que seria um aluno estudar no Brasil, através de uma Cooperação Sul-Sul entre países, possuir no mínimo uma rápida legalização do seu diploma.

Em relação aos alunos da UNILAB as histórias são diversas, mas se aproximam entre si. No geral em depoimentos, os alunos falam que não há

¹⁰⁵ É comum pensar em integração na UNILAB através do fator linguístico, porém essa aproximação se torna pobre quando se percebe que o português do Brasil é diferente dos demais países, que possuem também seus dialetos e interpretações linguísticas diferentes na própria língua portuguesa, não sendo possível pensar em integração apenas porque se fala o português, a visão de integração deve ir muito, além disso.

divulgação da universidade em seus países, ficaram sabendo por amigos ou na embaixada brasileira. O sonho de estudar no Brasil, aquele país visto pela televisão aflora como oportunidade, porém a realidade é diferente quando chega a Redenção e se depara com uma cidade bem diferente do que se pensava. A falta de infraestrutura e dificuldade de moradia com preços elevados é bem relatada pelos estudantes, como também o preconceito enfrentado pelos mesmos, em um país totalmente diferente do seu de origem, passando por privações diárias. Segundo um aluno estrangeiro da UNILAB.

É difícil para nós quando aqui chegamos ao deparamos com uma cidade bem diferente do Rio de Janeiro das novelas, assistidas por nós. No dia a dia passamos por privações e as pessoas acham que somos todos iguais. África não é igual, somos bem diferentes e a formação de grupos na universidade é a procura de ficar perto dos seus mais próximos em relação ao país de origem. Estamos em uma universidade que não nos pertence, em um país que não nos pertence, só estamos aqui devido a um convênio internacional, que se esquece de ver que há pessoas fazendo parte dele no seu dia a dia. (Aluno estrangeiro da UNILAB, 2015).

Em relação aos grupos na universidade foram comuns relatos que exista quase uma segregação racial entre brasileiros com os africanos e de africanos com os próprios africanos. A maior representação desse fato é o refeitório da UNILAB, onde grupos são formados e se comunicam em seus dialetos. Esse fato era de se esperar, mas a ponderação dos alunos entrevistados é que a universidade muito pouco faz para diminuir esse fato, sendo importante uma política institucional para promover uma integração na prática. Segundo um aluno da UNILAB, “conhecer a cultura e os alimentos do outro país em uma disciplina da universidade no tronco comum, não é suficiente para uma integração internacional (2015)”.

As questões aqui apresentadas pelos envolvidos no dia a dia da UNILAB, não são muito diferentes dos apresentados pelos os que convivem na UNILA. Através de entrevistas foi possível verificarmos as questões socioculturais da universidade localizada em Foz do Iguaçu e averiguar que de fato existem falhas no processo de integração, existindo muitas questões políticas envolvendo essa universidade.

As questões políticas e ideológicas estão muito vivas na UNILA, até mesmo pelo quadro partidário e revolucionário da América Latina. Foi comum depoimentos dos choques ideológicos na instituição, envolvendo professores,

técnicos administrativos e alunos brasileiros e estrangeiros, virando um campo de guerra e se afastando do projeto inicial de solidariedade, cooperação e crescimento conjunto nos aspectos culturais e econômicos para o desenvolvimento da região. Segundo depoimento de um professor da UNILA:

Os alunos não aceitam órgãos de representação, não existe DCE e quase não tem CA, os alunos se representam, ou através de coletivos dos Movimentos Sociais ou Partidários, transformando a universidade, em campo de batalha política. Na minha visão é preciso resgatar a visão inicial da UNILA, pois alguns coletivos sofrem influência e financiamentos externos, e o cotidiano universitário se transformou em campo de batalha permanente, desestabilizando o projeto, muitos professores de alto nível que vieram atraídos pelo projeto já começam a sair. (Professor da UNILA, 2016).

A preocupação partidária nas entrevistas retrata a diversidade existente, através de visões diferentes criando um turbilhão de ideias. Segundo professor da UNILA: “Já na parte latina os grupos de alunos e professores são organizados em coletivos, são anarquistas, chavistas, lulistas, peronistas, kirchnernistas (2015)”. A visão multicultural e multipartidária cria uma riqueza nas discussões, mas se distância da visão de coletivo na América Latina e Caribe, a partir de uma integração universitária. Na visão de um técnico administrativo da instituição:

É um projeto bonito e audacioso, mas que se demonstra bastante complexo na prática. Promover a integração não é uma tarefa nada simples quando você tem um corpo estudantil e docente com muitas visões e expectativas diferentes. O que diferencia a UNILA, na prática, não no projeto, é a sua promoção de encontros de diversas culturas Latino Americana, como espaço de intercâmbio de conhecimentos e de cultura. Não creio que, na prática, a UNILA vá adquirir um projeto único, mas sim, são vários projetos convivendo e sendo gestados. Cada curso tem a sua linha, ou linhas, e acho que isto não é uma perda, mas uma riqueza. Acho que é um projeto que estará ainda por muito tempo em fluxo, pelo menos enquanto algum grupo não se tornar hegemônico. Desta forma, o projeto tal como foi gestado, não será o mesmo que se sedimentará. (Técnico Administrativo da UNILA, 2016).

Novamente o projeto da universidade aparece em destaque como sendo inovador e ousado, porém com falhas no processo de implementação perante a integração internacional. Para uma aluna estrangeira da UNILA: “El proyecto muy innovador en término de que se plantea como una universidad de integración, sus carreras son indisciplinadas con un abordaje latinoamericanista del saber y se propone ser bilíngüe (2016).”

Por ser bilíngue a universidade já possui um diferencial e o processo de integração procura se concretizar pela língua. As tentativas de integração entre os alunos, através de ações institucionais, vêm ocorrendo desde o início. A primeira tratativa se deu na divisão das moradias, onde alunos de nacionalidades diferentes deveriam dividir o mesmo espaço, passando a existir um contato direto com a cultura e a língua falada do outro. Isso segundo os alunos foi muito positivo, pois facilitou o aprendizado do português e espanhol, fora o ciclo de amizades que se estendeu além das fronteiras do Brasil.

Estudar na UNILA é conhecer a América Latina em suas entrelinhas, segundo narrativa de um aluno egresso da universidade que se encontra cursando mestrado na Universidade de São Paulo (USP) e afirma: “a universidade é diferente e como percebi isso quando dela sai para estudar na USP, as diferenças se encontram até nos erros ocorridos na instituição (2015)”.

As dificuldades de compreensão e aceitação do projeto da UNILA passam por problemas semelhantes dos já narrados aqui pela UNILAB, sendo o mais repetido pelos entrevistados a falta de incorporação por parte de alguns atores que compõem as universidades e que delas desejam até o fim da sua proposta de internacionalização. Segundo aluno da UNILA:

Tem professores contrários ao projeto (cada vez mais, porque eles não são selecionados com um critério de compromisso com o projeto) que encaram a UNILA como uma Universidade qualquer, e até militam politicamente pela sua transformação em uma Universidade qualquer. Há um claro sinal de sabotagem ao projeto, pela direção política, inclusive agora com a redução do percentual de vagas para os alunos estrangeiros. A ideologia que esta por trás da atual condução da universidade se faz evidente pelas suas principais políticas de mudança que procura reduzir o caráter internacional. (Aluno da UNILA, 2016).

Essa situação de críticas e indignação em alguns aspectos do cotidiano da UNILA foram presentes nas falas dos entrevistados, onde foi retratado também o processo de privatização dos serviços prestados na universidade, se tornando uma dificuldade para muitos. O PTI fica distante do centro da cidade e nele funciona parte dos cursos da UNILA e o restaurante universitário não atende mais aos alunos, sendo substituído por outro de propriedade particular. Nas palavras de um desses alunos:

Por exemplo, na época do Hélio, a gente tinha um restaurante Universitário. Mas agora foi trocado pelo Café Panedoro, o que é uma concessão privada a um capitalista, que lucra com nosso subsídio, nos obrigando a aceitar o seu preço e as condições do seu serviço, em um local que não tem nenhuma outra opção, pior ainda, que se trata de um quase monopólio. (Aluno da UNILA, 2016).

A partir de todos esses depoimentos, podemos entender o cotidiano dos que fazem a UNILA e a UNILAB. As questões embrionárias dos projetos das duas universidades criando conflitos em relação aos atores envolvidos. Jogo de interesse, formação de grupos, dificuldades diárias de sobrevivência, preconceito, racismo, luta de classes, processo de dominação, relações de poder, superação, ousadia e inovação, foram algumas das palavras presentes nas entrevistas realizadas com professores, técnicos administrativos e alunos das duas instituições durante essa pesquisa.

O que observamos nesses projetos de universidades internacionais, objeto desse estudo, é que em primeiro lugar são ousados e de importância internacional para o Brasil e os envolvidos. Mesmo com tantas arestas a ser resolvidas, investir em educação, seja de maneira desigual, sempre traz benefícios para o local, o regional e nesse caso até para o global. Em conversar com os residentes foi dito, “Foz do Iguaçu e cidades vizinhas são áreas muito pobres, nós ganhamos com a vinda dessa universidade (2015)”. Em outro relato, “a UNILAB para nossa cidade de Redenção, trouxe oportunidade de ensino, que nunca acreditávamos ser possível ocorrer aqui (2015)”.

Por essa razão os sonhos de dias melhores estão vivos no imaginário das pessoas que lá convivem mesmo para os que não fazem parte do dia a dia da universidade. São pais mais esperançosos com o futuro dos seus filhos, comerciantes que encontram oportunidades de ampliar seu negócio, o setor imobiliário aquecido, os pequenos serviços que ampliaram suas demandas e principalmente, encontramos alunos que mesmo criticando e evidenciando os problemas existentes nessas universidades, não deixaram de demonstrar uma enorme paixão por sua instituição, sendo uma das respostas unânimes de todos os entrevistados, “nós acreditamos que esse projeto já está dando certo”.

5.4 Interpretação das leituras: um quadro projetivo da cooperação em cenários dinâmicos

5.4.1 UNILA e UNILAB como restritos experimentos universitários federais

Compreender a proposta e as dificuldades de implantação de um modelo universitário que objetiva a cooperação e a integração internacional de forma solidária na zona do Atlântico Sul, foi em parte uma das dificuldades dessa pesquisa. Porém esse desafio fez surgir novas ponderações e descobertas por trás dessa ideia que germina, nessas novas universidades federais do Brasil. Todavia consideramos a criação dessas instituições uma Idealização, porque de fato não podemos negar que em sua estrutura essa proposta atual, por mais que tenha base em outras parecidas no mundo, não deixa de ser inovadora para a atual conjuntura do ensino superior no Brasil. No PDI da UNILA encontramos:

A Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) foi criada pela Lei nº 12.189, de 12 de janeiro de 2010, com a missão de contribuir para a integração solidária e a construção de sociedades mais justas na América Latina e Caribe, por meio da geração, transmissão, difusão e aplicação de conhecimentos produzidos pela indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão; e com a formação de cidadãos que, além de competentes nos diferentes campos do conhecimento, estejam comprometidos com a busca de soluções acadêmicas, científicas e tecnológicas para os problemas da América Latina e Caribe. (PDI-UNILA, 2013, p. 7).

Todavia no PDI da UNILAB encontramos a seguinte afirmação:

Por sua vez, fala-se em internacionalização porque o governo federal, através do Plano Nacional de Educação, instituído pela Lei nº 10.172 de 9 de janeiro de 2001, destinou “às universidades o desafio de REUNIR em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, os requisitos de relevância, incluindo a superação das desigualdades sociais e regionais, qualidade e cooperação internacional”¹⁰⁶. Assim, além de buscar a superação das desigualdades internas, a o projeto de criação da exposição de motivos para a criação da Unilab coloca a nova universidade “como instância articuladora das relações acadêmico-científicas internacionais, captando, implementando e acompanhando projetos e parcerias que intensifiquem o intercâmbio com instituições do exterior e que contribua na inserção do sistema de ensino superior Brasileiro no cenário internacional”. A exposição de motivos para a criação da Unilab é, assim, arquitetada enquanto agente propulsor das atividades de cooperação internacional com os países da África, em especial os PALOPS, proporcionando mecanismo de criação, expansão e divulgação de oportunidades de mobilidade acadêmica entre Brasil e os demais países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa -CPLP e da África. (PDI-UNILAB, 2013, p. 13).

¹⁰⁶ Texto retirado da exposição de motivos para a criação da UNILAB.

As citações apresentadas retiradas do PDI da UNILA e da UNILAB, retratam a missão e a abrangência desses projetos universitários. Além de propor a internacionalização através de uma cooperação solidária na zona do Atlântico Sul, ainda se propõem a garantir o processo de interiorização do ensino superior no Brasil, procurando posições estratégicas para isso, como foi o caso das cidades de Foz do Iguaçu e Redenção.

Em relação à internacionalização não podemos afirmar que UNILA e UNILAB são as únicas universidades do país com acordos internacionais, diversas universidades federais, estaduais e particulares, possuem acordos nesse campo. Porém da forma que ocorre, nas duas universidades aqui estudadas, não encontramos, pois não se limitam a intercâmbios ou participação de estrangeiros em seu corpo discente e sim, a vivência de outras identificações em um espaço heterogêneo que possui de fato uma retórica internacional, se tornando restritos experimentos universitários.

No dia a dia o contato com culturas, saberes e principalmente com pessoas de vários lugares do mundo e do Brasil, estão presentes nessas universidades. As ações levam a esse contato, seja o estudo comum da América Latina e África, obrigatórios em alguns semestres para todos os alunos, seja nas ações culturais promovidas pela reitoria, através de eventos institucionais que procuram aproximar os diversos alunos.

Todavia é o contato com pessoas, seus costumes e suas identidades que diferencia essas universidades. Encontramos nelas, durante esse estudo, um caldeirão cultural e ideológico, onde destacamos a UNILA, pois a cidade de Foz do Iguaçu, já se apresenta com essa diversidade populacional. Na UNILA, além de encontramos nos corredores alunos de diversas nacionalidades da América Latina, ainda estão presentes brasileiros de diversos lugares do país. A situação de ser uma universidade bilíngue, também se torna um diferencial dessa instituição, além de serem presentes os ideais políticos que são latentes na região latina.

A localização da UNILA no oeste do Estado do Paraná, também é algo importante e significativo. Essa região e as cidades vizinhas são uma das mais pobres do Estado e dos países vizinhos, onde o acesso ao ensino superior era

privilégio de uma minoria. Com a instalação da UNILA, um novo dinamismo surge no município de Foz do Iguaçu, que sempre teve uma tendência turística por suas belezas naturais.

Contudo a presença da universidade divide opiniões, pois alguns vislumbram as oportunidades que com ela chega, através da oferta do ensino e serviços prestados, possibilitando oportunidades de empregos. Para outros, a invasão de estrangeiros e de brasileiros no município do interior do Estado do Paraná vem modificando a vida aparentemente pacata e de costumes rígidos, que historicamente olha o outro com desconfiança, devido à situação de fronteira ali presente. Alguns chegam a afirmar que está ocorrendo uma nova invasão na cidade, depois de anos da vinda de trabalhadores para Itaipu, que multiplicou o número de moradores naquela ocasião.

Já a UNILAB se encontra em um município de proporção bem menor e mais carente de infraestrutura, como já explicado nessa pesquisa, sendo uma cidade de vida interiorana, onde a agricultura e o comércio são os maiores destaques. Dessa forma a proximidade entre os atores sociais envolvidos da universidade e os moradores locais é algo evidente, apresentando choques culturais constantes no dia a dia.

A UNILAB pode ser considerada única, não por agregar no mesmo espaço diversas nacionalidades que falam a língua portuguesa, e sim pelo turbilhão cultural por parte dos envolvidos em todas as esferas. Quando se fala de África, vem à tona uma história que se mistura com a própria história do Brasil. Dessa maneira, a UNILAB surge como um restrito experimento universitário, com uma proposta inovadora e que propõem uma integração com uma fronteira bem mais distante, já que o Oceano Atlântico aparece como limite entre Brasil e África, já sendo isso um diferencial, tanto pela dinâmica das pessoas envolvidas, como por sua estrutura de funcionamento, que ainda conta com uma unidade em São Francisco do Conde no Estado da Bahia.

Uma universidade aonde chega, transforma o local, traz benefícios para alguns e mudanças para outras pessoas, porém de maneira geral, não deixa de ser importante para o desenvolvimento local e para os arranjos espaciais. Agora imagine

uma universidade se instalar em uma cidade de um pouco mais de 25 mil habitantes, localizada próxima de um maciço, sem possibilidade de grande expansão territorial, com graves problemas estruturais e com uma população de baixa renda. Uma universidade que ainda apregoa um processo de internacionalização com países além dos limites do Oceano Atlântico e que administra um campus no Estado do Ceará e outro na Bahia. Essa universidade é a UNILAB, que já se configura como sendo diferente das diversas universidades já existentes no Brasil, por sua configuração, estrutura e pelo seu multiculturalismo.

Dessa maneira, UNILA e UNILAB já podem ser consideradas restritos projetos universitários no Brasil, por diversos fatores apresentados nessa pesquisa. São instituições únicas com um arcabouço internacional e que atendem a uma nova demanda mundial, a de integrar através do conhecimento, e nada melhor do que o ensino superior para esse processo. Aliando ensino, pesquisa e extensão em um arranjo de interesses políticos¹⁰⁷ que atende ao Brasil nesse início de século XXI.

5.4.2 UNILA e UNILAB como modelos de renovação acadêmica

Assim, pode-se dizer que o atual quadro de internacionalização da educação se molda em função do comportamento de cada nação, se de forma mais ativa ou se mais passiva: enquanto alguns países do centro do *sistema-mundo* assumem papéis mais protagonistas, a maioria dos demais se insere por uma relação de subordinação. (LIMA, 2011, p. 19).

Iniciamos esse tópico com a citação de Lima (2011) por refletir o panorama da educação no mundo durante muito tempo, em uma conjuntura de dominação e de privilégios de algumas nações que investiram nessa área bem cedo e outras que continuaram a não creditar valor em políticas educacionais sérias. A atual internacionalização do ensino vem mudando, em parte essa estrutura, e novos modelos nascem e promovem renovação acadêmica em nações que antes estavam na situação de meros coadjuvantes nessa estrutura de poder, onde nesse caso o Brasil aparece como uma delas.

¹⁰⁷ O interesse na educação superior já foi demonstrado nos Fóruns Mundiais, onde o Brasil sempre teve participação. A América Latina e África sem sombra de dúvidas são áreas geopolíticas importantes para o Brasil, para confirmar sua tendência de liderança na zona do Atlântico Sul, sendo UNILA e UNILAB ferramentas para essa aproximação.

O processo de investimentos na expansão e interiorização do ensino superior no Brasil se intensificou no início do século XXI, principalmente no setor público e em especial em instituições federais, através de criação de novas universidades e institutos federais por todo território nacional. Sendo nesse momento, onde políticas educacionais passam a ser vistas como estratégicas para o país, mesmo com seus problemas estruturais e conjunturais de funcionamento, onde nesse contexto são criadas a UNILA e a UNILAB.

Sua missão já foi aqui apresentada, a de internacionalizar o ensino superior, através de uma cooperação solidária, no hemisfério sul, em especial América Latina e Caribe e África. Porém para que esse projeto se concretizasse seria necessário apresentar um novo modelo acadêmico que atendesse a essa nova demanda, e que estivesse de acordo com os anseios dos demais países envolvidos. Por esse motivo, UNILA e UNILAB aparecem no contexto do Brasil como universidades diferentes em sua estrutura de funcionamento, porém continuam sendo instituições de ensino superior brasileiras, seguindo as normativas do MEC.

É nesse quesito que há divergências em relação às mesmas, pois se apresentam como instituições internacionais que funcionam apenas no Brasil, assim podemos questionar que tipo de cooperação seria essa de mão única entre as nações envolvidas. Segundo uma técnica administrativa da UNILAB em entrevista sobre o funcionamento da universidade, a mesma afirmou:

A UNILAB em questão de funcionamento tem que seguir as diretrizes do MEC como qualquer outra universidade, inclusive no reconhecimento dos seus cursos. O que a diferencia de outra universidade é o seu dia a dia, com a presença significativa de alunos estrangeiros, os ciclos comuns de ensino sobre a África e as ações multiculturais coordenadas por algumas Pró-Reitorias e pelos próprios alunos, difundindo sua cultura. (Técnica Administrativa da UNILAB, 2016).

Porém, essas universidades apresentam uma estrutura curricular diferente. Na UNILA, a discussão sobre a América Latina é prevista. Entender as questões políticas e sociais da região faz parte de seus estudos, inclusive de forma homogênea para os diversos cursos. A presença de alunos de várias origens em sala de aula favorece isso, segundo palavras de um professor da instituição, “o preparo de alguns alunos estrangeiros é algo fabuloso, a visão política é diferenciada por parte deles (2016)”. Outra característica marcante dessa instituição é ser bilíngue,

com aulas ministradas em português e espanhol, sendo ofertado esse conhecimento de outro idioma para todos os alunos. No estatuto da UNILA encontramos aspectos de sua missão em seu Art. 6º:

Art.6º São objetivos institucionais da UNILA:

I – Formar cidadãos, com competência acadêmico-científica e profissional, para contribuir para o avanço da integração latino-americana e caribenha promovendo o conhecimento dos problemas sociais, políticos, econômicos, ambientais, científicos e tecnológicos dos diferentes países da América Latina e Caribe;

II – promover a cooperação para o desenvolvimento regional, nacional e internacional na produção de conhecimentos artísticos, científicos e tecnológicos que respondam às demandas de interesse da sociedade latino-americana e caribenha;

III – formular e implementar projetos de ensino, pesquisa e extensão, políticas acadêmicas, e programas de cooperação que concretizem suas atividades-fim, respeitando a princípios éticos;

IV – atuar no ensino superior, visando à formação, com qualidade acadêmica e profissional, nos diferentes campos do saber, estimulando a produção cultural e o desenvolvimento do espírito científico, humanístico e do pensamento reflexivo;

V – desenvolver pesquisa e atividades criadoras nas ciências, nas letras e nas artes tendo como objetivos precípuos a geração, o desenvolvimento e a aplicação de conhecimentos, visando à articulação dos saberes para a melhor qualidade da vida humana;

VI – construir diálogos entre saberes, fundamentado em princípios éticos, que garantam condições dignas de vida, com justiça social na América Latina e no Caribe;

VII – buscar o desenvolvimento social, político, cultural, científico, tecnológico e econômico, aberto à participação da comunidade externa e articulada com instituições nacionais e internacionais, com respeito e responsabilidade no uso e preservação do patrimônio natural;

VIII – contribuir para a integração solidária entre as nações, povos e culturas, mediante a cooperação internacional, o intercâmbio científico, artístico e tecnológico e o conhecimento compartilhado;

IX – promover o diálogo da Universidade com a sociedade, por intermédio de amplo e diversificado intercâmbio com instituições, organizações e a sociedade civil organizada;

X – praticar a interdisciplinaridade no conhecimento e em suas concepções pedagógicas, no ensino, na pesquisa e na extensão;

XI – reconhecer o caráter universal do ensino, pesquisa, extensão, em consonância com os objetivos da UNILA;

XII – garantir a igualdade de acesso e condições de permanência na UNILA, adotando políticas de inclusão social;

XIII – combater todas as formas de intolerância e discriminação decorrentes de diferenças linguísticas, sociais, culturais, nacionais, étnicas, religiosas, de gênero e de orientação sexual;

XVI – promover a difusão de programas sobre temas da integração latino-americana em rádio e televisão educativa, sem finalidade comercial.

(ESTATUTO DA UNILA, 2010, p. 2).

É possível perceber claramente a missão da UNILA, visando à cooperação com a América Latina e Caribe, sendo um dos grandes diferenciais da universidade, fazendo que se torne um projeto único para a região, nos aspectos

que envolvem o ensino, a pesquisa e a extensão. Promover integração, desenvolvimento regional e arranjos produtivos para os países envolvidos, faz parte dessa proposta inovadora, dessa instituição de ensino superior, como previsto em seu estatuto.

Já na UNILAB, existem essas mesmas preocupações, sendo no caso o estudo da África, também presente de forma comum para todos os cursos durante alguns semestres. Por mais que a universidade não tenha o mesmo caráter bilíngue da UNILA, por agregar grupos que falam a língua portuguesa, a lusofonia não se apresenta como único indicador de unidade, pois a mistura de culturas e dialetos está presente no dia a dia e também em sala de aula.

O regime trimestral¹⁰⁸ de aulas foi pensando para atender a uma aproximação com outras instituições do mundo e facilitar a vinda de professores visitantes. A transversalidade é encontrada nesse caso nos estudos propostos pela universidade, se evidenciando como um diferencial da instituição em relação a outras universidades federais. Podemos entender sua missão em seu estatuto no Art. 6º, quando afirma:

Art. 6º. De acordo com os princípios estabelecidos no artigo anterior, a Unilab tem por objetivos:

- I. formar cidadãos com competência acadêmica, científica e profissional, para contribuir com o avanço da integração entre o Brasil e os países de língua portuguesa, especialmente os africanos, promovendo o conhecimento das problemáticas sociais, econômicas, políticas, culturais, científicas, tecnológicas e ambientais, visando à equidade e à justiça social;
- II. atuar em áreas estratégicas de interesse das regiões e comunidades de língua portuguesa, em especial dos países africanos, de modo a possibilitar a produção de conhecimentos comprometida com a integração solidária, fundada no reconhecimento mútuo e na equidade;
- III. estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- IV. enfrentar problemas comuns entre o Brasil e os países de língua portuguesa, com ênfase nos países africanos, com base na pluralidade de temáticas e enfoques, por meio da produção e do acesso livre ao conhecimento;
- V. formular e implementar políticas institucionais e programas de cooperação e mobilidade que concretizem as atividades fins, referenciadas nos princípios que norteiam a Universidade;
- VI. incentivar a pesquisa, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia, da criação e da difusão da cultura;
- VII. promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade;

¹⁰⁸ O regime trimestral da UNILAB vai ser encerrado e no seu lugar passará a existir o regime semestral depois de uma decisão interna da instituição.

VIII. promover a cooperação, a mobilidade acadêmica e o intercâmbio com diversas instituições científicas, acadêmicas e culturais (nacionais e internacionais), ampliando e potencializando o avanço do conhecimento e da cultura;

IX. contribuir para que o conhecimento produzido no contexto da integração acadêmica entre as instituições de países de língua portuguesa seja capaz de se transformar em políticas públicas de superação das desigualdades;

X. propor, implementar e acompanhar acordos, convênios e programas de cooperação internacional que contribuam para a inserção da educação superior brasileira no cenário internacional e para o fortalecimento da cooperação solidária, com ênfase nos países de língua portuguesa;

XI. preservar e difundir os valores éticos e de liberdade, igualdade e democracia, visando implementar políticas, programas e planos que concretizem as atividades-fim da instituição;

XII. promover a excelência administrativa e a qualidade dos serviços prestados, por meio do desenvolvimento permanente do quadro dos servidores da Universidade. (ESTATUTO DA UNILAB, 2012, p. 3).

Formar cidadãos com competência acadêmica e criticidade que possam atuar nos países da CPLP, faz parte dessa missão, presente nesse estatuto. Todavia os avanços ainda são irrisórios, pois a universidade ainda é bem jovem e são poucos os egressos. Contudo, com todos os problemas, aqui já apresentados, não podemos deixar de enfatizar que o projeto é inovador.

Os projetos da UNILA e UNILAB poderão se apresentar como uma renovação acadêmica, a partir do momento que conseguirem colocar em prática o que encontramos em seus estatutos e ao mesmo tempo, promovam integração e cooperação acadêmica com os países envolvidos. Os desafios para isso são muitos, pois existem barreiras políticas, econômicas e sociais presentes em sua conjuntura e que dificultam seu desdobramento. Foi comum em entrevistas encontramos a seguinte citação: “não podemos usar como desculpa que a universidade é jovem, se não, nunca sairemos do lugar”.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS – É GEOGRAFICAMENTE VIÁVEL UM PROJETO REGIONAL E CONTINENTAL DE COOPERAÇÃO SUL-SUL ATRAVÉS DO ENSINO SUPERIOR?

O propósito desta investigação foi analisar e discutir o contexto geopolítico do ensino superior no momento atual e as estratégias do governo brasileiro na cooperação internacional Sul-Sul, através da educação superior. Contextualizamos um mundo em transição, no qual a educação pode promover mudanças, sendo uma das ferramentas utilizadas pelos países para conquistar espaços econômicos, nesse início de século XXI. Dessa maneira, apresentamos aqui, algumas conclusões, depois de reflexões e estudos sobre essa temática com grande relevância para as políticas educacionais de nível superior do Brasil no mundo globalizado.

A realidade brasileira é diferente da apresentada na Europa, considerando o contexto do Acordo de Bolonha. Na conjuntura Brasil/América Latina/África, o quadro da maior parte das nações acumula graves problemas socioeconômicos, possuindo graus diferentes de subdesenvolvimento e elevado atraso histórico de investimentos educacionais. A resposta aqui almejada enfrenta a questão da viabilidade geográfica ao projeto de educação superior na escala regional/continental de cooperação Sul-Sul.

Estudar as espacialidades advindas das políticas públicas educacionais na consolidação da UNILA e da UNILAB pressupõe, em primeiro lugar, a compreensão de como uma instituição de ensino superior pode se tornar um agente na dinâmica espacial, sendo capaz de construir, reconstruir e influenciar o espaço geográfico, político e social de um lugar.

O foco desse estudo esteve em compreender como ambas as Universidades, enquanto agentes na dinâmica sociopolítico espacial, vêm contribuindo com as políticas educacionais projetadas do Brasil para a América Latina, Caribe e África mais Timor Leste. Analisamos também os interesses do governo brasileiro em uma política geoestratégica na zona do Atlântico Sul, em um contexto de relações de poder, com viés imperialista a nível regional e continental,

centrada em uma nova globalização, na qual a ocupação de espaços econômicos passa pela dominação do conhecimento, no limiar do século XXI.

Procuramos inicialmente explicar as motivações que levaram a estudar esse tema, que aborda o entendimento do espaço geoeconômico e suas transformações através de investimentos educacionais de nível superior, que vêm ocorrendo em Foz do Iguaçu e Redenção. Tal proposta do MEC visa de promover universidades internacionais, sendo a UNILA pioneira e a UNILAB um segundo modelo de integração, pela especificidade da herança portuguesa na África e Ásia.

No primeiro momento procuramos apresentar a relação da globalização e o saber em um novo cenário internacional, a partir na nova ordem mundial e as tentativas de integração através de políticas educacionais, que tiveram origem na Europa a partir do processo de Bolonha. Estudamos as relações de poder presentes nessa proposta internacional do Brasil e analisamos através de uma abordagem geoes educacional¹⁰⁹ esses fatos, utilizando autores, como Bourdieu, Foucault, Raffestin e Claval. Fizemos uma ligação do processo ocorrido na Europa, com o que vem ocorrendo no Brasil de acordo com as relações de poder empregadas nessas políticas educacionais de nível superior, a partir da UNILA e da UNILAB, observando semelhanças e diferenças entre as áreas estudadas.

Na segunda parte da pesquisa, utilizamos um preâmbulo que procura explicar a escolha de Foz do Iguaçu e Redenção para sediar essas universidades, criadas pelo governo brasileiro. A história dessas cidades, ligada às fronteiras sul do Brasil e pelo símbolo da vitória da abolição cearense, sendo esse o motivo principal para a instalação dessas novas universidades nos municípios citados.

Demonstramos dessa maneira, a situação atual dessas cidades, através da análise de suas características econômicas, sociais e culturais, para compreender então as mudanças ocorridas em Foz do Iguaçu e Redenção, que são lócus dessa pesquisa aqui realizada. Posteriormente, buscamos detalhar suas origens, suas infraestruturas, seus cursos e o universo de docentes e discentes que compõem essas instituições.

¹⁰⁹ **Geoes educacional** no sentido de compreender o espaço educacional a nível superior no olhar das transformações políticas, econômicas e espaciais advindas dessas propostas universitárias.

Seguindo a ordem desse estudo, a internacionalização universitária como projeto de expansão continental foi assunto abordado. Analisamos a latinidade, a lusofonia e escalas de cooperação, estudando o simbolismo presente na UNILA e na UNILAB. Os dilemas e desafios da cooperação internacional brasileira com a América Latina e África que são muitos, onde o MERCOSUL e a CPLP são os pontos principais dessas interações.

O quinto capítulo foi de extrema importância, pois compreendemos a leitura geoescolar de agentes e atores sociais envolvidos nesses projetos em seu dia a dia. Entrevistamos quem convive nas universidades, gestores, professores, técnicos administrativos e alunos, e coletamos informações com conversas formais e informais com as pessoas que vivem em Foz do Iguaçu e Redenção. Dessas coletas, obtivemos várias declarações de pontos positivos e negativos da política educacional ali aplicada pelo governo brasileiro, e compreendemos como UNILA e UNILAB são restritos experimentos universitários federais e podem promover renovação acadêmica para o ensino superior no Brasil.

Nesse contexto, essa pesquisa se concretizou, mesmo possuindo como estudo um tema novo, haja vista que a instalação das universidades com caráter internacional é algo recente no Brasil, ou seja, aqui se estudou uma situação inicial de transformações no espaço geopolítico e geográfico, a partir de políticas educacionais de nível superior, que podem enveredar por outros caminhos, sendo esse tema objetos de estudos futuros, pois toda pesquisa científica pauta-se por retificações constantes, sem palavra final jamais.

Assim, escolhemos um caminho cujas observações empíricas foram fundamentais para a realização desse estudo, através de observações do que surge em Foz do Iguaçu e Redenção. E a leitura de políticas educacionais capazes de transformar o espaço geográfico e a estrutura de funcionamento desses lugares.

As estratégias geoescolares a partir de uma cooperação internacional envolvendo duas instituições de educação superior, são utilizadas para atender uma política institucional de ocupação de espaços pelo poder. Ocupar espaços, não significa nessa análise espaço físico, que pode ser dominado por força militar e sim espaço invisível, aquele que se domina pela economia, pelo jogo político, pelas

relações sociais e pelo conhecimento, principalmente o conhecimento que cria novas conjunturas e um saber associado à geopolítica em que a universidade conseguiu muito bem articular através de sua atuação na sociedade.

Porém, no final desse estudo ainda é necessário obter uma resposta: é geograficamente viável um projeto regional e continental de cooperação Sul-Sul através do ensino superior? A resposta para essa pergunta é resultado das observações, estudos, análises e informações coletadas nesses três anos de pesquisa, através da colaboração dos entrevistados, das reflexões com base nos autores utilizados e da análise empírica. Por interpretação de todo esse processo, defendemos a tese de que se instalou um, ainda desequilibrado, sistema de **cooperação solitária** em vez de solidária, devido ao unilateralismo que vem ocorrendo. O fato é que o Brasil assumiu 100% da responsabilidade pela consolidação desse projeto educacional, conduzindo toda a proposta integradora continental em duas versões UNILA e UNILAB do processo.

Investir em educação superior, nesse momento de uma nova ordem política mundial faz parte de uma estratégia de dominação e de ocupação de espaços diversos. A dominação regional se tornou primordial e a educação vem sendo usada como ferramenta para garantir esse espaço geopolítico. Porém, estratégia de cooperação deve ocorrer a partir de uma ação coletiva e harmônica entre os sujeitos e nações envolvidas, onde um planejamento participativo é necessário para garantir ganhos em todos os grupos envolvidos.

O que concluímos nessa pesquisa é que cooperação no modelo de integração, envolvimento, divisão de responsabilidades não vem ocorrendo nos projetos da UNILA e da UNILAB e até mesmo questionamos o caráter internacional das mesmas, pois garantir vagas para estrangeiros não é suficiente para manter sua integridade internacional. Por esse motivo, necessitamos compreender as limitações que se apresentam para desenvolver com maior integridade essas propostas educacionais de ensino superior, entre Brasil e os países latinos e africanos.

Um projeto internacional não deve partir de uma só fonte, e sim deve ser compartilhado entre grupos diferentes, principalmente quando pretende atender a uma política de integração internacional, visando uma cooperação solidária. O que

vislumbramos nessa proposta brasileira é um jogo de interesses econômicos e políticos nas áreas de atuação das duas universidades, garantindo supremacia na América Latina e parte do continente africano pelo Brasil. África que vem sendo alvo de interesses do Brasil que explora recursos naturais e possui investimentos econômicos lucrativos no agronegócio em diversas partes das savanas africanas.

As relações de poder são eminentes nessa política internacional do Brasil. A prática de um poder invisível se faz presente na cooperação Sul-Sul, na qual a procura de uma situação de liderança regional faz parte da estratégia do governo brasileiro. O poder simbólico se encontra camuflado no discurso oficial de solidariedade e de resgate de uma dívida social histórica. Mas dívida com quem? Com as minorias sociais do Brasil? Com os excluídos do modelo econômico? Dos que não são ouvidos nos seus apelos diários? Será que a dívida é externa ou interna? E os anos de omissão em investimentos dignos em políticas educacionais sérias que poderiam alavancar o Brasil e atender aos apelos dos cidadãos? Esses questionamentos fazem parte de uma pergunta fundamental, é viável essa cooperação internacional através da educação superior?

Em primeiro lugar coloca-la em prática é possível e vem se materializando com as ações executadas por parte da UNILA e UNILAB, dentro de suas possibilidades e recurso para tanto. Os projetos dessas universidades são pioneiros para a conjuntura atual da zona do Atlântico Sul. Todavia requer uma reavaliação de metas e objetivos alcançados ou para ainda alcançar.

Regionalizar e globalizar através da educação superior é um desafio constante. Uma universidade de qualquer forma possibilita ganhos para o local onde se encontra, e de acordo com suas políticas de pesquisa e extensão, consegue expandir seu raio de ação, a nível nacional e internacional. Imagine uma universidade que já possui em sua missão essa internacionalização! Já deveria nascer com o espírito de integração universal e atender a metas ousadas nas políticas mundiais de educação superior. Conquistar espaço nacional e mundial se apresenta como desafio para a UNILA e a UNILAB nesse momento, pois a vinda de estrangeiros para nelas estudarem não significa internacionalizar, falta ainda o espírito de confederação entre as nações envolvidas, enfim, a universidade não

pode ser vista e utilizada como ferramenta para conquistas econômicas, ela é muito mais do que isso.

Todavia, o problema inicial que aqui nos deparamos, é a própria falta de infraestrutura para esse funcionamento com metas internacionais. Tanto a UNILA como a UNILAB, estão funcionando de forma improvisada em grande parte de suas unidades acadêmicas, isso já há quase seis anos e a estrutura de acolhimento deixa a desejar para alunos brasileiros e estrangeiros.

Os cursos ofertados deveriam atender as necessidades de todos os países envolvidos, mas em sua maioria, estão sendo estruturados em um modelo de educação bancária, apenas com repasse de informações, através de normas educacionais do Brasil via MEC. Outro problema nesses cursos é o caráter internacional, pois ciclos comuns de latinidade e cultura africana não são suficientes para garantir a plena integração internacional que se apresenta como missão das universidades aqui estudadas. Enfim, o modelo educacional é questionado e por parte de alguns atores envolvidos no processo, deve ser o modelo de universidade brasileira, já que não acreditam na proposta de integração e muitos trabalham para que o mesmo não aconteça.

Do ponto de vista geográfico e espacial, encontramos problemas nos projetos para sua execução. Na UNILA, mesmo com a proximidade das fronteiras de Foz do Iguaçu com as cidades do Paraguai e da Argentina, se torna difícil o fluxo de alunos, pois atender a América Latina e o Caribe, com dimensões territoriais imensas e culturas, e traços políticos bem diferentes do Brasil, não é tarefa fácil. Devido esses traços que os embates políticos são constantes na universidade.

Já a UNILAB, possui um problema maior em relação à distância, pois sua fronteira se faz com as nações africanas pelo Oceano Atlântico. Viajar ao Brasil, em relatos de alunos estrangeiros, é uma aventura transcontinental e ultra marítima. Outro problema que foi unânime nos relatos dos alunos estrangeiros entrevistados, foi à decepção ao chegar à cidade de Redenção e se deparar com sua fraca estrutura no quesito moradia, alimentação, lazer e oportunidades.

Em relação aos projetos da UNILA e da UNILAB na visão dos entrevistados, mesmo com todos os problemas apresentados, os mesmos acreditam na proposta e gostam da universidade, mesmo com suas deficiências. Mas cada um apresentou da sua maneira as falhas existentes e as promessas nunca cumpridas pelo governo brasileiro. Estudar no Brasil ainda é um diferencial nos currículos desses jovens que acreditam em dias melhores ao retornarem a seus países de origem. Alguns narraram que tudo largaram para se aventurar no Brasil e se cobram na obtenção de sucesso, para compensar os esforços de seus familiares para mantê-los aqui no país.

Dessa maneira, através de todas essas argumentações e narrativas chegamos à conclusão a respeito da viabilidade desses projetos universitários, a nível regional e continental, a partir da cooperação Sul-Sul. É viável no sentido regional através dos ganhos materiais, econômicos e sociais que uma universidade pode proporcionar na área receptora. Para o Brasil, universidades em zonas pobres como o Maciço de Baturité, principalmente para Redenção e Acarape, já se apresenta como um ganho importante, por causa do poder transformador das mesmas no espaço urbano e econômico.

Os arranjos espaciais estão presentes em Foz do Iguaçu e Redenção e retratam as transformações urbanas recentes, por causa da simples presença da UNILA e da UNILAB, sendo possíveis essas modificações do espaço urbano a partir de políticas educacionais de nível superior e suas implicações no desenvolvimento local em um processo contínuo que influencia fluxos em seu cotidiano. É exatamente aí que os arranjos espaciais a partir de agentes educacionais são de fato apresentados, para compreender a dinâmica espacial que vem ocorrendo nessas cidades, percebendo a influência dos fluxos em relação aos fixos, onde novos protagonistas econômicos agem e transformam esses municípios com seus investimentos para atender ao novo fluxo crescente.

Nas entrevistas chegamos também à conclusão que mesmo a UNILA e a UNILAB sendo vistas com certa desconfiança por parte dos entrevistados que moram em Foz do Iguaçu e Redenção, por não acreditarem em grandes realizações por parte do poder público, deixaram evidente em suas respostas, que as transformações nos municípios são visíveis e que há esperança de “dias melhores”,

principalmente para os mais jovens que procuram obter conhecimento e qualificação visando seu futuro, já sendo assim uma transformação positiva depois da vinda dessas universidades para esses municípios.

Porém, a nível continental as expectativas são outras. Uma política pública que possui a ousadia de envolver grupos regionais próximos, no sentido espacial, mas distantes no sentido político como a América Latina é um grande passo no sentido da geopolítica regional e continental que foi palco de disputas históricas. No sentido de aproximação, o projeto UNILA se apresenta favorável, mas insistimos em lembrar que um projeto de cooperação não pode existir em mão única, a contrapartida das nações envolvidas é fundamental, na articulação de recursos e principalmente na formulação de suas ideias para que atenda a todos os envolvidos.

Contudo, em relação à África e a UNILAB existe outro contexto. A ligação entre o Brasil e esse continente ocorreu através de uma história com a escravidão, que insiste em ser tema da universidade, inclusive para a escolha de Redenção, como cidade sede. Porém, como abordamos nessa pesquisa, os novos interesses do governo brasileiro com as nações de língua portuguesa da África, continuam com uma conjuntura extremamente econômica, existindo atuação de empresas do Brasil nesses países. Se a viabilidade do projeto é conquistar espaço econômico, vem conseguindo com sucesso, mas se visa atender e ser solidário com a educação desses países, deixa muito a desejar.

Acreditamos que o projeto de universidades com caráter de cooperação internacional em uma política regional e continental Sul-Sul é geograficamente viável e pode garantir ganhos para os Estados das nações envolvidas e atores sociais, se materializando em cultura e qualificação profissional. Contudo, toda mudança é difícil. Criar e gerenciar universidades nesse modelo é uma coisa nova no Brasil. Os próprios envolvidos, gestores, professores, alunos e técnicos administrativos, ainda não chegaram há uma conclusão que universidade querem construir. As normativas de funcionamento existem e sua missão é clara, porém o que se apresenta escrito está distante do praticado e requer uma ação conjunta por parte de todos. Todavia, a aptidão de seguir o modelo das universidades anfitriãs (UFPR e UFC) pode modificar a ideia inicial dessas propostas de ensino superior.

Um projeto de integração pela educação sempre será bem vindo, principalmente na conjuntura da globalização que vivemos, onde o espaço de poder está vinculado ao saber e o fortalecimento regional se faz necessário para conquistar soberania econômica e possibilitar as articulações intercontinentais.

Longe de concluir o que estar certo ou errado nessa proposta educacional do Governo Federal Brasileiro, procuramos apenas contribuir com essa pesquisa, para melhor compressão de fato do que vem ocorrendo a partir dessa política de cooperação internacional, por meio da educação superior, não possuindo elementos suficientes para desvendar todos os interesses que envolvem esses projetos e se obterão resultados positivos e esperados para todos os contemplados direta e indiretamente.

Porém, enfatizamos que órgãos internacionais e cooperações como a UNASUL, MERCOSUL e CPLP, possuem papel importante na concretização dessa integração solidária na zona do Atlântico Sul, podendo influenciar de maneira decisiva para que outros Estados, além do brasileiro, deem sua cota de participação nesse projeto que se baseia na educação superior.

Na expectativa de termos conseguido atingir os objetivos inicialmente propostos, finalizamos esse estudo, com a consciência de que o objeto aqui estudado ainda estar em processo de transformação, sendo necessário o passar do tempo para que certas perguntas, ainda não respondidas, possam ser esclarecidas e que políticas educacionais de nível superior, como apresentadas pela UNILA e UNILAB, possam de fato, serem viabilizadas, garantido melhorias socioeconômicas para todos os envolvidos.

REFERÊNCIAS

- ACEVEDO MARIN. R. E; BRASIL. W. Internacionalização da educação superior no Brasil. Belém: UNAMAZ, 2004.
- AKKARI. A. Internacionalização das Políticas Educacionais: transformações e desafios. São Paulo. Editora Vozes, 2011.
- ALTBACH. Philip G. Educación superior comparada: el conocimiento, la universidad y el desarrollo. 1ª ed. Buenos Aires: Universidad de Palermo - UP, 2009.
- ALTEMANI. H. LESSA. A. C. (Org.). Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas. V. 1. São Paulo. Editora Saraiva, 2006.
- AMARAL. N. C. Financiamento da Educação Superior. São Paulo: Cortez Editora, 2003.
- AMORA. Z. B. COSTA. M. C. L. Olhando o mar do sertão: a lógica das cidades médias no Ceará. In: SPOSITO, M. E. B. Cidades médias: espaço em transição (org.) São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- AMORIM. C. C. O uso do Território brasileiro e as Instituições de Ensino Superior. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.
- AMORIM FILHO. O. SERRA. R. V. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. In: ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. (org.) Cidades médias brasileiras. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.
- AMSDEN. A. A ascensão do “resto”, Os desafios ao Ocidente de economias com industrialização tardia. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.
- ANDRADE. M. C. de. Geopolítica do Brasil. Campinas, SP; Papius, 2001.
- ARROYO. M. Dinâmica territorial, circulação e cidades médias. In: SPOSITO. M. E. B.; SOBARZO. O. (org.). Cidades Médias: produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- AZEVEDO. M. L. N. A integração dos sistemas de educação superior na Europa: de Roma a Bolonha ou da integração econômica à integração acadêmica. ETD- Educação Temática Digital, 2008.
- BARDIN. L. Análise de Conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1997.

BAUMANN. R. Integração regional: teoria e experiência latino-americana. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

BECKER. O. M. S. Mobilidade Espacial: conceitos, tipologia, contextos. Rio de Janeiro, BCD União de Editoras S.A, 1997.

BENEVOLO. L. História da Cidade. São Paulo: Editora Perspectiva, 3ª edição, 2003.

BENKO. G. Organização Econômica do Território: algumas reflexões sobre a evolução no século XX. In: SANTOS. M. et al. Território, globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1994. Págs. 247 - 250.

_____. Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI. São Paulo: Hucitec, 1996.

BERNAL-MEZA. R. América Latina em el mundo: el pensamiento latinoamericano y la teoría de las relaciones internacionales. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 2005.

BESHARA. G. Educação e Política Externa: a experiência brasileira no MERCOSUL Educacional. Instituto de Relações Internacionais, 2008. Disponível em: http://www.puc-rio.br/Pibic/relatorio_resumo2008/resumos/ccs/iri/iri_gregory.pdf. Acessado em 21 de fevereiro de 2016.

BETTANINI. T. Espaço e Ciências Humanas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BLOOM. D. E. Des idées à l'action pour une réforme de l'enseignement supérieur. In: BRETON, G.; LAMBERT, M. (Org.). Globalisation et Universités. Paris: Nouvel espace, nouveaux acteurs, Editions UNESCO/Université Laval/Economica, 2003.

BOITO JR.. A.; BERRINGER. T. Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, v. 21, n. 47, set. 2013. ISSN 0104-4478. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782013000300004>>. Acessado em 31 de agosto de 2015.

BORDIEU. P. TOMAZ. F. (tradutor). O poder simbólico. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 7ª edição. 2004.

_____. A Escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI. Afrânio (orgs.). Escritos de educação. Petrópolis, Vozes, 1998.

_____. PASSERON, J. C. A reprodução. Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BRASIL. Lei 12.189, de 12 jan. 2010. Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, UNILA. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12189.htm>. Acessado em 28 de dezembro de 2013.

_____. Projeto de Lei nº 2.878/2008, de 11 de dez. de 2007. Dispõem sobre a criação da Universidade Federal da Integração Latino – Americana, UNILA. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=9269A82F45A6882885AA69F4DE164B3C.node2?codteor=625146&filename=Avulso+-PL+2878/2008> Acessado em 23 de julho de 2014.

_____. Lei 12.289, de 21 jul. 2010. Dispõe sobre a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB. 2010b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12289.htm>. Acessado em 22 de julho de 2014.

_____. Lei 10.639, de 9 de jan. 2013. Dispõe sobre a alteração da Lei no 9.394, de 20 de dez. de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acessado em 9 de agosto de 2015.

_____. Projeto de Lei 3891/08, de 20 de agosto de 2008. Dispõem sobre a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB. Disponível em: < www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:camara.deputados:projeto.lei;pl:2008-08-20;3891> PL 3891/2008. Acessado em 25 de outubro de 2014.

_____. Decreto n. 3.927, de 19 de setembro de 2001. Promulga o Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta, entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, celebrado em Porto Seguro em 22 de abril de 2000. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/dai/b_port_139_3927.htm> Acessado em 25 de outubro de 2014.

_____. Ciência sem Fronteiras. Mapa de distribuição de alunos por países do Programa Ciência sem Fronteiras do Governo Federal e da Capes. Disponível em: http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/bolsistas-pelomundo?p_p_id=mapabolsistasportlet_WAR_mapabolsistasportlet_INSTANCE_Y7eO&p_p_lifecycle=0&p_p_state=normal&p_p_mode=view&p_p_col_id=column-2&p_p_col_count=1&codigoArea=&tituloArea=Todas&siglaModalidade=&nomeModalidade=Todas. Acessado em 22 de outubro de 2014.

_____. Diário Oficial da União (DOU) de 22/07/2010, Pág. 11. Seção 2. Dispõem sobre a nomeação de Paulo Speller para exercer o cargo de Reitor pro tempore, código CD-1, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-UNILAB. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/6886845/dou-secao-2-22-07-2010-pg-11>>. Acessado em 28 dezembro de 2013.

_____. Diário Oficial da União (DOU) de 12 de Fevereiro de 2014, pág. 87. Seção 3. Dispõem sobre Extratos de Acordos de Cooperação e Convênios da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/66062611/dou-secao-3-12-02-2014-pg-87>> Acessado em 24 dezembro de 2015.

_____. Diário Oficial da União (DOU) de 12 de Fevereiro de 2014, pág. 88. Seção 3. Dispõem sobre Extratos de Acordos de Cooperação e Convênios da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/66062641/dou-secao-3-12-02-2014-pg-88>> Acessado em 24 dezembro de 2015.

_____. Diário Oficial da União (DOU) de 10 de dezembro de 2012, pág. 73. Seção 1, nº 237. Dispõem sobre implementação do Projeto RIPES – Rede de Instituições Públicas de Educação Superior para a cooperação na CPLP. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/44066262/dou-secao-1-10-12-2012-pg-73>. Acessado em 21 de fevereiro de 2016.

_____. Edital N°. 02 / UNILAB / 2010 do processo seletivo para ingresso de alunos nos cursos de graduação da UNILAB. Disponível em: <www.ccv.ufc.br/unilab/download/Edital.pdf>. Acessado em 08 janeiro de 2014.

_____. Edital N°. 03 / UNILAB / 2011 do processo seletivo para ingresso de alunos estrangeiros nos cursos de graduação da UNILAB. Disponível em: <www.site.unilab.edu.br/wpcontent/uploads/2012/01/2011Unilab_edital_estrangeiros_05_jan_2012.pdf>. Acessado em 08 janeiro de 2014.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Nova Dinâmica da Rede Urbana Brasileira. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticias_visualiza.php?id_noticia=1246&id_pagina=1>. Acessado em 30 janeiro de 2014.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2010. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_parana.pdf >. Acessado em 01 setembro de 2014.

_____. Balanço de Política Externa 2003/2010. Ministério das Relações Exteriores, 2010. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010>>. Acessado em 16 junho de 2015.

_____. Presidência da República, 2003. Discurso do senhor Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, na cerimônia da posse. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/presidente-da-republica-federativa-do-brasil/Discurso-do-Senhor-Presidente-da-Republica-Luiz>> Acessado em 10 de junho de 2015.

_____. Ministério das Relações Exteriores, 2014. Comunicado da primeira Reunião da Comissão de Chanceleres da UNASUL. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_tags&view=tag&id=52-unasul&lang=pt-BR> Acessado em 02 de setembro de 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, 2015. Intercâmbio comercial brasileiro: Países e Blocos Econômicos. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=576>> Acessado em 10 de setembro de 2015.

_____. Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão, 2015. Disponível em: <<http://www.acessoainformacao.gov.br/sistema/site/index.html?ReturnUrl=%2fsistema%2f>> Acessado em 12 de agosto de 2015.

CARLOS. A. F. A. A (Re) produção do Espaço Urbano. São Paulo: EDUSP, 1994.

_____. O Lugar no Mundo. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

_____. O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2004.

CARMO. E. F.; ZAIDAN FILHO. M; MIYACHI. C. T. Sistemas Educacionais Sulamericanos: um estudo comparado entre Argentina, Brasil e Chile. Revista Educação e Fronteiras On-Line, Dourados/MS, v.4, nº. 10, p. 84 - 102, jan./abr. 2014

CARVALHO. E. de. (Org.) Perspectivas da Globalização e das suas contradições no Brasil e na América Latina. São Paulo. LCTE Editora. 2010.

CASTELHO BRANCO. M. L. G., Algumas considerações sobre a identificação de cidades médias. In: SPOSITO, M. E. B. (org.). Cidades Médias: espaço em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

CASTRO. C. M. Educação Brasileira – consertos e remendos. Rio de Janeiro: Rocco; 1995.

CASTRO. I. E. de. Geografia e Políticas: território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2014.

CAVALCANTE. M. J. M.; QUEIROZ, Z. F. de.; JÚNIOR, R. E. de. P. V.; ARAÚJO, J. E. C. (org.). História da Educação Vitrais da Memória: lugares, imagens e práticas culturais. Ceará: UFC editora, 2008.

_____. Escolas e Culturas: políticas, tempos e territórios de ações educacionais. Ceará: UFC editora, 2009.

_____. Tempo, Espaço e Memória da Educação: pressupostos teóricos, metodológicos e seus objetos de estudo. Ceará: UFC editora, 2010.

CEARÁ. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. 2000. Disponível em: http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/perfil_basico/pbm-2010/Redencao.pdf. Acessado em 19 de setembro de 2013.

CERVO. A. L.; BUENO. C. História da Política Exterior do Brasil. Brasília. 4ª edição. Revisada. Ampliada. Editora Universidade de Brasília, 2014.

CLAVAL. P. DUTRA. W (Tradutor). Espaço e Poder. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1979.

CORAZZA. G. A Unila e a integração latino-americana. Boletim de economia e política internacional, IPEA, DF, 2010.

CORNELET. J. M. C. A política externa de Dilma Rousseff: contenção na continuidade. Conjuntura Austral, v. 5, n. 24, jun.-jul. 2014.

CORRÊA. R. L. O Espaço Urbano. São Paulo: Ed. Ática, 2004.

_____. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO. I. E. de e GOMES. P. C. da C. (org.). Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. Págs. 15 – 47.

_____. ZENY. R. Introdução a Geografia Cultural. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

_____. Paisagem, Tempo e Cultura. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

_____. R. L. A Rede Urbana. São Paulo: Ática, 1989.

_____. Construindo o conceito de cidade média. In SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Cidades Médias: espaço em transição (org.). São Paulo: Expressão popular, 2007.

_____. Trajetórias Geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

_____. Estudos Sobre a Rede Urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. Sobre Agentes Sociais, Escala e Produção do Espaço: um texto para discussão. In: CARLOS. A. F. A.; SOUZA. M. L. de; SPOSITO. M. E. B. (org.). A Produção do Espaço Urbano. São Paulo. Ed. Contexto, 2011, Págs. 41 - 51.

_____. R. L. CASTRO. I. E. de. GOMES. P. C. da C. (org.). Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2012.

COSTA. O. J. L. Espaço e Cultura. Rio de Janeiro. UERJ, 2003. Págs. 33 – 40.

COUTO. L. F. O Horizonte Regional do Brasil – Integração e Construção da América do Sul. Curitiba, Juruá Editora. 2009.

CUNHA. L. A. A Universidade Temporã: o Ensino Superior da Colônia à Era de Vargas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

DALE. R. Globalization: a new world for comparative education? In: SCHRIEWER, Jürgen (org.). Discourse and comparative education. Berlin: Peter Lang. 1998.

D'ANGELO. M. Arte, Política e Educação em Walter Benjamim. São Paulo. Edições Loyola. 2006.

DESIDERÁ NETO. W.A. & TEIXEIRA. R. A. (orgs.) Perspectivas para la integración de América Latina. Brasília: IPEA, 2012.

DEL VECCHIO. A. (Org.). Política internacional e Hegemonia: Brasil e Estados Unidos no contexto da globalização. São Paulo: Ed. Sociologia e Política, 2010.

DIAS SOBRINHO. J. Dilemas da Educação Superior no Mundo Globalizado. Rio Grande do Sul. Ed. Casa do Psicólogo. 2005.

_____. Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior. São Paulo: Cortez, 2003.

DICIONÁRIO. Dicionário Etimológico: origem das palavras. Disponível em: <http://www.dicionarioetimologico.com.br/africa/>. Acessado em 22 de janeiro de 2016.

DIÓGENES. C. G e AGUIAR. J. R. (Org.). UNILAB: Caminhos e Desafios Acadêmicos da Cooperação Sul-Sul / Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Redenção. Expressão gráfica e editora. 2013.

DOWBOR. L. e POCHMANN. M. (Org.). Prefácio. Políticas para o desenvolvimento local. São Paulo. Ed. Fundação Perseu Abramo, 2010. Págs. 5 - 10.

DOURADO. Luiz Fernandes. A interiorização do ensino superior e a privatização do público. Goiânia: Ed. UFG, 2001.

FELDFEBER. M. Internacionalização da educação, “Tratados de Livre Comércio” e políticas educativas na América Latina. In: FERREIRA, Eliza Bartolossi, OLIVEIRA, Dalila Andrade (Org.). Crise da Escola e Políticas Educativas. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

FERNANDES. F. A Integração do negro na sociedade de classes. São Paulo: Ática, 1978.

FILGUEIRAS. L.; GONÇALVES, R. A Economia Política do Governo Lula. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

FISCHER. T. Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação. Salvador, BA: Casa da Qualidade, 2002.

FOUCAULT. M. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro. Editora Paz & Terra, 28ª edição, 2014.

FREIRE. J.; PACHECO. J. A.; GALVÃO. M. Unilab, Educação e Cooperação Sul-Sul em rede: pontes históricas e contexto atual. Paper apresentado no VIII Congresso Ibérico de Estudos Africanos, Madri, 2012.

_____. Dits et écrits. Édition Établie sous la direction de Daniel Defert et François Ewald. Collaboration de Jacques Lagrange, Vol. I et II. Paris. Quarto Gallimard, 2001.

_____. A Arqueologia do Saber. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 8ª edição, 2014.

_____. A Ordem do Discurso: aula inaugural no collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Edições Loyola. 23ª edição, 2013.

_____. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. Ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

FRANCO. M. S. de C. Homens livres na ordem escravocrata. São Paulo: Ática, 1976.

FURTADO. C. Formação Econômica do Brasil. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

GARCIA-GUADILLA. C. “¿Introducción – Se desestabiliza la noción de “bien público” em la educación superior?”, in: GARCIA-GUADILLA, C. (org.). El difícil equilibrio: La educación superior como bien público y comercio de servicios, Universidad de Castilla-La Mancha, Cuenca. 2004.

GEERTZ. C. O Saber Local. Rio de Janeiro. Ed. Vozes. 11ª edição. 2009.

GIDDENS. A. As consequências da Modernidade. São Paulo: EDUNESP, 1998.

GIRÃO. R. A Abolição no Ceará. Fortaleza: Publicação da Secretaria de Cultura do Ceará, 1969.

GIRÃO. V. C. Da conquista à implantação dos primeiros núcleos urbanos na Capitania do Siará Grande. In: SOUZA. S. de. (Coord.). História do Ceará. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 1989.

GOMES. P. C. da C. Geografia e Modernidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

_____. Um Lugar para a Geografia: contra o simples, o banal e o doutrinário. (in) MENDONÇA. F. LOWEN-SAHR, C. L. SILVA. M. da. Espaço e Tempo. Complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico. Curitiba, ADEMADAN, 2009.

GONÇALVES. R. Economia política internacional: fundamentos teóricos e as relações internacionais do Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

GOULART. S.; VIEIRA. M. M. F.; CARVALHO. C. A. Universidades e Desenvolvimento Local: uma Abordagem Institucional. Rio Grande do Sul: Editora Sagra Luzzatto, 2005.

HADDAD. S. (Org.) Banco Mundial, OMC e FMI: o impacto nas políticas educacionais. São Paulo: Ed. Cortez, 2008.

HANNERZ. U. Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chaves da antropologia transnacional. Revista Mana. Rio de Janeiro, vol. 3, nº 1, 1997, p. 7 – 39.

HARVEY. D. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Ed. São Paulo: Loyola, 2007.

_____. O Enigma do Capital: e as crises do capitalismo. Tradução: João Alexandre Peschanski. São Paulo: Bomtempo, 2011.

HAUG. G. El nuevo paradigma de la educación superior. In: FERNÁNDEZ LAMARRA. N. (comp.). Universidad, sociedad e innovación. Buenos Aires: Eduntref, 2009.

HICKS. N.; STREETEN. P. Indicadores de desenvolvimento: a busca de uma unidade de medida de necessidades básicas. In: CAIDEN, G. E.; CARAVANTES, G. R. Reconsideração do conceito de desenvolvimento. Caxias do Sul: EDUCS, 1998, Págs. 71 - 98.

HOLANDA. V. C. C; AMORA. Z. B. (Org.) Leituras e Saberes sobre o Urbano. Expressão Gráfica e Editora. Fortaleza, 2010.

LEFÈBVRE. H. Espacio y política. Barcelona: Ed. 062, 1976.

LEBRUN. G. O que é poder? Coleção primeiros passos. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LENCIONI. S. Região e Geografia. São Paulo: Ed. São Paulo, 1999.

LIMA. J. B. B; CAMPOS. R. P. de; NEVES. J. de B. S. O perfil da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional na América Latina e no Caribe em 2010: aportes à reflexão sobre a política brasileira de cooperação internacional. In: SOUZA. A. de M. e. (Org.). Repensando a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. Brasília: IPEA, 2014. Págs. 203 – 249.

LIMA. M. C.; CONTEL. F. B. Internacionalização da Educação Superior: nações ativas, nações passivas e geopolíticas do conhecimento. São Paulo: Alameda, 2011.

LIMA. E. F. W.: MALEQUE. M. R. (Org.) Espaço e Cidade: conceitos e leituras. São Paulo: Ed. 7 Letras, 2ª edição, 2007.

LIMA. M. R. S. de. “El legado de la política exterior de Lula”. Madrid, El País. Disponível em: <http://observatorio.iesp.uerj.br>. Acessado em 31 de agosto de 2015.

LIMA. P. Foz do Iguaçu e sua História. Foz do Iguaçu, 2001.

LIPIETZ. A. O Capital e seu Espaço. São Paulo: Nobel, 1988.

LUCE. M.S. O subimperialismo brasileiro revisitado: a política de integração regional do governo Lula (2003-2007). Porto Alegre: UFRGS, 2007.

KÜHNHARDT. L. La Integración Europea Hoy, Archivos del presente, Revista Latinoamericana de Temas Internacionales, año 8, n. 31, Buenos Aires. 2003.

MARTIN. C. A Vantagem Acadêmica de Cuba: por que seus alunos vão melhor na escola. São Paulo: Ediouro, 2009.

MARTINS FILHO, A. Autonomia das universidades federais. Estudos e Debates, Brasília, CRUB, nº. 3, p. 21 - 41,1980.

MATA. M. E. de C. de S. da. Memórias do Município de Acarape: histórias, lendas e “causos”. Fortaleza-Ce. Ed. Premium. 2011.

MERCOSUL. Tratado de Assunção, 1991. Disponível em: <http://www.mercosul.gov.br/assunção>. Acessado em 22 de setembro de 2015.

_____. Protocolo de Ouro Preto, 1994. Disponível em: <http://www.mercosul.gov.br/protocolo>. Acesso em 28 de setembro de 2015.

_____. Plano de Ação do Setor Educacional do MERCOSUL, 2011 – 2015. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8674-plano-acao-2011-mercosul-pdf&Itemid=30192. Acesso em 18 de fevereiro de 2016.

MERKE. F. Conclusiones sobre la economía política del regionalismo em Sudamérica, in Tussie, D. e Trucco, P. (eds) - Nación y Región en América del Sur: los actores nacionales y la economía política de la integración sudamericana, LATN/FLACSO, Ed. Teseo. 2010.

MILANI. C. Teoria do capital social e desenvolvimento local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2005. (Projeto de Pesquisa, 2002-2005)

MINAYO. M. C. S. O desafio do conhecimento – pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Editora Hucitec; 1993.

MORAES. R. C. Estado, desenvolvimento e globalização. São Paulo: Ed. UNESP, 2006.

MOREIRA. R. Espaço e Sociedade no Brasil. Ed. Contexto, 2009.

_____. Geografia Crítica: Velhos temas, novas formas. In: MENDONÇA, Francisco.; KOZEL, Salette.(org.). Elementos de epistemologia da geografia contemporânea. Curitiba: Editora da UFPR, 2002.

MOROSINI. M. C. Estado de conhecimento sobre internacionalização da educação superior – conceitos e práticas. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a08n28.pdf>>. Acessado em 22 julho de 2014.

NEY. A. Políticas Educacionais: Organização e Estrutura da Educação Brasileira. Rio de Janeiro: Wak editora, 2008.

ODEBRECHT. Projetos Angola. Disponível em: www.odebrecht-ec.com.br. Acessado em 24 de setembro de 2015.

_____. Um país que se renova: obras do Aeroporto internacional e do Anel Rodoviário de Trípoli aprimoram a infraestrutura da Líbia, que se qualifica para ser a principal porta de entrada da África. Disponível em: www.odebrechtonline.com.br. Acessado em 25 de setembro de 2015.

OLIVEIRA. C. D. M. de.; Sentidos da Geografia Escolar. Ceará. Editora: Edições UFC, 2ª edição, 2010.

_____. Geoeducação das Representações Religiosas. Ceará. Mercator, Fortaleza, v. 14, nº. 2, p. 21 - 43, mai./ago. 2015.

OLIVEIRA. H. A. Política Externa Brasileira. São Paulo, Editora Saraiva, 2005.

OLIVEIRA. N. Foz do Iguaçu Intercultural: cotidiano e narrativas da alteridade. Foz do Iguaçu-PR. Editora: Epígrafe. 2012.

OLIVEIRA. O. S. de. Políticas Educacionais Brasileiras, Integração Latino-Americana e o MERCOSUL Educacional: questões para debate. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, nº. 43, p. 223 - 236, set. 2011.

ONU. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Relatório do Desenvolvimento Humano 2015: O trabalho como motor do desenvolvimento humano. Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr15_overview_pt.pdf. Acessado em 18 de janeiro de 2016.

PARAGUAY. Ley nº 2.072, de 13 de febrero de 2003. Creación de la agencia nacional de evaluación y acreditación de la educación superior. Disponível em: <http://www.mec.gov.py/aneaes/docs/Ley%20de%20la%20ANEAES.pdf>. Acessado em 01 de outubro de 2015.

PARASURAMAN. A. Marketing research.2. Ed.Addison WesleyPublishing Company, 1991.

PECEQUILO. C. S.; CARMO. C. A. do. O Brasil e a América do Sul: relações regionais e globais. Rio de Janeiro. Editora: Alta Books. 2015.

PENHA. E. A. Relações Brasil-África e Geopolítica do Atlântico Sul. Salvador: EDUFBA, 2011.

PETROBRÁS. Angola. Disponível em: www.petrobras.com. Acessado em 24 de julho de 2015.

_____. Líbia. Disponível em: www.petrobras.com. Acessado em 25 de julho de 2015.

PINO. B. A. Evolução Histórica da Cooperação Sul-Sul. In: SOUZA. A. de M. e. (Org.). Repensando a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. Brasília: IPEA, 2014. Págs. 57 – 86.

_____. A Cooperação Triangular e as Transformações da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. Brasília: IPEA, 2013.

PIZZOLO. C. Globalizacion e Integracion: Ensayo de una Teoria General. Buenos Aires: EDIAR, 2002.

RAFFESTIN. C. FRANÇA. M. C. (Tradutor). Por uma Geografia do Poder. São Paulo. Editora Ática, 1993.

RAMA, C. La tendencia a la internacionalización de la educación superior. In: FERNÁNDEZ LAMARRA, N. (comp.). Universidad, sociedad e innovación. Buenos Aires: Eduntref, 2009.

RESENDE. E. S. A. & MALLMANN, M. (orgs.) MERCOSUL 21 anos: maioria ou imaturidade. Curitiba: Appris, 2013.

RIBEIRO. F. A. UNILAB: políticas educacionais e as transformações do espaço urbano em Redenção-Ceará-Brasil. UECE. Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Geografia – Mestrado Acadêmico em Geografia. Área de concentração: semiárido. Fortaleza, 2012.

RICHARDSON. R. J. Pesquisa Social: métodos e técnicas. São Paulo. Ed. Atlas S.A, 3ª edição, 1999.

ROSÁRIO. M. J. A. do.; ARAÚJO. R. M. de L. Políticas Públicas Educacionais. São Paulo: Alínea Editora, 2ª edição, 2011.

SALIM. C. A. Migração: o fato e a controvérsia teórica. VIII Encontro de Estudos Populacionais. Brasília. ABEP. 1992.

SANTOS. B. S. A Universidade no Século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

SANTOS. M. Manual de Geografia Urbana. Tradução de Antônia Dea Erdens, Maria Auxiliadora da Silva, São Paulo: HUCITEC, 1981.

_____. Metamorfose do Espaço habitado, São Paulo: EDUSP, 1988.

_____. A Urbanização Brasileira, São Paulo: EDUSP, 2005.

_____. Por uma Economia Política da Cidade. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional. 2ª. Ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. Por uma outra globalização. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. et al. (org.) O novo mapa do mundo: fim de século e globalização. 3ª. Edição. São Paulo: Hucitec/ ANPUR, 1996.

_____. SILVEIRA, María Laura. O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI. 13ª. Edição. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SANTOS. M & SILVEIRA. M. L. O Ensino Superior Público e Particular e o Território Brasileiro. Brasília: ABMES, 2000.

_____. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. São Paulo: Editora Record, 2001.

SARAIVA. J. F. S. À Busca de uma Nova Sociedade Internacional: teoria e prática das relações internacionais no início do século XXI. In: ALTEMANI. H. LESSA. A. C. (org.) Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas. São Paulo. Editora Saraiva, 2012.

_____. África parceira do Brasil atlântico. Relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI. MG: Fino Traço, 2012.

SARAIVA. M. G. As estratégias de cooperação Sul-Sul nos marcos da política externa brasileira de 1993 a 2007. Revista Brasileira Política. Int. 50 (2): 2007. Pág. 42 - 59.

SCARLATO. F. C. População e Urbanização Brasileira. In: ROSS, J. L. S. (org.) Geografia do Brasil. São Paulo: Edusp, 1996.

SENDAHL. Z. e CORRÊA. R. L. (org.). Geografia: temas sobre cultura e espaço. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2005.

SGUISSARDI. V.; SILVA JUNIOR. J. R. Educação Superior: análise e perspectivas de pesquisa. São Paulo: Xamã, 2001.

SILVA. F. R. da. Redenção: Palco dos primeiros abolicionistas do Brasil, Berço da educadora dos redencionistas. Ceará: Editora Uva, 2004.

SILVA. K. C. P. da. A educação como ponte estratégica Brasil – África: internacionalização da educação superior pública nos governos Lula e Dilma (2003 – 2014). Seminário Internacional de Educação Superior 2014, formação e conhecimento, 2014. Disponível em: www.uniso.br/publicacoes/anais_eletronicos/2014/2_es_politicas_publicas/08.pdf. Acessado em 21 de fevereiro de 2016.

SILVA. M. A. da. Breve História de Foz do Iguaçu. Foz do Iguaçu-PR. Editora: Epígrafe, 2014.

SILVEIRA. C. Desenvolvimento local e novos arranjos socioinstitucionais: algumas referências para a questão da governança. In: DOWBOR. L., POCHMANN. M. (org.). Políticas para o desenvolvimento local. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo, 2010. Pág. 41 – 65.

SINGER. P. Economia Política da Urbanização. Editora: Contexto, 2010.

SOBRINHO, J. D. Calidad, Pertinencia y Responsabilidade de La Universidad Latinoamericana y Caribeña. In: GAZZOLA, A. L. DIDRIKSSON, A. Tendencias de La educación superior em América Latina y El Caribe. Caracas: IESALC; UNESCO, 2008.

SOUZA. M. S. de. Ceará: bases de fixação do povoamento e o crescimento das cidades. In: SILVA, J. B. Et al. Ceará: um novo olhar geográfico. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2005.

SOUZA. A. de M. e. (Org.). Repensando a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. Brasília: IPEA, 2014.

SPOSITO. M. E. B. A urbanização da sociedade: reflexão para um debate sobre as novas formas espaciais. In: DAMIANI, A. L.; CARLOS, A. F. A.; SEABRA, O. C. de L. (org.). O espaço no fim de século: a nova raridade. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. Capitalismo e Urbanização. São Paulo. Ed. Contexto, 2010

SPOSITO. E. S. Redes e Cidades. São Paulo, Editora UNESP, 2006.

UNESCO – O Ensino Superior no Século XXI – Visão e Ações – Documento de Trabalho. Paris, outubro de 1998. In: Tendências da Educação Superior para o Século XXI. Brasília: UNESCO / CRUB, 1999. Pág. 246.

UNILA. Plano de Desenvolvimento Institucional: 2013 – 2017. Foz do Iguaçu-PR, Set. de 2013.

_____. Estatuto. Foz do Iguaçu-PR, 26 de Nov. de 2010.

UNILAB. Plano de Desenvolvimento Institucional: 2013 – 2017. Redenção-CE, Abr. de 2013.

_____. Estatuto. Redenção-CE, 23 de Abr. de 2012.

UNESCO. Rapport du Comité conjoint OIT/UNESCO d'experts sur l'application des recommandations concernant Le peronnel enseignant. Paris: OIT; UNESCO, 2009.

VAIRA. M. Globalization and higher education organizational change: a framework for analysis. Higher Education. Kluwer Academic Publishers, v.48, 2004, p. 483-510.

VASCONCELOS JÚNIOR, R. E. de P. et ali (org.). História da Educação: nas trilhas da pesquisa. Fortaleza, Edições UFC, 2010.

VESENTINI. J. W. Novas Geopolíticas. São Paulo. Ed. Contexto, 2015.

VIGEVANI. T. e CEPALUNI. G. A Política Externa de Lula da Silva: A Estratégia da Autonomia pela Diversificação, Contexto Internacional, Rio de Janeiro, 29 (2): 273-335, 2007.

ZIBECHI. R. Brasil potencia. Entre la integración regional y un nuevo imperialismo. 1ª edição. Bogotá, Ediciones Desde Abajo, 2012.

APÊNDICE

APÊNDICE A**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Pelo presente instrumento, eu, abaixo firmado e identificado, autorizo, plenamente, o doutorando Fabrício Américo Ribeiro, portador do RG 96027001649 SSP CE e CPF 501 575 903 72, a utilizar minha entrevista, a ser veiculada, primariamente, no material em texto desenvolvido como Tese de Doutorado, ou ainda destinadas à inclusão em outros projetos educativos e/ou acadêmicos relacionados à Tese e/ou produtos dela derivados. Portanto, autorizo o uso da entrevista para toda e qualquer forma de comunicação acadêmica e/ou educativa ao público.

Sendo certo que o material criado destina-se à produção de obra intelectual organizada e de titularidade exclusiva do autor, conforme expresso na Lei 9.610/98 (Lei de Direitos Autorais).

Se depois de consentir em sua participação o Sr (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa.

O (a) Sr (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Eu, _____, fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser.

Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada membro da pesquisa.

_____, ____ de _____ de 20 ____.

Assinatura do participante

Assinatura do Pesquisador Responsável

APÊNDICE B

Roteiro de Entrevistas - UNILA

Entrevista com os Professores

- 1- Sua história na Unila. Quando e como descobriu e chegou a Unila? O(a) senhor(a) é de Foz do Iguaçu? Removido ou concursado? Sua formação?
- 2- Qual sua visão do projeto Unila?
- 3- Qual sua visão do projeto Unila para a América Latina?
- 4- A Unila prega internacionalização e integração. Na sua visão esses dois processos ocorrem? Caso sim, como? Caso não, por quê? Quais as limitações?
- 5- Quais as maiores vantagens e desvantagens hoje no projeto Unila?
- 6- Sua visão da Cooperação Sul-Sul, e como ocorre a mesma na Unila.
- 7- O projeto Unila é possível de se concretizar? Quais suas limitações?

APÊNDICE C

Roteiro de Entrevistas - UNILAB

Entrevista com os Professores

- 1- Sua história na Unilab. Quando e como descobriu e chegou a Unilab? O(a) senhor(a) é do Ceará? Removido ou concursado? Sua formação?
- 2- Qual sua visão do projeto Unilab?
- 3- Qual sua visão do projeto Unilab para África?
- 4- A Unilab prega internacionalização e integração. Na sua visão esses dois processos ocorrem? Caso sim, como? Caso não, por quê? Quais as limitações?
- 5- Quais as maiores vantagens e desvantagens hoje no projeto Unilab?
- 6- Sua visão da Cooperação Sul-Sul, e como ocorre a mesma na Unilab.
- 7- O projeto Unilab é possível de se concretizar? Quais suas limitações?

APÊNDICE D

Roteiro de Entrevistas – UNILA

Alunos

- 1- Sua história de vida até chegar ao Brasil (que ano você entrou na Unila, como descobriu a Unila, como ocorre sua divulgação e processo de inscrição no seu país?)
- 2- Como a Unila é vista em seu país? As pessoas conhecem?
- 3- Sua história como aluno da Unila. (curso e como foi sua chegada ao Brasil, era o que esperava?)
- 4- Qual sua visão do projeto Unila?
- 5- Quais os pontos positivos e negativos do projeto Unila?
- 6- A Unila fala de internacionalização e integração. Você conseguiu ver esses dois aspectos na universidade? Se sim como? Se não, por quê?
- 7- Quais as maiores dificuldades suas hoje na Unila como aluno?

APÊNDICE E

Roteiro de Entrevistas – UNILAB

Alunos

- 1- Sua história de vida até chegar ao Brasil (que ano você entrou na Unilab, como descobriu a Unilab, como ocorre sua divulgação e processo de inscrição no seu país?)
- 2- Como a Unilab é vista em seu país? As pessoas conhecem?
- 3- Sua história como aluno da Unilab. (curso e como foi sua chegada ao Brasil, era o que esperava?)
- 4- Qual sua visão do projeto Unilab?
- 5- Quais os pontos positivos e negativos do projeto Unilab?
- 6- A Unilab fala de internacionalização e integração. Você conseguiu ver esses dois aspectos na universidade? Se sim como? Se não, por quê?
- 7- Quais as maiores dificuldades suas hoje na Unilab como aluno?